



**Maria Leila Sales**

**Refúgio, a morada da criatura inacabada:**

**Reconhecimento e Direitos dos Povos  
Deslocados**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
graduação em Serviço Social do Departamento de  
Serviço Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro  
Setembro de 2013



**Maria Leila Sales**

**Refúgio, a morada da criatura inacabada:  
Reconhecimento e Direitos dos Povos  
Deslocados**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-  
graduação em Serviço Social do Departamento de  
Serviço Social da PUC-Rio.

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC

**Profa. Inez Terezinha Stampa**

Departamento de Serviço Social – PUC

**Profa. Maria Helena Tenório de Almeida**

Departamento de Serviço Social – UERJ

**Profa. Andréia Clapp Salvador**

Departamento de Serviço Social – PUC

**Profa. Maria de Fátima Cabral Marques Gomes**

Departamento de Serviço Social UFRJ

**Profa. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Maria Leila Sales**

Graduou-se em Serviço Social na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) em 2006. cursou Mestrado em Serviço Social na UERJ em 2009. É bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP).

### Ficha Catalográfica

Sales, Maria Leila

Refúgio, a morada da criatura inacabada: reconhecimento e direitos dos povos deslocados / Maria Leila Sales ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2013.

216 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2013 .

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Refúgio. 3. Imigração. 4. Direitos humanos. 5. Deslocamento. 6. Política. I. Gonçalves, Rafael Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

Dedico o presente trabalho aos amigos de outras terras que fiz ao longo dessa caminhada e de quem vou sentir muita saudade. Dedico também à memória de Carlos Augusto Moraes e Araújo, Cory, doce criatura.

## Agradecimentos

Ao Prof. Rafael Soares pela convivência amigável e generosa.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus pais Francisco e Francis, todo o amor do mundo.

Ao Luís Augusto, anjo.

A meus irmãos queridos.

À Maria Helena, amiga eterna.

Aos professores e funcionários da PUC.

Ao meu cachorro Fidel, um companheiro e tanto.

## Resumo

Sales, Maria Leila; Gonçalves, Soares Rafael. **Refúgio, a morada da criatura inacabada: Reconhecimento e Direitos dos povos deslocados.** Rio de Janeiro, 2013. 216 p. Tese de Doutorado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente texto tem como objetivo relatar o universo do refúgio na cidade do Rio de Janeiro; analisando os fatores socioeconômicos e culturais que permeiam o movimento de entrada e permanência dessa população no município. Aborda principalmente questões relativas aos direitos humanos, problematizando ao mesmo tempo, sua existência por vezes abstrata, fator que dificulta a inserção dos deslocados na sociedade, aumentando com isso, as fraturas existentes entre eles e o Estado-Nação. Fez-se uma tentativa no sentido de compreender quais os lugares ocupados pelos deslocados nessa nova territorialidade em que se privilegia o fim das limitações comerciais e econômicas, garantindo livre fluxo de capitais em detrimento do próprio fluxo da vida humana.

## Palavras-Chave

Refúgio; deslocamentos; direitos humanos; imigração.

## Abstract

Sales, Maria Leila; Gonçalves, Soares Rafael (Advisor). **Refuge, address unfinished creature: Recognition and rights of displaced people**. Rio de Janeiro, 2013. 216 p. Doctoral Thesis – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This text is intended to provide a report on the refugees universe in Rio de Janeiro by analyzing social, economic and cultural aspects which permeate the motion and permanence of this population. It approaches questions concerning the human rights, arguing at the same time its own existence, sometimes abstract, which makes difficult the social insertion of the refugees and increases the rupture between this social group and the state-nation. There was an attempt to understand the places occupied by the refugees in this new territoriality where the end of commercial and economic limitations and the free flow of capital is encouraged rather of the flow of human life.

## Keywords

Refuge; displacement; human rights; immigration.

# Sumário

1. Introdução	14
2. O Processo Migratório Brasileiro: um lugar para pensar o refúgio.	25
2.1 Higienismo e Eugenismo nos Trópicos: o Biopoder Brasileiro	37
2.2 O Conde de Gobineau e a Gente Feia de Meter Medo: Início do Eugenismo no Brasil.	47
2.3 O Biopoder Como Elemento Constitutivo do Estado Nacional Brasileiro e Seus Efeitos Sobre a Migração	58
3. As Políticas de Refúgio e Os Seus Limites em Contextos de Estados Marcados pela Exceção	67
3.1. Direitos Humanos e Estado de Exceção no Brasil	74
3.2. O Refugiado como o Outro	82
3.3. Admirável Mundo Novo?	89
3.4. Pode a Imigração Modular o Esquecimento da Política?	95
4. Quem são e Como Vivem Os Refugiados?	103
4.1. Apresentação do Campo de Pesquisa	103
4.2. O Tema em Movimento: Retrato Falado do Refúgio	118
5. A morada do Cidadão Inacabado	156
5.1. De quando a normatividade não é garantia da efetividade dos direitos.	156
5.2 Hóspedes sem morada: Panorama dos deslocamentos atuais.	162
5.3 Na Penumbra Difusa dos Direitos.	184
6. Notas Finais Acerca do Tema	194
Referências Bibliográficas	211



## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Concentração de Refugiados por Região	30
Gráfico 2 – Solicitações de Refúgio no Mundo	82
Gráfico 3 – Mapa da Região da Comunidade Cinco Bocas	115
Gráfico 4 – Número de Refugiados por Nacionalidade	119
Gráfico 5 – Mobilidade Por Continente	120
Gráfico 6 – Principais Países de Destino	121
Gráfico 7 – Mapa do Congo	124
Gráfico 8 – Distribuição dos Refugiados por Sexo	129
Gráfico 9 – Distribuição dos Refugiados por Idade e Gênero	131
Gráfico 10 – Distribuição dos Refugiados por Regiões do Município	135
Gráfico 11 – Concentração de Refugiados Por Área	137
Gráfico 12 – Ocupação Laboral dos Refugiados no País de Origem	138
Gráfico 13 – Ocupação Laboral dos Refugiados no Brasil	139
Gráfico 14 – Grau de Satisfação com A Política de Refúgio	142
Gráfico 15 – Dados de Atendimento (ACNUR)	143
Gráfico 16 – Expectativa Pós-Refúgio	145
Gráfico 17 – Grau de Satisfação com Condições Socioeconômicas	147
Gráfico 18 – Satisfação com o Processo de Readaptação	149
Gráfico 19 – Reassentamento de Refugiados no Brasil	153
Gráfico 20 – Deslocamentos Diários	162
Gráfico 21 – Países Emissores de Refugiados	163
Gráfico 22 – Estatísticas sobre Apatridia	166
Gráfico 23 – Retorno de Refugiados no Período 2000-2012	177
Gráfico 24 – Reassentamento de Refugiados no Período 2000-2012	178

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Procedência dos Refugiados no Brasil	29
Tabela 2 - Contingente de Refugiados por Região de Origem	121
Tabela 3 - Dez Maiores Favelas da Cidade do Rio de Janeiro 2010	136
Tabela 4 - Principais Países de Origem Entre Refugiados	144
Tabela 5 - Tipologia dos Campos de Refugiados	169

## **Lista de Abreviaturas**

ACNUR – Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados

AFDL – Aliança das Forças Democráticas para Libertação do Congo–Zaire

AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida

CACB – Comunidade Ango-Congolesa do Brasil

CETEP – Centro Técnico de Ensino Profissionalizante

CIBAI – Centro Ítalo-Brasileiro-Americano de Apoio ao Imigrante

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONARE – Comitê Nacional para os Refugiados

FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica

HSE – Hospital dos Servidores do Estado

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MJ – Ministério da Justiça

MLC – Movimento de Libertação do Congo

MNLC – Movimento Nacional para a Libertação do Congo

ONU – Organização das Nações Unidas

PAM – Plano de Ação do México

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RCD – Rassemblement Congolais pour la Démocratie

RDC – República Democrática do Congo

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENDH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos

SESC – Serviço Social do Comércio

SETRAB – Secretaria de Estado do Trabalho e Renda

SICONV – Sistema de Convênios

SINDIPREV – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

UNICEF – United Nations Children's Fund

*“...que a importância de uma coisa não se  
mede com fita métrica nem com balanças  
nem barômetros etc. Que a importância de  
uma coisa há que ser medida pelo  
encantamento que a coisa produza em nós.”*

Manoel de Barros

## 1. Introdução

Ao iniciar as pesquisas acerca dos povos refugiados que habitam a cidade do Rio de Janeiro ainda no período do mestrado, foi possível constatar que não se tratava meramente de recapitular a rotina de busca pela sobrevivência empreendida por esses povos.

Essa discussão exigia uma abordagem mais ampla e precisa, onde inclusive já ficava bastante evidente a necessidade de rever conceitos e noções sedimentados nos diferentes âmbitos da política, das relações internacionais, da filosofia e da sociologia.

Embora essa revisão seja bastante pretenciosa e fuja aos objetivos desta pesquisa, coube considerar ao menos, a utilização de autores que possibilitassem senão uma revisão, ao menos uma análise menos voltada para aspectos já bastante utilizados na abordagem do refúgio, como ocorre nas interpretações meramente economicistas do fenômeno.

Dessa forma, foi importante verificar que, somente a partir dessa revisão, seria possível desenvolver uma reflexão mais voltada para a realidade dessas pessoas que vivenciam, contraditoriamente ao assegurado por lei, apenas um quadro de exclusão e pobreza, que dista enormemente, do cenário apregoado pelas legislações existentes.

Ao mesmo tempo em que eu aprofundava minha pesquisa com os refugiados do município, mais visível ficava a ausência de documentos ou pesquisas em minha área de formação e atuação. De fato há uma lacuna acerca do tema junto à categoria do Serviço Social tanto no que diz respeito às pesquisas acadêmicas, quanto aos estudos voltados para a prática profissional. Essa constatação foi possível após consulta aos bancos de teses e dissertações disponíveis para consulta na cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, com o objetivo de conseguir substrato para minha investigação, passei a me aproximar inicialmente dos estudantes angolanos que frequentavam a Universidade do Estado do Rio de Janeiro em virtude do intercâmbio existente entre as universidades brasileiras e angolanas e posteriormente dos trabalhadores e refugiados residentes na cidade, esses em sua maioria fruto da imigração e do refúgio.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a capital de Angola, Luanda, concentra grande número de habitantes vítimas da guerra civil iniciada nos anos 90 e que destruiu parte dos municípios, forçando assim o êxodo populacional para esta capital, bem como para outros países.

Consequentemente, esses trabalhadores viram sua condição já bastante desprestigiada ser agravada pelos conflitos locais, o que resultava em um aumento significativo de vitimização e mutilação da população civil em virtude dos combates ou em decorrência de explosões causadas pelas minas terrestres presentes em quase todo o território, mesmo depois de terminada a guerra.

Embora centrasse minha atenção nas variadas nacionalidades presentes em nosso município, como cabo-verdianos, moçambicanos, senegaleses, congolezes, venezuelanos, colombianos, iraquianos, paquistaneses dentre outros, a presença africana sempre foi maioria, permanecendo inclusive nos dias atuais.

E aqui talvez seja pertinente fazer uma ressalva acerca das diferenças existentes entre os termos refugiados e migrantes:

Um Refugiado é definido como sendo uma pessoa que teve de abandonar o seu país devido a um receio fundado de perseguição em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a um determinado grupo social, não podendo ou não querendo regressar. Migrante: é, pois, toda a pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro lugar, região ou país. É um termo frequentemente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um país, região ou lugar, não obstante existam termos específicos para a entrada de migrantes – Imigração – e para a saída – Emigração. É comum, também, falar em "migrações internas", referindo-se aos migrantes que se movem dentro do país, e "migrações internacionais", referindo-se aos movimentos de migrantes entre países, além de suas fronteiras. ([www.acnur.com/migrante.org.br/2008/acesso](http://www.acnur.com/migrante.org.br/2008/acesso) 05/05/12).

Ainda sobre as diferenças entre os deslocamentos previstos em lei, Renato Zerbini Leão (2011), coordenador geral do CONARE<sup>1</sup>, Comitê Nacional para os Refugiados, aponta ainda as presentes nos termos *refúgio e asilo*, observando que:

“(...) O refúgio é um instituto de proteção à vida. Não é simplesmente um asilo político. Apesar de aparentemente sinônimos, os termos asilo e refúgio ostentam características singulares. O asilo também pode ser uma

<sup>1</sup> . Para obter maiores informações sobre o CONARE e suas linhas de atuação, consultar: [www.acnur.com/documentos](http://www.acnur.com/documentos).

faculdade discricionária do Estado, ou seja, o Estado concede de maneira arbitrária e por essa decisão não deverá satisfação a ninguém. Trata-se de um ato soberano e ponto.

Nesse caso, a maioria da doutrina reconhece como sendo asilo diplomático.

O refúgio é um instituto de proteção à vida decorrente de compromissos internacionais (Convenção de 1951 e seu Protocolo de 1967 das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados) e, como no caso brasileiro, constitucional. É costumeiramente reconhecido pela doutrina como asilo territorial. ([www.direitoshumanos.etc.br/index/aceso/05/05/12](http://www.direitoshumanos.etc.br/index/aceso/05/05/12)).

No caso específico de refugiados e imigrantes, apesar dessas diferenças, é importante deixar claro que essas condições não se excluem. Ao contrário, apresentam vários pontos em comum, a exemplo do fato de que ambos perdem a cidadania e, conseqüentemente, o acesso aos direitos civis, políticos e sociais no lugar em que chegam.

Sob esse ângulo, eles somente podem contar com a ajuda humanitária dos organismos internacionais que os situa numa zona de indistinção onde podem ser facilmente atingidos pela intolerância.

Isso coloca a importância de pensar os direitos humanos problematizando seu caráter abstrato na prática das relações com os deslocados.

Em relação a essa questão, é interessante observar que, apesar de herdados das revoluções e declarações universais, esses direitos acabam por assumir uma condição por vezes ineficaz quando não apoiados nos princípios da cidadania. Nesse curso, se afastam da ideia original da Declaração Universal, como fica claro no fragmento abaixo:

A Declaração Universal teve sua primeira etapa concluída pela Comissão de Direitos Humanos em 18 de junho de 1948, com um projeto de Declaração Universal de Direitos Humanos, aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro do mesmo ano. Essa Declaração retomou os ideais da Revolução Francesa, representando a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade entre os homens. (Comparato, 2007).

Com isso, os direitos do homem tornaram-se inalienáveis, por supostamente serem independentes de quaisquer governos, conforme aponta artigo número dois da referida declaração:



## Artigo 2º

I) Todo o homem tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II) Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania”.

Embora proclamados no ardor dos impactos da segunda guerra mundial, esses direitos continuam encontrando dificuldade para serem cumpridos; a demonstração mais clara disso se aplica aos deslocados, pois ao deixarem de fazer parte de um governo, uma cidade, um país, perdem o que Hannah Arendt (1997) chama de “direito a ter direito”, ou seja, perdem a proteção e as garantias presentes nos governos e instituições.

Sobre esse aspecto, constata-se que boa parte dos refugiados atuais guarda semelhanças bastante profundas com os surgidos nos períodos pós-grandes guerras, pois a exemplo do que a autora citada afirmava em seu livro “Origens do Totalitarismo”, essas pessoas, uma vez fora do país de origem, “permaneciam sem lar, quando deixavam seu Estado tornavam-se apátridas: quando perdiam seus direitos humanos, perdiam todos os direitos - eram o refugo da terra”. (ARENDT, 1997, p.211).

Talvez se possa afirmar que a articulação entre esses diferentes organismos exerça papel preponderante no processo de conquista de uma nova cidadania para essas populações, embora o cenário continue bastante desafiador, principalmente pelo fato de que a simples existência de leis e direitos não garantem sua efetividade.

Sobre esta questão, (Arendt,1995, p.132) afirma que o conceito de direitos humanos baseado na existência do ser humano em si desmoronou tão logo seus idealizadores se viram face à face com pessoas que realmente haviam perdido todas as relações e qualidades específicas que os caracterizavam, restando somente sua própria existência humana.

Para ela, “O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano”.

Ser “unicamente humano” na sociedade globalizada e desterritorializada<sup>2</sup> assume significado e efeitos ainda mais perversos. Arendt (1997, p. 195), exemplifica de forma bastante clara essa questão ao falar dos

<sup>2</sup> Sobre o conceito de Globalização Baumann (1999) define que:

“Os usos do tempo e do espaço são acentuadamente diferenciados e diferenciadores. A globalização tanto divide como une; divide enquanto une — e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo.

Junto com as dimensões planetárias dos negócios, das finanças, do comércio e do fluxo de informação, é colocado em movimento um processo “localizador”, de fixação no espaço. Conjuntamente, os dois processos intimamente relacionados diferenciam nitidamente as condições existências de populações inteiras e de vários segmentos de cada população. O que para alguns parece globalização, para outros significa localização; o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilidade galga ao mais alto nível dentre os valores cobiçados — e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratifica dor de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos. Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento.

Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança. E no entanto os efeitos dessa nova condição são radicalmente desiguais. Alguns de nós tornam-se plena e verdadeiramente “globais”; alguns se fixam na sua “localidade” — transe que não é nem agradável nem suportável num mundo em que os “globais” dão o tom e fazem as regras do jogo da vida.

Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social. Os desconfortos da existência localizada compõem-se do fato de que, com os espaços públicos removidos para além do alcance da vida localizada, as localidades estão perdendo a capacidade de gerar e negociar sentidos e se tornam cada vez mais dependentes de ações que dão e interpretam sentidos, ações que elas não controlam — chega dos sonhos e consolos comunitaristas dos intelectuais globalizados.

Uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão. As tendências neotribais e fundamentalistas, que refletem e formulam a experiência das pessoas na ponta receptora da globalização, são fruto tão legítimo da globalização quanto a “hibridização” amplamente aclamada da alta cultura — a alta cultura globalizada.

Uma causa específica de preocupação é a progressiva ruptura de comunicação entre as elites extraterritoriais cada vez mais globais e o restante da população, cada vez mais “localizada”. Os centros de produção de significado e valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais — o que não se aplica, porém, à condição humana, à qual esses valores e significados devem informar e dar sentido.

Com a liberdade de movimento no centro, a atual polarização tem muitas dimensões; o novo centro dá um novo verniz às distinções tradicionais entre ricos e pobres, nômades e sedentários, “normais” e anormais ou à margem da lei. (Idem, p. 08.)

Já Rogério Haesbaert (1994) destaca que: “Multiterritorialidade aparece como uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade.

Assim, a desterritorialização seria uma espécie de “mito” (Haesbaert, 1994, 2001b, 2004), incapaz de reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais. Assim, afirmamos que, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. (Haesbaert, 1994:214)

Estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam”. ([http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura\\_y\\_urbanismo/acesso](http://mazinger.sisib.uchile.cl/repositorio/ap/arquitectura_y_urbanismo/acesso) 21/08/2011)

apátridas, para quem a perda da cidadania significaria a expulsão da humanidade, colocando em xeque a efetividade dos direitos humanos aos expelidos do que chamou “trindade Estado/povo/território”.

Ao abordar a problemática dos refugiados hoje, observa-se que suas causas são bastante distintas, mas se nota também que existe entre elas um ponto comum, pois trata-se do caso do aprofundamento da resistência do mundo em recebê-los e reconhecer os seus direitos<sup>3</sup>.

É provável que isto se deva em boa parte ao fato de que a partir de 1990 com as crises do capital que exigiram reestruturações em grande parte dos países, as economias foram se fechando e traçando novas fronteiras não essencialmente territoriais, e que assumem configurações diferentes, inclusive virtuais, que dão lugar ao rechaçamento dos refugiados, gerando novas formas de exclusão.

Considerando a atual problemática das fronteiras e das cidades, pretende-se aqui avançar no sentido de compreender quais os lugares ocupados pelos seres humanos nessa nova territorialização, em que se privilegia o fim das limitações comerciais e econômicas, garantindo livre fluxo de capitais em detrimento do próprio fluxo da vida humana.

É necessário considerar que ao mesmo tempo, este conceito de territorialização traz no seu interior outro vértice bastante representativo para esta discussão, que é a questão da mobilidade.

Baumann (1999, p. 45), por exemplo, ratifica a ideia de que essa mobilidade passou a ser fundamental para as elites globais no sentido de que a mesma tornou-se um fator de estratificação humana, definindo inclusive o lugar das pessoas no mundo.

Este autor aponta inclusive para a existência de novas territorialidades descoladas do local, territorialidades essas que não são físicas e não possuem uma corporalidade. Isso faz com que a realidade passe a ser vista sob novos critérios de elegibilidade e permeadas por novas relações de poder.

Para ele a relação imposta pelo novo formato de território e de mobilidade foi estabelecida de modo bastante próximo, como se fazendo parte de uma mesma moeda. Ressalta, porém, a separação permanente entre as partes dessa moeda

---

<sup>3</sup> As fronteiras de alguns países são intensamente guardadas, tornando-se praticamente fortalezas impenetráveis para migrantes ou refugiados.

onde as pessoas somente conhecem seu lado, sem tomarem conhecimento da outra face.

Esse processo conduz ao surgimento de novos tipos de sociabilidade, provocando transformações profundas na vida e no cotidiano das pessoas e na efetivação de seus direitos. Pensando essa questão no Brasil, é preciso considerar, a exemplo de Milton Santos (2001), o fato de que as elites locais nunca apregoaram de forma veemente a criação e o cumprimento dos direitos de forma ampla, defendendo outrossim, privilégios corporativos.

O que se viu aqui foram ensaios para a implantação de uma política social mínima, sempre oscilante entre os interesses de um poder local, patrimonialista, e as necessidades reais da população.

A esse respeito, Ana Clara Torres Ribeiro (2004) fala inclusive do surgimento do “capital territorial”, ou seja, de acordo com essa nova configuração social, globalizada e mundializada, ocorre acirrada disputa por parte das elites e da população excluída em busca de novas formas de lucro no caso da primeira, e de novas estratégias de inserção e sobrevivência por parte da última.

Levando-se em conta toda a problemática que envolve esse contexto é que se pretende neste trabalho puxar o fio do novelo que envolve o processo de perda dos direitos humanos no curso dos movimentos migratórios contemporâneos e na fixação dos migrantes na cidade.

Esse fio metodológico será construído por meio da investigação do campo de objetivação dos direitos humanos que se articula em termos dos direitos civis, políticos e sociais.

Aliada à ideia de que o acesso no Brasil aos direitos foi e é basicamente um problema político, parte-se do pressuposto de que os deslocados sempre foram excluídos desse campo. Para falar de forma metafórica é como se eles tivessem “nascido no movimento” ou nunca tivessem estado aqui. Eles só podem ser evocados no registro do silêncio onde o aparecimento da violência é a regra.

Sem aparecer no cenário político, os deslocados são subsumidos no mundo natural, podendo no máximo ser objeto de “técnicas políticas”, mas nunca sujeitos políticos; situados em uma zona de indistinção claramente admitida, eles ficam

dependentes dos cuidados do Estado, que em última instância desembocam no controle<sup>4</sup>.

Resumindo, pode-se aventar a hipótese de que o tratamento dos refugiados se insere no bojo de relações de poder que, externos a eles, são mais bem conformados em termos de “técnicas políticas” do que de processos políticos<sup>5</sup>.

Com base nesse pressuposto, pode-se dizer que a política dos Direitos humanos aplicada aos deslocados sempre escapa às legislações internas dos países que os acolhem e que essa evidência se apoia na presença de instituições que fazem a mediação entre essas populações e as instituições que regulam a sua inserção social.

Observa-se que esses pressupostos procuram aliar o corte teórico ao corte histórico evocando o passado não como repetição, mas como fulgurações da história que ressurgem dos escombros para iluminar o presente<sup>6</sup>. Assim, os cortes históricos dimensionados não serão analisados em todos os seus ângulos, servirão apenas de referência para a investigação da questão migratória na contemporaneidade e na cidade do Rio de Janeiro<sup>7</sup>.

Esses princípios teórico/metodológicos foram se sobressaindo da reflexão sobre a bibliografia na área e sobre a aproximação progressiva ao trabalho de campo. Ambos os movimentos permitiram chegar a algumas variáveis que orientaram a estruturação dos instrumentos de pesquisa.

Após marchas e contramarchas, as variáveis ganharam o formato que segue:

- a) Representação sobre a política brasileira de refúgio;
- b) Grau de satisfação com as condições socioeconômicas;
- c) Grau de satisfação com processo de readaptação no Brasil
- d) Expectativas pré e pós-refúgio;

Quanto aos instrumentos de pesquisa, em coerência com a metodologia, a escolha incidiu na entrevista semi-estruturada que, seguida de um roteiro e de um diário de campo, propiciou não apenas a fluidez das informações mais a atenção

<sup>4</sup> A esse respeito, ver : OLIVEIRA. F e RIZEC. C.A Era da Indeterminação. São Paulo. Ed. Boitempo, 2007.

<sup>5</sup> Processos políticos demandas políticas sociais amplas. Técnicas políticas são ações circunscritas às demandas locais.

<sup>6</sup> . Nisso eu me inspirei na perspectiva dialética de Benjamin no livro de Michel Lowi (sexta tese)

<sup>7</sup> . A abordagem a cidade aparece neste trabalho no intercurso da reflexão e de forma mais específica na pesquisa empírica.

aos elementos inesperados que irrompiam no discurso e nos gestos, vazando e ampliando o sentido das categorias pré-estabelecidas. Ali eu me dava conta da importância do sujeito na construção/reconstrução da realidade assim como dos seus limites.

Nessa perspectiva, eu passei a entender como Minayo (1994) que, se a ação humana não pode ser compreendida independentemente do significado que o sujeito lhe confere, ela também não pode ser reduzida à interpretação que ele faz dela.

Desconstruir as ambiguidades, no caso, e voltar à teoria para confirmar-negar os caminhos críticos traçados foi um instigante processo de aprendizado que eu atribuo em parte às surpresas do trabalho de campo.

Nesse sentido, se privilegiou também nesse momento, os espaços extra-oficiais, como os locais de trabalho, ambientes destinados ao lazer e ao encontro de compatriotas, igrejas e associações, posto que durante meu trabalho anterior com essa população, a pesquisa ficou limitada à instituição que no Rio de Janeiro (Cáritas Arquidiocesana) é responsável pela recepção e por providências a documentação básica para os recém-chegados.

O deslocamento da pesquisa do ambiente institucional para os locais de vida, trabalho e sociabilidade permitiu a inclusão de variáveis que contemplam inclusive, a questão territorial na análise dos grupos a serem estudados.

Essa articulação pode permitir apreender e revelar a história desses grupos de maneira mais abrangente na medida em que problematizará a perda ou ocupação do território como ponto de partida para compreender-se a complexidade dos deslocamentos contemporâneos, ratificando ao mesmo tempo a afirmação feita por Milton Santos (1994), de que “A história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno”, (p.17)

Citando agora a estrutura do presente trabalho, o primeiro capítulo contém o resgate histórico dos movimentos migratórios iniciados ainda no século XVI, durante o Brasil colônia, passando pela Constituição do Estado Nacional e as novas levas de trabalhadores trazidos após o fim do tráfico negreiro. Tal resgate teve o propósito de articular o presente ao passado, para melhor entender a crise da contemporaneidade e o lugar do refúgio nela.

Sabe-se que esse movimento tem certos riscos, mas se preferiu enfrentá-los, entendendo que o mesmo poderia esclarecer melhor, o sentido dessa problemática na atualidade.

Nesse capítulo se inicia a problematização a respeito do controle sobre a vida das populações deslocadas e a crescente intolerância do mundo em reconhecê-los como sujeitos detentores de direitos.

Assim toma o conceito de Estado de Exceção como referência para pensar a noção de biopoder, pondo em cheque a tese da universalização dos direitos humanos. Direitos que embora ainda estejam presentes na agenda pública dos Estados-nação, ainda padecem da falta de uma real efetivação na vida dos excluídos e, de forma especial, no cotidiano dos deslocados.

No segundo capítulo, a análise retoma a problemática dos Direitos Humanos, problematizando os desafios presentes no ato de migrar e de acolher. Indagando a exemplo de Hannah Arendt (1995), a respeito da efetividade e do papel da política no processo de apreensão do fenômeno dos deslocamentos contemporâneos.

Destaca, ainda que de forma breve, o cenário das políticas migratórias no cenário latino americano e brasileiro durante os períodos de exceção.

Com o objetivo de contextualizar mais amplamente essa questão, o terceiro capítulo discorrerá inicialmente sobre a pesquisa de campo realizada com refugiados no município do Rio de Janeiro e que contemplou tanto o espaço institucional da Cáritas Arquidiocesana, quanto os Bairros de Brás de Pina e Centro, onde boa parte dos entrevistados reside e estabelece também ali, os novos vínculos com a população local.

Ao mesmo tempo procurará estabelecer diálogos com o cenário mundial onde foi possível verificar durante esse estudo que, embora distantes geograficamente, os refugiados, muitas vezes vivenciam os mesmos desafios no que diz respeito às dificuldades em exercerem seus direitos garantidos pelas inúmeras legislações internacionais.

No quarto e último capítulo será feito um movimento de abordagem panorâmica dos deslocamentos contemporâneos, bem como dos novos desafios propostos, principalmente no que tange à postura dos Estados-nação que recebem as populações refugiadas.

Também se discorrerá sobre as contradições presentes na elaboração e aplicação das políticas migratórias desses países, e que se mantêm baseadas em um modelo contratualista, voltado à manutenção da soberania do Estado em detrimento dos próprios cidadãos. A conclusão retomará algumas problematizações feitas ao longo do presente estudo, destacando os desafios que se conformam no universo do refúgio.



## 2. O Processo Migratório Brasileiro: um lugar para pensar o refúgio.

“Não há maior dor no mundo que a perda de sua terra natal”  
Eurípedes, 431 a.C.

Durante boa parte da história, o conceito de Diáspora serviu quase sempre como sinônimo ilustrativo do êxodo judaico iniciado no ano 135 D.C ou esteve diretamente ligado aos deslocamentos maciços ocorridos no continente africano. Para além dessa dicotomia africana e judaica, o conceito de Diáspora pode ser melhor compreendido se forem consideradas suas diferentes configurações ao longo dos períodos históricos aos quais está circunscrito.

Ao consultar o Dicionário de Relações Étnicas e Raciais (1998) verifica-se que “o conceito tem origem nos antigos termos gregos *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar ou dispersar) e está associada às ideias de migração e colonização da Ásia Menor e do Mediterrâneo (800 a 600 a.C)” (p. 349). O termo também assumiu conotação negativa e mesmo de maldição, ao fazer referência à saída e dispersão dos povos hebreus que haviam se exilado na Palestina depois da conquista pelos babilônicos.

Dessa forma, o sentido positivo ao qual a palavra estava relacionada, muda significativamente, passando a ser interpretada como sinônimo de opressão e vitimização, daí a noção de diáspora assumir quase que de forma integral, as feições do êxodo forçado, carregado de dor e sofrimento. Encontra-se também na *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana* (Lopes, 2004), “a conceituação da diáspora como um termo que serve para designar, por extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram”. (p.236).

Ainda nessa direção, Marilise Reis (2010) registra que:

“o termo é também concebido como uma forma de conscientização, na qual a diáspora passou a significar simultaneidade de consciência de pátrias e culturas (Gilroy, 2001), da qual resulta o sujeito diaspórico, o sujeito híbrido, que não se refere a uma composição racial mista da população, mas a um processo de tradução cultural que nunca se completa, uma vez que está em constante negociação, e sua experiência perturba modelos fixos de identidade cultural (Hall, 2003)”. Assim, a diáspora é compreendida como uma

espécie de experiência intelectual e de consciência identitária, podendo, portanto, ser definida como um espaço de tensão, no qual perdas e ganhos são vivências com as quais os sujeitos em diáspora têm de lidar cotidianamente.

Cabe ressaltar que o termo diáspora é igualmente empregado como uma metáfora de deslocamentos, de desterritorializações que muda e amplia a própria noção de afastamento geográfico, na medida em que a diáspora pode manifestar não apenas um deslocamento corpóreo, mas também imaginativo<sup>8</sup>. Essa concepção fundamenta-se no conceito mais ontológico do ser deslocado: o *unheimlichkeit* heideggeriano, ou seja, o sentimento que o sujeito experimenta de “não estar em casa” (Hall, 2003). Portanto, podemos conceber a diáspora para além da sua concepção como formação social (migração voluntária ou forçada), como um tipo de consciência e como um modo de produção cultural. Por isso, quando se ousa propor o sentido abrangente de diáspora o que se pretende é provocar um deslocamento das análises que procuram a estrutura de uma identidade fechada ou a ancoragem definitiva em elementos estabelecidos no papel ou na história em direção à construção do desarranjo e dos deslocamentos de signos, num movimento que possibilita a multiplicação de leituras, releituras e possíveis significações em torno de questões que envolvem identidades e identificações”. (p. 37)

No entanto, pode-se perceber que embora o conceito de diáspora esteja intrinsecamente ligado à própria história da mobilidade humana, a definição do termo está bem longe de ser definitiva, provavelmente porque o mesmo nem sempre esteve em voga ou foi levado em conta nas análises acerca das novas conformações demográficas inclusive em boa parte do século XX.

Isso se deveu em parte ao fato de que o espaço das sociedades esteve a maior parte do tempo ligado aos Estados Nacionais, ou seja, a definição do mesmo estava atrelada ao de Estado-Nação” (Sorj, 2002, p. 45).

Porém, as novas configurações territoriais estabelecidas com a globalização, bem como o surgimento de fronteiras que não são meramente territoriais, forçaram novas formas de análise sobre os deslocamentos que avançaram para além dos limites antes impostos pelos Estados Nacionais.

Isso despertou inclusive, o interesse de pesquisadores de áreas diversas acerca do tema, é justamente essa diversidade que traz provavelmente um avanço na compreensão da Diáspora contemporânea, sobretudo no que ela tem de fenômeno social.

Em uma análise em que destaca a Diáspora como um conceito central para a compreensão da mobilidade contemporânea, Bernardo Sorj (2002) argumenta que na atualidade, há o que chamou de “explosão de diásporas”, isso ocorre segundo ele, pelo fato de que toda emigração se auto define e se representa como diáspora.

Isso fez com que as ciências sociais passem a nomear as antigas comunidades de migrantes como sendo de grupos humanos deslocados de seu território de origem. Para Sorj (op.cit) a diáspora transformou-se em fator de grande importância na política mundial, ganhando destaque internacional dada a capacidade que a mesma tem de mobilização frente às forças dominantes já estabelecidas.

O autor relata que:

“o surgimento de novas identidades diaspóricas está relacionado à transferência maciça de populações no mundo contemporâneo, aos novos sistemas de comunicação e transporte, à crise do Estado-Nação como principal foco de normatização ideológica e ao descolamento da criação de identidades dos marcos políticos e ideológicos tradicionais (p.03)

Porém confere maior destaque à capacidade mobilizadora que os deslocamentos trazem, como é possível observar no fragmento abaixo:

“apesar dos desejos de boa parte dos cientistas sociais de enxergar nas diásporas um instrumento de resistência às estruturas dominantes, o que inspira boa parte das novas diásporas é seu sucesso como mecanismo de organização que permite a solidariedade em condições adversas, a mobilidade social, a integração no sistema do poder e a participação no sistema político nacional e internacional” (p.06).

Ele ainda indica que a diáspora deve ser apresentada de modo mais definido onde fique mais clara sua associação a instituições, expondo ainda sua forma de operar no âmbito local e internacional. O grande desafio para as ciências sociais segundo ele, “é reconstituir as diversas camadas de temporalidades – inclusive a global – e as instituições que as sustentam, pensar como surgem, se transformam ou desaparecem, explicar seus conflitos e interações e como são absorvidas e negociadas pelos indivíduos, grupos e culturas” (Sorj, op. cit, p.15).

Desse modo, a Diáspora poderá ser experimentada, relatada e vivenciada positivamente, identificando-a com uma origem histórica, ou de forma negativa, como uma experiência de discriminação, exclusão e vitimização.

No entanto, ao situar a discussão deste conceito particularmente na América Latina o que se tem na verdade é o registro dos efeitos traumáticos da experiência colonial aqui apreendida. Dessa forma, a Diáspora assume, especificamente no Brasil, a face africana, simbolizada pelas imensas levas de escravos trazidos ao longo de séculos e posteriormente substituídos pela população europeia e do continente asiático.

Dessa forma, a citação poética de Eurípedes presente no início desta discussão, é uma metáfora que serve para introduzir a discussão da migração e do refúgio na forma como eles se deram ao longo da história do Brasil, visto que o país sempre conviveu com estes fenômenos, desde o período de sua ocupação no século XVI através da presença portuguesa, até os dias atuais.

Se no início esse processo era marcado pela mão-de-obra africana, substituída no século XVIII pelos europeus, hoje, no que diz respeito ao refúgio, de acordo com dados do CONARE<sup>8</sup>, o processo é adensado pela presença de povos de cerca de 79 nações diferentes, embora se observe uma preponderância de africanos seguidos de latino-americanos:

---

<sup>8</sup>O Conare - Comitê Nacional para os Refugiados é o órgão colegiado, vinculado ao Ministério da Justiça, que reúne segmentos representativos da área governamental, da Sociedade Civil e das Nações Unidas, e que tem por finalidade:

- analisar o pedido sobre o reconhecimento da condição de refugiado;
  - deliberar quanto à cessação “ex-officio” ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;
  - declarar a perda da condição de refugiado; orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência, integração local e apoio jurídico aos refugiados, com a participação dos Ministérios e instituições que compõem o Conare; e
  - aprovar instruções normativas que possibilitem a execução da Lei nº 9.474/97.
  - O Comitê é composto por representantes dos seguintes órgãos:
  - Ministério da Justiça, que o preside;
  - Ministério das Relações Exteriores, que exerce a Vice-Presidência;
  - Ministério do Trabalho e do Emprego;
  - Ministério da Saúde;
  - Ministério da Educação;
  - Departamento da Polícia Federal;
1. Organização não governamental, que se dedica a atividade de assistência e de proteção aos refugiados no País – Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro; e
  2. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, com direito a voz, sem voto.

### Refugiados no Brasil

Região de Procedência	Nº. Refugiados reconhecidos
África	2528
América do Norte	1
América do Sul	451
Ásia	437
América Central e Caribe	410
Europa	101
<b>Total</b>	<b>4689</b>

Tabela 1 - Procedência dos Refugiados no Brasil

Vale lembrar que embora tenha sido reconhecidamente oficializada a presença de 4689 refugiados pelo Conare, isso diz respeito somente aos que possuem situação regularizada ou em vias de regularização.

Este órgão aponta os principais grupos de solicitantes de refúgio como sendo compostos por pessoas de países como Angola, Colômbia, República Democrática do Congo Síria, Mali e Costa do Marfim.

Há, porém, outra parcela dessa população que se encontra fora das estatísticas e que possivelmente é bastante expressiva: são os ilegais ou indocumentados, que por várias razões não tiveram sua situação reconhecida.

E aí se poderia enumerar variáveis diversas sobre as causas de tal fenômeno, mas dadas as limitações do presente trabalho talvez se possa afirmar (com base nos dados e entrevistas realizadas) que isso se deve em parte pelo desconhecimento por parte dos refugiados, de leis e tratados sobre sua condição e seus direitos.

Por outro lado, a deficiência e mesmo ausência de órgãos e estruturas mais ampliadas para fazer o atendimento aparece como um dado bastante preocupante<sup>9</sup>.

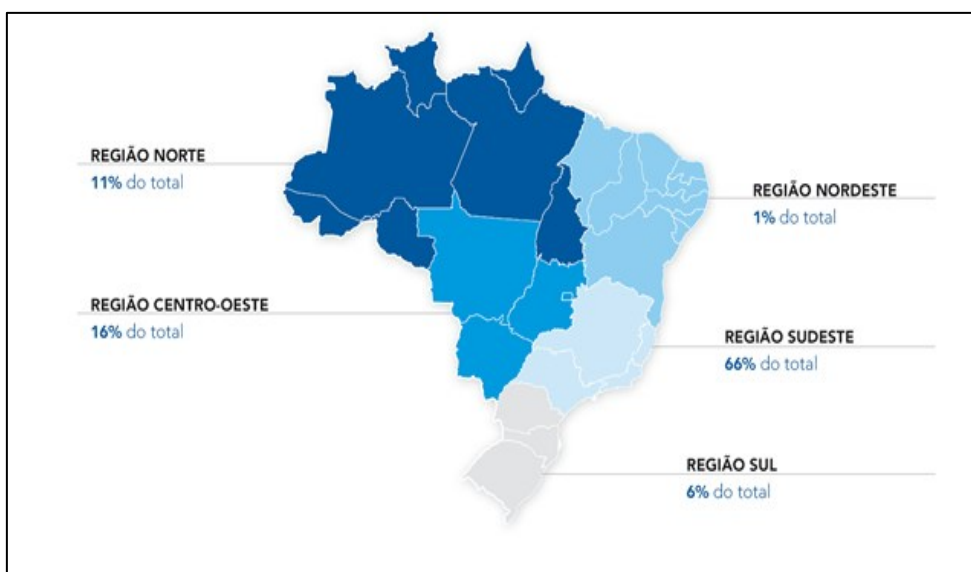
Embora o cenário brasileiro não esteja entre os mais estruturados para receber refugiados, o fato é que continua fazendo parte do destino de muitos povos, e os motivos atuais pelos quais eles chegam ao nosso território diferem, como já apontado, dos orientados pelas primeiras levas migracionais, que à exceção da mão-de-obra escrava, procurava o Brasil como possibilidade de prosperidade e fartura.

<sup>9</sup> As políticas migratórias de Estado serão discutidas mais à frente nos capítulos 3 e 4.

Atualmente, segundo dados do CONARE em 2012, a conformação dos povos se concentra em sua maioria na região sudeste, sendo os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro os que mais recebem refugiados.

Esses estados são seguidos pelos do Centro-oeste, que concentram 16% dos deslocados, ficando a região norte com 11% do total.

As regiões Sul (6%) e Nordeste (1%), são as áreas que registram menor densidade populacional de povos em êxodo, conforme se pode observar no mapa a seguir:



Concentração de Refugiados por Região

Fonte: ACNUR (2012)

Para autores como Roberto Marinucci (2003), os movimentos migratórios contemporâneos nada mais são que um reflexo do cenário mundial, ou seja, registram as assimetrias das relações socioeconômicas, apontando as contradições das relações internacionais, catalisadas pela velocidade trazida pela globalização.

Observa-se que esse autor privilegia o registro mais estrutural fazendo a relação entre os avançados e os periféricos. Outros, mais voltados para as questões humanitárias, consideram essa questão sob o viés dos direitos humanos acenando assim para a relação entre os direitos civis, políticos e sociais.

Nessas abordagens ganham visibilidade as questões que incidem sobre os refugiados, expulsos ou fugidos de seus países por razões dentre as quais pode-se apontar “a proliferação dos conflitos e das guerras, o terrorismo e os movimentos marcados por questões étnico-religiosas, que não deixam de trazer no seu interior,

o problema do direito à vida bem relativizado pela economia globalizada” (ALMEIDA, M. 2008).

Falando ou trazendo essa discussão especificamente para o Brasil, fazer o caminho de volta talvez seja o primeiro passo para resgatar e compreender os diferentes perfis que este movimento adquiriu ao longo da história colonial e republicana, chegando então ao que pode ser interpretado como sua forma mais complexa nos dias atuais.

É importante observar preliminarmente a estreita relação existente entre o fim do tráfico negreiro e a explícita intenção de determinar o perfil desejado pela corte para o que viria a ser o primeiro grande fluxo migratório.

Na verdade, as definições acerca da raça e do modo de vida desses imigrantes havia tido início bem antes da abolição. Para Luiz Felipe de Alencastro (1997), já em 1810 constavam no quadro dos tratados anglo-portugueses.

Um exemplo disso pode ser ilustrado através da primeira tentativa, em 1815, de trazer parte dos exércitos desmobilizados para o Brasil após longo período de guerras, incluindo a derrota de Napoleão, os quais haviam ficado sem perspectivas em uma Europa devastada.

Parte deste contingente desejava emigrar para a América e nesse sentido foi feita a primeira tentativa de mandá-los ao Brasil, tentativa rapidamente rechaçada pelo Rei, que não queria em suas terras colonos de formação protestante.

Aqui é possível identificar a presença sutil do traço excludente, ou do olhar com reservas para o “estrangeiro”, buscando-se sempre afastar alguma ameaça ao desenvolvimento e equilíbrio da colônia.

Essa tradição vai marcar a história do país como uma nação que apresenta dificuldades originais de reconhecer o outro como portador de direitos, permanecendo nos dias atuais e de forma ampliada ao atingir não somente os cidadãos locais, mas os “estrangeiros contemporâneos”, personificados nas figuras dos refugiados e imigrantes.

O cunho higienista que aparece posteriormente no marco dos planos de integração da cidade do Rio de Janeiro no concerto civilizatório é um exemplo da permanência dessa tradição que forjou todo o processo de desenvolvimento do Estado Nação.

Porém, já no período imperial segundo Moreira (2012), ela estava presente em estratégias desenvolvidas com o objetivo de conferir um perfil mais europeu

principalmente à cidade do Rio de Janeiro, capital do império. Para tanto adotou uma tarifação bastante alta para a compra de escravos africanos, destinando parte dela à aquisição de ações do Banco do Brasil, sendo seus rendimentos utilizados para financiar a primeira colônia branca, mais precisamente suíça, localizada em Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Ainda assim, o império português exigia que além de brancos os imigrantes deveriam ser católicos, punindo com “multa e dispersão do culto, o ato de celebrar em casa ou edifício que tenha alguma forma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra religião que não seja a do Estado” (Código Criminal do Império, 1830, artigo 276 ).

Sobre esta restrição do governo português, Luiz Felipe Alencastro (1997,op.cit) credita ao catolicismo institucional da época parte do atraso da imigração europeia para o Império. Havia ainda neste cenário intenso jogo de interesses, onde o que mais importava não era simplesmente quem viria substituir a mão-de-obra escrava, mas principalmente a quem essa massa de trabalhadores serviria:

Dessa forma, se viesse trabalhar para fazendeiros, em propriedade privada, não havia restrição ou exigência, podendo o imigrante pertencer a qualquer raça, porém se desejasse desenvolver atividade autônoma, deveria então, atender às exigências feitas pelos funcionários do Império.

Esse distanciamento entre as visões dos fazendeiros e do Império alimentou forte antagonismo entre as partes, pois ambas defendiam interesses próprios e corporativistas, principalmente porque traziam no seu interior diferentes interpretação para a ação do Estado e para a política de imigração a ser implantada.

De um lado tinha-se então, os comerciantes e grandes proprietários de terra que desejavam a todo custo garantir o pleno funcionamento de suas propriedades e transações comerciais, ansiosos por qualquer tipo de mão-de-obra disponível, não fazendo qualquer exigência quanto ao perfil dos trabalhadores, preocupados que estavam em substituir de qualquer forma, a ausência dos escravos no eito.

Na outra ponta da questão, estavam o Império e a chamada intelectualidade da época, que via na imigração, a possibilidade de civilizar e embranquecer o país. (ALENCASTRO, 1997)

Durante esse período ficou bastante claro que os critérios preponderantes para a escolha do perfil dos imigrantes que viriam para o país estavam ainda



presos a antigas definições que remontavam ao período anterior ao século XV, onde a aversão entre os grupos sociais e humanos baseava-se principalmente em credos religiosos, não estando diretamente ligados ou relacionados às questões de raça bem como aos antagonismos existentes em seu interior.

A preponderância do fator religioso é auferida por Alencastro (1997,op.cit), justamente quando este autor chama a atenção para o fato de que o catolicismo apregoadado pelo Estado monárquico contribuiu de forma relevante para frear a imigração europeia no Império, pois era vedada a recepção de imigrantes ou colonos protestantes. No caso do Brasil, essa ideia não se aplicava, já que seus dirigentes eram todos católicos.

Essa narrativa reafirma o traço marcante de uma sociedade ainda não inserida no chamado processo civilizatório moderno e, portanto, “onde a ideia de direito ainda soa como estranha aos padrões vigentes; dominados pelos critérios religiosos estes padrões relacionavam desenvolvimento a ideia protestante e o atraso a visão católica de mundo”. (Ribeiro, 1878).

Tais convicções eram rejeitadas principalmente pelo fato de que muitos povos da Europa alcançaram grande desenvolvimento, mesmo tendo formação católica. Para Ribeiro (op. cit.), os elementos correlatos desta questão são mais explicativos.

Um bom exemplo deles, é a questão da alfabetização entre os protestantes, que tinha como objetivo a leitura da bíblia, mas que colaborou de forma significativa para o maior desenvolvimento nas áreas com esse perfil religioso, estendendo a educação primária para a quase totalidade de sua população, ou seja, cerca de 80%.

Dessa forma, é fácil concluir que, as populações protestantes encontravam-se em melhores condições de enfrentar os desafios existentes, bem como, adaptar-se às mudanças. Diferentemente dos povos que viviam e difundiam seus saberes por meio de tradição oral e que se viram de uma hora para outra, subjugados a uma forma de poder e de opressão religiosa fundamentalista. (RIBEIRO, 1978).

Para este autor, o catolicismo pode ter contribuído para fomentar o atraso de determinadas colônias e regiões, “comprometendo a igreja com o movimento de colonização, transformando-a em força auxiliar do braço secular, ao mesmo

tempo em que oficializava sua intolerância em face dos infiéis e incrédulos” (Idem, p.73).

Dessa forma, durante o período colonial a Igreja passa a perseguir e queimar hereges. Embora essa prática não fosse de sua exclusividade, uma vez que também esteve presente entre os protestantes, no seu interior tal perseguição avança para além do fanatismo religioso, passando a fazer parte do Estado, institucionalizada que é, por meio da Inquisição

A esse respeito é notório ressaltar que embora a postura religiosa preponderasse no Império, não se manifesta de forma tão incisiva quanto no período colonial, mas preservava também no seu interior, fortes traços racistas. Um exemplo disso foi o próprio tráfico negreiro, onde a argumentação depreciativa de superioridade étnica serviu como liga para justificar perante a sociedade escravocrata a sujeição dos povos africanos por longo período.

Para Maria Luiza Tucci Carneiro (2005), mesmo quando os preconceitos ainda não haviam se desenvolvido de forma mais ampla na Metrópole Portuguesa, (e aqui acrescento o Brasil colônia) parte da população, como administradores coloniais, comerciantes e colonos de pequenos rincões do país, manifestavam através de suas relações com indígenas, negros e cristão-novos atitudes de superioridade racial, que justificavam a utilização e subjugo dessas populações em seus negócios.

Em geral, o grupo discriminador atribui ao grupo minoritário opiniões inexatas, ridicularizando-o por seu aspecto físico ou cultural, aplicando a todos certas características individuais. Por exemplo, “os negros eram apresentados como brutais e estúpidos, sujos e imorais, os judeus como exploradores, ou desonestos; enquanto que os ciganos eram vagabundos, trapaceiros, imundos, vadios e ladrões. (Idem).

É claramente possível identificar que essas posturas serviram aos interesses políticos e econômicos dos países colonizadores que objetivaram subjugar imensos contingentes populacionais da América, África e Ásia. E foi justamente em nome desses interesses que se verifica no Brasil como o quesito religião foi sendo substituído durante os períodos colonial e imperial pelo de raça, principalmente nos momentos que antecederam a abolição.

Dessa forma, utilizou-se a mão-de-obra escrava por quase quatro séculos, sendo a mesma substituída pela mão-de-obra europeia, e que também tinha entre outros objetivos, o de dissipar a forte presença africana no país.

Outro exemplo a ser dado era a grande tensão existente entre fazendeiros e altos funcionários imperiais, para quem o fim do tráfico negreiro representava a oportunidade esperada por boa parte deles de “civilizar” a sociedade através da reocupação do território brasileiro em favor da população branca e europeia.

Enquanto que para os grandes latifundiários a questão da raça não ocupava lugar privilegiado, acarretando apenas uma substituição do trabalho escravo praticado pelos negros, pelas mãos e corpos chineses, dessa forma, eram indiferentes ao embranquecimento da população, pois a troca de trabalhadores no cabo das enxadas significaria apenas, em termos de etnias, um amarelecimento da força de trabalho.

Essa forma de ver o problema não incidia de modo imediato na prática, porque para os administradores do império e da República o que importava era a incorporação de contingente populacional branco.

Para Luiz Felipe Alencastro (1997, p. 295), a questão do trabalho desembocava diretamente na questão nacional porque a perspectiva da esfera privada foi na verdade a que deu forma à vida pública brasileira. Assim, no reverso da discussão sobre imigração o que se desenhava, mesmo que de maneira confusa e contraditória, era a questão da nacionalidade.

O problema da Nacionalidade no Brasil sofria influência direta dos movimentos de unificação dos Estados nacionais europeus, onde fatores como a homogeneidade nos mais variados aspectos da vida social, cultural e política, se configuraram como indispensáveis para a viabilização das chamadas nações modernas.

Para avizinhar-se das nações modernas, o Brasil precisava encontrar minimamente uma via convergente para concretizar seu projeto de Nação, bipartido entre os interesses dos grandes proprietários de terra e pelas correntes políticas e altos funcionários imperiais, comprometidos em modernizar o ambiente rural que preponderava no país.

Neste embate, é impossível ignorar mais uma vez, a presença da questão racial, pois conforme relata Alencastro (1997, p. 296), o primeiro grande enfrentamento ocorrido entre as partes envolvidas se deu justamente em razão do

recebimento da primeira leva de imigrantes que seriam chineses, rechaçada prontamente pela oligarquia política, que os definia como indolentes e supersticiosos. Conforme é possível conferir na citação abaixo:

Na Câmara, um deputado havia declarado: “Quando procurávamos escoimar a nossa civilização da barbárie africana, vamos colonizar o Império com o indolente asiático, escravo da rotina e da superstição”. Em resposta, ao deputado, o Ministro do Império Couto Ferraz, futuro visconde de Bom Retiro, explica os motivos que, a seu ver, tornavam os chineses menos comprometedores: “O Chim não sai do seu país, senão com o fito de adquirir algum dinheiro, formar um pequeno pecúlio, e sempre com a ideia fixa e com a condição expressa de regressar ao seu país no fim de três, quatro ou cinco anos (...) jamais o governo tivera a ideia de querer aumentar a população brasileira por semelhante meio”. (idem. p. 296-7).

Essa visão repercutia em um projeto da Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro, que objetivava, em 1857, estimular o recebimento de imigrantes africanos livres. Porém, nem chineses e muito menos africanos chegaram a ser recebidos pela sociedade local. Primeiramente porque foi realizado um veto cultural e político contrário à vinda dos trabalhadores asiáticos, o que anulou a possibilidade de aprovação do Projeto em tramitação. (Alencastro, 1997, idem).

Iniciavam-se então as grandes dissensões entre fazendeiros e a Coroa, pois com a abolição, os primeiros objetivavam instrumentalizar o Estado, enquanto que os burocratas do Império estavam mais concentrados em trazer colonos para dar maior viabilidade ao país, rompendo com a tradição de latifúndio exportador que mantinha-se através da utilização de proletários rurais estrangeiros, que em muitos momentos assemelhavam-se bastante, aos escravos, dada a precariedade em que viviam.

Outras tentativas de trazer imigrantes chineses e de outros países da Ásia foram rejeitadas sob a alegação das diferenças culturais. Luiz Felipe Alencastro (1997, op. cit.) anota que mesmo no período republicano, mais precisamente no ano de 1890, foi proibida a entrada de africanos e asiáticos no país.

Porém, sob pressão feita pelos grandes produtores de café, que necessitavam e dependiam dessa força de trabalho, o Governo cede e suspende,

em 1892, o veto à entrada de trabalhadores asiáticos. Dessa forma, em 1908, o Brasil começa a receber seus primeiros imigrantes japoneses.

Essa realidade política/econômica parece bem informada pelos chamados princípios biopolíticos que são parte integrante de um conceito mais abrangente, forjado por Foucault (2001)<sup>10</sup> para designar uma das modalidades de exercício do poder sobre a população enquanto massa global. Ele se baseia na perspectiva do poder sobre o corpo da população e bem como sobre suas condições de reprodução e de vida.

São esses princípios que orientam o processo de exclusão baseado nos critérios raciais aqui apresentados. Eles parecem informar a interligação entre a questão da imigração e do refúgio porque ambas representam e caracterizam, em um primeiro momento, as mudanças numa sociedade em formação e, em um segundo cenário, sinalizam as implicações mundiais que envolvem a problemática dos direitos humanos em escala global e local.

Vale lembrar ainda que as cidades brasileiras à época do Império estavam longe de incorporar o modelo civilizacional, idealizado por parte da elite dirigente que almejava um país integrado ao conceito europeu de cidade. Sobretudo pelo fato de que na prática a substituição dos antigos escravos de ganho e de oito por imigrantes não surtiu o efeito “civilizador”. Isso principalmente em função de que grande parte deles passou a ser explorada da mesma forma subumana e perversa que era imposta aos escravos africanos.

## **2.1 Higienismo e Eugenismo nos Trópicos: o Biopoder Brasileiro**

Embora se tenha visto até aqui que desde o início da ocupação portuguesa o Brasil convive com as práticas inerentes ao biopoder, elas não possuíam a conformação atual, pois, para Foucault (2001, *idem*), “é somente através do Estado Moderno que essas práticas serão catalisadas”. Isso se deve a superação histórica de algumas formas de poder como, por exemplo, o poder do soberano sobre a morte do indivíduo e que era bastante comum durante a Idade Média na Europa (e aqui no Brasil durante o período colonial e imperial) e que foi substituído pelo poder disciplinar adotado no final do século XVIII, por conta da explosão do trabalho fabril.

---

<sup>10</sup> Este conceito será discutido no tópico 1.1.

Essa transição nas conformações do poder torna-se mais clara, quando o autor forja a definição de que “agora é sobre a vida e todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação” (2001:130). Para o autor, a era do Biopoder é iniciada quando:

A velha potência da morte em que simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida. Desenvolvimento rápido das disciplinas diversas – escolas, casernas, ateliês; aparecimento também, no terreno das práticas políticas e saúde pública, habitação e migração, explosão, portanto de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações. (2001, p.131).

O autor parte então da tese de que através da repressão, o poder não somente coíbe reações sejam individuais ou de grupos, mas que principalmente “produz” outro tipo de realidade.

Para ilustrar sua afirmação, utiliza um exemplo inovador e tido por muitos como radical: o sexo e a sexualidade, que para ele foram desenvolvidos e formados por dispositivos complexos e por micropoderes. Dessa forma, procura desmistificar a ideia naturalizada no senso comum de que ambos se limitavam às fronteiras da repressão imposta pela moral cristã e pelo capitalismo.

Foi então a partir dessas considerações que o autor passaria a desenvolver no último capítulo (volume I) de seu livro “A história da sexualidade” os conceitos de *Biopolítica e Biopoder*.

André Duarte (2006) relembra que “a compreensão do sentido do conceito de biopoder/biopolítica depende, em primeiro momento, do entendimento de algumas teses centrais da microfísica foucaltiana do poder” (p. 66). Dentre essas teses, pode-se citar inicialmente que para Foucault (2001) o poder não é concebido como uma essência, com uma identidade única, nem um bem exclusivo de alguns.

Para ele, o poder é carregado de um sentido e significado plural e é exercido em meio a práticas heterogêneas e passíveis de transformações, ou seja, o poder ocorre conjuntamente às práticas sociais constituídas ao longo da história e que atuam por dispositivos que alcançam a todos de forma inexorável, pois considera não existir nenhum campo da vida social que esteja isento de seus mecanismos.

Ao fazer tais considerações, o autor questiona o direito na sua concepção tradicional, jurídico-política “do poder como instância unificada na figura do Estado e do Soberano, ativo apenas no sentido vertical, de cima para baixo, impondo, por meio da repressão e da lei, o espaço do possível e do permitido”. (Duarte *idem*. p.67)

Outro ponto importante dessa análise é o fato de que para o autor as relações de poder não são constituídas por meio de relações legais, niveladas pelo direito ou por contratos, mas no âmbito disciplinar e dos efeitos que visam à normalização e à moralização.

Para Duarte (2006), Foucault (2001) havia descoberto não apenas impotência ou inoperância do poder tido como soberano, mas sim a eficácia “de um conjunto de poderes que, em vez de negar e reprimir, atuavam discretamente na produção de realidades e efeitos desejados por meio de processos disciplinares e normalizadores (...) em vez de exclusão, complementaridade”.

Foucault (2001) considera que desde o século XIX, vive-se em uma sociedade onde se relacionam “um direito da soberania e uma mecânica da disciplina : é entre esses dois limites, creio eu, que se pratica o exercício do poder sem que esses limites coincidam entre si” (op. cit., p.45).

Ao analisar o biopoder, o autor demonstra a transformação que afetou o próprio poder soberano no momento em que ele toma a vida como seu alvo principal de investimento. Pois anteriormente, em determinados tipos históricos de sociedade o poder era exercido pelo confisco, pela apropriação das riquezas, extorsão de produtos, de bens, do trabalho e até de sangue, a mando do soberano, culminando no privilégio inclusive de se apoderar dos corpos e conseqüentemente da vida, podendo suprimi-la a qualquer instante.

Porém o autor assinala que a partir do século XVII, o poder passa a ser norteado por princípios disciplinares, visando produzir e organizar realidades. E será com base nesses preceitos disciplinares que ocorrerá a mais importante mudança no poder soberano de impor a morte, visto que já no início do século XIX, tal poder se afirmará como “poder que gere a vida. (...) Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte” (Foucault, op. cit, p. 130).

Observa-se, portanto, que, a partir do século XIX, e por meio dessas transformações no exercício do poder soberano, são criadas as condições para que

o *Biopoder* e a *Biopolítica* venham a ser instaurados nas práticas adotadas vigentes, pois “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação”. Para que isso se tornasse possível, Foucault observa que foram criados dois pólos onde se desenvolveram a organização do poder sobre a vida:

“O primeiro a ser formado, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento da ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos, tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano”. (op cit., p. 130)

O autor segue descrevendo o segundo pólo que se formou mais tarde, já no século XVIII e que tinha como centro, o “corpo-espécie”:

“Transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles regulares: *Uma biopolítica da população*”. (op. cit., p.131.)

Para Foucault (2001), são então o corpo disciplinado e a regulação da população, os dois pólos desenvolvedores e organizadores do poder sobre a vida. Poder esse que agora investia sobre a existência dos seres humanos de cima para baixo, abrindo com isso, as portas para “era do biopoder”.

Em sua análise, aponta outra consequência do desenvolvimento desse fenômeno que é a importância da atuação da norma, independentemente do sistema jurídico da lei, lei que tem por excelência a morte como arma, já que se baseia sempre no gládio. Mas um poder que se encarrega da vida, necessita de outros mecanismos reguladores e corretivos, distribuindo não a morte, mas classificando e encaixando os vivos segundo seu valor e utilidade.

Para ele, isso não quer dizer que a lei se apagará ou que as instituições da justiça sejam desmontadas, mas que “a lei funciona cada vez mais como norma, e que a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos



(médicos, administrativos, etc.) cujas funções são, sobretudo, reguladoras.” (Foucault, op. cit., p.135).

Esse processo vai ocasionar então, o que chamou de “regressão jurídica”, impulsionando inclusive o poder estatal a estabelecer políticas que visavam o saneamento físico da população, além de purificá-la de suas infecções interiores e de cunho psicológico. Essa, então, vai ser a “deixa” para que as políticas higienistas e eugênicas tomem assento nas ações voltadas principalmente para parcelas da população tidas como “de risco” pelo poder vigente.

André Duarte (2006) faz uma observação muito interessante a respeito disso ao destacar a grande capacidade de análise de Foucault acerca dessas ações saneadoras da população: Pois onde todos veríamos através de nossa consciência iluminista o grande caráter humanitário das intervenções políticas que se diziam a serviço de proteger e estimular a vitalidade da população, Foucault aponta a face perversa e sangrenta das iniciativas do Estado ou do soberano:

“As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens. E, por uma reviravolta que permite fechar o círculo, quanto mais a tecnologia das guerras voltou-se para a destruição exaustiva, tanto mais as decisões que as iniciam e encerram se ordenaram em função da questão nua e crua da sobrevivência” (Duarte, op. cit., p.139).

A atuação desse biopoder para o autor foi indispensável para que o capitalismo tivesse seu desenvolvimento garantido, baseado principalmente no controle dos corpos junto ao aparelho de produção e também por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Porém registra que:

“O capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilidade e sua docilidade; foram-lhes necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimento de anátomo e de biopolítica, inventados ainda no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas, agiram no nível de processos

econômicos, do seu desenrolar das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social” (Duarte, op. cit., p. 133.)

Isso se deu porque esses rudimentos de biopolítica garantiam as relações de dominação e os efeitos de hegemonia, assim, ”o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos.” (op. cit., p. 135)

Foucault observa ainda que o investimento sobre o corpo vivo, como sua valorização e consequente gestão de suas forças, foram de crucial importância nos períodos em que o capitalismo se afirmava.

Do mesmo modo, embora em um contexto diferenciado, é possível partir das considerações feitas pelo autor francês, e traçar uma linha paralela à realidade aqui encontrada, onde é flagrante a influência direta do biopoder e da biopolítica através da política de inspirações higienistas adotada e empregada por Pereira Passos e propagada posteriormente, sobretudo pelo governo Vargas.

Essa ressalva é importante justamente pelo fato de que mesmo no período que compreende a gestão de Pereira Passos (1903-1906), o Brasil já sofria a influência desses ideais higienistas europeus, essa constatação ajuda a contextualizar o modelo de desenvolvimento social almejado pelas classes dirigentes locais, e mais especificamente, no que para a mesma significava a reforma urbana.

Dessa forma, o “Bota Abaixo” da prefeitura do Rio de Janeiro tinha como objetivo principal:

Enfrentar os graves problemas sociais, decorrentes, em larga medida de seu crescimento rápido e desordenado. Com o declínio do trabalho escravo, a cidade passara a receber grandes contingentes de imigrantes europeus e de ex-escravos, atraídos pelas oportunidades que ali se abriam ao trabalho assalariado. Entre 1872 e 1890, sua população duplicou, passando de 274 mil para 522 mil habitantes. O incremento populacional e, particularmente, o aumento da pobreza, agravaram a crise habitacional, traço constante da vida urbana no Rio desde meados do século XIX. O epicentro dessa crise era ainda, e cada vez mais, o miolo do Rio – a Cidade Velha e suas adjacências – , onde se multiplicavam as habitações coletivas e onde eclodiam as violentas

epidemias de febre amarela, varíola, cólera-morbo que conferiam à cidade fama internacional de porto sujo. Não por acaso, os higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida na cidade, propondo intervenções drásticas para restaurar o equilíbrio daquele "organismo" doente. O primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro foi elaborado entre duas epidemias muito violentas (1873 e 1876), mas uma ação concreta nesse sentido levaria cerca de três décadas para se realizar. Foi a estabilidade político-econômica, a duras penas alcançada no governo Campos Sales (1898-1902), que permitiu ao seu sucessor, Rodrigues Alves, promover, entre 1903 e 1906, o ambicioso programa de renovação urbana da capital. Tratada como questão nacional, a reforma urbana sustentou-se no tripé saneamento – abertura de ruas – embelezamento, tendo por finalidade última atrair capitais estrangeiros para o país. Era preciso sanear a cidade e, para isso, as ruas deveriam ser necessariamente mais largas, criando condições para arejar, ventilar e iluminar melhor os prédios. Ruas mais largas estimulariam igualmente a adoção de um padrão arquitetônico mais digno de uma cidade-capital. As obras de maior vulto – a modernização do porto, a abertura das avenidas Central e do Mangue – e o saneamento foram assumidas pelo governo federal. A demolição do casario do centro antigo, a abertura e o alargamento de diversas ruas e o embelezamento de logradouros públicos foram atribuídos à prefeitura da capital. Apoiada nas ideias de civilização, beleza e regeneração física e moral, a reforma promoveu uma intensa valorização do solo urbano da área central, atingindo como um cataclisma a população de baixa renda que ali se concentrava. Cerca de 1.600 velhos prédios residenciais foram demolidos. Parte considerável da imensa massa atingida pela remodelação permaneceria no centro, em suas franjas e fendas deterioradas, pois, apesar do rápido crescimento da zona norte e dos subúrbios, essas áreas não constituíam alternativa de moradia para os que sobreviviam de biscates ou recebiam diárias irrisórias. Serviam apenas aos que possuíam remuneração estável e suficiente para as despesas de transporte, aquisição de terreno, construção ou aluguel de uma casa. Nesse contexto aflorou na paisagem do Rio, ao lado das tradicionais habitações coletivas que se disseminaram nas áreas adjacentes ao centro (Saúde, Gamboa e Cidade Nova), uma nova modalidade de habitação popular: a favela. Em fins de 1905, uma comissão nomeada pelo governo federal para examinar o problema das habitações populares constatou que as demolições de prédios iam muito além de todas as expectativas, forçando a população a "ter a vida errante dos vagabundos e, o que é pior, a ser tida como tal". O relatório da mesma comissão fazia referência ao Morro da Favela (atual Providência) – "pujante aldeia de casebres e choças, no coração mesmo da capital da República, a dois passos da Grande Avenida" – que emprestaria seu nome ao, até hoje, mais destacado ícone da segregação social no espaço urbano da cidade. A reforma da capital constituiu, sem dúvida, uma ruptura no processo de urbanização do

Rio de Janeiro, um ponto de inflexão no qual a "cidade colonial" cedeu lugar, de forma definitiva à "cidade burguesa", moderna, do século XX, que tinha como parâmetros as metrópoles europeias.  
(<http://www2.prossiga.br/ocruz/riodejaneiro/reforma/reformaurbana.2008>).

Fica bastante então, a propensão dessas medidas ao ideário higienista, propensão essa que faz com que o Brasil tenha vindo a ser o primeiro país latino-americano a adotar o eugenismo<sup>11</sup> já em 1918 movimento que daria continuidade ao ideário higienista, inclusive no que diz respeito à naturalização das desigualdades sociais, porém com o agravante de justificar essas disparidades em critérios sobretudo raciais.

De toda forma, uma aproximação um pouco mais detalhada às diretrizes higienistas, contribui no sentido de verificar seu papel no processo de fortalecimento do biopoder no cotidiano da sociedade e da política brasileira.

Portanto, não se pode esquecer que o Brasil vivia um período de grande transição entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século XX, ocasionada pela Proclamação da República e consequentemente da implantação do trabalho livre e remunerado.

Essas mudanças colaboraram de forma direta para o surgimento de discussões entre diferentes grupos da sociedade a respeito dos rumos a serem tomados pela nova organização social, política e econômica que emergia naquele período.

Ao mesmo tempo, as diferenças de raça, classe e cultura se acentuavam, tornando-se cada vez mais explícitas, dando origem a um cenário de tensão e confronto. Nesse curso, boa parte da sociedade local constituída por profissionais de diferentes áreas, como medicina, arquitetura, direito, educação, dentre outras, passaram a reunir-se para discutir e elaborar documentos que estabeleciam qual seria o modelo político futuro que o Brasil deveria adotar.

Destacando-se, sobretudo, os critérios das relações sociais findo o período escravagista e frente ao crescente e novo contingente de trabalhadores assalariados.

Já durante os anos de 1920 e 1930, segundo Endrica Geraldo (2001), “boa parte desses debates e projetos de nação brasileira foram adquirindo uma

---

<sup>11</sup>. O tema será abordado nas páginas a seguir.

crescente conotação nacionalista e autoritária de direita e mesmo, especialmente nos anos 30, totalitária, que defendia cada vez mais, a imagem de uma sociedade uma, indivisa e homogênea” p.02.

Para que esse objetivo fosse alcançado, a família foi de fundamental relevância, assumindo inclusive o papel de “célula má ter”, e isso só foi possível porque destacavam-se nesse cenário duas forças extremamente conservadoras no interior do Estado brasileiro, que eram por um lado o Integralismo, e por outro, o autoritarismo presente no governo Vargas e no Estado Novo.

Nesse sentido, Endrica Geraldo (2001), fornece valiosa contribuição para a compreensão do higienismo e consequentemente do papel da família no processo de formação de uma nova nação brasileira baseada no controle social. Para esta autora, a concepção de um Estado centralizador e intervencionista, que se baseava na noção de que o direito coletivo teria supremacia sobre qualquer manifestação de direito particular, “legitimava as propostas defendidas por vários grupos sociais, que apontavam para o aprimoramento da raça, através da família, como o meio para a constituição da nova nação” (op. cit., p. 03).

Nessa direção aponta o trabalho desenvolvido por Jurandir Freire Costa, “Ordem Médica e Norma Familiar” publicado em 1993, onde o autor aborda essa relação entre o Estado, a medicina e a família e aponta a família como alvo de projetos que almejavam principalmente o controle social por meio da medicina.

Para este autor, o processo de higienização adotado no Brasil do século XIX era fruto da parceria entre a medicina e o Estado e tinha o papel de funcionar como controlador do que denominou de “cidade familiar colonial”. Endrica Geraldo (2001), ao fazer uma análise sobre essas considerações observa que o autor adepto às concepções foucaltianas acerca da consolidação da medicina e da psiquiatria como modo de controle social, defende que ainda no período do império, o governo do Brasil teria desenvolvido diversas tentativas de minimizar o poder familiar não obtendo sucesso.

Porém, no século XIX com a parceria entre o Estado e a medicina, teria finalmente conseguido desenvolver estratégias de controle utilizando para isso, os preceitos higienistas, bem como a urbanização.

Portanto para Costa (1993, idem) o higienismo do século XIX teve como alvo principal a família senhorial e o poder que a mesma exercia sobre a cidade, almejando inclusive a submissão local aos interesses do Estado que ora se forjava.

Porém, a discussão do tema não se esgota nas considerações feitas até aqui, principalmente porque outros estudiosos do tema desenvolveram outras interpretações que também são válidas para a compreensão da dinâmica higienista e sua relação com o poder local.

Um exemplo disso são os estudos realizados por Chalhoub, nos quais é possível identificar a relação “entre a higiene, o racismo científico e a associação entre raça e classe a um processo de recolocação e reprodução das relações sociais já existentes”.(1999 p.05.)

A partir de sua obra “Cidade Febril” (1999), Chalhoub defende que tanto a higienização, quanto as reformas urbanas desde Pereira Passos tinham como objetivo manter e reproduzir as relações sociais excludentes e desiguais estabelecidas anteriormente.

Para ele o controle sobre os pobres era o objetivo máximo da higienização urbana, dessa forma, o discurso pretensamente científico era usado como sendo neutro e acima dos interesses particulares e dos conflitos e tensões existentes.

Para o autor o higienismo representou uma nova possibilidade de justificar e legitimar as relações baseadas na desigualdade, naturalizando-as.

Margareth Rago (1985), por outro lado, interpreta as estratégias de controle utilizadas pelo mesmo higienismo junto à esfera pública e à burguesia industrial que se formava. Para Endrica Geraldo (2001), os estudos dessa autora apontam para um modelo de família “nuclear moderna, privativa e higiênica, nos setores sociais oprimidos, teria constituído o alvo dessa ação, de modo a reorganizar as relações cotidianas” (Geraldo, op. cit., p. 06).

Para que isso se tornasse possível, setores diversos da sociedade passam a debater de modo intenso os modelos de bases em que se apoiaria a nação futura, no entanto era consenso o exercício de algum tipo de controle sobre o âmbito familiar, visando direcionar esse núcleo a interiorizar valores dos setores dominantes, construindo assim relações sociais que atendessem a esses interesses.

Ao mesmo tempo, era ponto pacífico entre os dirigentes locais, a convicção de que parte das mazelas existentes no País se devia, sobretudo, à miscigenação da população tanto no âmbito racial, quanto no regional e cultural. Essa convicção será a mola propulsora para a implantação do Eugenismo no Brasil a partir de 1918.

## 2.2 O Conde de Gobineau e a Gente Feia de Meter Medo: Início do Eugenismo no Brasil.

Pode-se afirmar sem nenhuma sombra de dúvida, que o fato de o higienismo ter sido aceito e divulgado de forma tão “promissora” pelos cientistas e dirigentes locais, propiciou posteriormente, a recepção e adoção dos ideais eugênicos no interior do Estado Brasileiro a ponto de, em 1918, ser criada a Sociedade Eugênica de São Paulo.

Sua inauguração reuniu expoentes de segmentos sociais variados como médicos, advogados, juristas, dentre outros integrantes da alta sociedade paulista e paulista, além de representantes do legislativo e executivo e que tinham em comum a preocupação com os rumos que a futura sociedade que se forjava tomaria.

Porém, antes de chegar-se à fundação da citada sociedade, vale a pena retroceder no tempo para compreender melhor a processualidade que envolve este acontecimento, não sem antes citar uma das figuras mais representativas do contexto e que aparece no título do presente subitem: o conde de Gobineau, que notadamente, entrou para a história do Eugenismo no Brasil principalmente por ser um dos maiores teóricos do chamado *racismo científico* da época e que teve seu livro “Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas”, amplamente aceito pela intelectualidade brasileira que o adotou como instrumental para explicar o país.

Somente a título de ilustração sobre sua teoria, segue abaixo fragmento do referido livro e das impressões que o autor tinha do país ao qual havia chefiado a delegação francesa entre 1869 e 1870, além de ser amigo pessoal do Imperador:

“Os brasileiros não despertam nenhum interesse e não têm nem costumes nacionais nem nada de particular, a não ser uma excessiva depravação com a qual se pode fazer um livro muito severo e muito duro, mas não uma novela: e gosto demais do imperador para escrever uma só palavra contra este povo infame. Todos mulatos, a ralé do gênero humano, e costumes condizentes.”

Sobre a observação acerca dos mulatos, creditava o que chamou de “degeneração populacional” à mestiçagem aqui existente afirmando que:

“Nenhum brasileiro é de sangue puro, as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os da carnção são inúmeros, e tudo isso produziu nas classes baixas e altas, uma degenerescência do mais triste aspecto. (Reader, 1997, p.77).

Encerra suas impressões sobre o povo brasileiro ressaltando que por sua população ser toda mulata, no Brasil todos possuíam sangue e espírito viciado, além de ser “feia de meter medo”. Esse breve resgate se fez necessário justamente por revelar através das falas de Gobineau, algumas diretrizes teóricas que norteavam o ideário eugenista que ora se instalava aqui.

Sobre essa questão, este movimento chega ao Brasil com o caminho já previamente aberto pelo higienismo, familiarmente conhecido e adotado pelas políticas de urbanização e reestruturação social pré e pós republicanas. Contudo, seu diferencial está no forte destaque dado à questão racial, justificativa para o atraso e mazelas da nação conforme aqui dito anteriormente.

O fato é que as discussões envolvendo a raça preponderavam entre os que pretendiam elaborar um projeto de nação para o futuro do Brasil, e nesse projeto, a visão de um país mestiço assombrava seus gestores justamente por a mestiçagem estar associada às visões de um mundo não civilizado e muito distante do progresso almejado pelos “homens de ciência” da época.

Francis Galton, inglês, é o responsável pela teoria eugênica. Estudante de medicina, matemático, fisiologista e teórico do evolucionismo, em 1883 utiliza pela primeira vez o termo “Eugenia” para denominar um conjunto de ideias e experimentos que objetivavam o melhoramento da raça humana.

Esse melhoramento se daria por meio da escolha dos melhores exemplares reprodutores, os melhores pares e baseava-se, sobretudo, nos estudos de hereditariedade.

A hereditariedade ocupava lugar de destaque nesta teoria porque determinava o futuro, o destino do indivíduo, que já havia sido traçado segundo sua classificação nas categorias inferiores ou superiores. Assim, as condições sociais e econômicas eram justificadas pelas condições biológicas de cada pessoa, dessa forma, pobres seriam sempre inferiores e predestinados à subalternidade e pobreza.



Nessa teoria, a natureza através das condições biológicas e de forma inexorável, determinava os que estariam “aptos” socialmente bem como os grupos “indesejados e não aptos”<sup>12</sup>.

Em termos práticos e enquanto movimento social gerou propostas que tinham como objetivo melhorar a espécie humana, estimulando a reprodução dos indivíduos considerados e classificados como mais adequados ou mais aptos, mas ao mesmo tempo desencorajando e criando políticas que rechaçavam a reprodução dos menos aptos ou não recomendados evolutivamente.

Para Maria Eunice Maciel, (1999) por trás deste movimento de melhoria da raça, estava subjacente a ideia de que se deveria retirar do convívio social ou mesmo evitar a reprodução de pessoas que detivessem determinados tipos de doenças ou características indesejadas, como os indivíduos com impulsos criminosos, doenças mentais dentre outras “patologias”. A autora chama à atenção para o fato dessas medidas não serem aplicadas apenas aos indivíduos, mas sim direcionadas à raças específicas.

Segundo esse determinismo racial, filhos de criminosos, de prostitutas, doentes mentais, deficientes, dentre outras classificações, repetiriam inevitavelmente o mesmo comportamento ou destino de seus genitores. Assim, a hierarquização social foi traduzida segundo essa teoria, por hierarquização racial.

O maior agravante, no entanto, está no fato de que esse ideário eugênico deu origem à práticas sociais que futuramente viriam a se constituir em políticas públicas que visavam a melhoria da raça, impedindo com isso, sua “degeneração” conforme comentado no início dessa discussão.

No caso específico do Brasil, as questões envolvendo raça e conseqüentemente desenvolvimento do país sempre andaram juntas, e antes mesmo de se conceituar o racismo científico essa prática já estava aqui presente, inclusive no período da proibição do tráfico de escravos negros e sua substituição por trabalhadores brancos europeus. Provavelmente por essa razão, no início do século XX a ideologia eugênica encontra estofamento justamente pelo fato das

---

<sup>12</sup> Essas convicções lembram em muito a obra de Huxley, “Admirável mundo novo” onde este autor descreve uma sociedade composta por pessoas já geradas segundo critérios evolucionistas, estando predestinados a viver e conviver com a naturalização das diferenças e adaptadas a papéis subalternos na sociedade. Essa obra serviu de ilustração para uma discussão mais à frente desta tese sobre o reconhecimento de determinados segmentos sociais contemporâneos.

discussões sobre nacionalidade e futuro ainda estarem profundamente relacionadas ao conceito de raça.

Assim, parte da intelectualidade seguiu o caminho das ideias eugênicas no Brasil apregoadas por seu maior divulgador, Renato Kehl na segunda década do século passado, adotando tal teoria como possibilidade de dar fim ao atraso e à degeneração social.

Outro lado dessa escolha deveu-se ao fato de que, além do conceito em si representar um tipo de justificativa científica para os debates que se tornavam cada vez mais intensos, buscava alternativas para tornar finalmente o país civilizável.

No entanto, para Maria Eunice Maciel (1999) a intelectualidade brasileira adotava ideias criadas em outros contextos e procuravam adaptá-las à realidade brasileira como forma de trazer respostas aos questionamentos e tensões presentes para os quais tinham que encontrar alternativas, isso gerava certa ambiguidade:

“E de certa forma os intelectuais brasileiros se separaram da sociedade em que viviam, ao elegerem a raça como primeiro critério de nacionalidade, num processo que alguém chamou de esquizofrênico. Esquizofrênico ou paradoxal, o resultado da escolha não dependeu inteiramente do que desejassem os intelectuais: vivendo num contexto social que a ciência dominante da época definia como incompatível com a “civilização” ou o “progresso” e tendo que prestar contas ao mesmo tempo à sua condição de cidadãos dessa nação e de membros daquele universo científico, tornava-se difícil escapar à ambiguidade”. 9Corrêa. M. (1983, p. 26 apud Maciel, E. M.)

Essa ambiguidade era reforçada ainda por outros teóricos racistas, além de Kehl e Gobineau, havia ainda Agassiz, Le Bon e Lombroso, todos defensores da superioridade da raça branca em detrimento das demais. No entanto, nada mais significativo para ilustrar a discussão sobre o Eugenismo no Brasil que destacar o papel do médico baiano Nina Rodrigues que estudou o crânio de Antônio Conselheiro, líder da Revolta de Canudos entre 1896 e 1897 e que apesar de todo seu esforço para encontrar anormalidades que comprovassem as teorias eugênicas, concluiu muito de mal grado, tratar-se de um exemplar comum aos demais homens, criminosos ou não.

Maria Eunice Maciel (1999) destaca a importância do médico baiano, que influenciou boa parte dos estudiosos, bem como o próprio modo de pensar o Brasil e os brasileiros, tendo inclusive dado origem à chamada “escola Nina Rodrigues”, responsável pelo surgimento da Medicina Legal brasileira. A autora ainda destaca a atuação de seus discípulos na continuidade de sua teoria:

“Todos que se definiam como discípulos de Nina Rodrigues compartilhavam, com maior ou menor ênfase, da convicção de que o conhecimento do corpo humano e das determinações que o sujeitavam eram fundamentais para a compreensão das relações sociais. Este conhecimento se deteve, num primeiro momento, no aspecto exterior do corpo humano e provavelmente todos já ouviram falar de algumas das consequências deste interesse: a comprovação “científica” do racismo e do machismo são dois bons exemplos. Foi medindo o corpo humano e comparando, estas medidas que cientistas do século passado chegaram à conclusão de que o negro era inferior ao branco porque seu cérebro era menor, ou pesava menos, a mesma razão utilizada para “comprovar” a inferioridade da mulher. (idem, p.56).

Pode-se afirmar assim, sem sombra de dúvida, que toda a teoria eugênica estava baseada em princípios totalitários e arbitrários, e que não consideravam em momento algum os indivíduos atingidos pelas ações a serem empregadas.

Isso se devia principalmente pela obrigação que o Estado tinha de depurar a raça através de “discursos científicos” que justificavam tais ações.

Embora a teoria eugênica tenha em Galton seu idealizador, Nina Rodrigues e Kehl, destacaram-se pela forma como se dedicaram a essa teoria e a seu preceitos, e isso incluía ainda uma grande simpatia pela Alemanha e as novas ideias que por lá surgiam como, por exemplo, a lei que permitia a esterilização de pessoas que tivessem cometido crimes ou que fossem de alguma forma tidos como degenerados.

Kehl defendeu da seguinte forma a adoção desse procedimento em terras brasileiras:

“Impedir o alastramento de uma planta daninha ou inútil é aconselhado e praticado até pelo mais obscuro agricultor; impedir a proliferação de indivíduos anormais e perigosos constitui, entretanto, um absurdo. Esterilizar um touro à marreta não representa barbaridade; esterilizar um epilético por processo sem dor, a fim de evitar prole psiquicamente anormal, não é concebível aos empedernidos pela rotina e pela compreensão das

causas. Tão pouco para estes constitua um absurdo a hecatombe mundial e diária dos natimortos, a multidão crescente de degenerados e criminosos que ameaçam a comunidade e enchem, cada vez mais, asilos e prisões. É cruelmente inominável o lançamento de recém-natos degenerados nos abismos do Taigeto, mas não é menos cruel assistir impassível à multiplicação de desgraçados que Vêm ao mundo para sofrer o calvário de uma cegueira, de uma surdo-mudez ou anomalia monstruosa”, (idem, p. 131)

Para solucionar o assim chamado “problema racial brasileiro”, este teórico abominava a mestiçagem, que para ele, assim como para boa parte da intelectualidade da época, era responsável pelo atraso e degeneração do país, restando como alternativa, desaparecer com os inferiores por meio do branqueamento populacional. Para que isso ocorresse defendia abertamente a superioridade do tipo ariano:

“Ninguém poderá negar que no correr dos anos desaparecerão os negros e os índios da nossas plagas assim como os produtos resultantes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano”. (Idem, p. 132)

Para ele, era inexorável a superioridade da raça ariana, como é possível verificar no fragmento que se segue:

“Se no Brasil, pelo caldeamento de sangues resultarmos mestiços acima referidos, e se estes, como o continuar do mesmo tendem, progressivamente, a desaparecer, é porque a raça branca sendo superior, prevalece sobre a inferior. Não discutamos se o ponto de vista desta superioridade é simplesmente social segundo a opinião de Alberto Torres, ou étnica. Comprovado está que os mesmos são inferiores, representando produtos quase híbridos, faltando-lhes apenas, a infecundidade, para receberem essa designação integral. O mestiço representa o produto de fusão de duas energias hereditárias diversas, quase antagônicas, fusão de cromossomos quase irreconciliáveis e que só a benevolência da natureza permitiu se associarem” (idem, p. 132)

Sobre a afirmação de que os mestiços são produtos quase híbridos, por serem originários de duas espécies diferentes, Maria Eunice Maciel (1999) considera que o autor relegou esses indivíduos à condição de “semi-humanidade”. Para ela, além de todo o teor racista, autoritário e discriminatório, a afirmação de Kehl nega à essa parte da humanidade sua própria condição humana.

Porém, há em suas considerações, um aspecto que muito interessa para a presente tese: suas ideias sobre o processo migratório, que para ele deveria adotar a “seleção qualitativa dos imigrantes”:

“Pelos motivos acima, sumariamente expostos, devemos apenas abrir os nossos portos e as nossas fronteiras a todos os que quiserem vir colaborar na obra nacional de paz e de trabalho, nunca fomentar a imigração de indivíduos de raças como a negra e a amarela. Bastam-nos o que aqui aportam espontaneamente... e que não são poucos! (p. 133)

Foi exatamente nessa direção que seguiu o I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, por ocasião do aniversário da Academia Nacional de Medicina no Rio de Janeiro. Dentre os temas correntes às discussões cotidianas dos eugenistas, a imigração se destacava como ponto preocupante conforme é possível observar na fala proferida pelo presidente da Academia Nacional de Medicina, Miguel Couto:

“Salta aos olhos a importância do problema immigratório, capaz só elle de frustar por contaminação todas as conquistas obtidas pelo esforço e sciencia em prol da raça que habitará o nosso solo; e os brasileiros que cultivam estas cousas de alta biologia, não podem fugir com a sua lição no anseio senão na esperança de fazer a pária mais forte, mais útil e mais bela” (Idem, p.135)

Ao observar de mais perto o teor das discussões realizadas nesse evento, chama à atenção a abordagem dada aos fluxos de povos estrangeiros que se dirigiam ao país. Para os intelectuais da época, a migração é caracterizada como perigosa, pois resultaria em “contaminação” da população local, colocando em risco todo o esforço empreendido até então pelos eugenistas, de “aprimorar a raça”.

Porém, segundo Maria Eunice Maciel (1999) no decorrer do congresso, “o tema que dividiu posições e acirrou contradições, foi justamente o da imigração”. Ela afirma que o congresso contava também com a presença de outros profissionais além dos médicos, recebendo profissionais de áreas diversas, como sociólogos, jornalistas e educadores, “o que demonstra uma tentativa de alargar o debate em torno do tema visto então como algo de interesse coletivo, pois remetia ao futuro da nação” (op. cit., p. 57).

Era consenso entre os participantes do Congresso, a tese da superioridade racial de alguns povos em detrimento de outros:

“Apoiando-nos nessa convicção da desigualdade fundamental e hereditariamente perpetuada nos homens, temos a encarar o problema eugênico da imigração à luz dos seus corollários logicos. Uma vez admitida como inaceitável a doutrina de que meio physico, social, moral, ou econômico pode determinar pelas suas influencias modificações permanentes da raça, somos forçados a repelir a política immigratoria que aconselha a abertura das fronteiras ao joio do trigo das fluctuações demographicas internacionais na esperança illusoria de que as influencias mesologicas predominem em um imaginario processo de caldeamento ethnico. A nossa preocupação tem de ser a de formação de uma raça superior não é apenas aquella que goza de saúde physica e de robustez muscular, mas a que possui os attributos intellectuaes necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura, de que dependem o progresso material da civilização, a estabilidade moral da sociedade e a segurança política do Estado. (idem, p. 136)

Para os presentes no congresso, esses objetivos somente seriam alcançados se fosse seguida à risca a décima conclusão recomendada pelos presentes, que era a de excluir toda e qualquer corrente imigratória que não fosse branca. Essa conclusão de um dos integrantes do movimento eugênico, Dr. Azevedo, Amaral gerou inúmeras discussões, sendo fortemente rebatida por Roquete Pinto, que argumentou observando que:

“Aprovar a decima conclusão da these do Dr Azevedo Amaral é negar todas as conquistas laboriosamente feitas pelos brasileiros no desbravamento e na ocupação de sua terra. O Brasil não é uma vã e sentimental expressão verbal. É uma realidade, É um facto. E basta isso para que não dê seu voto à 10 conclusão da these. (idem, p. 136)

É importante registrar que, a proposta de Azevedo Amaral quando posta em votação, perdeu, mas por pequena margem de três votos, demonstrando com isso, a força dos membros que corroboravam com a exclusão ou proibição da presença de imigrantes não brancos em terras brasileiras.

Nas palavras de Maria Eunice Maciel,(1999) “as propostas eugênicas para o Brasil mostram um racismo nada cordial”. Pois partindo da prerrogativa de romper com o atraso e baseados em ideias evolucionistas, os eugenistas

respaldavam não apenas práticas, mas políticas que efetivavam e naturalizavam a discriminação e exclusão de grupos considerados inferiores.

Nesse processo fica evidente o biopoder através do “controle dos corpos”, utilizando aqui expressão foucaltiana, já que a população indesejada passava a ser manipulada, assumindo papel de objeto sujeito às ideias de hierarquia racial.

Foi possível acompanhar até aqui, as propostas do movimento eugênico nacional, que se por um lado apregoava e coibia a procriação de seres tidos como inferiores, apresentava um outro aspecto igualmente preocupante que consistia em transformar em políticas públicas, preceitos médicos baseados em um cientificismo racista.

É necessário esclarecer que este movimento não foi unânime, teve sim opositores, porém, pelo contexto em que estava inserido, conceitos como higiene, saneamento, saúde da população, se misturavam e acabavam por se fundir aos discursos eugênicos.

Essa dificuldade em identificar os limites de políticas que visavam o bem estar populacional e as propostas feitas visando a depuração da raça mestiça demonstram a forte influência dos ideais eugênicos, que segundo Maria Eunice Maciel (1999) tem certas ideias reproduzidas até os dias atuais pelo senso comum.

Hoje ao contrário do passado, a diversidade genética e cultural são vistas de modo positivo, inclusive há grande comprometimento da comunidade científica em desmistificar determinados tipos de doenças, evitando com isso, a discriminação do grupo de pessoas portadoras de genes causadores de doenças raras ou mesmo de doenças recorrentes nas populações de vários países.

No entanto, essa discussão ainda convive com grandes controvérsias, e embora todos saibam do desuso das ideias eugênicas, não é seguro afirmar que estejam ausentes na contemporaneidade. Maria Eunice Maciel (1999) observa que ainda existem os que defendem esses pressupostos que foram difundidos à exaustão, deixando resquícios no senso comum e fomentando comportamentos discriminatórios, o que para ela envolve ainda, “a problemática da apropriação e utilização do saber científico (ou tido como científico) pela sociedade.

Um exemplo muito representativo desses pressupostos na atualidade, foi o livro publicado em 1994 pelos americanos Richard Herrnstein e Charles Murray, “The Bell Curve”: Inteligência e estrutura de classes na vida americana”, onde ratificam tal como Galton, Kehl, Nina Rodrigues, que determinadas

características dos indivíduos como envolvimento em crimes, gravidez indesejada, atraso escolar, doenças, são determinadas segundo o meio social, cultural, ambiental, mas sobretudo, por fatores hereditários.

A publicação desse livro reforça a tese de que embora em desuso e rechaçada pela maioria da comunidade científica, preceitos eugênicos, sejam os que se referem às limitações físicas, sejam os que fomentam a exclusão e discriminação de determinadas parcelas da população, podem ser recuperados em nome de interesses não somente científicos, mas sobretudo políticos, como ocorre no caso dos refugiados por questões religiosas, étnicas e sexuais.

No caso brasileiro é possível então, identificar a integração das teorias higienista e Eugênica com os princípios do biopoder durante o período que compreendeu o final do século XIX até as primeiras três décadas do século XX no Brasil.

Basta para isso, observar que as estratégias de “limpeza” promovidas pelo prefeito Pereira Passos, com a permissão do Presidente da República Rodrigues Alves, se configuraram como marco na atuação de princípios excludentes, principalmente porque somente os habitantes mais subalternizados - social e economicamente - eram atingidos pelas medidas adotadas, ou seja, ex-escravos e seus descendentes, imigrantes pobres, mascates e desempregados.

É a partir do “Bota Abaixo” promovido pela prefeitura, que se inicia a divisão da cidade em áreas destinadas aos mais abastados que gozavam de estrutura ampla, e por outro lado, nas áreas periféricas, concentravam-se a parcela mais empobrecida economicamente. Através dessa divisão constata-se a atuação das práticas de biopoder principalmente no modo de controlar a presença dos ditos “indesejáveis” ou pretensamente propagadores de doenças e pragas em prol do projeto de nação anteriormente desenvolvido pelos teóricos do racismo científico.

Outro aspecto bastante importante desse processo foi a quebra de identidade desses grupos, que eram vistos como não portadores de direitos, mas principalmente como propagadores de moléstias e atravancadores do progresso da cidade.

Dessa forma, foram transferidos para localidade distantes, longe do contato com a parte mais desenvolvida da cidade. Esse processo gerou uma série de cicatrizes urbanas que volta e meia tornam a sangrar, revelando graves problemas estruturais e sociais.



Não seria correto identificar como eugênicos, os mecanismos hoje utilizados para violar direitos ou cercear os deslocamentos das populações em diversas partes do planeta, mas seguramente correto, é identificar muitos deles utilizando mecanismos próprios do biopoder e da biopolítica definidos por Foucault (2001) e que se aproximam em demasia dos princípios deliberados pela lógica dos cientistas eugenistas.

Como visto até aqui, a imigração para o Brasil foi marcada por uma série de exigências impostas pelo racismo científico para que fosse então possível, tirar o país do atraso e da deterioração moral e cultural. Hoje, embora camuflado por uma série de mecanismos, o mundo ainda conserva o desejo de receber em suas terras, somente pessoas que venham a agregar algum tipo de benefício a esses territórios.

Em um esforço comparativo, pode-se dizer que esse mesmo processo que orientou já no período colonial e pós-colonial a exclusão de imigrantes, hoje ainda está presente e interligado ao contexto do refúgio, porém catalisado por fatores complicadores como, por exemplo, o aumento no número de deslocados desprovidos de formação profissional ou educacional.

Havendo ainda o fechamento das fronteiras em grande parte dos países mais desenvolvidos economicamente, aumentando o desafio para que o cumprimento dos direitos humanos dessas populações em escala global e local sejam cumpridos e reconhecidos.

Nesse cenário, mais uma vez, a biopolítica pode assumir o papel de instrumento de interrogação sobre a atuação da política ao longo dos diferentes períodos históricos, visto que fica bastante claro o traço de continuidade entre as iniciativas por parte dos poderes estabelecidos em controlar e disciplinar os indivíduos e consequentemente o corpo social.

É justamente a partir da constatação dessas contradições e continuidades, que se iniciará no próximo item a discussão sobre o processo migratório brasileiro, recuperando parte do contexto que envolve a história da imigração e consequentemente dos refugiados em terras brasileiras.

### 2.3 O Biopoder Como Elemento Constitutivo do Estado Nacional Brasileiro e Seus Efeitos Sobre a Migração

De forma não diferente de outros países da América Latina, o processo de formação do Estado Nacional baseou-se, sobretudo, em critérios presentes na prática do biopoder instituído desde a ocupação portuguesa no século XVI. Embora seja sempre necessário levar em conta que esses critérios não possuíam a conformação atual, já que para Foucault (2001) “é somente através do Estado Moderno que essas práticas serão catalisadas”.

Mesmo assim, a partir de sua base colonial, o processo de construção local concentrava no seu interior práticas que embora não estivessem institucionalizadas, tinham como principal característica a exclusão ou o controle dos corpos tidos como indesejados ou sujeitos.

Nesse contexto, conforme aponta Cocco (2005):

“A existência de uma Constituição formal não se fazia necessária, principalmente pelo fato de que o poder local estava habituado a intervir independentemente do seu grau de legitimidade, perante as questões, pois utilizava de forma bastante clara, o exercício do domínio indiscriminado. (p. 87).

Embora na história do Brasil tenham sido relações pluri-étnicas desde a sua ocupação em 1530, fato que impressionava aos estrangeiros que aqui aportavam, essa constatação não avançava para a real convivência entre os diferentes povos que aqui habitavam durante o período que antecedeu o fim da escravatura.

Na verdade são bastante raros os registros deste tipo de convivência, à exceção, é claro, da relação senhor-escravo.

Para melhor ilustrar esta questão, vale a pena reproduzir parte de documento escrito em 1784<sup>13</sup> na província do Maranhão na qual testifica-se a ausência não apenas de relações, mas de direitos das populações escravizadas:

O escravo é um ente privado dos direitos civis; não tem o de propriedade, o de liberdade individual, o de honra e reputação; todo o seu direito como criatura humana reduz-se ao da conservação da vida e da integridade do seu corpo; e só quando o senhor atenta contra este

<sup>13</sup> Código Criminal do Império, artigo 276

direito é que incorre em crime punível. Não há crime sem violação de um direito.

Não se deve perder de vista a forma como o privado, aqui no caso representado pelo senhor de escravos, se opõe ao público, numa relação onde o primeiro se legitima mais pelo poder, pela força, do que pelo direito. Observando a supremacia dos interesses locais sobre o próprio direito instituído, pode-se afirmar que essa prática está em conformidade com as presentes no chamado “Direito Positivo”, que durante a época clássica, grosso modo, foi definido como uma espécie de “direito particular” adotado por diferentes grupos sociais.

Norberto Bobbio (1992) registra que esse direito justamente por ser imposto por um determinado povo ou realidade, poderia ser alterado pela criação de nova lei ou mesmo pela vigência de novos costumes. Contrariamente ao direito natural, ilimitado e imutável no tempo.

Acerca da discussão sobre os múltiplos significados da palavra Direito nos diferentes contextos históricos, Bobbio (idem, p. 349), sinaliza que:

“O significado mais estreitamente ligado à Teoria do Estado ou da política é o do Direito como ordenamento normativo. Esse significado ocorre em expressões como “Direito Positivo” e abrange o conjunto de normas de conduta e de organização, constituindo uma unidade e tendo por conteúdo a regulamentação das relações fundamentais para a convivência e sobrevivência do grupo social, tais como as relações familiares, econômicas, relações superiores de poder, e ainda a regulamentação dos modos e das formas através das quais o grupo social reage à violação das normas de primeiro grau ou a institucionalização da sanção. Essas normas têm como escopo mínimo o impedimento de ações que possam levar à destruição da sociedade, a solução dos conflitos que a ameaçam, e que tornariam impossível a sobrevivência do próprio grupo, tendo também, e como objetivo a consecução e a manutenção da ordem e da paz social.

Se se juntar a isto, conforme ensina a tendência principal da teoria do Direito, que o caráter específico do ordenamento normativo do Direito em relação às outras formas de ordenamentos normativos, tais como a moral social, os costumes, os jogos, os desportos e outros, consiste no fato de que o Direito recorre, em última instância, à força física para obter o respeito das normas, para tornar eficaz, como se diz, o ordenamento em seu conjunto, a conexão entre Direito entendido como ordenamento normativo coativo e política torna-se tão estreita, que leva a considerar o Direito como o principal instrumento através do qual a força política, que têm nas mãos o poder dominante em uma determinada sociedade, exercem o próprio domínio” (p. 349)

Pode-se considerar então, com base nos pressupostos acima apresentados, que a continuidade da escravidão se fundamentava nas práticas adotadas pelo Direito Positivo. Essa constatação parece bem claro para Hebe Matos (2001) que aponta como exemplo dessa prática o direito de propriedade que os senhores tinham sobre seus escravos, transformados e assimilados em mercadorias, conforme norma e costume vigentes à época.

A autora chama a atenção para o fato de que por meio desta prática, esvaziava-se o cunho escravista, enfatizando seu aspecto comercial, conferindo ao proprietário de escravos, poder irrestrito sobre os mesmos. Trata-se assim, como sugere Cocco (2005, p. 69), da “gestão da vida dos estratos sociais excluídos e das classes subalternas através da modulação dos fluxos de sangue, das culturas e das migrações internas e externas”.

Para o autor, é justamente através deste movimento de intervenção e controle, que se desenvolveram as primeiras expressões para a formulação do Estado, bem como de suas relações com o conceito de cidadania.

É possível também observar, de forma bastante clara, que já no momento de fundação do Estado brasileiro não se identifica o exercício da política, havendo apenas uma combinação de gestão e coerção. Faoro constatou isso quando afirma que:

O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se estende sobre o largo território, subordinando muitas unidades políticas. Sem o quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e nos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas com divisão de poderes. (Faoro, 2000).

O Estado é assim traduzido de um modo centralizador e administrado em prol da camada político-social da qual se alimenta, possibilitando dessa forma com que o particularismo e o poder pessoal se sobressaíam nas relações, guiadas pelo favoritismo como meio de ascensão social, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal.

A esse respeito, vale lembrar Da Matta (2005), para quem o fato de a sociedade brasileira não congregar valores igualitários e ser profundamente

hierarquizada favoreceu o surgimento da patronagem e do compadrio, catalisados também durante o patriarcalismo.

Dessa forma, as relações adquiriam caráter fundamental para a sobrevivência de determinados grupos da população, assumindo valores muito maiores que os da própria lei. Isso se aplicava também às classes mais favorecidas, que se muniam de estratégias para manter seu prestígio. Inclusive é possível identificar nessas relações a definição weberiana de poder, ou seja, a possibilidade de impor a vontade através da sujeição do outro, configurando-se, portanto no que o autor chamou de dominação<sup>14</sup>.

Nesses moldes, é que se inicia a construção do conceito de soberania, tendo como cenário um suposto Estado-Nação, que tinha como premissa um desenvolvimentismo que conjugava no seu interior a exclusão e repressão de manifestações políticas opositoras. Segundo Cocco (2005, p. 82), essa forma de gestão pública se assemelhava aos regimes de guerra, onde se entregava a vida de toda uma nação, seja indígena, escrava ou mestiça, ao poder do soberano.

Para este autor ainda,

A construção do desenvolvimento através do Estado é somente a outra face do racismo e a mesma face do fascismo e do nazismo. De resto, o racismo é o aspecto mais forte dos Estados nacionais “fracos”, pois a guerra na América Latina sempre foi guerra de extermínio das minorias (ou majorias) étnicas dos escravos africanos, dos índios e, depois, das populações mestiças. (Idem, p. 85).

A respeito desta questão, Foucault (2001) assinalava a passagem do “Estado territorial” para o “Estado de população”, ou seja, tentava compreender de que modo a importância conferida à vida biológica conduziu a transformação do poder soberano em “governo dos homens”. Ou de outro modo: como o poder se transformou em biopoder, e a política em biopolítica.

Hipoteticamente pode-se supor que, ao contrário de outros Estados nacionais, não houve principalmente no Brasil anterior à proclamação da República esta transformação ou passagem do modelo jurídico-institucional de dominação para o modelo biopolítico, pois, a exemplo do que afirma Agamben

---

<sup>14</sup>Weber desenvolveu uma análise dos tipos de dominação, no livro “Economia e Sociedade” fazendo uma diferenciação entre domínio legítimo e não legítimo, ressaltando que, no interior do domínio legítimo se pode distinguir ainda, o domínio carismático, o tradicional e o legal-burocrático.

(2005), aqui o poder sempre investiu sobre a vida, não havendo lugar para uma ruptura histórica, na medida em que a relação poder-vida é constitutiva do poder do soberano.

Daí verificar-se que mesmo quando investido de propósitos universalistas, o Estado brasileiro ainda conservava contradições no seu interior. Um exemplo disso foi a ordem do surgimento dos direitos, profundamente distante do modelo inglês apregoado por Marshall.

Pois embora cada país tenha seguido seu próprio caminho, para Carvalho (2002), houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase no direito social em relação aos outros; a segunda diz respeito à sequência em que os direitos foram sendo adquiridos. No nosso caso, o direito político precedeu os outros, seguido então pelos civis e sociais.

Talvez se possa afirmar aqui a impossibilidade de compreender este processo partindo de modelos clássicos europeus, pois a própria ordem de surgimento desses mesmos processos, conduz a indicações da presença de pressupostos biopolíticos.

Assim, ao garantir-se inicialmente direitos políticos ou de voto somente aos homens maiores de vinte e cinco anos e com patrimônio superior a cem mil réis, excluía-se boa parte da sociedade, pois poucos gozavam de altos patrimônios, ficando o poder concentrado nas mãos das oligarquias, altos funcionários e comerciantes abastados .

Ainda a esse respeito, é importante lembrar que os analfabetos somente tiveram direito ao voto a partir de 1985, já durante o processo de reabertura política.

Este fato chama a atenção para a constatação de que:

A ordem hierárquica, seja estamentária, seja racial, sobre a qual se fundou a sociedade escravista no Brasil não foi inteiramente interrompida, nem com a abolição da escravidão, nem com a República Velha, nem com a restauração democrática e nem mesmo com a República Nova". (Carvalho, 2002).

Esta análise deixa claro que a luta social pela conquista de direitos é, sobretudo, biopolítica, pois carrega e está transpassada no seu interior por matizes historicamente racistas, que valorizam o corpo como definidor de direito.

Assim, pode-se afirmar que o Estado nacional brasileiro seguiu à risca as descrições e definições feitas por Cocco (2005) acerca do surgimento dos chamados “Estados nacionais fracos”, regidos por princípios biopolíticos e divididos em dois grandes períodos, sendo o primeiro deles caracterizado pelo acesso à modernidade, compreendendo o final do século XIX à Primeira Guerra, marcado pela centralização administrativa do Estado, mas principalmente pela reação às rebeliões e levantes, como a Guerra de Canudos em 1896 e 1897 e a Guerra do Contestado no Paraná durante os anos de 1912 a 1916.

Destaca-se ainda durante este período a continuidade da oligarquia paternalista-colonial mesclada, segundo esse autor, com elementos tecnocráticos e autoritários, neste caso, representados pela figura das corporações militares.

Em seu segundo momento, segundo Cocco (2005), esse Estado notadamente construído sobre base biopolítica vive sua fase de amadurecimento, a partir da década de trinta durante o governo Vargas, marcado pela articulação entre a oligarquia escravista e os estratos sociais urbanos que passaram a ser integrados por meio de um pacto corporativo.

Este pacto é firmado e catalisado pelos efeitos e impulsos trazidos com o fim da escravidão, bem como pelo forte movimento imigracional, que juntos formam o cimento para o surgimento do que alguns autores chamaram de modernidade não apenas brasileira, mas latino-americana.

Dados coletados por Alencastro (1997) indicam que os grandes fluxos migratórios sejam forçados ou livres, que vieram para o Brasil se dividiram em um primeiro momento, em cerca de quatro milhões de africanos entre os séculos XVI e XVIII, seguidos por um segundo grande fluxo de cinco milhões de europeus e asiáticos no período que compreendeu o fim do século XIX e as primeiras cinco décadas do século XX.

Neste processo a questão migracional torna-se preponderante justamente por assumir papel cada vez mais significativo sobre as populações locais, passando a ocupar lugar de destaque no processo de construção e desenvolvimento do Estado-Nação brasileiro.

Um exemplo disso pode ser dado ao se observar as discussões existentes já no final do século XIX acerca do “perigo alemão”, onde se temia o pangermanismo, que introduziu a noção de *Auslanddeutsche* (alemães do

exterior), seguida da conquista do direito legal de reivindicar formalmente a nacionalidade alemã, ainda que nascidos em outros países.

A conquista desse direito possibilitou também o surgimento de “dois novos conceitos dirigidos aos alemães emigrados: o dos Deutschbrasilianer (teuto-brasileiros) no qual se incluíam descendentes dos pioneiros, e o dos Auslanddeutsche (alemães no estrangeiro) de sentido político implícito, defendido por parte da imprensa e por parte das lideranças comunitárias nas colônias alemãs. (Alencastro, 1997).

No que diz respeito às lideranças alemãs pode-se citar as igrejas luterana e prussiana, que embora guardassem diferenças nos preceitos religiosos, aproximavam-se quando se tratava de expandir a educação germânica nas pequenas comunidades alemãs no exterior.

Dessa forma, segundo Cocco (2005), líderes políticos como Perón na Argentina, e Vargas no Brasil, reagem dando início à “estratégias de defesa” baseadas sobretudo nos pilares do corporativismo, onde o conceito de “integração e identidade nacional” são incansavelmente ratificados, baseando-se principalmente na categoria trabalho e tendo como premissa à defesa à integridade nacional brasileira.

Ainda segundo o autor, este corporativismo limitou-se às regiões sul e sudeste inicialmente, e depois se aliou aos grandes latifundiários nordestinos, formando assim, a base institucional que vigorará até o final do século XX.

As iniciativas corporativistas empreendidas no sentido de defender o território na sua integralidade - e entenda-se por integralidade cultura, povo, trabalho, dentre outros aspectos - trazem “subjacente ligações bastante diretas com as práticas biopolíticas, uma vez que mantém laços estreitos com a oligarquia neo-escravista e a tecnocracia corporativa do Estado”. (Cocco, 2005, p. 78).

Ele cita ainda como exemplo a forma como essas mesmas oligarquias reagiram às lutas por melhorias salariais quando elas ultrapassaram as discussões realizadas no interior de sindicatos corporativos, ganhando as ruas, utilizando-se de novas formas de ação, fruto de uma autonomia operária que se constituía, ou ainda a perseguição às ligas camponesas do nordeste.

É necessário lembrar que embora não se esteja aprofundando historicamente a trajetória dessas lutas (mesmo porque não é o objetivo do presente trabalho), é imprescindível reconhecer o papel fundamental desses movimentos, pois



antagonizavam diretamente com os critérios de biopoder já indicados. Esse acontecimento opera “um salto além do bloco de biopoder” (idem, p. 159) aqui estabelecido desde o início da ocupação portuguesa, e que foi rechaçado infelizmente pelo golpe de 1964 pelo mesmo bloco em questão.

Isto resulta na instauração do Estado de Exceção<sup>15</sup>, uma resposta aos avanços políticos e sociais alcançados pelas classes populares durante a vigência do Estado desenvolvimentista.

É nessa direção que Francisco de Oliveira (2001) em uma análise contundente, sublinha o comprometimento do Estado brasileiro com práticas inerentes às sociedades de capitalismo periférico, onde o exercício da exceção é ampliado no espaço e no tempo, tornando-se uma “exceção permanente” que se transforma na própria forma da política, estruturando a sociabilidade, tornando-se regra e transformando-se assim, no avesso da norma civilizada que rege os princípios da cidadania.

Outro exemplo a esse respeito pode ser ponderavelmente observado quando se analisa a relação quase consanguínea existente entre o Estado Imperial Brasileiro e a Igreja. Essa relação possibilitou a substituição por quase um século, da forma legal de identificação das pessoas, dos nascimentos, casamentos e mortes, *pelo livro eclesiástico, que não garantia de forma alguma, os direitos civis da população*, não assegurando sequer o direito de herança ou matrimônio.

Ao falar-se em vulnerabilidade, imediatamente é possível identificar, na diáspora dos povos e de forma ainda mais extrema quando se foca as grandes levadas/fluxos de refugiados ao longo da história, a forma como as lacunas entre a lei, o direito e a realidade dessas populações se manifestam de modo perverso.

O caso evoca as reflexões de Hannah Arendt (1995, p.78), para quem de nada adianta a lei quando só resta o corpo, a vida nua do refugiado que deixou de ser cidadão, perdendo assim as garantias legais de existência.

Especificamente tratando-se de América Latina, embora a mesma mantenha ao longo de sua história um legado de descumprimento dos direitos humanos - e

---

<sup>15</sup>. Este termo foi cunhado por Schmitt na obra “Da Guerra” e hoje é utilizado por vários autores para indicar a permanência da exceção nos chamados Estados democráticos: “Todo governo capaz de ação decisiva deve incluir um elemento ditatorial na sua Constituição. Schmitt definiu soberania como o poder de decidir a instauração do Estado de Exceção. Por Estado de exceção, ele incluiu todos os tipos de violência que estão abaixo do Direito, inclusive o direito ao controle da vida. É importante ressaltar ainda que Carl Schmitt incluiu todos os tipos de violência que estão abaixo do Direito, direito à vida e que transforme o sistema judicial em uma “máquina de matar”. (Agamben, 2005).

aqui pode-se pensar principalmente nos baixos índices de desenvolvimento e no caráter inconcluso do *Welfare State* - no que tange aos direitos dos povos refugiados, ela possui longa legislação, que pode ser destacada a despeito de todo seu passado político conturbado por golpes e ditaduras<sup>16</sup>.

É justamente sobre essa questão que tratará o subitem a seguir, respeitando o limite histórico pontualmente compreendido entre o final dos anos 70 do século passado até os dias atuais.

O destaque da década de 1970 se faz necessário por ser considerada pelos estudiosos do tema, como marco do refúgio justamente pelo fato de o Brasil ter se afirmado no cenário mundial, enquanto destino de alguns povos vitimados por perseguições políticas.

Os acontecimentos dessa década serão relevantes para que, já na década de 1990, o país entre definitivamente para o grupo de países referência em legislações e políticas públicas voltadas para os povos que necessitam de reconhecimento enquanto refugiados.

Note-se que esse período embora longo, é permeado por hiatos inerentes à conturbada situação política presente em toda a América Latina e especificamente no Brasil, onde se centrará a análise do capítulo a seguir.

---

<sup>16</sup> O Brasil, por exemplo, possui ampla legislação nacional, acerca dos direitos humanos, são Códigos, Estatutos de Proteção e Promoção, a Constituição Federal, o Plano Nacional e o Sistema Nacional de Direitos Humanos, fora os acordos dos quais é signatário.

### **3. As Políticas de Refúgio e Os Seus Limites em Contextos de Estados Marcados pela Exceção**

O contexto em que se insere a problemática do refúgio está ligado a fatores diversos como conflitos étnicos, religiosos, políticos, sociais e econômicos, presentes nas mais diferentes modalidades de guerras e disputas ao longo da história humana. Na verdade, esses conflitos, ao se instaurarem, violam os direitos humanos da população como um todo, porém é sobre a vida dos civis que a face desse conflito se revela mais perversa por colocar em risco sua existência e integridade.

Um exemplo disso ocorreu logo após a Segunda Guerra mundial, onde milhares de pessoas se viram destituídas de seus bens materiais e pessoais, além de perderem parte de sua identidade deixada sobre os escombros de casas e cidades, sendo obrigados então a fugir de seus países a fim de preservarem ao menos a própria vida, gerando com isso a primeira grande leva imigracional do século XX.

Desde então o mundo tem assistido a sucessivos embates que só fazem aumentar de intensidade, variando na natureza dos ataques; dessa forma são utilizados armamentos cada vez mais potentes e letais, como ocorre com o uso de armas químicas além da presença cada vez maior de ataques suicidas realizados por homens e mulheres-bomba.

Diante desse quadro, um agravante maior não deve deixar de ser considerado: o avanço da ideologia antimigração (independente da causa) que tem na intolerância com as populações deslocadas sua maior atuação, trazendo na sua formulação elementos concretos de caráter biopolítico, que fomentam e assumem novas conformações geradoras da exclusão e agora da “criminalização dessas populações” (Póvoa, 2005).

Na posição inversa, estão localizadas as ações que procuram garantir os direitos humanos das populações vitimizadas através de tratados, leis e acordos internacionais e que também, ao longo do tempo vem avançando em algumas conquistas, embora se saiba que há muito caminho ainda a ser percorrido.

Considerando-se esse cenário é interessante trazer essa discussão para o contexto brasileiro, numa tentativa de compreender como esse processo se deu, e

consequentemente, a conquista dos direitos humanos desses povos que aqui chegavam.

Petrus (2010), em sua pesquisa sobre o assunto, assinala que isso ocorreu nos anos posteriores ao final da II Guerra Mundial, mais precisamente no período entre 1947 e 1950, quando foi registrada segundo a OIR (Organização Intergovernamental para Refugiados) por ela consultada, a entrada de 19.000 pessoas, sendo maioria vinda da Europa Oriental.

Já em 1948, há registros da formação de uma comissão composta pelo Brasil e pela OIR, onde um acordo entre o governo brasileiro e a referida instituição se comprometia a receber uma quota de refugiados de guerra. No entanto, autores como Petrus (2010), Andrade e Marcolini (2001), observam que essas pessoas nem sempre eram reconhecidos como refugiados, sendo acolhidos sob a condição de imigrantes comuns, onde eram abrigados em uma pequena hospedaria para depois receberem encaminhamento para trabalhar em empresas do ramo industrial.

E é justamente o ramo de trabalho industrial que se configura como o diferencial desse “acolhimento”, isso porque o Brasil vai facilitar a vinda dos refugiados com um perfil que atenda à lógica econômica local, que necessitava de pessoas qualificadas para determinados setores que estavam em pleno desenvolvimento.

Ao realizar a presente pesquisa, um ponto em comum se sobressaiu entre os diversos autores consultados sobre essa questão, que foi o significado da expressão “acolhimento”, justamente por ser carregada de imprecisão, já que há varias formas de transformá-la verdadeiramente em um ato de acolhida. Alguns autores como Comparato, Gomes, Sassen, Póvoa, Araújo, ressaltam que o acolhimento de refugiados é impreciso justamente por ser perpassado por um conjunto de determinações jurídicas, somadas às práticas executadas por funcionários e agentes que atuam na recepção dessas pessoas e que influenciam diretamente na obtenção de seus “status” de entrada no país.

Alguns exemplos disso se referem a fatores como o país de origem, a época e o contexto social, político e econômico que fizeram com que os deslocamentos fossem necessários. Ou seja, há grandes diferenças nesse processo de “acolhimento”, entre a recepção garantida legislativamente, os discursos oficiais

e, as práticas dos profissionais envolvidos, ocorrendo quase sempre a preponderância do fator quantitativo, numérico.

No entanto, como é possível verificar ao longo da presente tese, tal qual nos períodos colonial, pós-colonial, pré-republicano, pós-republicano e chegando até os dias atuais, não somente no caso específico do Brasil, mas no contexto mundial, esses mesmos fatores prevaleceram em detrimento do próprio direito à vida, garantido pelo Estatuto do Refugiado, que conferia abrigo e defesa às pessoas que se encontrassem em risco iminente de flagelo<sup>17</sup>.

Recuperando especificamente o histórico no qual o Brasil se localiza no contexto de recebimento de povos refugiados, um fato relevante a ser apontando, é o pioneirismo do país ao ser o primeiro da América do Sul a ratificar a Convenção de 1951, sobre o estatuto dos refugiados já no ano de 1960, conforme assinala a Agência ONU para os refugiados.

É importante dizer que esta convenção trazia no seu interior a definição do termo refugiado até então inexistente, registrando seus direitos e obrigações.

Porém se por um lado configurou-se como marco no reconhecimento dessa condição, por outro, limitava sua aplicação aos refugiados de origem europeia vítimas das guerras ocorridas antes de 1951. Deixando de contemplar as vítimas de conflitos de outros continentes, bem como de conflitos posteriores à data por ele estabelecida conforme é possível verificar no seguinte fragmento:

Para fins da presente Convenção, o termo refugiado aplicar-se-á a qualquer pessoa que:

c) Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, senão tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

§2º. Para os fins da presente Convenção, as palavras “acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”, do artigo 1º, seção A, poderão ser compreendidas no sentido de ou:

a) “Acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa”.

<sup>17</sup> Essa discussão será melhor explorada no capítulo III, onde será ampliada com as contribuições trazidas pelas discussões feitas acerca da política de reconhecimento aplicada à esses povos.

b)“Acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures.

(Convenção de 1951 relativa aos direitos dos refugiados. ONU Coletânea de Tratados, p.20. 2007).

As limitações presentes no documento poderão ser entendidas no contexto em que se inseriam, ou seja, ainda no calor do final da Segunda Guerra, momento em que o fenômeno dos grandes deslocamentos ganha visibilidade, revelando as mazelas profundas que atingiram a Europa naquele período, além de se configurarem em acordos políticos que garantiriam uma mínima estabilidade ao continente.

Essas restrições vigoraram até a segunda metade dos anos sessenta do século passado, quando os conflitos mundiais em outros continentes se acirraram, espalhando-se pela Ásia, África, América Latina e Central, trazendo novamente à tona, um cenário de grande instabilidade mundial, e novos deslocamentos humanos.

Esses acontecimentos pressionaram mudanças no conteúdo da Convenção de 1951, principalmente no que dizia respeito às limitações geográficas e temporais, assim, os “Estados Partes”, por meio de um Protocolo Adicional<sup>18</sup> datado de 1967, acordam que:

Considerando que a Convenção relativa ao estatuto dos refugiados concluída em Genebra em 28 de julho de 1951, só cobre aquelas pessoas que se tornaram refugiados em resultado de acontecimentos ocorridos antes de 01 de janeiro de 1951, e que desde que a Convenção foi adotada, surgiram novas situações de refugiados e que os refugiados em causa poderão não cair no âmbito da Convenção, consideram que é desejável que todos os refugiados abrangidos na definição da Convenção, independentemente do prazo de 01 de Janeiro de 1951, possam gozar de igual estatuto.

O presente Protocolo será aplicado pelos “Estados Partes” sem qualquer limitação geográfica.( p.75)

---

13 . Protocolo de 1967. Estatuto dos Refugiados. Nações Unidas, Coletânea de Tratados. 2007

Essas mudanças no conteúdo da Convenção de 1951 serviram como propulsoras para o avanço na legislação sobre direitos humanos em escala mundial, pois permitiu que qualquer país signatário acolhesse povos refugiados de qualquer nação.

Por outro lado, no período que compreende os anos de 1970 a 1980, a América Latina e Central seguia mergulhada em meio a regimes de exceção que se tornaram permanentes na maioria de seus países. Nesse contexto, a situação de El Salvador, em 1979, da Guatemala e Chile, em 1973, e a da Nicarágua, em 1982, chamava a atenção pelo grande número de vítimas dos conflitos armados em seu interior que chegou a atingir, de acordo com dados do ACNUR, 2 milhões de refugiados somente da América Central.

No que tange à Nicarágua, segundo dados do ACNUR (2000), após três décadas sob o domínio de Anastázio Somoza Dabayle, a população promoveu uma revolta, forçando-o a fugir do país em 1979, sendo substituído pela Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Essa substituição fez com que cerca de 15 mil pessoas que tinham relações com o governo anterior deixassem o país dadas as perseguições iminentes do novo regime, ao mesmo tempo, ocorria o retorno dos antigos partidários do regime sandinista e em 1981 o número de refugiados atinge 30 mil pessoas .

Esse número em si já é bastante relevante, porém ficou abaixo do montante produzido durante a guerra civil que chegou a somar aproximadamente 100 mil deslocados.

Já El Salvador, historicamente, sempre foi alvo de golpes políticos, desde que se deu sua independência. Esse devir propiciou a formação de formas extra-oficiais que lutavam pelo poder a partir de 1970, porém em 1981, grupos da oposição se uniram para formar a Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN), ganhando grande força política tanto em nível local quanto internacional.

A exemplo do que continuam a fazer nos dias atuais, os Estados Unidos intervieram no país com o objetivo de conter o avanço da FMLN, aumentando o poderio militar do governo, tal atitude só fez aumentar o conflito entre as partes, forçando a população salvadorenha a fugir para países como Honduras, Costa Rica , Nicarágua, Belize e Estados Unidos. Dados do ACNUR confirmam que

apenas no México, o número de refugiados oriundos deste país totalizava 120 mil pessoas em 1980.

A Guatemala, por sua vez, não difere dos países aqui citados, tendo vivenciado processos muito semelhantes aos aqui descritos, inclusive enfrentando conflitos entre o poder estabelecido pela Ditadura e os grupos rebeldes que lutavam contra o Estado de Exceção imposto. Esses embates culminaram na matança de milhares de indígenas além de provocar a migração interna de 1 milhão de pessoas.

Outro país a sofrer as consequências dos conflitos internos foi o Chile, em 1973, quando viu o governo de Allende ser tomado por militares, provocando com isso, grande êxodo populacional a exemplo dos demais países aqui citados. Essa mesma realidade foi também vivenciada por outros países do Cone Sul, como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Diante do contexto relatado, destaca-se então, a necessidade e importância da elaboração da Declaração de Cartagena<sup>19</sup> conforme citada, justamente por se constituir em instrumento específico da América Latina que assegurava proteção e garantia de direitos às populações que não se encaixavam na definição de refugiados presente na Convenção de 1951, durante os conflitos armados que assolaram a região entre as décadas de 1970 e 1980.

#### <sup>19</sup> CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Recordando as conclusões e recomendações adotadas pelo Colóquio realizado no México sobre Asilo e Proteção Internacional de Refugiados na América Latina, que estabeleceu importantes critérios para a análise e consideração desta matéria;

Reconhecendo que a situação na América Central, no que concerne aos refugiados, tem evoluído nestes últimos anos, de tal forma que tem adquirido novas dimensões que requerem uma especial consideração;

Apreciando os generosos esforços que os países receptores de refugiados da América Central têm realizado, não obstante as enormes dificuldades que têm enfrentado, particularmente perante a crise econômica atual;

Destacando o admirável trabalho humanitário e apolítico desempenhado pelo ACNUR nos países da América Central, México e Panamá, em conformidade com o estabelecido na Convenção das Nações Unidas de 1951 e no Protocolo de 1967, bem como na Resolução 428 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em virtude da qual, o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados se aplica a todos os Estados, sejam ou não partes da mencionada Convenção e/ou Protocolo;

Tendo igualmente presente o trabalho efetuado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos no que concerne à proteção dos direitos dos refugiados no continente;

Apoiando decididamente os esforços do Grupo Contadora para solucionar de modo efetivo e duradouro o problema dos refugiados na América Central, que constituem um avanço significativo na negociação de acordos operativos a favor da paz na região;

Expressando a sua convicção de que muitos dos problemas jurídicos e humanitários que têm surgido na região da América Central, México e Canadá, no que se refere aos refugiados, só podem ser encarados tendo em consideração a necessária coordenação e harmonização entre os sistemas universais, regionais e os esforços nacionais. ([www.acnur.com/docs/](http://www.acnur.com/docs/)acessado em 31/09/12).



Essa Declaração, além de incorporar os princípios internacionais dos direitos dos refugiados, acrescentou ainda itens relacionados às características da região; dessa forma “expandiu o conceito de refugiado, no sentido que contemplava vítimas de conflitos internos, de violação dos direitos humanos, agressão internacional, violência generalizada, dentre outras circunstâncias presentes na ordem pública local” (22/06/12001).

Vale a pena destacar também, seu caráter universalizante, não apenas no que diz respeito a solucionar as questões colocadas sobre o tema, mas também no sentido de reconhecer a necessidade de uma articulação maior, expressando a convicção de que:

“Muitos dos problemas jurídicos e humanitários que têm surgido na região da América Central, México e Canadá, no que se refere aos refugiados, só podem ser encarados tendo em consideração a necessária coordenação e harmonização entre os sistemas universais, regionais e os esforços nacionais”. (Declaração de Cartagena, 1984, p. 01).

Reitera ainda a necessidade de expandir o conceito de refugiado para além dos requisitos presentes na Convenção de 1951:

“Face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se torna necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”. (p. 03).

Finalmente procura garantir a adaptação e sobrevivência dos refugiados no país de acolhida, ultrapassando assim, o mero papel de defensora do status de refúgio, justamente por solicitar que:

“Os países da região que contam com uma presença maciça de refugiados, as possibilidades de integração dos refugiados na vida produtiva do país, destinando os

recursos da comunidade internacional que o ACNUR canaliza para a criação ou geração de empregos, possibilitando assim o desfrutar dos direitos econômicos, sociais e culturais pelos refugiados”. (p.03).

No que tange ao Brasil, a exemplo dos países acima citados, vivia também sob o regime ditatorial, e mesmo que o presente documento trouxesse no seu interior a intenção de articulação entre os países, ao se tratar de sua participação, seria necessário percorrer um caminho mais longo até o mesmo corroborar com as medidas propostas, como se poderá observar a seguir.

### **3.1. Direitos Humanos e Estado de Exceção no Brasil**

Embora se tenha registrado o papel pioneiro do Brasil já nos anos sessenta ao reconhecer a Convenção de 1951 sobre os refugiados e seguidamente ter ratificado o Protocolo de 1967 no ano de 1972<sup>20</sup>, essa trajetória não se concretizou ao longo do tempo, pois a exemplo de outros países com histórico colonial, sua organização social e política é perpassada por fatores que incidem diretamente na organização e desenvolvimento interno.

Assim, o fato de ser signatário desses acordos internacionais não fez com que mudanças estruturais ocorressem ao mesmo tempo. Para isso basta observar que ao aderir à Convenção de 1951 e posteriormente ao Protocolo de 1967, manteve a chamada “reserva geográfica” já citada aqui, deixando de receber centenas de refugiados latino-americanos por somente acolher os de origem europeia.

Essa posição profundamente contraditória se manteve ao longo dos anos 1970 e 1980 do século XX também pelo fato de ele mesmo estar sob regime ditatorial, não podendo por razões inerentes a isso, transformar-se em símbolo da acolhida de refugiados que fugiam de realidades semelhantes à sua.

Durante esse período, o país utilizou algumas prerrogativas que permitiam a entrada dessas pessoas de forma “provisória concedendo-lhes o visto de turista

---

<sup>20</sup>. Dados coletados na Comissão Justiça e Paz – Arquidiocese de Brasília. Direitos Humanos no Brasil: 1992-1993. São Paulo: Loyola, 1994, p. 46.

por noventa dias, tempo necessário para que fossem providenciadas a documentação e alocação em outro país” (ANDRADE, J. 2000).

Nesse contexto, pode-se pensar no cumprimento dos direitos humanos dessas pessoas, mas desdobrados/contemplados em direitos civis, políticos e sociais<sup>21</sup>, para se verificar que pouco ou muito pouco deles realmente se efetivava. Isto se devia em parte ao fato dessas populações estarem excluídas dos mesmos pela própria condição de refugiado, condição agravada ainda por se encontrarem acolhidos mesmo que provisoriamente, por um país que vivia em estado de exceção.

Aqui fica bastante clara a representatividade e poder do exército brasileiro, não somente pelo regime ditatorial, o que seria óbvio, mas pela forma com que o mesmo se circunscreve na estrutura social do país, refletindo suas práticas nas esferas dos direitos individuais e coletivos. Isso se deve em parte ao fato de que esse exército traz na sua base a orientação biopolítica, pois como observa Cocco (2005):

É justamente esta base biopolítica forte que explica por que, ao longo de toda a evolução/constituição dos Estados-Nações na América Latina, os exércitos desempenharam em toda parte um papel tão importante. Trata-se de exércitos biopolíticos, de exércitos que absorveram uma função de polícia e de modelagem das populações: a disciplina demográfica na América Latina é confiada aos exércitos. (p. 141).

<sup>21</sup>Sobre essa questão, a análise de T. H. Marshall (1983) retrata uma dimensão “sincronizada” da cidadania, subsequenciada pela conquista dos direitos e pelos desfechos de sua titularidade (constituição dos direitos).

A cidadania refere-se ao título de direitos que cada cidadão possui, considerado essa titulação dos direitos é subdividida da seguinte forma: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais que, de acordo com o autor, se desenvolveram respectivamente durante os séculos XVIII, XIX e XX.

Os direitos civis, segundo Marshall, são aqueles necessários à liberdade individual, de ir e vir, de imprensa, de pensamento, de religião, da propriedade. Trata-se do direito que concebe os contratos sociais e o direito à justiça. Este último (o direito à justiça) se difere aos dois outros, pois é o direito de defesa e afirmação de todos os direitos em termos de igualdade, especialmente processual; a instituição que mais o representa são os tribunais de justiça. Os direitos políticos são aqueles que garantem o direito a participação na vida política, seja como membro (de um organismo ou instituição) ou como eleitor de tais membros.

Corresponde a esses direitos: o direito de associar-se, além da constituição e participação nos parlamentos e conselhos dos governos nacionais.

Os direitos sociais são aqueles que abarcam o direito mínimo de bem-estar econômico, de segurança, de participação na herança social, de garantias de convivência e de padrões de vida de “um ser civilizado”, ou seja, inserido na dinâmica social. De acordo com Marshall as principais instituições voltadas à garantia destes direitos seriam o sistema educacional e o sistema de serviço social das nações.

Essa disciplina geográfica citada pelo autor não se limita aos cidadãos internos do país, mas extrapola seus limites no sentido de inclusive influenciar na política externa, deixando possivelmente evidente a maior consequência da prática do biopoder e mesmo da biopolítica, que Foucault (2001) define como “a importância crescente assumida pela atuação da norma, às custas do sistema jurídico da lei” (p. 135). Dessa forma, a lei passa a ficar em segundo plano, no sentido de que a mesma é substituída durante esse processo pela força e pelo poder normativo do estado de exceção.

A partir do golpe, as questões dos direitos humanos mergulham também na escuridão provocada pelo regime, pois é a partir dessa época que se inicia um dos períodos mais violentos da história contemporânea brasileira; marcada por torturas, desaparecimentos, cassação de mandatos e perseguição dos grupos opositores ao regime.

Por outro lado, o Estado de exceção se configura principalmente para a classe média como momento propício ao progresso, pois o mesmo coincide com o chamado “milagre econômico que viabiliza principalmente a esse setor amplo crescimento, causado pela efetiva possibilidade de acesso a posições confortáveis na sociedade aquisitiva em formação”. (Almeida e Weiss, 2000).

É paradoxal como a “institucionalidade” da Exceção se manifesta de forma ambígua na sociedade brasileira, pois ao lado da ascensão de parte da classe média, está a massa assustadora da população que viu cada vez mais a concentração de renda aumentar,

“Lançando as bases de uma diversificada e moderna sociedade de consumo, ampliando em escala inédita no Brasil urbanizado, a distância entre o topo e a base da pirâmide social” (Almeida e Weiss, op. cit. p. 101).

Esse distanciamento empurra cada vez mais os excluídos para o outro lado do cenário instituído pelos militares, que exigia submissão e anulação. Dessa forma, o golpe militar subdivide a sociedade brasileira de modo a provocar por meio de suas estratégias de violência e controle a morte do sujeito, submetido cada vez mais aos dispositivos de poder, num constante intercâmbio entre poder e saber. (Foucault, 2001).

Norteando essas táticas de biopoder está o apelo quase irresistível ao neoliberalismo, que já concretizava suas primeiras ações em meio ao burburinho causado pelo golpe, pois, o Brasil vivia um período inédito de industrialização e urbanização que alterava significativamente a economia e consequentemente a sociedade.

Porém por tratar-se de ações desenvolvidas no interior do estado de Exceção, a prática da tutela nos eventuais conflitos oposicionistas era utilizada de forma ampla, culminando em ações que demonstravam o poder de coerção estatal como força ordenadora e controladora da sociedade.

Um bom exemplo disso foi o acordo estabelecido entre o governo brasileiro e o ACNUR para a assinatura do Protocolo de 1967, já citado aqui. Nesse acordo, o Brasil manteve essa reserva, somente concedendo refúgio a pessoas oriundas de países europeus. Dessa forma virava as costas para as centenas de refugiados latino-americanas, vítimas dos conflitos armados durante os anos setenta e oitenta do século passado. Esse fato demonstra de forma irrefutável o poder controlador do exército mesmo no âmbito dos acordos internacionais.

Agora falando de perto da população local, o que se viu durante os anos de ditadura foi o conjunto das forças armadas realizar um movimento duplamente prejudicial ao Brasil, pois ao “banir pela violência, as forças do igualitarismo e da democracia produziu, ao longo dos seus 21 anos de vigência, uma sociedade deformada e plutocrática, isto é, regida pelos detentores da riqueza” (Novais e Melo, 2000, p. 56).

Esta constatação não impediu, porém, que formas alternativas de organização e resistência surgissem, como foi o caso dos movimentos populares da época, oriundos da Igreja Católica, dos sindicatos e de grupos da sociedade civil como, por exemplo, o movimento contra a carestia, que unindo-se a outros grupos recém-formados, passaram a contestar o regime ditatorial.

Esses grupos foram ganhando corpo, passando a ser valorizados durante os anos 80, como expressão de resistência, pois denunciavam uma crise dos referenciais políticos e analíticos do Estado e da sociedade brasileira.

Assim, inicia-se através dessa crise a mudança do papel estatal enquanto instrumento privilegiado das mudanças sociais, enfatizando uma polarização entre ele e a sociedade. Essa polarização trazia subjacente a necessidade de

reconstrução dos setores populares para fazer frente ao Estado opressor que se impunha em todos os setores

A participação deles é de crucial importância porque serviram não somente como opositores ao Estado de Exceção, mas colaboraram para o revigoração da discussão acerca dos direitos civis, políticos e sociais que estavam mergulhados no esquecimento provocado pela força do braço coercitivo do poder local.

Daí a importância da “fuga da vida” presente no “poder-saber” que transforma a vida humana, não a obrigando a integrar-se às regras de controle, ao contrário, permitindo com que a mesma fuja delas (Foucault, 2001).

Dessa forma, esses movimentos se constituíram como um mecanismo bastante representativo dessa “fuga”, pois levaram a uma revalorização de práticas sociais que sempre estiveram presentes no cotidiano popular, mas que estavam ofuscadas pelas modalidades ou formas dominantes de sua representação, passando então a ser vistos pelas suas linguagens e valores, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas.

Nesse período foi possível verificar que o conflito presente no interior das fábricas havia extravasado o contexto dos debates entre operários, exprimindo uma disposição coletiva de auto-afirmação, abrindo assim um novo espaço para a expressão política dos trabalhadores.

Esse espaço é importante porque durante o período de exceção se cristalizou uma imagem determinada pela própria estrutura social de que a classe trabalhadora era incapaz de qualquer ação autônoma, além do que para Sader (1988):

As derrotas sofridas pelo movimento operário de 64/68 tiveram efeito de reforçar essa imagem de impotência. Numa sociedade impulsionada pela acumulação de capital, os discursos dominantes passaram a ser os dos economistas, para os quais os trabalhadores aparecem como meros fatores da produção. (Sader, op. cit., p. 32).

Para o autor, agora surgia junto com esses movimentos populares, um novo sindicalismo, que se pretendia independente do Estado e de partidos, eram os novos movimentos de bairro, nova sociabilidade, surgindo novos sujeitos políticos coletivos:

“emergia, portanto, uma nova configuração de classe, se constituindo como sujeitos coletivos, dava-se o aparecimento de um novo tipo de expressão dos trabalhadores.” (Sader, op. cit., p. 34).

Embora todas essas mudanças estivessem em operação, é importante lembrar que durante todo o período em que vigiu o Estado de Exceção brasileiro, a questão do cumprimento dos direitos humanos permaneceu à margem, existindo apenas no âmbito legislativo, e assim mesmo com ressalvas.

Um exemplo disso diz respeito à longa permanência da “reserva geográfica”<sup>22</sup> para refugiados europeus que só vai ser revogada em 1989, vinte e dois anos após seus países vizinhos ou ainda, a ausência de reconhecimento por parte do país da Declaração de Cartagena em 1984.

Por outro lado, mesmo cercado de contradições, no final dos anos 1970 e início dos anos de 1980, mudanças significativas começam a ser efetivadas em alguns setores da sociedade brasileira, e destarte o regime ditatorial, no campo da legislação para refugiados é possível verificar, por exemplo, que o governo brasileiro estabeleceu uma parceria com o ACNUR, abrindo um escritório no Brasil em 1977, para que cerca de 20 mil sul-americanos fossem reassentados embora mantivesse a reserva territorial somente para oriundos da Europa.

Iniciada a década de 1980, o Brasil já demonstra estar mais propenso à acolhida de refugiados não europeus, e embora mantivesse a reserva geográfica, permitia que vietnamitas e cubanos trabalhassem legalmente no país, embora o governo não os tenha fornecido o status de refugiado.

Muitos outros exemplos poderiam ser aqui citados das mudanças que se operaram nesse período no que diz respeito à acolhida de povos não reconhecidos pelas leis brasileiras, porém, ao ser iniciado o processo de democratização brasileiro e de outros países do continente latino americano, avanços significativos são operados Julia B. Ribeiro (2006) registra que:

Diante desse contexto, em 1986, com o auxílio do ACNUR, 50 famílias de fé Bahia, provenientes do Irã,

<sup>22</sup> Vale lembrar aqui que, embora a Convenção de 51 restringisse a aplicação do conceito àquele que havia sido perseguido ou deslocado “em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1º de Janeiro de 1951 na Europa”, criando as chamadas reservas temporal e geográfica. Essas reservas foram excluídas a partir do *Protocolo de 1967 Relativo ao Estatuto dos Refugiados*. ([www.acnur.com/docs/acessoem](http://www.acnur.com/docs/acessoem) 05/11/12).

foram acolhidas pelo Brasil, pela aplicação do estatuto de asilados, haja vista que, em razão da “reserva geográfica” sustentada pelo país, não lhes poderia ser reconhecida a condição jurídica de refugiados (Almeida, 2001, p. 122). Vale salientar que essa decisão do governo brasileiro representou uma inovação jurídica, revelando o comprometimento do país com a questão dos refugiados. Em 19 de dezembro de 1989 (Andrade, 1996b, p. 10; Almeida, 2001, p. 124), o Brasil finalmente veio a revogar a “reserva geográfica”, por meio do Decreto nº 98.602/89 (Almeida, 2001, p. 124; COMISSÃO JUSTIÇA E PAZ, 1994, p. 47). Em face disso, embora o governo não tenha assinado a Declaração de Cartagena, passou a aplicar a definição ampliada de refugiado contida nesse instrumento desde 1989 (Almeida, 2001, p. 148), quando decidiu acolher refugiados de todos os continentes do mundo. (p. 66).

É preciso considerar que após permanecer por longo período sob regime de exceção, o Brasil ainda guarda marcas profundas desse processo, reveladas nas mais variadas esferas de sua estrutura social, oscilando por vezes num jogo de luz e sombra quando se trata de sua relação com os direitos humanos, seja dos refugiados ou da população local.

Nesse jogo há movimentos bastante positivos não somente no período que acabou de ser abordado, mas contemporaneamente, já no final do século XX.

Pode-se citar como exemplo a elaboração da Lei Federal 9474/97, promulgada em 23 de julho de 1997<sup>23</sup>, específica sobre refugiados ou ainda o “Plano de Proteção do México para a Proteção Internacional dos Refugiados da América Latina” que garante a criação de um programa de reassentamentos regional para a América Latina, fornecendo apoio ainda a países que recebem grande número de deslocados como Costa Rica e Equador<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitada, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

<sup>24</sup> Capítulo III (este documento trata-se de um instrumento de proteção internacional)

Reiterou-se a necessidade da cooperação internacional, de acordo com os princípios de solidariedade e responsabilidade compartilhada, para pôr em prática soluções duradouras efetivas, assim como para a difusão de boas práticas de soluções duradouras na região, propiciando a cooperação sul-sul, e o enfoque criativo da Declaração de Cartagena dos Refugiados de 1984.

Do contexto atual regional sobressaem duas situações que requerem urgente tratamento e apoio internacional. Por um lado, a situação de um número crescente de refugiados de extração urbana assentados nos grandes núcleos urbanos da América Latina. Por outro lado, a situação de um grande número de cidadãos colombianos nas zonas fronteiriças da Colômbia com Equador,



Finalmente, vale destacar que no ano de 2001, o Brasil implementa projetos de reassentamento para refugiados conforme informação trazida por Julia B. Moreira (2006):

O primeiro grupo recebido pelo país formava-se por afegãos. Nos dois anos seguintes, foram acolhidos mais de 105 colombianos. Ademais, em novembro de 2004, em reunião realizada na Cidade do México, para celebrar os vinte anos da Declaração de Cartagena, o Brasil resolveu estabelecer um programa regional de reassentamento de refugiados latino-americanos. O objetivo deste programa consistia em proteger os refugiados que fugiam de conflitos e perseguições verificados na região e, ao mesmo tempo, ajudar os países que acolhem grande contingente de colombianos, como Costa Rica e Equador (ACNUR, 2005).

Esses movimentos podem ser entendidos como um esforço do país em contribuir para o avanço não apenas do reconhecimento da problemática que envolve as grandes levas de deslocados no âmbito internacional, mas considerando-a como questão interna, principalmente pelo fato de ele mesmo ser o destino de inúmeros povos.

No entanto, essas ações ocorrem tendo como ponto de partida, sobretudo as legislações, que se por um lado facilitam o processo de acolhida desses povos, paradoxalmente revelam por outro, a falta de políticas sociais que garantam condições mínimas de sobrevivência e integração ao grande número de refugiados que chegam todos os dias aos aeroportos e rodoviárias do país.

É preciso considerar ainda que este não é um desafio que diz respeito somente ao Brasil, mas insere-se no contexto global, pois segundo dados do ACNUR (2012), o número de refugiados no mundo só faz crescer, e isso se deve em grande parte ao aumento dos conflitos internacionais, que fomentaram o recrudescimento da intolerância global com o “estrangeiro”, principalmente se o mesmo estiver sob a condição de refugiado, que sob a competência do Acnur, já ultrapassa a barreira dos 35 milhões de pessoas conforme se observa no gráfico que abaixo:

---

Panamá e Venezuela, em sua maioria indocumentados e necessitados de uma ação urgente de proteção e assistência humanitária, dada sua alta vulnerabilidade.



Solicitações de Refúgio no Mundo

Fonte: ACNU (2012)

E aqui parece se fazer o caminho de volta no que diz respeito ao aspecto humanitário da questão, principalmente pelo fato de que cada vez mais se intensifica o movimento por parte dos países desenvolvidos economicamente, de controle e imobilização dessas populações.

Dessa forma, se foi por intermédio da lei que os direitos humanos se constituíram enquanto instrumentos de defesa e garantia para os “Refugos do Mundo”, Arendt (1995), é justamente apoiado nela que o Estado-Nação baseia-se agora para realizar ações discricionárias que avançam para além do controle.

Esse avanço culmina na exclusão de imensos contingentes populacionais, reduzidos à condição de Homo Sacer tão bem definido por Agamben (2005), e que aponta cada vez mais para uma crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos círculos de poder.

### 3.2. O Refugiado como o Outro

As populações deslocadas, ao terem suas vidas normatizadas e controladas pelos mecanismos pré-anunciados no capítulo anterior, sofrem mudanças profundas na medida em que precisam se adequar à dinâmica do país que os

acolhe. Isso incide no modo de exercer sua cidadania, que se vê enfraquecida no que diz respeito à sua atuação como ser político.

Uma das referências para pensar o problema encontra-se em Foucault (1988), para quem:

“Essas populações afastam-se cada vez mais da lógica Aristotélica através da qual, por milênios, o homem permaneceu como animal vivente, e capaz de existência política, ao passo que na contemporaneidade ele é apenas um animal que utiliza a política para garantir a sua existência”. (1988).

Na esteira do esvaziamento do papel político dessas populações vem somar-se o deslocamento progressivo de seus direitos de cidadão, onde a vida se mantém no centro das especulações do poder, e ao mesmo tempo é rebocada cada vez mais para as margens da lei e do direito, num movimento paradoxal.

Diante destes fatos talvez seja pertinente resgatar uma provocação de Hannah Arendt (1998) acerca desta questão: Tem a Política algum sentido?<sup>25</sup>

A autora parte da premissa de que o sentido da política é a liberdade, mas problematiza ao afirmar que a vida dos seres humanos foi totalmente absorvida pela política, retirando a liberdade dos indivíduos, perdendo com isso seu sentido norteador, tornando-se assim, vazia.

Para a autora, este vazio possibilita muitas vezes o surgimento de regimes totalitários nos quais restaram o desespero e ao mesmo tempo a esperança. É justamente ao optar pela esperança que a autora introduz o conceito de milagre, que na sua definição, se distancia bastante do sentido religioso:

Para nos libertarmos do preconceito de que o milagre é um fenômeno genuína e exclusivamente religioso, no qual algo sobrenatural e sobre-humano se intromete no desenrolar terrestre dos assuntos humanos ou no desenvolvimento natural, talvez seja conveniente rememorarmos em breves instantes que todo o marco de nossa existência real – a existência da Terra, da vida orgânica sobre ela, a existência do gênero humano – baseia-se numa espécie de milagre. Porque, sob o ponto de vista dos fenômenos universais e das probabilidades que nelas reinam e que podem ser apreendidas estatisticamente, o surgimento da Terra foi uma infinita improbabilidade. (Arendt, 1998, p.114).

<sup>25</sup> Esta indagação encontra-se no livro O que é Política? Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998

Ela credita então o milagre à ação dos homens, pois através destes movimentos são desencadeados novos processos. Assim, o milagre se relaciona com o poder de começar, estando “contido no fato de que cada homem é em si um novo começo” (idem, p. 43). É através de seu agir que o homem resgata a liberdade e consequentemente o sentido original da política:

“Portanto, se esperar um milagre for um traço característico da falta de saída em que nosso mundo chegou, então essa expectativa não nos remete, de modo nenhum, para fora do âmbito político original. Se o sentido da política é a liberdade, isso significa que nesse espaço – e em nenhum outro – temos de fato o direito de esperar milagres” (ARENDT, idem, p. 132).

Dessa forma, torna-se quase automática a seguinte questão: Seria possível considerar a viabilidade desses “milagres” na contemporaneidade? De outra forma: se para a autora a ação humana tem caráter transformador, teriam os direitos humanos papel de facilitador deste processo no interior dos imensos contingentes de deslocados, resgatando com isso o que a mesma chamou de “Direito a ter direitos”?

Ao analisar o histórico dos direitos humanos a autora atentou principalmente para o fato de que eles só teriam viabilidade quando o indivíduo possuísse algum tipo de vínculo com o Estado. Dessa forma, não seria possível aos refugiados e migrantes usufruírem de suas garantias fora destas fronteiras.

É interessante perceber a atualidade dessas afirmações principalmente no que diz respeito ao vínculo entre Indivíduo e Estado-nação, que permanece nos dias atuais, porém revestido de outros elementos que, somados, transformam-se em propulsores da exclusão das populações deslocadas, dificultando sua entrada ou permanência em novos territórios ou Estados.

Esses elementos estão presentes principalmente nas novas conformações hoje assumidas pelas “fronteiras” citadas por Arendt e que não são mais uni-escalares.

Ao referir-se a essas fronteiras, a autora tinha como realidade territórios geograficamente definidos, porém atualmente esses limites alargaram-se, ganhando novas conformações. Assim, a discussão acerca do binômio Direito/Estado-Nação exige também um avanço na compreensão da versão contemporânea de fronteiras ou territórios.

Dessa forma a perda ou saída do território também chamada de desterritorialização pode assumir diferentes significados de acordo com a abordagem feita sobre este movimento.

Rogério Haesbaert (2002) aponta outros sentidos para o termo. Ele menciona pelo menos quatro perspectivas, que vão da noção de:

“Território como dimensão físico-econômica da vida humana, passando por outra que vê o território como base de ordenamento político da sociedade, uma terceira, que parte da ideia de território como espaço de identificação cultural e finalmente, a mais totalizadora, que vê o território como uma espécie de “experiência integral” do espaço pelos grupos sociais” (Haesbaert, *idem*, p. 156).

Já as reflexões de Arendt (1997) estão mais próximas das feitas por Robert Sack (2005) que define território como uma “tentativa, por um indivíduo ou um grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Ao mesmo tempo, para Sack, (2005, p.36) “o território é visto nesse sentido sob um ponto de vista político-disciplinar, é, antes de tudo, o espaço da cidadania, dos direitos sociopolíticos básicos”.

É importante lembrar que Hannah Arendt (1997), ao referir-se aos limites da cidadania por fora do Estado-nação não está defendendo a cidadania juridicizada própria a esse Estado; está apenas denunciando os limites dos direitos humanos como expressão de cidadania.

Pensando a situação do migrante nesse eixo de reflexão, pode-se dizer que ele ao encontrar-se em outros países, sem documentos e de forma ilegal, torna-se desterritorializado, “sobretudo no sentido político das garantias mínimas asseguradas no interior do território do Estado-Nação” (Arendt, *op.cit.* p. 37).

Neste contexto o que não se pode esquecer é que tanto a definição de território quanto a de desterritorialização, sejam atuais ou não, sempre trazem indicativos das tensões presentes no seu interior.

Provavelmente a maior delas ocorra no campo que estabelece ou reconhece a garantia dos direitos fundamentais dos imigrantes, em relação à própria soberania do Estado, pois é possível constatar que a compulsoriedade da lei não é suficiente para garantir a efetividade dos direitos de refugiados e migrantes. Na

verdade, ao fazer-se uma análise mais minuciosa desta questão, verifica-se claramente profundas dissensões no seu interior.

Ao mesmo tempo essa tensão se reafirma na resistência por parte do Estado-Nação em flexibilizar elementos fundamentais que são garantidores de sua soberania, gerando com isso uma situação paradoxal entre estes conceitos.

Para autores como Charles P. Gomes (2005), por exemplo, é nos bastidores dos domínios políticos que se verifica a quebra do consenso estabelecido entre direitos humanos e soberania nacional, contrariando com isso, as argumentações presentes nas análises de Saskia Sassen e Yasemin Soysal (2006), para os quais, os direitos dos imigrantes foram garantidos de forma “autônoma e automática”, mantendo com isso, o consenso indicado. Este mesmo autor chama atenção para o fato de que:

O direito dos estrangeiros se constitui em um campo de investigação suficientemente rico, capaz de nos levar a compreender como o fenômeno migratório está intrinsecamente associado à consagração do Estado-Nação soberano como organização política hegemônica da modernidade. A jurisprudência criada pelas altas instâncias da jurisdição nacional em relação aos estrangeiros nos permite cernir melhor o processo pelo qual ideias políticas e conceitos teóricos abstratos de Estado e Nação tornam-se práticas sociais concretas, podendo atingir todos os indivíduos ao lhes atribuir uma identidade institucional. (Gomes, op. cit., 2005).

Aqui cabe problematizar com o autor no sentido de que ele confere importância considerável à jurisprudência no processo de concretização de práticas sociais concretas para os imigrantes. Com efeito, ao fazer tal afirmação elementos fundamentais para a discussão são ignorados, como por exemplo, o fato de que a política das soberanias nos dias atuais se configura de forma muito mais complexa, exigindo uma visão mais abrangente de conceitos como exclusão, territorialidade e deslocados.

Saskia Sassen (2006, p.145) reitera esse ponto de vista ao afirmar que “a soberania continua a ser uma propriedade sistêmica, mas sua inserção institucional e sua capacidade de legitimar e de absorver todo o poder legitimador, o poder de ser a fonte da lei, se tornaram instáveis”.

Para a autora

A questão do território como parâmetro da autoridade dos direitos, ingressou numa fase nova onde a

autoridade estatal exclusiva sobre o território continua a ser o modo prevalecente de autoridade final na economia política global. Mas ela é menos absolutamente formal do que se pretendeu que fosse no passado, e não se deve confundir prevalência com domínio. (Sassen, op. cit., p. 99).

Note-se que destarte as dissensões entre autores ou correntes ideológicas, o fato é que a resistência em receber o estrangeiro, o deslocado, o migrante, o refugiado, permaneceu ao longo da história da humanidade sendo constante em um sem número de países, que ignoram leis e tratados virando as costas e fechando suas fronteiras para essa população.

Porém, a perenidade dessa resistência difere muito, por exemplo, do modelo clássico de democracia ateniense, que embora possuísse relações escravocratas, as mantinha distante das questões racistas e biopolíticas que vigoram hoje.

Entretanto, tanto o modelo contemporâneo de democracia, quanto a democracia ateniense, mantém estreita semelhança em alguns aspectos de sua estrutura organizacional, principalmente no que diz respeito ao funcionamento das cidades, onde “A polis dos cidadãos não poderia existir sem a presença dos estrangeiros”. (Austin & Naquet, 1973)”

Nesse sentido, Bárbara Cassin (1993) identifica de forma bastante clara esse fato, quando sublinha que Atenas precisava dos *metecos*<sup>26</sup> para reforçar o funcionamento da sua economia. Isso ganha sentido quando ela sugere que a cidade “tem necessidade dos metecos, para os múltiplos serviços prestados à coletividade dos cidadãos e não se contestava absolutamente sua presença; ao contrário, a encoraja ativamente”. (op.cit).

É importante esclarecer que a abertura das cidades à presença do estrangeiro vigiu somente durante períodos de alavancamento de suas economias. Nesse cenário a presença inclusive de refugiados e exilados foi bastante tolerada. Outro lado dessa questão teve fundamentação política, pois durante todo o período da Guerra Fria entre EUA e URSS houve por parte dos defensores da ideologia neo-

<sup>26</sup>Os metecos eram estrangeiros de outra pólis (cidade-estado) ou bárbaros residentes no território de Atenas e viviam do comércio e do artesanato. Não eram considerados cidadãos e eram impedidos de ocupar cargos públicos. Tinham de pagar impostos e prestar serviço militar.

Era concedido a alguns o direito de se tornarem cidadãos quando se distinguiam através de qualquer feito importante. Tinham também de pagar uma taxa (imposto de residência) para viverem em Atenas, como também tinham de pagar para poder trabalhar. Cumpriam serviço militar tal como os cidadãos e eram considerados homens livres. (www.avidanagrecia.wordpress.com/acesso em 17/6/12).

liberal uma espécie de “manipulação” acerca do direito ao livre deslocamento, como aponta Póvoa (2005).

Isso justificaria então:

As tinturas heroicas que coloriam as imagens dos boat-people vietnamitas, dos exilados cubanos a caminho da Flórida, dos alemães orientais na travessia do Muro de Berlim. Toda uma retórica pró-emigração foi assim elaborada, levando-se inclusive à elaboração de políticas de recepção desses imigrantes. (op. cit., p. 305)

Passado esse período, que foi sucedido por mudanças profundas, principalmente no mundo do trabalho, o cenário começa então a ganhar matizes menos coloridos, aumentam as apreensões quanto ao futuro do Estado, fragilizado pela incapacidade de exercer um papel ativo na condução de políticas de demanda e, de modo mais geral, no cumprimento de suas funções na sociedade, o Estado perde então a legitimidade. (Almeida 2008, p. 05).

Nota-se que tanto as mudanças no mundo do trabalho quanto à perda da legitimidade estatal incidem de forma avassaladora sobre todos os trabalhadores, sejam locais ou imigrantes, mas mostra sua face mais perversa, sobretudo para os refugiados por provocar um agravamento nas políticas internacionais de refúgio, no sentido de que os países ficam mais resistentes em recebê-los.

Pois se, de um lado, tem-se excesso de trabalhadores nativos, de outro não faz sentido fomentar a vinda de estrangeiros para ocuparem essas vagas. Assim, nessa escala os refugiados ocupam as últimas posições.

Ocorre que esses mecanismos de controle de entrada de imigrantes e de refugiados não impedem o surgimento de tensões internas. Nesse processo, nota-se inclusive a presença recorrente dos fatores biopolíticos abordados no capítulo anterior; principalmente porque o sujeito de destaque é o indivíduo que permanece exposto. A esse respeito, Westminster apud Agamben (2002) ressalva que:

O que emerge nesse processo, é mais uma vez, o corpo do homo sacer, é mais uma vez uma vida nua. Esta é a força e, ao mesmo tempo, a íntima contradição da democracia moderna: ela não faz abolir a vida sacra, mas a despedaça e dissemina em cada corpo individual, fazendo dela a aposta em jogo do conflito político. Aqui está a raiz de sua secreta vocação biopolítica: aquele que se apresentará mais tarde como o portador dos direitos e. como o novo sujeito soberano, pode constituir-



se como tal somente repetindo a exceção soberana e isolando em si mesmo corpus, a vida nua. Se é verdade que a lei necessita para a sua vigência, de um corpo, se é possível falar neste sentido, “do desejo da lei de ter um corpo”, a democracia responde ao seu desejo obrigando a lei a tomar sob seus cuidados este corpo. (op. cit, p. 93)

Pode-se ponderar então que houve uma reversão no papel político do corpo e do indivíduo, que deixou de ser nas palavras de Arendt, “um recomeço em si”, para se transformar em o que se poderia chamar de “reverso político”, pois embora tenha ganhado visibilidade, não tornou-se protagonista. Pelo contrário, encarna e simboliza cada vez mais o que Agamben (2005) chama de “Homo Sacer”, ou seja, o corpo sacrificável, matável, e aqui incluo ainda, o corpo passível de exclusão.

Exemplos a esse respeito não faltam, sendo encontrados em vários países e continentes, porém assumindo conformações diferentes.

Assim pode estar representada nas centenas de vítimas da Guerra do Congo, do Afeganistão, do Iraque, das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), na força bruta utilizada pela polícia francesa, que mata imigrantes africanos; além do caso mais próximo de todos os brasileiros: o fuzilamento de Jean Charles de Menezes no metrô de Londres, com nove tiros à queima-roupa, sendo a maioria dados na cabeça.

Esses eventos ratificam mais uma vez o fato de que os deslocados contemporâneos encontram uma resistência massiva para fazerem parte do que se poderia chamar “Contrato” entre eles e o Estado-nação.

É justamente sobre esses dispositivos de resistência do mundo em acolher, absorver e reconhecer essas populações, que versará o subitem a seguir.

### **3.3. Admirável Mundo Novo?**

Ao escrever a obra que leva o mesmo título do presente subitem, Aldous Huxley previu ainda na primeira metade do século XX o estabelecimento de uma segregação social acentuada, onde haveria distinção dos seres humanos já no seu momento de nascimento. Dessa forma e utilizando a nomenclatura do autor, eram criadas pessoas Alphas, Betas, Gammas e Zetas. Neste cenário, preponderava o

condicionamento social de acordo com a classificação no interior de uma sociedade extremamente hierarquizada.

Assim, cada um nascia com suas características pré-estabelecidas, correspondentes à cada classe a qual faria parte. Desigualdades e insatisfações eram neutralizadas com a intervenção de um Estado controlado por oligarquias que almejavam assegurar a estabilidade social. A esse respeito, o trecho seguinte de uma correspondência de Huxley<sup>27</sup> é bastante ilustrativo para compreender-se esta processualidade:

“Na verdade, a menos que nos decidamos a descentralizar e a utilizar a ciência aplicada não com o fim de reduzir os seres humanos a simples instrumentos, mas como meio de produzir uma raça de indivíduos livres, apenas podemos escolher entre duas soluções: ou um certo número de totalitarismos nacionais, militarizados, tendo como base o terror da bomba atômica e como consequência a destruição da civilização (ou, se a guerra for limitada, a perpetuação do militarismo), ou um único totalitarismo internacional, suscitado pelo caos social resultante do rápido progresso técnico em geral e da revolução atômica em particular, desenvolvendo-se, sob a pressão da eficiência e da estabilidade, no sentido da tirania-providência da Utopia. É pagar e escolher”. (p.33)

Ao fazer tão contundentes afirmações acerca do futuro, o autor deixa transparecer a possibilidade quase imediata de realização do que chamou de “Utopia e Horror”, sinalizando ainda para as implicações que este acontecimento acarretaria.

No romance fica bastante clara a intervenção estatal com fins de controlar e manter, mesmo que forçosamente, a estabilidade da sociedade. Contemporaneamente, no que diz respeito aos deslocamentos mundiais, pode-se afirmar que, embora não se viva em uma sociedade controlada artificialmente à exemplo do livro, ocorre igualmente, mas em proporção significativa, uma atuação do Estado no sentido de manter seus dispositivos de poder.

Assim, no que diz respeito à população migrante, diferentemente dos primeiros colonizadores que lançavam-se em viagens ao desconhecido em busca de novas terras e riquezas, nos dias atuais poucos ou mesmo nenhum ser humano

---

<sup>27</sup> . Fragmento retirado do documento: [www.ic.unicamp.br/~vignatti/leitura/admiravel](http://www.ic.unicamp.br/~vignatti/leitura/admiravel)

arriscaria sair de sua terra natal para enveredar-se por terras distantes, sobretudo na condição de refugiado.

Nesse contexto, a discussão do êxodo constitui-se como fator indissociável da discussão do papel do Estado. Ambos estão intrinsecamente ligados, pois no contexto da globalização localizar o movimento migracional seja ele de ordem voluntária ou compulsória consiste em grande desafio, não somente pelas abordagens diversas, mas sobretudo quando o objetivo é focalizar especificamente o papel do Estado nesse processo.

A esse respeito, durante pesquisa realizada para o presente estudo, constatou-se a dificuldade no interior da organização estatal de lidar com os grandes fluxos migratórios, isso se deveu em parte ao fator econômico bastante presente na maioria das análises existentes.

Porém, não é possível nem correto reduzir a problemática da desterritorialização somente à natureza econômica, embora seja quase automático relacionar as migrações às implicações ou efeitos que as mesmas trazem para o desenvolvimento, seja dos países de origem, seja para os que acolhem esses fluxos.

Esta constatação é histórica e pode ser verificada já no início dos fluxos migratórios, quando as então metrópoles da época iniciavam os primeiros eventos de invasão e colonização de novas terras em busca de riquezas e mão-de-obra escrava.

O reconhecimento dessa supremacia do caráter econômico pode fornecer também, elementos para entender as novas configurações assumidas para justificar a rejeição dos deslocados no mundo contemporâneo.

O que é importante destacar no que diz respeito principalmente aos países de acolhida, é justamente essa preponderância do fator econômico, que catalisa novas formas de rejeição e resistência aos migrantes, norteadas por implicações de natureza étnica e cultural, submersas por sua vez, no caldo do “controle dos corpos” presente nas técnicas de natureza biopolítica já abordadas no presente trabalho.

O protecionismo econômico de boa parte dos países que resistem em acolher essa população, aliado ao viés discriminatório presente no seu interior, tem se mostrado bastante eficaz no processo de fechamento de suas fronteiras. Isso reitera mais uma vez a atualidade das afirmações de Arendt (1995) que

chamava (já na década de 1940) a atenção para o fato de que “O mundo não viu nada de sagrado na abstrata nudez de ser unicamente humano”.

Na verdade parece que esse processo escamoteou a outra parte da questão, ou seja, para manterem sua estrutura, muitos países se recusam a reconhecer as implicações subjacentes no ato de migrar, e que se estendem para além de sua própria realidade e equilíbrio internos.

Agravando consequentemente, um cenário que por si só já apresenta grandes desafios, justamente porque exige medidas que se referem inclusive aos limites da autonomia e supremacia desses Estados-Nação.

A complexidade da questão leva Gomes (2005) a recuperar algumas análises na área, no sentido de entender as possibilidades e limites das explicações que se aтем registro econômico, nesse sentido ele sublinha que:

“Grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre migrações internacionais se limita a esta única hipótese e se contenta a descobrir, por um lado, quais são os fatores racionais que empurram o indivíduo a sair de seu território, de sua comunidade de origem, e, por outro lado, quais são os fatores capazes de puxar o imigrante para a comunidade de adoção (e aqui acrescento, de acolhida), a ponto de ter vontade (ou necessidade) de aí estabelecer uma residência.

Dentro desse registro, os autores, de acordo com suas abordagens específicas, definem as respectivas variáveis complementares a estas forças motrizes dos fluxos migratórios internacionais”. (Gomes, *idem*, p.238).

Para o autor, as análises meramente economicistas são seguidas de análises sociológicas que revelam, de forma valiosa, aspectos importantes e não contemplados anteriormente, pois:

“Reforçam o papel considerável que as redes sociais exercem para o desenvolvimento do fenômeno migratório. Segundo as análises de Portes e Sassem, o capital social, traduzido em uma estrutura social de acolhida construída pouco a pouco pelas comunidades de imigrantes, seria um dos fatores que mais encorajaria os novos membros, independente da conjuntura econômica do país”. (Gomes, *ibidem*, p. 277)

Em outras palavras, as redes de sociabilidade ou de sobrevivência tecidas pelos compatriotas, seja na condição de imigração ou refúgio, tem papel preponderante no momento de decidir o destino a ser seguido pelo migrante.

Isto ficou bem claro nas 30 entrevistas<sup>28</sup> realizadas durante a pesquisa de campo para esta tese, feitas em uma instituição receptora de refugiados no município do Rio de Janeiro e da qual o breve fragmento foi colhido:

“Vim sozinho para o Brasil sem conhecer ninguém, mas sabia que aqui moravam muitos congoleses que alugavam quarto e ajudavam no começo. Também no avião conversei com uma pessoa do meu país que me deu o endereço de outros compatriotas lá na Baixada. Fiquei dividindo um quarto com mais seis refugiados, um ajudava o outro até conseguir um emprego ou como se virar”. Agora entrei com meu pedido de refúgio. (G.F. 31 anos, congolês).

Desse modo, avançar para além da abordagem macroeconômica constitui fator decisivo na análise dos deslocamentos, pois ao fazer-se este movimento é possível então lançar luz sobre outros condicionantes igualmente relevantes no processo de migração, não se perdendo então a possibilidade de explorar/discutir dimensões extremamente representativas e importantes como a da política, por exemplo. Pois para Gomes, (2005):

“Ao desconsiderar a dimensão política, essas análises esquecem de maneira errônea que o Estado tem um papel importante na regulação e no controle dos fluxos migratórios. A abstração feita das decisões tomadas pelas instituições políticas impede a boa compreensão do fenômeno migratório, que, por sua própria natureza, é um fenômeno político, pois implica, antes de mais nada, no abandono voluntário ou involuntário do indivíduo de sua comunidade política de origem.” (Gomes, op. cit. 291)

Ao dar visibilidade à análise política das questões que envolvem os deslocamentos, abre-se assim, um leque de possibilidades para abordar e avançar na compreensão deste fenômeno que se mostra acentuadamente contemporâneo e crescente.

Seguindo este fluxo, é bastante interessante verificar a forma como essas análises vão ao encontro e constata a posição soberana e autônoma do Estado no que se refere ao exercício e controle das decisões, não somente políticas, mas

---

<sup>28</sup> As entrevistas e a pesquisa de campo serão abordadas e problematizadas no terceiro capítulo da presente tese. Lá será possível conhecer o perfil dos povos refugiados residentes no município do Rio de Janeiro e que foram contactados também nos bairros de Brás de Pina e Centro.

também sobre todos os movimentos de entrada e saída de estrangeiros, assumindo em alguns momentos as mesmas feições absolutistas do passado.

Para melhor compreender este traço, vale a pena conhecer a análise desenvolvida pelo escritor francês Gérard Noiriel (2000), que concentra sua atenção e interesse exclusivamente na população migrante, que para ele é quem sente e se submete de forma mais direta “a dominação do Estado de Direito e a maneira pela qual o mesmo exerce esta dominação” (Gomes apud Noiriel, 2005).

Para fazer tais afirmações, o autor concentrou sua atenção especificamente no estudo e observação do que chamou de “arsenal de instrumentos políticos” postos em prática, segundo ele, “pelo Estado francês para melhor controlar e reprimir o fluxo migratório”.

Para este autor, o grau de sujeição ao qual as populações deslocadas são submetidas significa e ao mesmo tempo ratifica o que chamou de “Tiranía do nacional” lembrando por vezes a definição hegeliana de Estado, pois atribui ao mesmo características da própria razão:

“Em si e para si, o Estado é a totalidade ética, a realização da liberdade, e que a liberdade seja real, é a finalidade absoluta da razão. O Estado é a realidade em ato da Ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, clara para si mesma, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e porque sabe (Hegel, 1997, p. 90)

Noiriel (2008) credita ao arsenal de instrumentos políticos utilizados pelo Estado o controle e repressão dos fluxos migratórios na Europa e mais especificamente em países como a França.

Este modelo de controle só foi possível porque, segundo o autor, a população imigrante ou refugiada tornou-se invisível no espaço público justamente por se encontrar privada de qualquer forma ou mecanismo de representação.

Dessa forma, as estratégias de controle dos deslocados acabam colaborando para o agravamento da questão no sentido de que criam novas formas de discriminação e criminalização dessas populações, conforme apontado por Póvoa (2005):

“A ideia de “invasão”, normalmente associada a hordas, a bárbaros, goza de imensa popularidade no discurso político anti-imigrantista. É notório que os imigrantes servem frequentemente como catalisadores de múltiplas

frustrações, bem como de temores difusos contra ameaças dificilmente localizáveis. Sendo geralmente o “alvo mais visível”, não é de admirar o número de vezes que sobre os mesmos desembocam agressões e acusações várias. Daí se falar, em criminalização, não somente dos migrantes, mas da própria migração como processo”.(Póvoa , op. cit. P. 76).

O fato é que ao se destacar as formas de controle sobre os deslocados seja no âmbito legislativo, institucional ou econômico, o que realmente se sobressai nessa processualidade é a importância das variáveis políticas na formulação e definição do movimento migratório contemporâneo.

Já que promovem um avanço ao revelar a importância das trajetórias realizadas pelos deslocados em uma sociedade que, contrariamente ao passado, erodiu suas fronteiras para o capital, erguendo em contrapartida muros para os que têm no refúgio, a única possibilidade de sobreviver.

Nessa perspectiva pode-se observar ainda que o destino coletivo é decidido cada vez mais longe da esfera da política. Aqui se poderia perguntar como já feito anteriormente, para que serve afinal a política ou qual o sentido da mesma, uma vez que ela sofre mutações constantes que a desconfiguram e a afastam de seu sentido original.

Seria o caso de indagar também, a exemplo de Bignotto (2008), se a sociedade atual estaria desprovida de virtudes.

### 3.4. Pode a Imigração Modular o Esquecimento da Política?

*Para onde vão as ideias rejeitadas, os projetos  
esquecidos, as crenças arruinadas?  
A árvore está imóvel, permanece parada no seu banho  
de luz.  
Mas ontem mesmo ela se agitava com todas as suas  
folhas, ramos e galhos, até mesmo seu potente tronco,  
cor de pedra e quase pedra. Onde está sua agitação,  
seu entusiasmo, suas torções de braços e mãos?  
Paul Valéry, Poésieperdue*

Ao indagar-se acerca da utilidade da política, bem como das virtudes da sociedade atual, talvez seja necessário considerar alguns fatores que influenciaram e influenciam na configuração deste cenário. Um bom exemplo disso é trazido por Gerard Noiriel (2008) ao discutir o processo de integração dos estrangeiros na Europa, pois para ele:

Os discursos de especialistas sobre “a integração dos imigrantes” caem cada vez mais no vazio. Os militantes que pretendam romper com o “pensamento único” poderiam utilizar o acúmulo da pesquisa histórica e sociológica para refletir sobre um projeto político que não tenha por objetivo impedir as pessoas de falarem e agirem, sob o pretexto de “integrá-los” à ordem burguesa, mas que consiga promover novas estruturas de ação coletivas, de maneira a articular de modo inédito as aspirações populares à integração e à autonomia. (op. cit., p. 99).

Para o autor isto se deve ao fato de que o Modelo Republicano de Integração<sup>29</sup> está em crise, após funcionar satisfatoriamente por mais de um século. Entretanto, ele ressalta que esta constatação não responde às inúmeras questões que se colocam no interior dos grandes fluxos migratórios, bem como do acirrado crescimento da intolerância aos estrangeiros, principalmente porque utiliza a sobreposição do passado ao presente para justificar tais acontecimentos. Para ele,

“o Modelo Republicano de Integração” é incompreensível se se esquecer que decorre da implantação do Estado-Nação. Ao instaurar uma estrita separação entre nacionais e estrangeiros, permitiu a emergência de um novo objeto de luta, opondo os partidos conservadores e a extrema-direita (que, em nome do interesse nacional, apelam para um aumento da segregação de estrangeiros) aos partidos progressistas (que, em nome dos direitos humanos, se esforçam por atenuar as discriminações). Ao longo do século XX, a política republicana em matéria de imigração dependeria da correlação de forças entre essas duas tendências. Um rápido balanço dessa história permite constatar que as lutas das organizações progressistas, a internacionalização de trocas, a difusão de valores humanistas na sociedade etc., acabaram atenuando as discriminações para com os estrangeiros, sem, no entanto, fazê-las desaparecer. (p. 31)

Ou seja, para o autor o modelo Republicano de Integração, no que diz respeito às questões migratórias fomentou a dependência de sua política à correlação de forças presente no seu interior, conformando-se assim como mero dispositivo político.

---

<sup>29</sup>. A noção de “modelo republicano de integração” designa, em última instância, a maneira pela qual o Estado republicano colocou em prática os princípios fundamentais que regem as sociedades democráticas.



Nesta mesma direção pode-se pensar juntamente com o poeta e ensaísta Valerie<sup>30</sup>(1980) para quem:

“O mundo moderno em toda sua potência, de posse de um capital técnico prodigioso, inteiramente penetrado de métodos positivos não soube, no entanto, se fazer uma política, uma moral, um ideal, nem leis civis ou penais que estejam em harmonia com os modos de vida que ele criou, e mesmo com os modos de pensamento que a difusão universal e o desenvolvimento de certo espírito científico impõem pouco a pouco a todos os homens”. (p. 87).

Esta constatação também está presente na crítica ao “Modelo” de Integração Europeu, pois a própria nomenclatura ou termo “Modelo”, fornece segundo Noiriel (2008) a ideia errônea de que:

“República teria tido um projeto político de inserção dos imigrantes. No entanto, antes das décadas de 70 e de 80, nenhum governo se debruçou verdadeiramente sobre a questão. Desde o fim do século XIX, os imigrantes e seus descendentes se inseriram na sociedade francesa sem que governantes ou especialistas se intrometessem. O papel do político, neste campo como em outros, foi muito mais limitado do que normalmente se diz”. (p. 26)

O fato é que historicamente, principalmente na Europa, a linha ou fronteira que fraturava a relação entre os seres humanos era de ordem sociológica, criando uma oposição entre o mundo dos notáveis às “classes laboriosas e perigosas”.

Deixando claro que para essas últimas, a existência de direitos era praticamente inexistente. Nesse período, o fato de ser nativo ou estrangeiro não se constituía em prerrogativa para a cisão, temor ou banimento do meio social, constituindo-se em questão secundária.

Porém, a partir do momento em que o povo dispõe de direitos políticos e sociais, torna-se necessário estabelecer uma discriminação radical entre os que pertencem ao Estado Nacional e os outros de origem diversa. Confere-se então ao estrangeiro uma conotação negativa, excluindo-o dessa forma da concessão dos direitos.

Partindo dessa constatação, talvez se possa entender o devir histórico que culminou na derrocada ou enfraquecimento dos direitos das minorias e dos

<sup>30</sup> VALÉRIE. P. A política do Espírito. Gallimard. Paris, 1980.

estrangeiros. Somente a título de exemplo, no Brasil, já na primeira Constituição outorgada por Dom Pedro I em 1824, ignorava-se qualquer política social que conferisse direitos de qualquer natureza aos escravos e excluídos locais. Este cenário vai permanecer na maioria dos países do Ocidente, mantendo-se até o princípio do século XX.

O longo período de naturalização da desigualdade vai fornecer as bases para que os cidadãos locais se articulem e se mobilizem no sentido de garantir seus interesses, gerando com isso um movimento de rejeição e subalternização dos “estrangeiros”.

Outro aspecto da questão deve-se às mudanças profundas operadas na política no seu sentido mais amplo, abordadas no presente capítulo e que influíram fortemente para que cada vez mais as decisões sejam tomadas longe do espaço público e democrático. Um bom exemplo disso é fornecido por Noiriel (2008) ao explicar a diferença da natureza dos conflitos urbanos na França:

“A principal diferença entre a violência popular de ontem e a de hoje é que o movimento operário foi capaz, no passado, de canalizá-la, dando-lhe um sentido político, enquanto as pequenas revoltas urbanas têm um caráter autodestruidor, pois atingem somente os meios populares”. (p. 56)

É bem possível que estas ações revelem mais uma vez os efeitos ou danos causados pela preponderância da hegemonia econômica sobre as demais variantes da vida cotidiana, fomentando com isso a privatização da vida pública e favorecendo o recrudescimento do moralismo e a valorização da perspectiva tecnológica, que, por sua vez, estimula o desinteresse popular por qualquer forma de reflexão e inserção crítica na sociedade.

No que diz respeito a essa perspectiva tecnológica, pode-se constatar que ocorre uma silenciosa substituição das práticas e concepções utópicas pelas ações de especialistas que não disputam fins políticos, mas apenas vislumbram o horizonte técnico.

Este fato contribui diretamente para o que Novaes (2008) chamou de “Esquecimento da Política”, onde conceitos que serviam como referência para a prática e o funcionamento de toda a sociedade, deixaram de existir.

Assim a ausência desses saberes alimenta o surgimento de teorias parciais e instrumentais. É nesse sentido então que as análises, sejam economicistas ou sociológicas, não dão conta da totalidade social e aqui, no caso específico, da complexidade que envolve o processo migratório, apenas testificando a força do Estado que permanece centralizador, controlando os deslocamentos de acordo com suas escolhas e interesses.

Nesse quadro de complexidades, a perda dos direitos pode colocar-se como mais representativa no processo de desestruturação não apenas social e cultural, mas sobretudo no que se refere ao desmonte da condição humana dessas populações.

Em que pese à força Estatal no controle dos fluxos, pode apresentar-se ao mesmo tempo uma contraposição à supremacia econômico-tecnológica, pois no interior deste mesmo processo verifica-se que, se por um lado, a “tecnificação” da política é fato, por outro, abre-se a possibilidade de insurgência de um movimento que, utilizando-se desses mesmos instrumentos, avança no sentido de articular as populações excluídas em maior proporção.

Esta articulação pode permitir apreender e revelar a história desses povos de maneira mais abrangente na medida em que problematiza a perda ou ocupação do território como ponto de partida para compreender-se a complexidade dos deslocamentos contemporâneos.

Ratificando ao mesmo tempo, a afirmação feita por Milton Santos (1994) de que “a história do homem sobre a terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno”, (p.17).

A respeito dessa questão, o autor acredita que ela fornece:

“a oportunidade intelectual de nos deixar ver como o território revela o drama da nação, porque ele é muito mais visível através do território do que por intermédio de qualquer outra instância da sociedade. A minha impressão é que o território revela as contradições muito mais fortemente.” (op. cit., p. 23)

Esta revelação se mostra de forma mais direta porque é resultante da coexistência entre a técnica, o espaço e o tempo, possibilitando com isso a ocorrência de uma história que aponta principalmente para o aumento das desigualdades e da exclusão, que por sua vez é agravada pela própria condição de degradação territorial.

Isto fica bem evidente na fala colhida durante entrevista para a realização desta pesquisa onde o refugiado relata que:

“Saí fugido do Congo porque era desertor, mas agora morando na Maré já fui chamado duas vezes para servir ao tráfico a quem pensei se tratar de polícia, pois andam armados pelas ruas e pelo baile” ( D. M. 27 anos)

Por outro lado, Milton Santos (2000) pondera ao afirmar que:

“Na prática social sistemas técnicos e sistemas políticos se confundem e é por meio das combinações então possíveis e da escolha dos momentos e lugares de seu uso que a história se faz e refaz continuamente.” (op. cit., p. 142.)

Ele considera que é justamente neste e deste movimento que pode emergir uma nova época, trazendo no seu interior um novo paradigma social que se daria através da superação da nação ativa pela nação passiva.

Compreendendo ele a nação ativa como reflexo dos interesses globalizados, ausente de qualquer ato criativo ou contributivo para a humanidade, e tendo na nação passiva a possibilidade de criação e recriação constante, mesmo em condições não favoráveis, inaugurando assim um novo jeito de produzir o espaço social. Em suas palavras:

“É somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a ideia de utopia e de projeto.” (op. cit., p. 160)

Tendo como base estas considerações, o autor vislumbra a possibilidade de que mesmo na globalização, (a qual não considera irreversível), a humanidade venha a alcançar um patamar social favorável não somente para poucos e escolhidos, mas principalmente para os que vivenciam a face mais perversa do processo de exclusão.

Nessa direção, é interessante verificadas possibilidades concretas de sobrevivência para os deslocados residentes no Brasil, e isso pode ser iniciado tendo como ponto de partida a cidade do Rio de Janeiro. Principalmente porque durante quase uma década, (1992/2002), o retrato que se tinha do refúgio era fornecido sobretudo por africanos, e na sua maioria, angolanos conforme aponta vasta pesquisa realizada por Regina Petrus (2001) em sua dissertação de mestrado:

“A vinda de angolanos para o Brasil como refugiados políticos remonta aos anos 70, (do século XX) logo após a independência de Angola, no contexto dos conflitos armados que se seguiram à instalação no país do governo do MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

A partir de meados dos anos 80, jovens angolanos pertencentes a grupos sociais privilegiados, inclusive graças a alguma ligação com elementos do primeiro e segundo escalões do governo, passam a vir para o Brasil com bolsas de estudo para realizar cursos em universidades públicas e privadas, mediante convênios entre o governo de Angola e algumas instituições de ensino.

Ao longo dos anos 90, principalmente após as últimas eleições no país, cresceu significativamente o número de angolanos que chegaram ao Rio de Janeiro em busca de refúgio.

É importante destacar que há diversas situações de ingresso e permanência dos angolanos no Brasil no período entre 1992 e 2002. Entre os mais jovens, a ampla maioria entrou na condição de “turista”, prolongando sua permanência no país através de variadas estratégias, que incluem ou não processos de legalização (obtenção do estatuto de refugiado ou, ainda, a legalização através da Lei da Anistia de 1998).

Chama-se a atenção para o fato da continuidade do processo migratório enfocado até o momento atual, ressaltando-se, contudo, a ocorrência de modificações em sua dinâmica após o recente acordo de paz em Angola que, provavelmente, tendem a ser intensificadas com a consolidação da paz”. (Petrus, 2001, p. 125).

Embora este quadro tenha permanecido, sofreu alteração em relação aos países, pois com o fim da guerra em Angola e o agravamento de conflitos em outras áreas, o Brasil passou a receber imigrantes de outros países africanos, como a República Democrática do Congo ou Libéria.

É possível registrar ainda a presença de refugiados do Caribe (Haiti), a Europa (Croácia) e Ásia (Irã), essas últimas nações mais distantes não apenas geográfica, mas culturalmente do Brasil e que demonstram definitivamente a entrada do país na rota de migração do cenário mundial.

Porém, esse movimento aponta de forma paradoxal não apenas para a permanência de conflitos, mas indica variação na natureza dos mesmos, sinalizando também, o avanço da intolerância em escala mundial.

Talvez seja possível afirmar que este avanço não esteja circunscrito apenas às zonas de conflito, mas camuflado na resistência de outros países em receber deslocados.

Daí a presença do Brasil como possibilidade de refúgio, já que é signatário e aplica de modo menos restritivo a legislação internacional de maneira bastante ampla, diferindo da maioria dos países da Europa e EUA.

Assim perguntar O que sobrou do Paraíso? parafraseando Jean Delumeau (1998), pode ser o pontapé inicial para tentar se compreender o movimento dos deslocamentos sob uma perspectiva mais ampla, vislumbrando em muitos momentos os fatores que estão subjacentes a esse processo.

E embora o universo do refúgio se mostre bastante diverso no que tange às suas causas, torna-se singular quando avaliado sob o viés do aspecto humanitário, ou seja, da condição mesma de sofrimento, partilhada pelos que perderam todos os direitos, restando-lhes somente sua condição biológica de ser humano.

Esta mera semelhança é o que permite que haja o mínimo convívio dessas pessoas com a sociedade, onde são ressaltadas principalmente suas diferenças culturais e sociais, em detrimento das semelhanças com os demais cidadãos.

Com o objetivo de contextualizar mais amplamente essa questão, o capítulo a seguir discorrerá inicialmente sobre a pesquisa de campo realizada com refugiados no município do Rio de Janeiro e que contemplou tanto o espaço institucional da Cáritas Arquidiocesana, quanto os Bairros de Brás de Pina e Centro, onde boa parte dos entrevistados reside e estabelece também ali, os novos vínculos com a população local.

Ao mesmo tempo procurará estabelecer diálogos com o cenário mundial onde foi possível verificar durante esse estudo que, que embora distantes geograficamente, os refugiados, muitas vezes vivenciam os mesmos desafios no que diz respeito às dificuldades em exercerem seus direitos garantidos pelas inúmeras legislações internacionais.

## 4. Quem são e Como Vivem Os Refugiados?

“Eu sou Jedi. Minha mãe me deu esse nome que significa ‘nascido no vento’. Nasci em uma cidade no interior da África, mas nunca estive lá e desde então vivo em campos de refugiados.”  
(Jedi, 10 anos, refugiado congolês).

### 4.1. Apresentação do Campo de Pesquisa

Esse aforismo serve para pensar o traço perverso da diáspora que, metaforicamente, joga as pessoas no vento, subtraindo-lhes as raízes que dão forma a sua identidade. Esse item vai tentar explorar essa questão a partir de uma jornada que me insere progressivamente no contexto fascinante e estimulante que caracteriza a diáspora contemporânea experiência que vivi, sobretudo com o trabalho de campo.

Ao tempo em que fazia isso comecei a me perguntar onde estavam os refugiados do Rio de Janeiro? Após incursões via internet e mesmo aleatórias sobre agrupamentos de angolanos aqui e ali, cheguei à conclusão que precisava me apoiar em uma base institucional, sob pena de não conseguir realizar a pesquisa.

Enquanto refletia sobre isso, descobri o endereço da Associação Cabo-Verdiana do Rio de Janeiro no município de Mesquita, onde fui muito bem recebida, participando inclusive do lançamento do livro “Um cadáver aportou na Baía”, de Manoel Lopes, filho de Cabo-Verdianos.

Ao participar desse evento pude, pela primeira vez, conversar e conhecer um grupo de pessoas singulares, generosas e acolhedoras. Durante aquela festa cheguei a me sentir em Cabo Verde e viajei nos navios das histórias narradas pelos mais experientes, o que reafirmou o desejo de me aproximar ainda mais da realidade dos povos refugiados.

Embora a experiência tenha sido muito proveitosa, essa população não se enquadrava no meu propósito de investigação por não serem refugiados, mas imigrantes ou descendentes.

É importante esclarecer que no curso dessas dúvidas resolvi participar de uma disciplina de mestrado no campus da UFRJ que discorria sobre cidades, onde

tive oportunidade de conhecer por meio da Profa. Tâmara Cohem, o professor Hélión Póvoa, integrante do NIEM- Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Migrações.

A partir desse contato fui formando pequenas redes de conhecimento sobre o tema e me aproximando dele via alguns eventos entre os quais vale citar a comemoração do Dia Internacional do Migrante, na Cáritas<sup>31</sup> Arquidiocesana do Rio de Janeiro.

Nesse local pude me aproximar mais do professor Póvoa e de outros estudiosos da área assim como de uma assistente social, Vera dos Santos, que se encontrava ali e que atende refugiados no Hospital dos Servidores. Explorei junto a esta pessoa, as possibilidades de chegar aos refugiados via este hospital, mas ela logo me desestimulou, pois segundo seu juízo a situação de doença poderia não ser favorável à entrevista.

---

<sup>31</sup> A Cáritas foi criada em 1956 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). No início ela foi incumbida de articular todas as obras sociais católicas e assumir a distribuição dos ‘alimentos para a paz’. Em 1966, a quantidade de donativos para a Aliança para o Progresso começou a diminuir e em 1974 o programa foi instinto e junto com ele alguns regionais e muitas Cáritas Diocesanas encerraram suas atividades. Muitas equipes que já vinham trabalhando para se adequar aos novos tempos e foram, com o tempo, encontrando um novo caminho em torno da ideia da educação de base e da promoção humana no lugar do assistencialismo. Deu-se um processo de renascimento da Cáritas Brasileira, apoiado nas orientações sociais do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín.

Nos anos 1980, os(as) agentes Cáritas começaram a respirar o ambiente da educação popular, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e Organismos e Pastorais Sociais (CIMI, CPT, CPO) e foram renovando a sua metodologia de ação. A nova estratégia exigia um estudo da realidade para melhor compreendê-la.

Foi nos anos 1990 que a Cáritas Brasileira projetou iniciativas inovadoras como a dos Projetos Alternativos Comunitários, e com equipes estáveis (nacional, regionais e muitas dioceses), ela assumiu uma liderança ativa no conjunto das pastorais sociais.

Embora tenha sido construída por voluntários e voluntárias, a Cáritas conta com um grupo de pessoas fixas que diante do crescimento, passou a assumir o planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização (PMAS) e a busca pela gestão, comunicação, sustentabilidade institucional e formação dos agentes. Assim foram sendo criadas as Comissões, Grupos Gestores, Grupos de Trabalho, Conselhos, Fóruns e Coordenações Colegiadas.

Hoje, a Rede Cáritas Brasileira é composta de 176 entidades membro e 12 Regionais: Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Norte 2 (Amapá, Pará), Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba), Nordeste 3 (Bahia, Sergipe) e Espírito Santo e tem atuado na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário, na perspectiva de políticas públicas.

Diretriz geral de ação: A Cáritas Brasileira se compromete com a construção do Desenvolvimento Solidário Sustentável e Territorial, na perspectiva de um projeto popular de sociedade democrática.

Diretrizes institucionais: Defesa e promoção de direitos, incidência e controle social em políticas públicas, construção de um projeto de desenvolvimento solidário sustentável, fortalecimento da Rede Cáritas. ([www.caritas.org.br/historico](http://www.caritas.org.br/historico), acessado em 13/04/12).



No mesmo evento encontrei também a então assistente social da Cáritas, também minha professora na UERJ, Alany Pinto Caldeira, que abriu perspectivas reais a minha aproximação aos refugiados via essa instituição.

Especificando melhor o perfil de atuação da Cáritas do Rio de Janeiro, Regina Petrus em parceria com o NIEM (Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios) fornece de maneira bastante esclarecedora, um levantamento de alguns programas de assistência desenvolvidos pela instituição direcionados ao atendimento aos refugiados, dentre os quais pode-se destacar:

- **A Casa de Acolhida:** surgiu da necessidade de **alocar temporariamente aqueles refugiados** que chegavam ao Rio e não tinham condições de conseguir um local para morar, até que encontrassem uma moradia definitiva”. O projeto foi idealizado pelo Padre Moacyr Calza, da Paróquia Santo Antonio do Quitungo, em Brás de Pina, Rio de Janeiro, e desenvolvido em parceria com a Cáritas – RJ. O projeto é vinculado ao Ministério da Justiça, responsável pela dotação de verbas para o funcionamento da casa e das atividades lá desenvolvidas com os refugiados. Com esta dotação de verbas do Ministério da Justiça a casa funciona com a atuação de cinco “técnicos”: uma psicóloga; uma assistente social; uma professora de artes e um advogado. A casa tem capacidade para acolher 20 refugiados e guarda uma reserva de cinco vagas para situações de emergência.

- **Programa Saúde dos Refugiados do Ministério da Saúde:** desenvolvido no Hospital dos Servidores do Estado (HSE), localizado no bairro da Gamboa, no Rio de Janeiro. O “primeiro passo” para o programa de atenção à saúde integral dos refugiados foi dado pelo representante do Ministério da Saúde no CONARE, ao designar o HSE como hospital de referência para atendimento aos refugiados. A chefe do Serviço Social do HSE (Eva) coordena o projeto no hospital, trabalhando com o apoio da Cáritas – RJ. A Cáritas é responsável pelo encaminhamento formal dos refugiados para o serviço Social do HSE. Há, também, um “elo” da Cáritas com a central do Ministério Saúde no Rio de Janeiro.

- **Questionário de saúde:** um dos objetivos do questionário é atender a uma preocupação com relação às vacinas do calendário brasileiro.

- **Acesso ao Sistema Único de Saúde – SUS:** a Cáritas tem reuniões mensais com um representante do Ministério da Saúde para providenciar cartões do SUS para os refugiados.

- **Aulas de português oferecidas aos refugiados na sede da Cáritas:** após experiências com professores brasileiros chegou-se à conclusão de que seria possível obter melhores resultados com refugiados congoleses atuando como professores.

- **Encaminhamento ao mercado de trabalho:** a Cáritas faz uma avaliação da capacidade profissional de cada refugiado. Verifica a experiência profissional dos refugiados para tentar encaminhá-los às áreas de trabalho mais possíveis para cada um. Há um convênio com a SETRAB/SINE. A Cáritas organiza um banco de dados com currículos dos refugiados. Os refugiados recebem ajuda das assistentes sociais para elaborar os currículos, a partir de um modelo simplificado. Recebem cópias dos currículos quando pedem. A organização recorre a empresas que participam da Rede de Proteção Social para buscar oportunidades de trabalho para os refugiados. No caso dos congoleses, por exemplo, a organização encaminha os refugiados que solicitam para alguns hotéis – principalmente os que falam bem o francês (alguns congoleses). Para realizar os encaminhamentos, as assistentes sociais utilizam o Banco de Dados para alocação no mercado de trabalho produzido pelo Serviço Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto – UERJ. A Cáritas encaminha currículos de refugiados sempre que possível e avisa aos refugiados quando surgem oportunidades.

- **Convênios, acordos e parcerias:** os “principais convênios” elencados pelo profissional da Cáritas – RJ responsável por esta área são aqueles firmados com a OAB, o SENAC, o SESC, o SENAI, a Defensoria Pública, a Secretaria do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro – SETRAB, a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (através do acesso dos refugiados ao sistema de equivalência de estudos para o ensino público fundamental e médio) e a Universidade Bennett.

Há um convênio oficial com a Defensoria Pública que atende, entre outros, casos de necessidade de comprovação de paternidade para fins de viabilização de certidões de nascimento para as crianças das famílias de refugiados. Os congoleses são os que mais necessitam e recorrem a este trabalho da Defensoria.

Petrus (2010) ressalta que além dos convênios que já estão oficializados, existem outros não formais, como com o Hospital Pinel para atender “aqueles refugiados que são identificados já nas entrevistas com os advogados como pessoas com problemas psiquiátricos mais graves”.

A pesquisadora aponta ainda o SENAC como parceiro importante da Cáritas, isso porque os refugiados podem fazer cursos profissionalizantes e de línguas. Porém ressalta que:

“Há diferentes critérios para o ingresso dos refugiados nos diversos cursos do SENAC. O convênio existe desde 1997. Os refugiados são encaminhados pela Cáritas para inscrição nos chamados “cursos livres” do SENAC. Entretanto, não podem fazer os “cursos técnicos”. O Programa também procura orientar os refugiados em relação aos procedimentos e documentos necessários para o ingresso no sistema público de ensino. Destaque para a grande dificuldade de ingresso em cursos de graduação. Não há nenhuma universidade pública no Rio de Janeiro com um programa próprio para os refugiados. Há outros fatores que dificultam a comprovação da equivalência dos estudos no Congo ao Ensino Médio no Brasil como, por exemplo, os gastos elevados com documentos, tradução juramentada e uma série de outras exigências”. (p. 259).

Após tomar ciência dos campos de atuação e programas desenvolvidos pela Cáritas, sua escolha como lugar da pesquisa de campo foi mais segura e consciente.

Logo no primeiro dia fui recebida pela professora citada, que me entregou as estatísticas da Cáritas e colocou o técnico em informática à minha disposição para o caso de qualquer dúvida. A seguir fui apresentada a uma professora de artesanato, que ao terminar a aula, me permitiu iniciar a aplicação das entrevistas.

Apresentei-me aos três refugiados que ali se encontravam ressaltando que, somente respondessem às perguntas consideradas pertinentes.

Em princípio tive alguma dificuldade em convencê-los, mas após a recusa da única mulher presente que alegou” estar cansada de dar entrevistas sem nada

mudar em sua vida”, os homens iniciaram então, um diálogo comigo o que me animou a continuar o trabalho.

Quero também deixar registrado alguns elementos da situação de entrevista que funcionaram como obstáculo à sua realização. Vale relevar que nem todas as entrevistas foram realizadas nas salas onde os refugiados faziam algum tipo de atividade.

Passei a frequentar a instituição uma vez por semana, mais especificamente no dia em que muitos refugiados recebiam aulas de língua portuguesa. Porém a abordagem se dava ao ar livre, sob o Sol ou sob a chuva, nos bancos do pátio da Instituição.

Foi necessário um bocado de persistência para realizar o trabalho de entrevistas, pois eu não contava com nenhuma estrutura, ficava no meio do pátio e me apresentava aos refugiados muitas vezes em vão, pois muitos não falavam português ou espanhol, sentia falta de ter um lugar mais estruturado para poder conversar, me aproximar, até mesmo porque as pessoas relatavam passagens nem sempre agradáveis de suas vidas, além de não haver privacidade alguma.

De toda forma, foi nessas condições que consegui ter meus primeiros diálogos com pessoas generosas e que compartilharam relatos de suas vidas de forma paciente e verdadeira. Pude contar com a ajuda de S., congolês que foi intérprete de várias entrevistas, sendo ele um dos que forneceram dicas valiosas de como encontrar seus compatriotas fora do espaço institucional da Cáritas.

Não posso deixar de registrar as primeiras impressões ao conversar com o povo refugiado, na verdade foi necessário boa dose de profissionalismo para não me deixar envolver pelas demandas de cada um deles durante as entrevistas, já que nas palavras de Martins (2004), “A autonomia dos sujeitos pressupõe precisamente a liberdade no uso da razão. Não cabe ao cientista reforçar ideologias existentes, mas fornecer instrumentos para desvendá-las e superá-las”.

Recordo que no primeiro dia tive dificuldade para dormir, via os rostos dos africanos, as roupas coloridas, as tranças, as expressões de cada um com quem havia conversado. Ouvia o sotaque dos latinos, as feições quase indígenas de alguns, lembrava da simpatia de um senhor iraquiano que tentava falar espanhol.

Nesse momento do trabalho, foi de grande valor estar apoiada metodologicamente em alguns autores como Da Matta, Florestan Fernandes, Thiollent, Bourdieu e Heloisa Helena de Souza Martins, isso porque esses

pesquisadores me forneceram se não as respostas, pelo menos indicações de caminhos para a realização e desenvolvimento da pesquisa, não somente de campo, mas da posterior análise da realidade encontrada.

Isso porque ao entrar em contato com o campo, encontra-se grande diversidade de perspectivas para desenvolver o trabalho de pesquisa, e dessa forma, fazer uma abordagem acadêmica ou científica diante dessa diversidade, que permite então, não estar preso, ou seguir um único modelo ou padrão.

No caso específico da pesquisa qualitativa, método bastante empregado no presente trabalho, (embora concomitantemente à abordagem quantitativa), é importante ressaltar o destaque da análise dos microprocessos envolvidos no estudo das ações sociais encontradas, sejam elas individuais ou grupais.

Um exemplo que pode ilustrar de forma simples isso foi a chuva no desenvolvimento das entrevistas, pois é bom ressaltar, que quando ela não vinha e o tempo se mostrava ameno, os diálogos eram mais favorecidos.

Por vezes ficávamos nós, entrevistador e entrevistado, debaixo das orquídeas e das árvores existentes no pátio da Cáritas, conversando tranquilamente, sem termos que nos abrigar em uma saleta apertada e repleta de pessoas e onde a pouca privacidade que tínhamos, tornava-se inexistente.

Ao podermos estabelecer uma conversa sem interrupções de terceiros ou mesmo pelo simples fato de não sermos ouvidos pelos demais refugiados, grande parte da resistência inicialmente constatada em algumas pessoas durante a primeira abordagem, era esquecida e a entrevista tornava-se bastante produtiva.

Esse pequeno exemplo serve para lembrar que as ciências sociais sempre foram marcadas por uma grande variedade de métodos e de técnicas de investigação e de métodos de explicação, dessa maneira:

“Os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. (Martins, 2004).

Nesse processo de apreensão da realidade, o emprego do método qualitativo permite então, que o exercício da intuição e da subjetividade do pesquisador se manifestem, abrindo novas possibilidades de compreensão para os fenômenos abordados.

Não se trata de mensurar a superioridade de uma metodologia sobre a outra, pois “Um cientista social não se forma enquanto tal, se não souber lidar tanto com o instrumental qualitativo quanto com o quantitativo”. Já que “o uso de uma metodologia ou de outra dependerá muito do tipo de problema colocado e dos objetivos da pesquisa”. (Martins, 2004).

Em uma nota explicativa que abre o livro “A Revolução Burguesa no Brasil”, Florestan Fernandes (1990), sublinha “que pretendia, na linguagem mais simples possível, resumir as principais linhas da evolução do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil”.

Afirma, ainda, que não tinha a pretensão de fazer obra de “Sociologia Acadêmica”, mas que gostaria de colocar em primeiro plano suas frustrações e esperanças.

Para tanto, destaca a importância de, ao realizar a pesquisa de campo, o pesquisador não ater-se somente ao momento “de curta duração”, omitindo o fluxo da história e concentrando a atenção no “tempo in flux” de pequenos grupos ou instituições”.

Para ele uma “sociologia destituída de quadros históricos ou desinteressada da interpretação do contexto histórico, nada tem a ver com o que poderia chamar de *minha prática sociológica*” (Fernandes, p.10).

Deve-se levar em consideração que o que o autor chamou de “minha prática sociológica” compreendia realizar uma descrição dos fenômenos abordados onde:

“Ora, essa descrição não pode ser nem tão “abstrata” e “formal” nem tão “estrutural” e “geral” que as palavras percam o sentido da linguagem comum”. (Fernandes, op. cit., p.10).

Daí a necessidade de que, ao realizar a pesquisa se tenha no horizonte diferentes possibilidades de investigação, como o fez, aliás, o próprio Florestan em companhia de Roger Bastide:

“No final de *Branços e negros em São Paulo*, de Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959), há um plano de pesquisa no qual se registra uma farta quantidade de métodos e técnicas utilizadas pelos autores” (Martins, 2004, p.15).

Durante a realização da presente pesquisa, procurei não perder de vista uma fala de Da Matta ouvida em um seminário realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2009, onde o mesmo afirmava que toda e qualquer tradução ou interpretação tem uma pequena partícula de “traição”, já que trata-se de uma reconstrução da questão abordada.

Em seu livro “Relativizando”, especifica melhor essa fala:

“as reconstruções são “sempre parciais, dependendo de documentos, observações, sensibilidades e perspectivas” (Da Matta, 1991, p. 21).

(...)

“Mas, se por um lado, isso tudo não inviabiliza a observação, por outro, é preciso reconhecer que na pesquisa sociológica não é possível ignorar a influência da posição, da história biográfica, da educação, interesses e preconceitos do pesquisador”. (op. cit., p. 22)

Foi com base nesses preceitos metodológicos que, logo nos primeiros encontros, constatei a evidente face masculina do refúgio, que estava presente não só nas entrevistas, mas pelas também nas estatísticas fornecidas pela Cáritas. Ou seja, a presença feminina, quando existiu, foi significativamente menor e mais arredia; umas talvez por ficarem inibidas com o problema da língua e outras por parecerem mesmo assustadas com o novo país e o novo modo de vida.<sup>32</sup>

De modo geral a resistência encontrada em qualquer caso pode ser em parte explicada por um fato recente vivido por eles - a participação em outra pesquisa realizada havia pouco tempo por uma universidade de Campinas.

Essa experiência levou inclusive a coordenadora da Instituição a formular um juízo negativo sobre a presença de entrevistadores no seu interior, e mais do que isso, a se eximir de qualquer responsabilidade sobre o processo.

Vencidos esses desconfortos iniciais é importante esclarecer que toda a equipe da Cáritas foi muito generosa, fornecendo dicas e abrindo caminhos para a realização do meu trabalho.

Concluída a descrição desse percurso do processo de investigação faz-se necessário falar um pouco sobre os instrumentos que serviram de mediação ao trabalho de campo, embora eles já tenham sido enunciados na Introdução deste trabalho.

---

<sup>32</sup>Esta questão será mais bem tratada na análise dos dados gráficos.

O trabalho de campo foi orientado por um roteiro baseado em um questionário de perguntas semi-abertas, que procuraram dar conta das categorias escolhidas durante o processo de reflexão teórico-metodológica mencionado no início desse trabalho. Esse roteiro se por um lado me ajudou na aproximação aos entrevistados numa espécie de busca da palavra calada, também me orientou no distanciamento necessário ao alcance dos objetivos da pesquisa.

De outra forma, se ele me permitiu não perder o fio da palavra que fluía, ele também me ajudou a permanecer no meu lugar, no lugar do pesquisador.

Outro obstáculo encontrado no desenvolvimento da pesquisa foi o idioma, que limitou a realização de algumas raras entrevistas com refugiados de nações como Iraque ou Croácia, justamente por eles não terem o domínio da língua portuguesa e eu não falar inglês, Idioma no qual se expressavam.

Foi interessante observar como congoleses, liberianos e até iranianos aprendem com rapidez a língua portuguesa e ao mesmo tempo verificar como eles eram generosos com a minha deficiência da língua. A essas pessoas devo boa parte da realização das entrevistas, e a elas agradeço a cooperação.

É importante esclarecer que o universo da investigação abrangeu 30 entrevistas, 15 realizadas nas dependências da Cáritas e 15 realizadas no centro da cidade e no bairro de Brás de Pina. Assim, procurou-se contemplar, sobretudo, o âmbito qualitativo do universo dos entrevistados objetivando construir um retrato bem aproximado de quem são os refugiados e de como eles são recebidos no país.

No que diz respeito especificamente à Cáritas, esse número não foi estabelecido de antemão e, portanto, não foi definido a partir de nenhum critério técnico, mas expressa o movimento circular dos refugiados pelo espaço da instituição em busca de apoio.

Quer dizer, durante o período de duração da pesquisa, a presença das pessoas na Cáritas se repetia, de modo que não foi possível ampliar o número de entrevistados no interior da instituição, já as entrevistas realizadas no centro da cidade e em Brás de Pina, encontrei justamente o oposto, ou seja, a alta rotatividade de moradores, que ora residiam em determinado endereço e posteriormente se deslocavam, geralmente para bairros da Baixada Fluminense ou dos complexos de favelas do alemão e Maré, fato que inviabilizou a continuidade das entrevistas e mesmo o acompanhamento da jornada dessas pessoas em busca de trabalho e da regularização do status de refugiado.



Do ponto de vista do desenvolvimento da pesquisa é importante registrar a distância que existe entre preparar-se metodologicamente para a realização da entrevista e o momento de pô-la em prática.

Um exemplo disso foi uma pergunta feita a respeito da atividade laboral que realizavam no seu país de origem, pois ao iniciar o trabalho de campo ficou claro que esta indagação não tinha a importância que lhe havia sido conferida durante o planejamento da pesquisa, já que muitos dos entrevistados preferiam falar dos sentimentos que os dominava ao deixarem sua terra natal em busca de abrigo e novas oportunidades.

Nessa perspectiva, privilegiavam a narrativa de como tinham sido os últimos momentos em seu país descreviam, por exemplo, a chegada em casa após o trabalho, passando pelo caminho para a escola entremeado de perigos, incluindo o dia em que não puderam mais voltar para casa depois do expediente.

Ou seja, foi constatado que o que parecia importante para aquelas pessoas não era, pois, o trabalho em si, mas o risco permanente de vida a que eram expostos ao realizá-lo em busca de melhores condições de sobrevivência.

Isso era um problema para todos os entrevistados, quer para os que se ocupavam de atividades como comércio, agricultura e outras semelhantes, quer para os que exerciam atividades militares.

Este foi um momento delicado da entrevista, mesmo porque o trabalho era, para os que exerciam a função de soldados, motivo de culpa e vergonha, não pela essência do trabalho, mas pelo significado que ele tinha. Estes, indagados sobre a ocupação anterior ao refúgio tinham dificuldade de nomeá-la e mostravam mesmo certo desconforto ao fazê-lo, como fica evidente no comentário sobre a rotina à qual se submetiam todos os dias: “Todos os dias eu ia para o campo lutar, levava as armas e atirava muito”. (I, 31 anos, moçambicano).

Quando indagado se tinha matado alguém, um silêncio longo precedeu a seguinte resposta:

“Eu era obrigado a fazer isso. Caso não fizesse eu morria pela mão do sargento ou então pela mão dos rebeldes... até o dia em que desertei e fiquei escondido, até conseguir chegar aqui. Mas não quero falar sobre isso, não quero falar sobre isso.” (I, 31 anos moçambicano).

Esse momento de emoção foi interrompido por sua filha de dois anos que sem atentar para o desconforto do seu pai, tomou a caneta da minha mão e começou a garatujar sobre o formulário que eu trazia.

De todo modo eu me confrontava aqui com as mazelas e injustiças sofridas pelos refugiados e me dava conta de como eu precisava me manter no meu lugar para não ser envolvida pela emoção que me causavam as suas histórias de vida.

Com o correr do processo esses momentos foram se tornando menos tensos e a relação entrevistador-entrevistado foi mais bem equacionada.

Muitas vezes ficávamos conversando em roda: eu, brasileira, congoleses, moçambicanos, iraquianos e venezuelanos, falávamos uma língua que era composta por várias outras, mas que tinha muito em comum, algo indizível que ia muito além das fronteiras, mais tarde, reconheci então que o que tínhamos em comum, era a nossa condição humana, que para Hannah Arendt (1998), apesar de ser limitada, pode indicar sempre “a possibilidade de um novo recomeço”.

Isso me fez lembrar como, no decorrer do tempo, os refugiados foram se tornando menos arredios; parando muitas vezes para conversar eles pareciam aceitar a minha presença e até me apresentavam aos seus compatriotas recém-chegados estimulando a sua participação na pesquisa.

Dessa forma fui estabelecendo contatos diferenciados que me possibilitaram realizar entrevistas fora do âmbito da Cáritas, mais especificamente no centro da cidade do Rio de Janeiro e no caso específico dos congoleses, no bairro de Brás de Pina localizado no subúrbio carioca.

A respeito das entrevistas realizadas fora da instituição, é necessário dizer que diferenciam significativamente das intra-muros da Cáritas. A começar pelo fato de que os refugiados sentiam-se mais à vontade para tocar em assuntos falados apressadamente ou veladamente, como as críticas feitas ao atendimento da própria Cáritas, as filas, a fome que sentiam ao ficar por vezes horas sem se alimentarem, estudando português ou providenciando documentos, dentre outras dificuldades encontradas.

Registro que foi por meio de uma conversa despretensiosa com um rapaz moçambicano, que conheci S, congolês radicado no Brasil há dez anos e que me propiciou um contato mais livre e direto com seu povo, fornecendo dicas valiosas de como e onde encontrá-los.

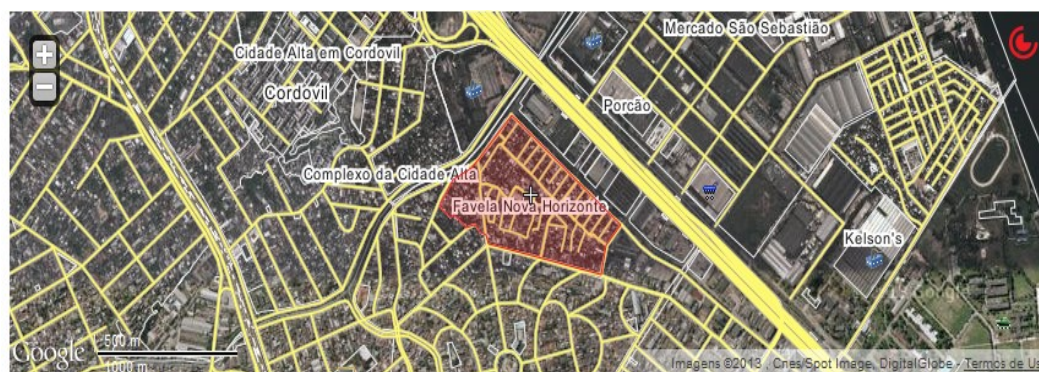
S. forneceu o telefone do "seu pastor", conforme o mesmo se referiu a M., pastor da Congregação dos africanos da Assembléia de Deus, conhecida também como "Igreja Africana" em Brás de Pina. Após contato telefônico, fui convidada a participar de uma celebração na Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, onde o coral composto somente por congoleses iria se apresentar.

Ao chegar à celebração, fiquei impressionada com o modo cortês e gentil com que fui recebida por todos os componentes, que fizeram uma apresentação de cânticos religiosos impactante, sobretudo para quem estava ali pela primeira vez. Após muitas conversas, fui convidada a visitar o templo da Igreja dos Africanos citada no início deste relato e que realizava os cultos principais aos domingos.

Fui informada que se fosse em outro dia da semana não entraria em contato com a maior parte dos congoleses que moram na região próxima à igreja e que poderia facilmente ser chamada de "Pequeno Congo", já que concentra cerca de 300 pessoas advindas de províncias diversas da República Democrática do Congo.

Sendo assim, me aventurei a fazer a visita, grifo "aventurei" porque não sabia como chegar ao bairro e muito menos como seria visitar uma área tida como de risco à noite, visto que boa parte dos congoleses mora próximo ou dentro da chamada Favela Cinco Bocas.

A propósito, o real nome da comunidade é Novo Horizonte e segundo alguns relatos encontrados em pesquisa a respeito das origens do local, consta que ali se originou a extinta escola de samba Tupy de Brás de Pina, fundada a 20 de janeiro de 1951 com as cores azul e branco e que pertenceu, em tempos áureos, à elite do carnaval carioca.



Mapa da região da Comunidade 5 Bocas.

Fonte: Wikimapia 2012.

Porém há uma distância significativa entre os mapas e a realidade encontrada durante as visitas ao local, pois nos mapas não é possível sentir e ver a face dos habitantes, das casas, do comércio, da vida cotidiana que pulsa independente das possibilidades existentes. Essa afirmação é relevante à medida que conheci pessoas que encontraram formas alternativas de vida, destarte todas as dificuldades postas, e utilizando uma licença poética, ousou acreditar que é como se realmente, ali naquele território, ainda pulsasse a força e a vitalidade da velha escola de samba.

Nas ruas encontra-se todo tipo de comércio, desde cabelereiros que fazem penteados afros, a churrascarias frequentadas quase que totalmente pelo povo do Congo. Há comida, igreja, música, tecidos, rezas, e mais uma infinidade de traços culturais africanos.

Fiz alguns contatos mais concretos e marquei visitas posteriores, onde pude inclusive, frequentar um salão de beleza onde M. de 30 anos, trançava cabelos à moda congoleza além de oferecer serviços de manicure e pedicure.

Ao utilizar este tipo de artifício ou estratégia para aproximar-me dos refugiados, tinha em mente um dos princípios apregoados por Bourdieu (1997), no qual o autor destaca a importância do processo que o pesquisador desenvolve para aproximar-se do outro, pois é a partir dele que poderão se descobrir ou chegar a questões e descobertas que provavelmente não seriam possíveis em outras abordagens.

Foi justamente seguindo esse princípio que, em outra visita, agora ao culto de domingo, que foi possível me certificar de algumas diferenças percebidas anteriormente entre os congolezes e os demais povos africanos que havia entrevistado, como moçambicanos e angolanos.

Diferenças essas, que diziam respeito diretamente às questões políticas, pois se ao perguntar-se a um angolano acerca da guerra em seu país, excetuando-se uma ou outra discordância, é razoável dizer que há certo consenso sobre as causas dos conflitos. Porém para os congolezes, as motivações, os danos, os efeitos dos conflitos adquirem versões bastante díspares, sobretudo no que se refere às guerrilhas e aos grupos rebeldes presentes em seu território.

Ainda a respeito das diferenças, vale a pena ressaltar aqui, a importância da pesquisa qualitativa para se conseguir acessar determinadas manifestações presentes nesses micro-processos operados no cotidiano em investigação, já que

de acordo com Martins, (2004) “ A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro-processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e do momento analisado”.

E ao aproximar-se de maneira mais intensa do convívio com os deslocados durante as entrevistas, foi ficando cada vez mais claro a disparidade de opiniões entre os compatriotas ao relatarem a realidade de seu país.

Isso se deve ao fato de que o conflito no Congo, assumiu ao longo do tempo configurações muito complexas e contraditórias diferentemente de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, entre outros países africanos que já não vivenciam mais as mazelas da guerra<sup>33</sup>.

E, se para os congoleses há dificuldade em desvendar a realidade vivida em seu país, para o pesquisador, essa tarefa também durante as entrevistas não tornou-se fácil.

A esse respeito, Da Matta (2000, p. 23) registra a importância do convívio no campo de pesquisa a fim de identificar " a interação complexa entre o investigador e o sujeito investigado" que compartilham, mesmo que muitas vezes não se comuniquem, "de um mesmo universo de experiências humanas" .

Nessa perspectiva, então, há que se considerar que, esses conflitos na República Democrática do Congo, não estão circunscritos apenas às questões políticas, mas se expandem para disputas étnicas e principalmente econômicas uma vez que em seu subsolo estão guardadas enormes jazidas de diamante, petróleo, urânio, ouro, coltan, silício, entre outros.

Na análise feita por um dos minerais mais cobiçados pela indústria tecnológica, visto ser a base para a fabricação de seus produtos. O Congo justamente por concentrar em seu território 80% das reservas existentes no mundo, desperta a cobiça do mercado internacional impulsionado um tipo de exploração baseada boa parte no trabalho infantil e em condições deploráveis, fato que não impede sua comercialização rápida e facilitada pelo poder local.

Sobre as condições perversas em que a exploração desse mineral é feita, encontrei B, 22 anos que fez o seguinte relato:

---

<sup>33</sup> Essa discussão será discutida mais amplamente no subitem 3.2

“Perdi meu filho de 9 anos trabalhando em uma mina, ele e seus amigos cavavam com pequenos martelos e depois faziam buracos na terra com um pedaço de ferro para retirar a “pedra”, cavavam tanto que chegavam a ficar escondidos. Numa tarde vieram gritando desesperados que L. tinha sido soterrado pelo barro.”

Hoje em território congolês, pulsa de forma certa, o terror e o medo, que se alastra principalmente sobre a população civil, é bastante provável que, mesmo distante geograficamente, as diferenças ideológicas, étnicas e políticas permanecem nos refugiados, que, interpretam cada um a seu modo, a convulsão social em seu país.

No entanto, o contexto político do Congo embora continue ocupando lugar de prioridade entre seus cidadãos, não é menos importante que a sobrevivência em território brasileiro, e isso ficou muito evidente durante as entrevistas e nos dados coletados durante a realização da presente pesquisa e que passarão a ser discutidos a seguir.

#### **4.2. O Tema em Movimento: Retrato Falado do Refúgio**

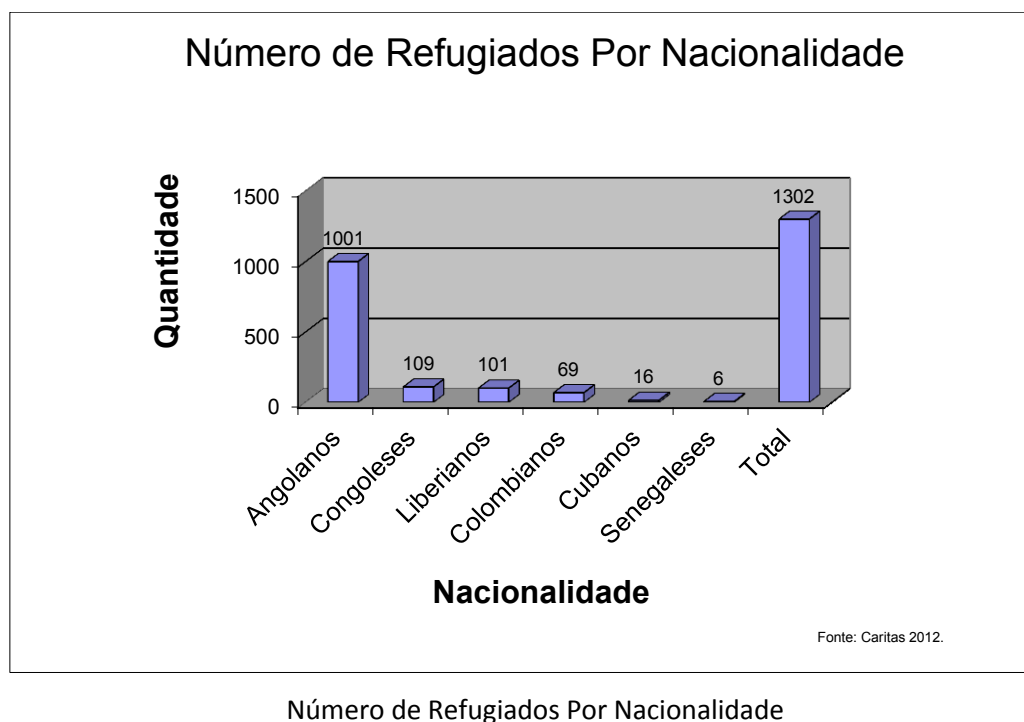
“Não há destino, mas a órbita arriscada dos nossos passos.”  
Janice Caiata

É importante iniciar esse item falando sobre a distância entre o planejamento da pesquisa e a sua realização, já indicado anteriormente. Destarte essa observação, ela não deve levar ao engano da imprecisão das variáveis escolhidas.

Ao contrário, o que se pode dizer é que elas foram relativizadas no decurso do trabalho empírico, sendo algumas delas vazadas do sentido esperado, outras ampliadas e outras suprimidas, a exemplo da variável trabalho. Daí a importância do processo de aproximação ao entrevistado uma vez que:

Para que a pesquisa se realize é necessário que o pesquisado aceite o pesquisador, disponha-se a falar sobre a sua vida, introduza o pesquisador no seu grupo e dê-lhe liberdade de observação. Esse mergulho na vida de grupos e culturas aos quais o pesquisador não pertence, exige uma aproximação baseada na simpatia, confiança, afeto, amizade, empatia, etc. (MARTINS, 2004, p. 294).

Foi assim que tão logo iniciada a interlocução com os entrevistados verifiquei que o público encontrado no lugar escolhido da pesquisa era diversificado, embora, em sua maioria predominasse a nacionalidade africana, sobretudo, angolanos e congoleses:



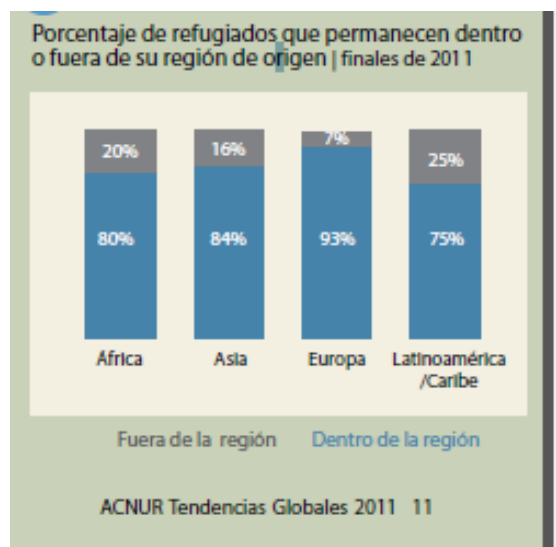
Para melhor entender esta afirmação é de crucial importância não perder de vista o passado colonial do continente, marcado por intensa expropriação de riquezas materiais e culturais que colaboraram (a exemplo de países da América Latina) para a formação e conformação de sistemas políticos baseados na exclusão da participação das classes populares.

Este cerceamento da liberdade política culminou no estabelecimento de Estados de Exceção, termo cunhado por Schmitt e hoje utilizado por vários autores para indicar a permanência da exceção nos chamados Estados democráticos. Francisco de Oliveira (2007), por exemplo, sublinha que nestes Estados são registrados apenas curtos períodos de exercício da democracia, logo interrompidos por golpes ou tomadas abruptas de poder<sup>34</sup>.

O que se ressalta aqui é que embora esses povos tenham em comum cenários conflituosos, se distinguem profundamente no que diz respeito aos países

<sup>34</sup> Vale lembrar que essa questão foi amplamente tratada no corpo deste trabalho.

de destino no momento de emigrar, ou seja, a pesquisa indicou que em relação aos deslocados europeus, a maioria permanece circunscrita ao continente de onde são oriundos:



Mobilidade por Continente

Como mostram os dados acima, esse fenômeno não pode ser verificado de forma homogênea entre os próprios africanos, que se deslocam quase que em sua totalidade, sendo o Brasil ainda destino muito procurado, recebendo refugiados de países mais próximos, como Angola e Congo.

Tal afirmação é reiterada nos relatos de entrevistas, onde muitos refugiados dizem ter vindo para o Brasil por ser a única opção possível, pela proximidade geográfica ou porque já tinham amigos ou conhecidos aqui.

O fato de terem compatriotas aqui estabelecidos se deve também, no que diz respeito à presença angolana, à iniciativa do Brasil em ter sido a primeira nação a reconhecer sua independência em 1975, contribuindo muito para identificá-lo como pólo concentrador de refugiados daquela região.

Isso revela que a imigração para o Brasil é antes uma questão de facilidade do que de oportunidade, fazendo com que o país permaneça ainda como rota de destino de inúmeros povos, conforme anotado na tabela seguinte:



Região de Procedência	Nº. Refugiados reconhecidos
África	2528
América do Norte	1
América do Sul	451
Ásia	237
América Central e Caribe	110
Europa	101
<b>Total</b>	<b>3428</b>

Tabela 2 - Contingente de Refugiados por Região de Origem

Fonte: CONARE 2012

É importante esclarecer que embora o número de angolanos seja representativo, há um decréscimo expressivo na chegada de oriundos daquele país. Tal decréscimo foi identificado principalmente no número de atendimentos realizados pela Cáritas durante o ano de 2007, que indicou, por outro lado, o aumento da entrada de congoleses, justificada pelos intensos conflitos internos que assolam o país e que somente aumentaram ao longo dos anos.

Porém esta retração de pedidos de refúgio no caso de angolanos não se deve somente ao fim da guerra, mas ao fato de que os mesmos estão preferindo migrar para países não periféricos economicamente na esperança de conseguirem melhores oportunidades para si e seus familiares.

Países como Estados Unidos, França e Alemanha constam do topo da lista de solicitações:



Principais Países de Destino

Ao fazerem esta escolha, e muito embora boa parte tenha consciência dos empecilhos existentes em relação aos movimentos migratórios internacionais, eles acreditam que, uma vez nestes países, terão seus direitos de refugiados garantidos e reconhecidos mais facilmente, conforme demonstra o seguinte achado da pesquisa:

“Tenho irmãos que moram na França; lá, mesmo sem emprego eles recebem gás e um salário, não passam fome. Gostaria de ir para lá, da minha família não há mais ninguém no Congo Democrático. Aqui só nos ajudam durante três meses”. (N, 30 anos)

Ilusão ou realidade, o fato é que a aproximação aos cabo-verdianos residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro também reiterou o desejo destes deslocados de migrarem para a Europa e EUA. Os entrevistados mais idosos deixaram isso bem claro na medida em que tinham outros destinos, sendo o Brasil apenas um pouso para chegarem à Argentina ou à Espanha.

“Quando eu cheguei aqui em 45, estava tentando ir para a Argentina conhecer meu pai, e vc. imagina se hoje o Cais do Porto é desse jeito, naquele tempo então!! Olhei em volta e pensei: o que eu estou fazendo aqui? Mas agora não dá mais pra voltar, vou descer” (M, 78 anos)

É bem provável que outros fatores tenham contribuído para mudar o conceito ou mesmo a imagem que os refugiados e também os imigrantes, sobretudo africanos tinham do nosso país. Pois depois de anos vivendo em condições difícilimas, os refugiados que aqui habitam influenciam diretamente a vinda (ou não) de novos compatriotas. Na foto abaixo, refugiados buscam auxílio na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro.



Fonte: Jornal O Globo 2013.

Esta influência se dá no sentido de desmistificar a imagem do País veiculada principalmente através das novelas brasileiras exibidas nos países de língua portuguesa, como Angola e Moçambique, onde diariamente são mostradas imagens muito diferentes da realidade encontrada ao descenderem do avião ou dos navios que os transportaram.

Nessa direção, a análise dos dados constantes nos ofícios enviados pelo CONARE ao ACNUR entre 2010 e 2012 demonstra que as solicitações de refúgio no Brasil são, em sua maioria, apresentadas em São Paulo (45% do total de solicitações no período), seguidas pelo Rio de Janeiro (20%), (justamente as maiores e mais desenvolvidas cidades do país), e posteriormente pelo Distrito Federal (14%).

Há ainda outros estados relevantes em termos de solicitações de refúgio como Amazonas, Acre e Rio Grande do Sul.

Em termos regionais, a maioria das solicitações (66%) realizadas no Brasil entre 2010 e 2012 foi apresentada na Região Sudeste, seguida pelo Centro-Oeste (16%) e pela Região Norte (11%), a qual faz fronteira com Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela.

Assim, em um esforço de reflexão, pode-se considerar que a exemplo do período em que o Brasil recebeu milhares de escravos africanos, um cenário semelhante se repete na contemporaneidade, embora proporcionalmente menor.

Ao levar-se em consideração esses dados, verifica-se que as gerações africanas dos séculos XX e XXI fazem o caminho de volta à América do Sul não mais capturados pelos grandes comerciantes de escravos, mas fugidos dos conflitos locais, onde são as principais vítimas de recrutamento precoce, tanto por parte do exército, quanto por parte de rebeldes. O relato a seguir deixa isto bem claro:

“Morava em Kinshasa com minha mãe e meus irmãos menores em uma casa com um grande terreiro na frente, minha mãe lavava roupa e eu estendia ao Sol, quando ouvimos gritos por todo lado, eram os militares entrando nas casas à procura de meninos para serem recrutados. Eles entraram no quintal, me arrastaram, minha mãe gritava pedindo para não me levarem, que era o único homem da família, que meu pai tinha sido morto na guerra, mas eles nem ligavam.

Então um vizinho gritou para os militares que tinha algo a oferecer em troca da minha liberdade: uma garrafa de vinho, que embora aberta, estava intacta. Os soldados olharam para a garrafa, a seguraram e me soltaram”. (X, 29, congolês)



A respeito deste acontecimento, o pesquisador da Escola de Cultura de Pau em Barcelona, Jose María Royo Aspa (2009) destaca nesse processo, a atuação do opositor de Mobutu, Désiré Kabilla:

“Es en esta región oriental donde en 1996 las fuerzas rebeldes – con Laurent-Désiré Kabila como líder – conformadas con la ayuda y participación directa del FPR y de pie de fuerza proveniente de Uganda y Burundi, inician una rebelión que culmina con la salida de Mobutu SeseSeko del poder. Los principales intereses que movían tal participación del FPR eran la riqueza en minerales en esa región del Congo, y la posibilidad de intervenir en los campos de refugiados hutus en Kivu del Norte, con la certeza de que desde allí los genocidas hutus estaban tramando un plan para recuperar el poder en Rwanda. En efecto, es allí donde surgen las milicias hutus ruandesas, llamadas Fuerzas Democráticas para la Liberación de Rwanda – FDLR – conformadas entre otros por personajes hutus que participaron en el genocidio de Rwanda y que buscan recuperar el poder en este país”. (Royo, 2009, p. 8-10).

Após a deposição de Mobutu, os rebeldes de Kabila acompanhados por tropas ruandesas e ugandesas, tomam Kinshasa, a capital, em 1997. Porém, esses atos não trariam as mudanças desejadas pela população, visto que ao chegar ao poder, Kabila inicialmente troca o nome de Zaire para República Democrática do Congo – RDC. Porém a troca do nome do país foi apenas o indício do que estaria por vir: Kabilla desfaz suas alianças políticas, proíbe partidos de oposição e exige que as mesmas tropas ruandesas e ugandesas que o apoiaram, abandonem o país imediatamente.

Por causa destes atos, em 1998 ocorre uma revolta empreendida pelo exército congolês a leste da agora República Democrática do Congo e que culmina no assassinato de Kabila em 2001.

Juliana Ospina Serna (2012) avalia que, desde 1996, a guerra e os episódios de violência tem sido contínuos, com períodos do que chamou de “tensa calma” e de reações bastante intensas entre os grupos que lutam pelo poder. A pesquisadora aponta que um desses períodos de “tensa calma” se deu entre 2002 e 2003, durante o processo de paz. No entanto, chama a atenção para o fato de que em 2003, o país passa a ser dirigido por um Governo de Transição da Unidade Nacional, liderado pelo filho de Kabila assassinado em 2001.

Essa participação no governo de transição rendeu a Laurent-Desiré Kabila a eleição para presidente em 2006, eleição que entra para a história do país como sendo a primeira realizada de maneira democrática após 46 anos.

Embora tenha sido realizada de maneira democrática, Serna (2012), considera que o conflito na RDC mostra a dinâmica que se desenvolve ao redor da luta entre governos e empresas multinacionais pelo controle dos recursos minerais congolese.

Para ela, “La explotación de los recursos naturales no puede ser considerada la única causa del conflicto, pero sí un elemento fundamental en la perpetuación y la acentuación del mismo” (op.cit., p. 93).

Afirma ainda que é impossível negar que as rivalidades políticas e as tensões em torno da questão étnica tem contribuído para o fortalecimento do conflito, porém, registra que esse mesmo fator étnico tem sido utilizado como ferramenta para acirrar os ânimos pelos atores políticos no sentido de exacerbar o ódio e desmobilizar a população do país:

“Es posible afirmar que el conflicto armado en la RD Congo, ha sido financiado y promovido por aquellos actores, entre ellos las compañías multinacionales dedicadas a la comercialización de minerales como el coltán, interesados en acceder a la tierra – principalmente aquellas ubicadas en la región oriental – y adquirir el control absoluto de la explotación de la riqueza mineral con la que cuenta este país. Se podría hablar por ejemplo del tráfico de armas financiado por el comercio ilegal de diamantes, y de la exacerbación del odio étnico entre tribus rivales con el objetivo de perpetuar la inestabilidad política y social en la RD Congo” (Idem, 2012, p. 98)

Nesse caso específico do Congo, informações fornecidas pelas Nações Unidas (ONU), dão conta de cerca de 4 a 5 milhões de pessoas morreram nos conflitos desde 1998, e que recentemente (2012), cerca de 870 mil tiveram que abandonar suas casas por causa dos ataques de rebeldes e milhares cruzaram a fronteira para Uganda. A Agência informa ainda que o número de deslocados e refugiados nos conflitos pode ultrapassar 80 mil somente neste início de ano. (2013)

Em relação aos ataques à população civil, uma situação particular marca os deslocamentos: o terrorismo sexual, que atinge diretamente mulheres e crianças. E aqui vale a pena abrir um parêntese para observar esta questão mais de perto,

principalmente porque seus reflexos são sentidos nas estatísticas migratórias, justamente por estenderem-se também para países vizinhos.

Abaixo, o retrato mostra mulheres congoleesas dividindo a comida em tenda onde estão abrigadas a leste da República Democrática do Congo.



Fonte: Acnur 2013.

A esse respeito, a agência das Nações Unidas para refugiados (ACNUR) alertou no último mês de julho (2013) que, que o atual conflito na província de Kivu do Norte, está deslocando mais civis e expondo um número crescente de mulheres, meninas e homens ao estupro.

Estatísticas recolhidas pelo ACNUR, em Kivu do Norte, revelam um aumento alarmante neste ano, de atos de violência contra mulheres e meninas na província, particularmente estupro. "Nossas equipes de monitoramento de proteção registraram 705 casos de violência sexual na região desde janeiro, incluindo 619 casos de estupro", disse um porta-voz do ACNUR, em Genebra. "Durante o mesmo período em 2012, nossa equipe havia registrado 108 casos. Os sobreviventes SGBV [violência sexual e de gênero] incluem 288 menores e 43 homens".

O porta-voz disse que o ACNUR está preocupado com a possibilidade de que os combates entre as Forças Aliadas Democráticas, um grupo rebelde de Uganda, e Exército congolês ao longo das últimas duas semanas aumentem o perigo para as mulheres da região, incluindo as que vivem em acampamentos.



Segundo dados fornecidos pelo ACNUR, grande parte dos casos de violência sexual é cometida por homens armados. Dos 705 casos relatados para as equipes do ACNUR desde o início do ano, 434 foram perpetrados por elementos armados. Os números oficiais da ONU oferecem mais uma prova da crescente ameaça que as mulheres e meninas passam. Eles mostram que os casos registrados de violência sexual em Kivu do Norte saltaram de 4.689, em 2011, para 7.075, em 2012, esses dados não levam em conta as ocorrências não comunicadas, sobretudo pelo temor de represálias.

Vale destacar ainda que para além da violência sexual, e da perda de filhos, maridos, pais e irmãos, órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos como ACNUR, ONU e CONARE, denunciam ainda, outra modalidade de violência infringida contra esse grupo, que é o desfiguramento facial de crianças e mulheres por rebeldes e soldados do exército congolês.

Na fotografia abaixo, forças de paz da ONU tentam inibir a invasão da província de Kivu do Norte, local onde também ocorrem ataques contra a população civil:



Fonte: Comunidade Ango-congolesa no Brasil 2013.

A esse respeito, a fala de F. 47 anos, relata justamente esses crimes:

“Você não sabe o que acontece com nossas mulheres lá no Congo, os rebeldes as estupram, batem nelas, obrigando que pais façam sexo com filhos, mães

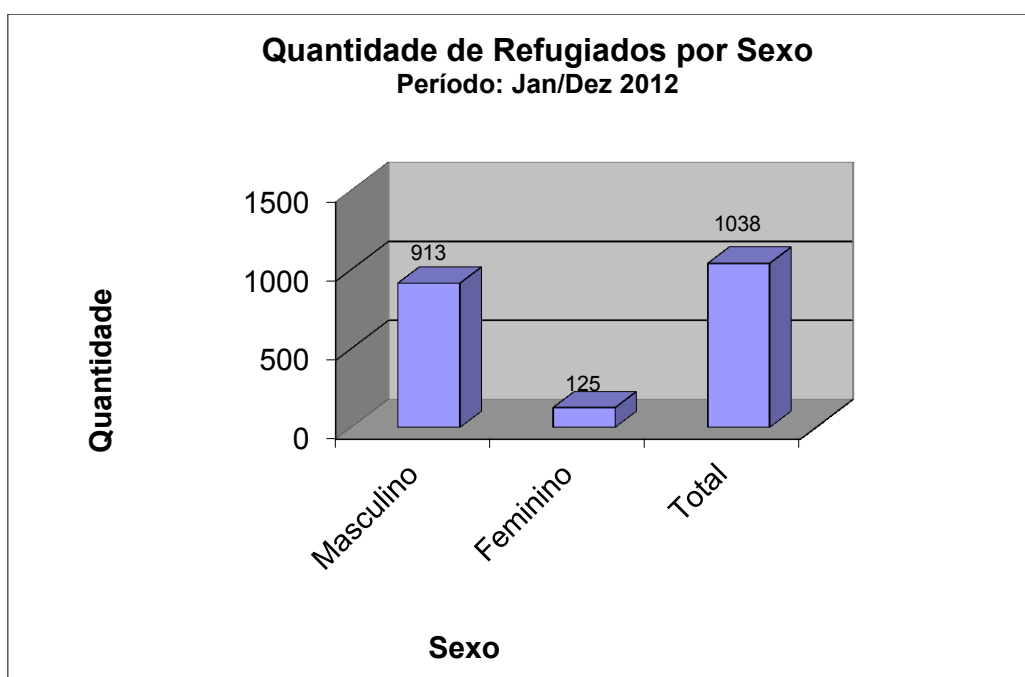


enterrem vivos seus bebês ou filhos maiores, queimam suas casas”. (G.F, 47 anos).

Por conta desses ocorridos recentes (2012/2013), muitos refugiados começaram a deixar a República Democrática do Congo em direção ao país vizinho, Uganda. Essas pessoas se dirigem ao condado de Bubandi, no distrito de Bundibugyo, em Uganda. A Cruz Vermelha local afirma ter registrado 66.139 pessoas somente nos primeiros meses de 2013.

É importante lembrar, no entanto, que das entrevistas realizadas durante esta pesquisa, pouco mais de 10% foi constituída por mulheres, independente de seu país de origem.

Os dados abaixo relacionados refletem exatamente essa constatação, pois aborda a segunda variável desta pesquisa que se constituiu em identificar a grande disparidade entre migrações femininas e masculinas:



Distribuição dos Refugiados por Sexo

Fonte: ACNUR (2012)

A respeito desta disparidade é preciso observar que na medida em que os homens são alvo primeiro nos conflitos, o que justificaria por um lado o grande êxodo masculino, por outro, as mulheres e crianças que permanecem nas zonas de guerra, transforma-se em alvos potenciais.

Reproduzindo mais uma vez, a força do anel de ferro que os circunda. Considerando-se ainda que para a maioria dessas mulheres não foi permitida nem mesmo a possibilidade de fuga ou pedido de refúgio.

Para a United Nations Programme on HIV/AIDS – UNAIDS, os conflitos no Congo se configuram como sendo:

“Uno de los conflictos en el mundo donde la violencia sexual y crímenes relacionados con el género son el pan de cada día. De hecho, el uso de la violencia sexual como estrategia de guerra de manera generalizada y a gran escala en la región oriental de la RDC, posiciona al Congo dentro de los países con uno de los índices más altos de violaciones en el mundo. ( 2009).

Na interpretação de Serna (2009), a Violência sistemática contra a mulher,

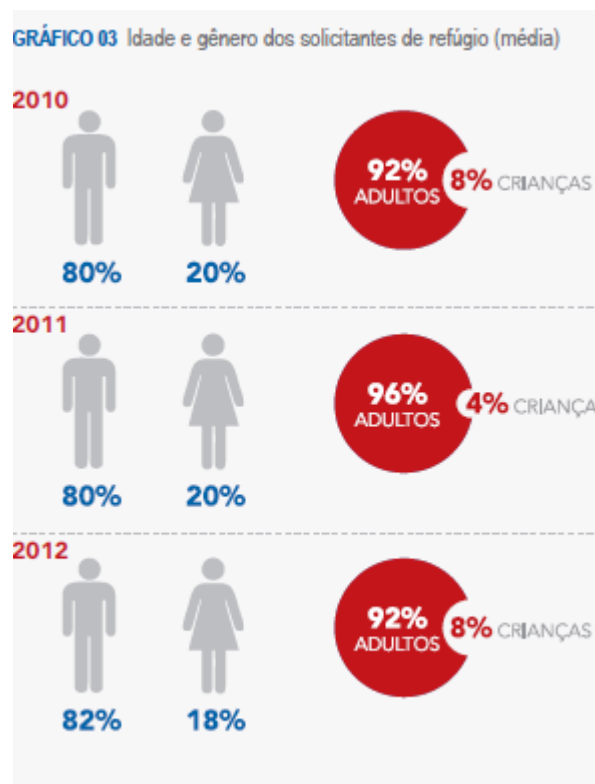
“constituye un arma de guerra que no sólo degrada a la mujer como individuo, sino que descompone su base social desde su principal pilar, la familia”.

Em uma demonstração de poder e abuso do mesmo, G., 37 anos, relatou que perdeu dois filhos depois de ataque por parte de grupos rebeldes à sua residência na cidade de Kinshasa no ano de 2012:

“Trabalhava como cozinheira em um colégio distante da minha casa, saía bem cedo e só voltava no início da noite. Deixava a comida pronta e meus filhos iam para a escola e depois ficavam em casa brincando e cuidando um do outro. Eram bons meninos, queriam ser marinho e jogador de futebol... (interrompe o relato e começa a chorar). Teve um dia que foram me chamar falando que minha casa estava queimando...corri, mas quando cheguei não dava mais tempo, eles estavam mortos debaixo da cama, para onde devem ter corrido para se esconder dos soldados”. (G., 37 anos)

Fica claro nesse relato, a forma como, ao atacar especificamente a mulher e seus filhos, o poder local almeja, conforme interpreta Serna (2012), desestabilizar a sociedade em uma de suas principais bases de sustentação que vem a ser a familiar.

Por outro lado e independente da origem, embora os deslocamentos continuem a permanecer em patamares bastante altos, não houve, segundo dados do ACNUR abaixo divulgados, alteração no que diz respeito aos pedidos de refúgio feminino, conforme registrado na próxima ilustração:



Distribuição dos Refugiados por Idade e Gênero

Fonte: ACNUR 2012

Assim, no caso específico do Congo, os diferentes grupos armados têm aproveitado, segundo informações da Escola de Cultura de Pau em Barcelona, os vazios deixados pelo poder para prosseguir com sua atuação e com isso impedir por meio da violência e do êxodo populacional, que as comunidades e as regiões com maior concentração de recursos naturais disponham e usufruam dos mesmos, ou que minimamente sejam beneficiados por sua exportação.

Na foto disponibilizada pelo ACNUR 2012, vê-se a fila de civis que entraram em território ugandês em busca de refúgio:



Acerca desse processo de saída de seus territórios, os danos causados permanecem ao longo do tempo na maioria dos deslocados, como foi possível verificar durante as entrevistas, principalmente no momento em que se investigava quais eram as expectativas dessas pessoas ao chegarem ao Brasil, ou seja, quais eram suas expectativas pré-refúgio.

E neste sentido, ficou bastante claro que para a maioria dos refugiados (principalmente os que fugiram sem nada levar, partindo somente com a roupa do corpo e os documentos) não havia verdadeiramente uma “expectativa” pré-refúgio, mas o desejo único de preservar a própria vida longe dos locais de conflito:

Eu fui avisado por um amigo, que se voltasse para casa no final do dia, os soldados me matariam, porque disseram que eu trabalhava para o governo. Então me escondi durante à noite no Porto e fiquei lá esperando documentos e passaporte falso. No primeiro navio que saiu, embarquei com mais alguns compatriotas, não sabia para onde estávamos indo. Uma senhora nos deu pacotes de biscoito e água. Com isso sobrevivemos por 11 dias escondidos em um navio, fomos descobertos pelo comandante e pensamos que nos jogariam no mar, mas esse comandante era compreensivo, nos ajudou e falou: “Vocês não vão ser jogados no mar não, vamos levar vocês até o porto de Santos, lá no Brasil” E assim ele fez”. (J. B. Liberiano, 49 anos)

Muitos refugiados, ao chegarem no final da viagem, não sabiam nem mesmo onde se encontravam:

Quando eu cheguei aqui, pensei que tinha vindo para os Estados Unidos, então perguntei para uma pessoa no aeroporto: Nós já chegamos nos Estados Unidos? Então me responderam que aqui não era os Estados Unidos, aqui era o Brasil”. (S, 39 anos, congolesa)

Outro depoimento interessante a esse respeito foi dado por W. 29 anos, congolês:

“Cheguei no Brasil no final da tarde, vim de avião, com passaporte conseguido por um amigo que trabalhava na imigração, depois de muitos enganos, saí do aeroporto, peguei ônibus e vans e cheguei na central do Brasil. Lá ninguém entendia o que eu dizia e fiquei tentando me comunicar assim mesmo. Anoiteceu e os trens foram parando, a quantidade de pessoas que passava diminuindo, eu fui ficando cansado e preocupado. Em mais uma tentativa, me dirigi a um senhor que passava

que também não entendia minha língua, tive a sorte de ao seu lado, estar uma senhora que me chamou de “africano” e disse que conhecia lá em Caxias umas pessoas que falavam como eu. Ela me levou de trem até lá, e pude então encontrar alguns compatriotas que me ajudaram nas primeiras providências.”

Cabe registrar ainda que ocorre em menor escala, principalmente entre refugiados que tiveram mais recursos e tempo para prepararem sua saída, uma expectativa no sentido de acreditarem que aqui poderão conquistar economicamente uma vida melhor, poder trabalhar e enviar algum dinheiro para os familiares:

“Trabalhando eu consigo trazer minha mãe e meu irmão para o Brasil, devagar vou mandando dinheiro para eles comprarem a passagem e depois eles também podem trabalhar aqui. Quero ensinar eles o português e também quero que meu irmão seja chofer de ônibus”. (M.31 anos, congolês)

Outro refugiado me informava seus planos enquanto caminhávamos pelas ruas do centro da cidade:

“Sou professor de francês e posso arrumar um trabalho aqui no Rio de Janeiro como tradutor ou mesmo como intérprete em empresas ou em algum lugar que receba estrangeiros. Sei vender também, sei vender tudo, no Congo todos sabem vender, vender legumes, frutas, roupas, vender jóias, tecidos. Desde criança ia para o mercado com minha mãe e meu avô que morreu quando eu ainda era pequeno, ele me ensinou a vender, falar com os compradores, ter os produtos certos para cada época, manter tudo arrumado e bonito para despertar a vontade de comprar nas pessoas que passavam perto de nossas mercadorias”. (N, 30 anos, congolês)

Dentre as poucas mulheres entrevistadas, B. de 25 anos, está bastante angustiada em conseguir emprego e me aborda com a seguinte proposta:

“Eu sou cabelereira, mas se não conseguir emprego porque não sei falar muito bem português, trabalho de qualquer coisa, faço limpeza, passo roupa, você não gostaria de me contratar para trabalhar na sua casa? Aqui todos me conhecem, sou de confiança, posso ensinar francês para sua família também”.

Porém, após os primeiros períodos de adaptação percebem não ser tão viável atingir seus objetivos. Isto se dá na verdade já no momento em que as

poucas reservas trazidas começam a acabar, e a busca pela documentação regularizada não é realizada no tempo previsto<sup>35</sup>.

Assim, estes deslocados iniciam os mesmos processos de pedidos de assistência feitos pela maioria dos refugiados atendidos pela Cáritas Arquidiocesana em convênio com a ACNUR. Também começam a trocar referências e conhecimentos com outros assistidos pela Instituição ou mesmo com refugiados que não se submeteram ao processo de regularização, estando ilegais ou clandestinos no país.

E aqui, embora guardem diferenças sutis em seus perfis, esses refugiados aproximam-se de uma mesma realidade comum à maioria dos deslocados residentes nesta cidade, passando então da fase inicial de pré -expectativa, para o momento em que buscam estabelecer-se na cidade.

É interessante verificar como essas pessoas se organizam, criando redes subterrâneas de sobrevivência e solidariedade. No gráfico abaixo se pode observar

---

<sup>35</sup>De acordo com o Ministério da Justiça os procedimentos para solicitar refúgio deverão ser realizados segundo as determinações abaixo:

O estrangeiro deverá apresentar-se à autoridade competente e externar vontade de solicitar o reconhecimento da condição de refugiado.

A autoridade competente notificará o solicitante para prestar declarações, ato que marcará a data de abertura dos procedimentos. Ela informará o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR sobre a existência do processo de solicitação de refúgio e facultará a esse organismo a possibilidade de oferecer sugestões que facilitem seu andamento.

Além das declarações, prestadas se necessário com ajuda de intérprete, deverá o estrangeiro preencher a solicitação de reconhecimento como refugiado, a qual deverá conter identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade do solicitante e membros do seu grupo familiar, bem como relato das circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando os elementos de prova pertinentes.

O registro de declaração e a supervisão do preenchimento da solicitação do refúgio devem ser efetuados por funcionários qualificados e em condições que garantam o sigilo das informações.

#### **Autorização de residência provisória**

Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo.

O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País. No protocolo do solicitante de refúgio serão mencionados, por averbamento, os menores de quatorze anos.

Enquanto estiver pendente o processo relativo à solicitação de refúgio, ao peticionário será aplicável a legislação sobre estrangeiros, respeitadas as disposições específicas contidas nesta Lei.

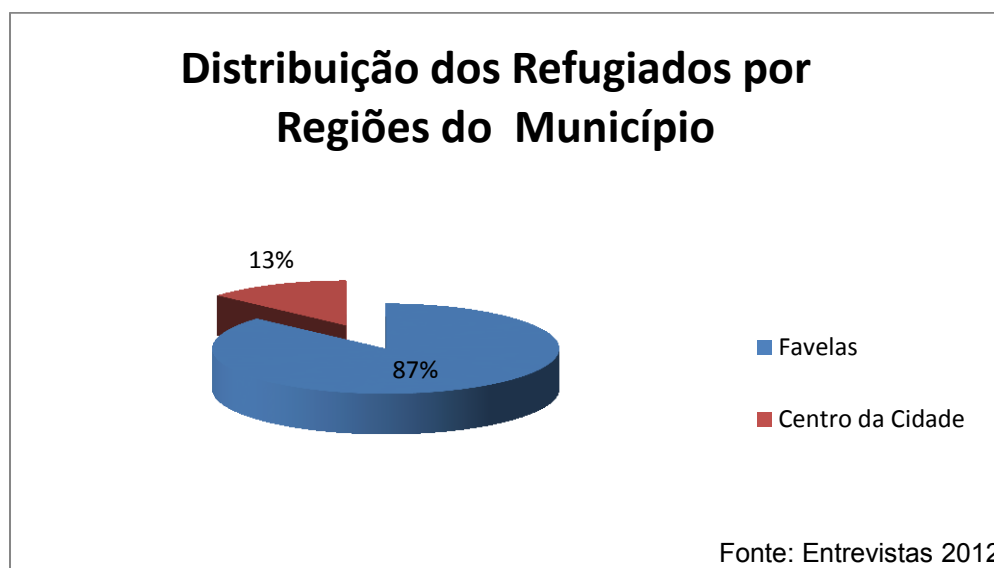
#### **A Instrução e o Relatório**

A autoridade competente procederá a eventuais diligências requeridas pelo Conare, devendo averiguar todos os fatos cujo conhecimento seja conveniente para uma justa e rápida decisão, respeitando sempre o princípio da confidencialidade.

Terminada a instrução, a autoridade competente elaborará, de imediato, relatório, que será enviado ao Secretário do Conare, para inclusão na pauta da próxima reunião daquele Colegiado.

Os intervenientes nos processos relativos às solicitações de refúgio deverão guardar segredo profissional quanto às informações a que terão acesso no exercício de suas funções.

a variável que indica a concentração e distribuição desta população pelas regiões da cidade do Rio de Janeiro:



Distribuição dos Refugiados por Regiões do Município

Esta variável é muito representativa por indicar a permanência dessa população em comunidades cercadas de pobreza e violência na baixada fluminense e em algumas ruas de favelas próximas ao centro da cidade, além é claro da ocupação das ruas menos valorizadas deste mesmo centro.

Vale a pena também, discutir mais pormenorizadamente o Complexo da Maré<sup>36</sup>, como sendo uma região que vem ao longo do tempo se configurando como pólo concentrador de refugiados e imigrantes, e que é muito parecido, inclusive, com as favelas ou bairros pobres de algumas capitais africanas.

<sup>36</sup>O Complexo de Favelas Maré é um bairro com 16 favelas na zona norte do Rio de Janeiro. Teve seu território delimitado pelo Decreto nº 7.980, de 12 de agosto de 1988. A Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, incluiu-o na XXXª Região Administrativa (Região Administrativa da Maré).[5][6] Constitui-se num agrupamento de várias favelas, sub-bairros com casas, e conjuntos habitacionais. Com cerca de 130.000 moradores (2006), possui um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro, consequência dos baixos indicadores de desenvolvimento social que caracterizam a região. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano 2000 era de 0,722, o 123º colocado da cidade do Rio de Janeiro, melhor apenas do que o de Acari, do Parque Colúmbia, de Costa Barros e do Complexo do Alemão.[1]. O complexo ocupa uma região à margem da Baía de Guanabara, caracterizada primitivamente por vegetação de manguezal. Ocupada desde o meado do século XX por barracos e por palafitas, os manguezais foram sendo progressivamente aterrados quer pela população, quer pelo poder público. O bairro congrega, aproximadamente, dezesseis microbairros, usualmente chamados de comunidades, que se espalham por 800 000 metros quadrados próximos à Avenida Brasil e à margem da baía. É cortado pela Via Expressa Presidente João Goulart e pela Avenida Governador Carlos Lacerda. ([www.maps.mootiro.org](http://www.maps.mootiro.org)/acessado em 14/08/12)

Neste local, alguns jovens que lá residem contaram em conversas informais que por vezes foram assediados por integrantes do tráfico que faziam a chamada “oferta” de maconha ou cocaína para os rapazes que se interessassem, e posteriormente, passavam a fazer a “cobrança”, que inicialmente era de executar pequenas tarefas como comprar comida, cartão telefônico, chip para celular, e depois evoluíam para guardar objetos roubados em casa, esconder armas.

Esse processo evoluía até o momento em que a exemplo de tantos brasileiros que são enredados pelo crime, não tinham mais condições de negar e passavam então, a ser avião, olheiro, radinho (antigo fogueteiro), soldado.

É válido destacar a posição de destaque que o Complexo da Maré ocupa na listagem das dez maiores favela da cidade do Rio de Janeiro conforme se observa abaixo:

Tabela 7 - Dez maiores favelas da cidade - Município do Rio de Janeiro -2010

Favelas	Regiões Administrativas	Áreas de Planejamento	População IPP 2010
Rocinha	Rocinha	2	69.161
Complexo da Maré	Complexo da Maré	3	64.094
Complexo de Rio das Pedras	Jacarepaguá	4	63.484
Complexo do Alemão	Complexo do Alemão	3	60.583
Complexo da Fazenda Coqueiro	Bangu	5	45.415
Complexo da Penha (Vila Cruzeiro)	Penha	3	36.862
Complexo do Jacarezinho	Jacarezinho	3	34.603
Complexo de Acari	Pavuna	3	21.999
Complexo de Vigário/ Lucas	Vigário Geral	3	20.570
Complexo do Bairro da Pedreira	Pavuna	3	20.515

Fonte - Estimativa IPP sobre IBGE. Censo 2010

Tabela 3 - Dez Maiores Favelas da Cidade - Município do Rio de Janeiro 2010

Morador do local, D, 40 anos, relata que quando chegou ao Brasil no início dos anos 1990, havia uma procura velada por parte do tráfico por angolanos ou moçambicanos que tivessem pertencido ao exército em seus países. Essa procura se devia ao fato de que esses ex-militares serviriam de propagadores das técnicas de manuseio de armas, sobrevivência em situações extremas, reconhecimento do tipo de munição e compra de arsenal. Ele conta da angústia que sofreu morando no interior do Complexo:

“Eu nem tinha como esconder de onde era, pois se era negro e muito parecido com meus vizinhos, meu

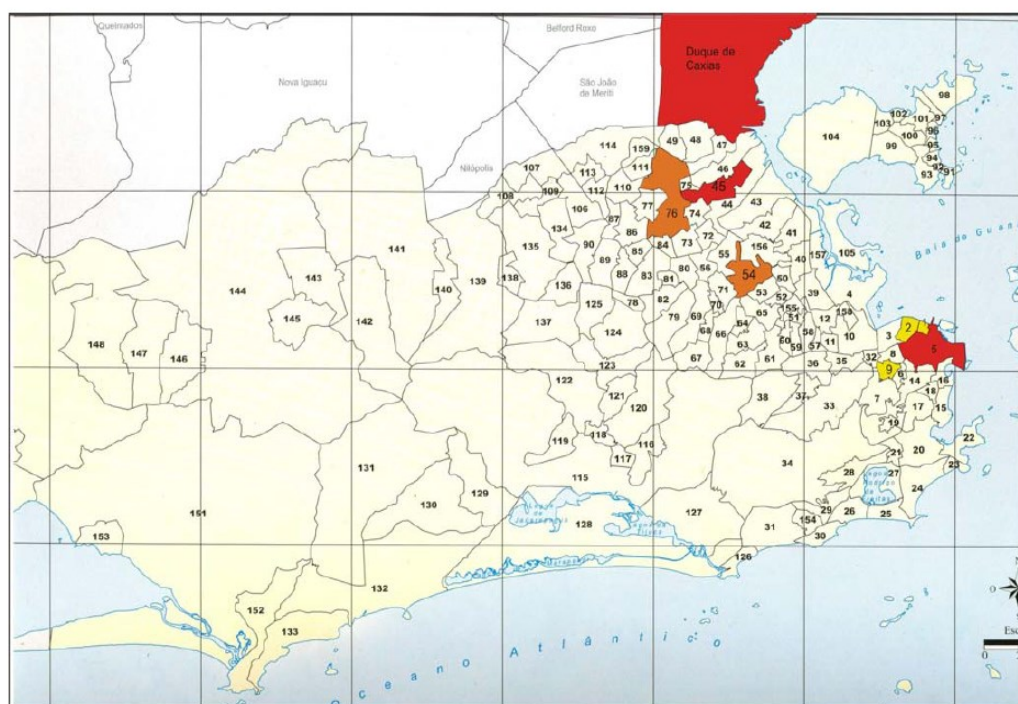


sotaque, minhas roupas, meu jeito me denunciavam. Tive que desenvolver estratégias de sobrevivência lá dentro para não ser espancado, humilhado ou mesmo algo pior. Procurava sair o mínimo de casa, ia trabalhar de camelô na central, chegava e trancava a porta. Não dormia direito porque tinha medo de descobrirem que fui sargento em Angola, pois menti dizendo que era pedreiro e trabalhava em obras na zona rural.”

Outro rapaz, de 20 anos, relata que ao avistar traficantes andando livremente com armas à luz do dia e em todos os lugares da comunidade pensou que aqui também estivesse em período de guerra:

“A primeira vez que vi os traficantes pensei que eram policiais civis ou algo parecido, mas depois percebi que eles não se portavam como policiais, já que bebiam, fumavam maconha, usavam bermuda e andavam sem camisa. Bem no começo quando cheguei aqui, pensei que havia locais na cidade que estavam em guerra”.

Uma nova área de concentração de refugiados no caso, congoleses, é indicada no mapa abaixo que mostra além de Brás de Pina, representado pela pequena mancha vermelha, o município de Duque de Caxias na Baixada Fluminense marcado pela mesma cor, mas em maior extensão territorial:



FONTE: INSTITUTO PEREIRA PASSOS – IPP/DIG – GEOPROCESSAMENTO - 1999

Concentração de Refugiados por Área

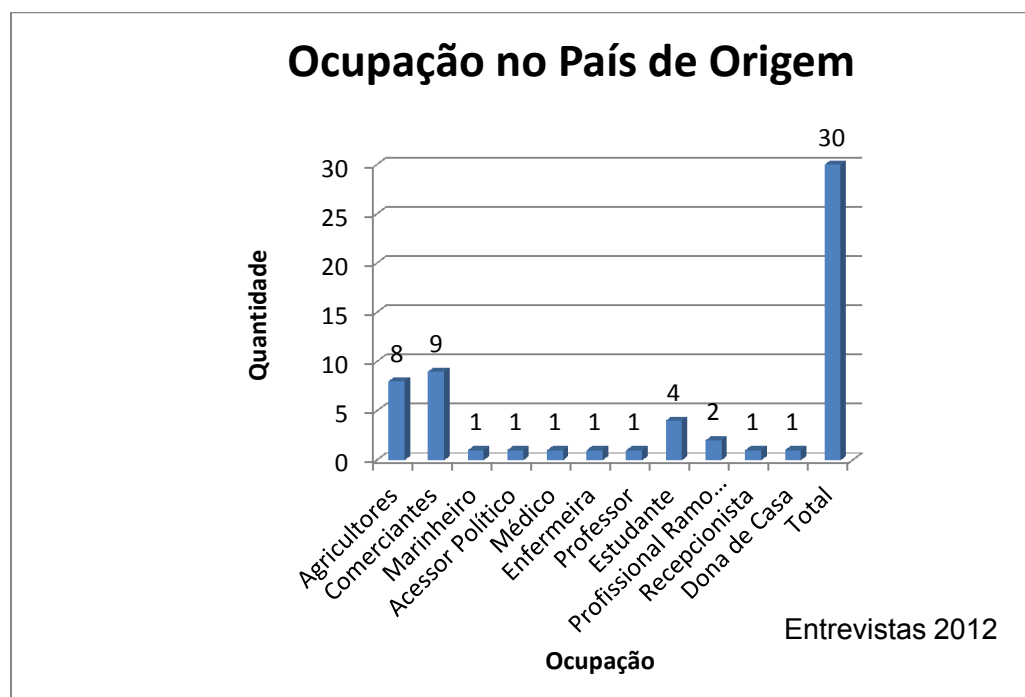
Por outro lado, é interessante perceber que embora habitando localidades precárias e quase sem estrutura, essa população desenvolveu alternativas para suprirem o seu número de carências com as quais convivem, podendo inclusive influenciar na nomenclatura dada às variáveis aqui abordadas.

Basta considerar-se que os títulos “Expectativa Pré e Pós-Refúgio”, poderiam ser facilmente substituídos por “Esperança Pré e Pós Refúgio”, tal é a força e a persistência dessas pessoas que ainda convivem com o poder paralelo do tráfico, além dos abusos e desmandos de policiais da região.

Esta tenacidade mostra a grande capacidade desenvolvida por eles para readaptar-se; seja aprendendo uma nova língua, adquirindo hábitos alimentares locais, dentre outros aspectos mais abrangentes da vida cotidiana.

E embora não seja o objetivo principal desta pesquisa fazer observações meramente econômicas acerca da vida dessas pessoas, é quase impossível não se ater ao fato de que parte significativa delas viu sua qualidade de vida cair drasticamente.

Pois eram comerciantes, professores, estudantes, assessores políticos, médicos, enfermeiros, trabalhadores de empresas de petróleo, pequenos agricultores, marinheiros, dentre tantas outras profissões, como mostra a ilustração a seguir:

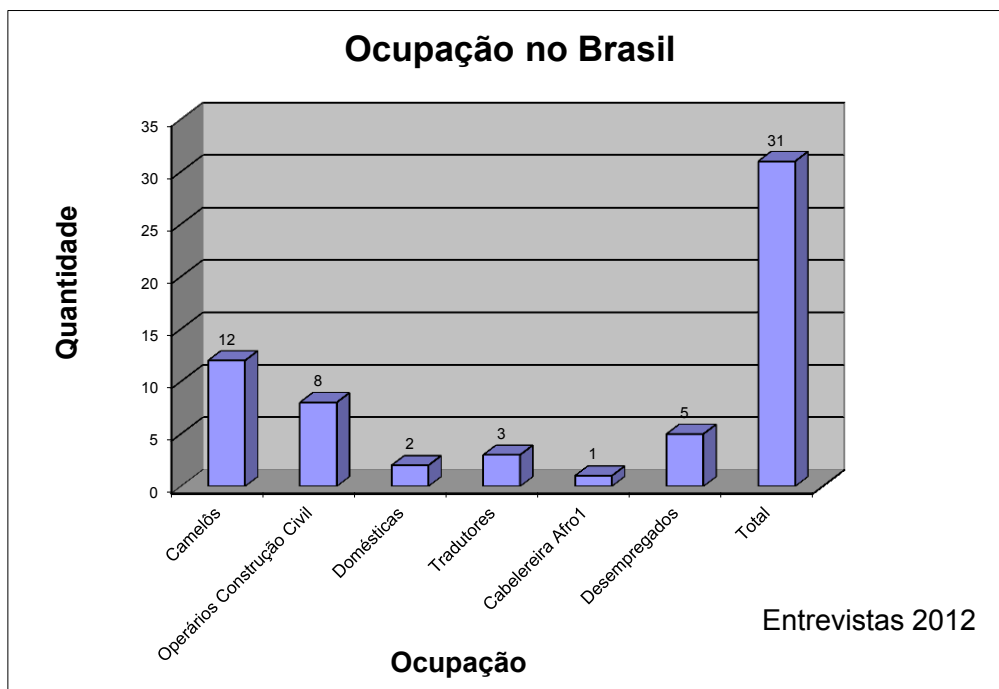


Ocupação Laboral dos Refugiados no País de Origem

Mas, ao chegarem ao Brasil não conseguem emprego nas mesmas funções que ocupavam por motivos diversos, que além dos já comentados anteriormente, podem ser somados ainda à falta de documentação, dificuldade com a língua, discriminação, diplomas não reconhecidos.

Havendo ainda os que nunca trabalharam com carteira assinada, eram pequenos comerciantes de tecidos e alimentos vendidos nos mercados locais, e que não desenvolveram outras habilidades profissionais.

Todos esses fatores colaboram para que exerçam qualquer tipo de função remunerada, para tanto, a maioria, conforme a ilustração a seguir mostra, exerce suas atividades no mercado informal ou precarizado de trabalho:



Ocupação Laboral dos Refugiados no Brasil

Sobre o trabalho precarizado ou informal exercido por eles, o fragmento da entrevista cedida por C. angolano, revela um pouco do cotidiano de quem ganha a vida trabalhando nas ruas:

“Eu levanto três e meia da manhã e saio de casa quatro e meia. Chego na Central e começo a vender meias e cadarço de tênis antes das sete da manhã. Chego cedo para poder pegar quem sai dos primeiros trens. Já vendi de tudo, revista, óculos, chip para celular, água, remédio para ressaca, dor de cabeça, iogurte, cd pirata, tudo,

guarda-chuva, tudo mesmo, até o que você não puder imaginar eu já vendi.

Tem dia que ganho bem, em outros só encontro “caroço” que não compra nada, só pergunta, olha, mas não leva nada. Trabalho assim porque de carteira assinada não consigo nada. Então preciso pagar aluguel, comer e continuar vivo. Por pouco que seja, como sou sozinho, dá para sobreviver”.

Já M, congolês, de 33 anos, comenta a estratégia por ele usada para driblar a perda de mercadoria para a guarda-municipal da cidade:

Trabalhei no Centro e na Praça da República, vendo cd e dvd pirata. Vendo bem, tem dia que consigo vender 40, 45. Mas já perdi mais de 600 de uma vez só para a guarda-municipal. Devagar fui aprendendo e fiquei mais rápido e atento. Na rua, se vem o rapa, logo corre o aviso e saímos depressa.

Eu aprendi a esconder minha mercadoria dentro de um bueiro em frente ao edifício Central quando trabalhava em frente. Então a guarda vinha e eu abria a tampa e guardava, assim consegui me safar muitas vezes. Mas tem dia que é para perder mesmo, então é contar o prejuízo”.

Para se entender a real situação em que se encontram essas pessoas, basta ter em mente o caráter supremo que a contemporaneidade confere a flexibilização do trabalho e de suas condições. É importante ressaltar isto, principalmente pelo fato de que, se os efeitos deste movimento atingem de forma contundente trabalhadores de todo o mundo, no caso dos trabalhadores refugiados, exerce sua face ainda mais perversa e excludente.

Petrus (2010) registra o dia-a-dia, por exemplo, dos angolanos em busca de trabalho ou meios para garantirem a sobrevivência:

Assim que chegam ao Brasil eles vão atrás de empregos na construção civil de olho no pagamento semanal como forma de levantar um dinheiro rápido. A pesquisa de Regina constatou que esses angolanos geralmente pegam os piores serviços dentro dos canteiros de obras. “Eles entram no fim das empreitadas, quando os cronogramas estão atrasados, trabalhando enlouquecidamente às vezes até 12 horas por dia, sem fim de semana ou carteira assinada”, conta ela. Assim que recebem a primeira remuneração, eles correm para feiras populares ou lojas de confecções em Friburgo, Petrópolis e São Paulo para comprar peças de roupa inspiradas nos figurinos dos artistas das novelas da Globo que são exibidas em Angola.” (Petrus, 2010, p. 89)

Este procedimento é conhecido pelo nome de “mukunza”, uma espécie de comércio ambulante de roupas, produtos de beleza e uma infinidade de outros itens, e embora não legalizado, se constitui como um meio encontrado para os refugiados pagarem o alto preço das passagens aéreas adquiridas por outros compatriotas.

Assim, ao chegar, boa parte dos deslocados já está endividada, daí a importância na efetividade das políticas públicas destinadas a eles. E é justamente por esse motivo que durante as entrevistas foi registrado grande número de queixas em relação ao prazo das ajudas de custo e moradia fornecidos pela Cáritas em convênio com a ACNUR, (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e que é de três meses, sendo suspensas ao final do período, deixando desprovidos todos os assistidos:

Nós recebemos essa ajuda, porém se não conseguimos emprego dentro de três meses, não vamos mais contar com esse dinheiro, então ficamos sem dinheiro e sem trabalho. Acho que esta ajuda deveria ser por mais tempo (I.M Moçambicano, 31 anos).

É bem verdade que a instituição oferece alguma ajuda fora deste prazo, como cursos de língua portuguesa, oficinas profissionalizantes, encaminhamento para empresas, fornecimento de cestas básicas e remédios, porém, não tem estrutura para manter o atendimento por longos períodos.

Este movimento traz subjacente duas questões: aponta para a ausência de políticas públicas<sup>37</sup> complementares direcionadas para esta população, além de indicar grande descompasso entre os direitos conquistados legislativamente e seu efetivo cumprimento, pois conforme atesta a Constituição Federal:

art. 203, é garantida a prestação de assistência social “a quem dela precisar”, tendo como um de seus objetivos a promoção da integração ao mercado de trabalho (inciso III).

Já a Lei 9.474/97 (art. 43) da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados, assegura que:

No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica dos refugiados deverá ser considerada quando

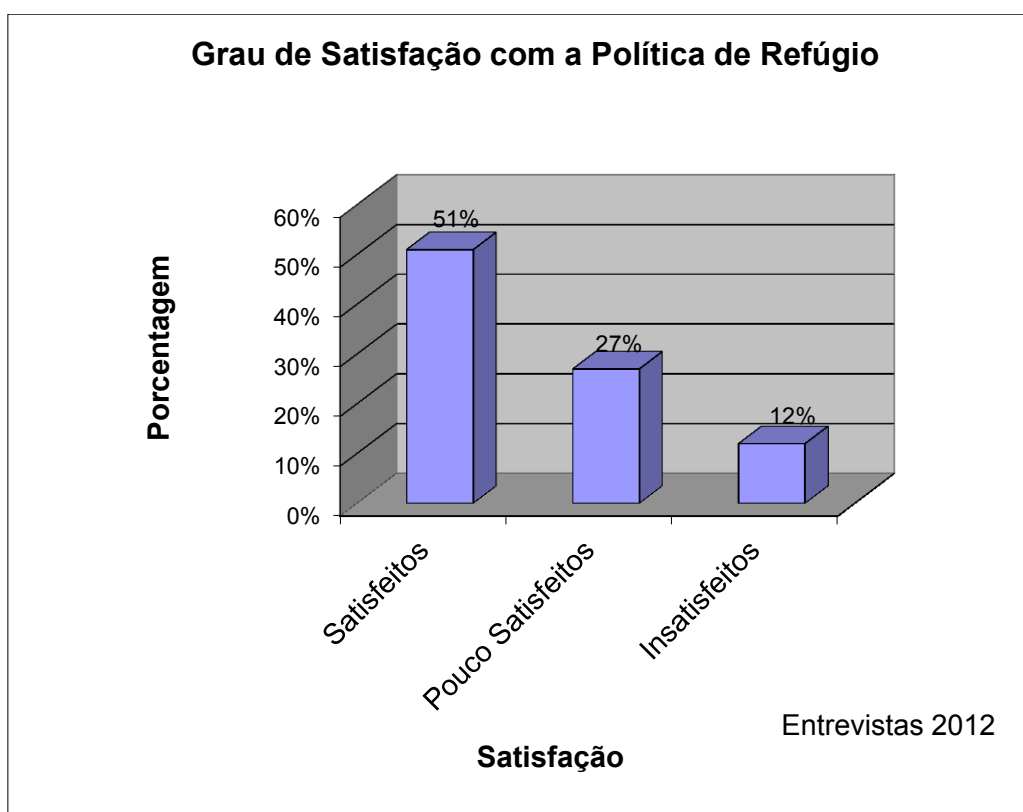
<sup>37</sup> A discussão sobre as políticas públicas para os refugiados será desenvolvida no capítulo 4.

da necessidade da apresentação de documentos emitidos por seus países de origem ou por suas representações diplomáticas e consulares.

Na mesma lei, art. 44, é ressaltado que:

O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, levando-se em consideração a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados.

Os efeitos das lacunas no cumprimento de prazos, liberação de documentos e assistência até aqui apresentadas, foram igualmente sentidos nos dados presentes no gráfico abaixo, que mensura o grau de satisfação com a política de refúgio brasileira:



Grau de Satisfação Com a Política de Refúgio

Embora os dados não retratem total descontentamento, fica clara a necessidade do aprimoramento no atendimento, principalmente nos prazos para entrega de documentos, como a carteira definitiva de refugiado, que permite que tenham os mesmos direitos que os trabalhadores brasileiros e que também tem sua

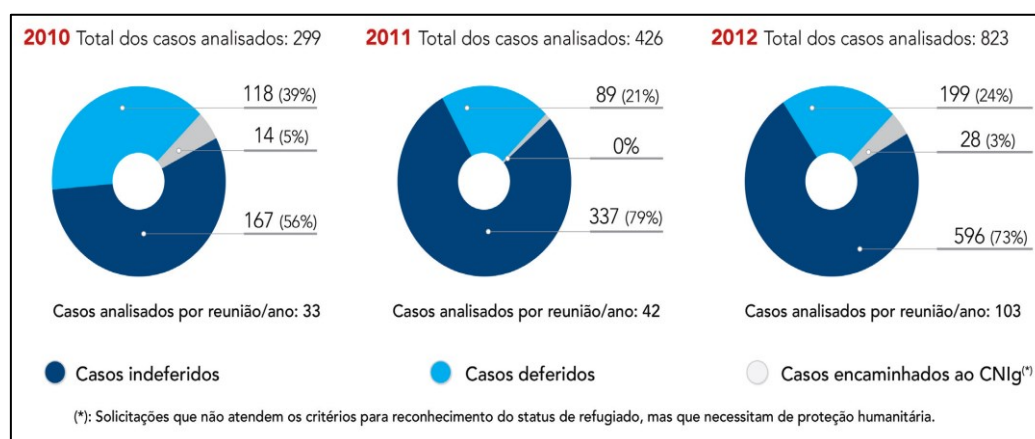
emissão garantida na Lei 9.474/97 (art. 47) da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados:

“Os processos de reconhecimento da condição de refugiado serão gratuitos e terão caráter urgente.”

A insatisfação a respeito da entrega deste documento foi recorrente nas falas:

Faz dois anos que estou esperando minha carteira, venho aqui (Cáritas) pedir encaminhamento para emprego, chego na empresa pedem a documentação, não tenho, perco a chance. Ligo na Polícia Federal, dizem que está em Brasília”. (I, 29 anos, moçambicano).

Esses relatos contrastam em muito com as informações fornecidas pelo CONARE conforme se pode observar a seguir:



Dados de Atendimento (ACNUR)

A análise dos dados revela, portanto, uma melhora no desempenho e produtividade do CONARE. Segundo informações divulgadas pelo órgão divulgadas na tabela a seguir, o número de solicitações processadas pelo comitê aumentou 275% em um período de três anos, saindo de 299 em 2010 para 426 em 2011, e quase dobrando novamente em 2012, quando foram analisadas 823 solicitações de refúgio – o maior número anual de casos decididos pelo Comitê até a presente data.

O referido órgão ainda apresenta estatística na qual destaca que reconheceu 100% dos pedidos de refúgio oriundos de países em profunda crise humanitária conforme apontam os dados abaixo:

**GRÁFICO 06** Principais países de origem entre refugiados reconhecidos

<b>2010</b>	<b>RDC</b>	<b>COLÔMBIA</b>	<b>AFEGANISTÃO</b>	<b>PAQUISTÃO</b>
Casos reconhecidos	42	13	10	9
Taxa de Elegibilidade*	61%	32%	100%	56%
<b>2011</b>	<b>COLÔMBIA</b>	<b>RDC</b>	<b>PAQUISTÃO</b>	<b>SOMÁLIA</b>
Casos reconhecidos	35	20	10	5
Taxa de Elegibilidade*	34%	38%	26%	100%
<b>2012</b>	<b>COLÔMBIA</b>	<b>RDC</b>	<b>SÍRIA</b>	<b>BUTÃO</b>
Casos reconhecidos	53	39	37	13
Taxa de Elegibilidade*	37%	53%	100%	100%

\*Taxa de elegibilidade referente à análise dos casos para cada nacionalidade.

Tabela 4 - Principais Países de Origem Entre Refugiados Reconhecidos

Fonte: ACNUR (2012)

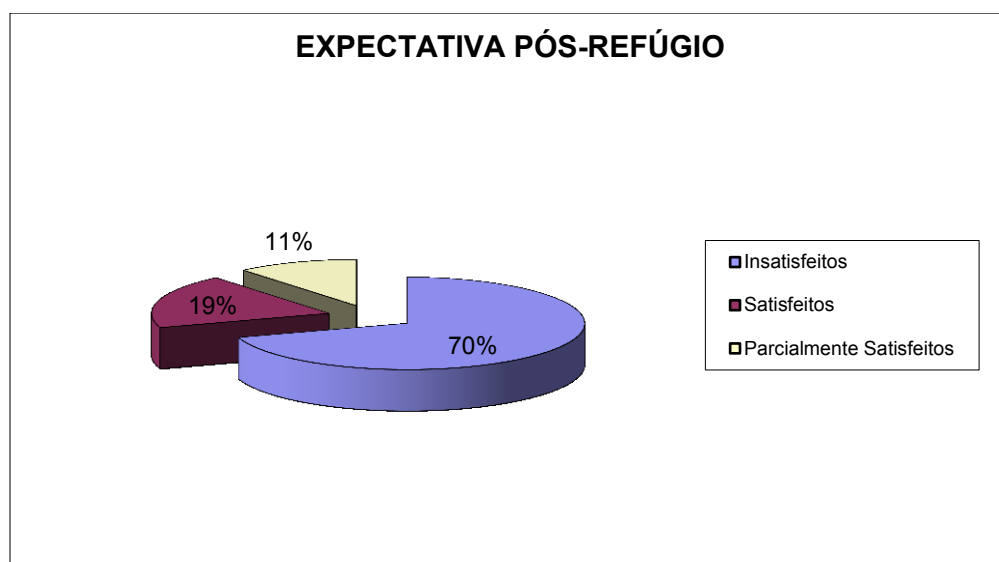
Como se viu anteriormente, embora existam as leis relativas aos direitos dos refugiados, as mesmas não são tão eficazes no microcosmo de seu cotidiano de luta para reconstrução das condições mínimas de sobrevivência, muito embora avanços tenham sido alcançados conforme acabado de demonstrar nos parágrafos anteriores.

Complementando essa análise, outra variável importante a ser observada e que ilustra também essa problemática, é a expectativa pós-refúgio, onde fica bastante visível a distância entre a realidade que os deslocados desejavam encontrar e as possibilidades existentes as quais tiveram efetivamente acesso.

É preciso deixar claro que a decepção presente nos dados abaixo coletados em pesquisa de campo, refere-se principalmente ao campo profissional, citado quase que de forma unânime durante as entrevistas.

A discrepância entre os deslocados satisfeitos e insatisfeitos abre caminho para um leque de discussões que incluem fatores não exclusivamente locais e estruturais, mas globais e que envolvem inclusive, a elaboração de novas políticas direcionadas aos que reconhecidamente foram acolhidos nesses novos territórios.





Expectativa Pós-Refúgio  
Fonte: Entrevistas (2012)

E aqui talvez seja necessário considerar alguns aspectos específicos dessa questão, pois para o refugiado o trabalho ainda é concebido sob o viés do virtuosismo, sendo considerado elemento essencial, central de sua vida, principalmente pelo fato de garantir sua existência para além da mera subsistência.

Ou seja, o trabalho mantém-se como veículo crucial para a inserção social dessas pessoas, assumindo maior importância principalmente pelo fato de se encontrarem em território estrangeiro.

Assim, distancia-se das concepções apregoadas por Offe (1990) para quem a descontinuidade da biografia de trabalho e a redução da jornada (na Europa), tendem a torná-lo um assunto entre tantos outros, relativizando sua função enquanto ponto de referência para a construção da identidade pessoal e social.

Ao mesmo tempo, Richard Sennett (2007) observa ainda que é possível identificar a criação de um status ou mesmo uma subdivisão entre os trabalhadores imigrantes e os chamados “tradicionais” nos países europeus mais desenvolvidos economicamente.

Pois a falta de perspectiva de ambos gera forte tensão no sistema econômico, resultando no que o mesmo chamou de “ressentimento”, entendido como uma emoção intensamente social, relacionada a perdas de direitos e postos de trabalho conquistados ao longo do tempo pelos indivíduos e que os afasta de suas origens econômicas, ressurgindo sob a forma de sentimentos de vingança

contra os chamados inimigos internos, que estariam roubando recompensas sociais as quais não teriam direito.

Embora este cenário não se aplique completamente ao Brasil, pois como já dito anteriormente os trabalhadores refugiados concentram sua atuação principalmente em funções precarizadas como camelotagem, empregos domésticos e no segmento da construção civil, foi possível identificar, mesmo que de forma não tão direta e contínua como na Europa, episódios que se aproximam bastante da constatação feita por Sennett.

Assim quando perguntados se já sofreram algum tipo de discriminação, prontamente esses trabalhadores fizeram relatos que tiveram como origem a dificuldade de entrar no mercado de trabalho:

Contrariando, mais uma vez, o cumprimento dos direitos garantidos pela lei 9474/97 que assegura o direito ao labor também aos trabalhadores refugiados. Tal descumprimento ficou bastante claro neste fragmento de entrevista:

Fui a uma entrevista e tinha três candidatos para uma vaga, selecionaram o meu currículo, quando fui fazer o teste, foi argumentado que eu morava muito longe e ia gastar muito com passagem, por isso resolveram não me contratar. Uma semana depois, passando na frente da loja, vi o rapaz que estava comigo no dia da entrevista trabalhando na vaga que seria minha. Ele era branco. (K., 27 anos, Liberiano).

Também não deixa de ser um indicativo para essa reflexão o fato de esses trabalhadores não ocuparem posições mais elevadas hierarquicamente.

E isto é fato, pois mesmo quando possuidores de qualificação, como constatado durante realização desta pesquisa, professores e tradutores, por exemplo, não conseguiram emprego em suas especialidades, passando a exercer outras ocupações:

“Era pedagogo e professor de francês lá em Bissau, mas ao chegar aqui não consegui revalidar meu diploma e trabalho desossando frango em Jacarepaguá. C, 39 anos”.

Outro refugiado de origem colombiana relatou ser contador, mas não conseguir exercer a profissão no Brasil porque sua documentação não foi aceita e nem seu diploma reconhecido:

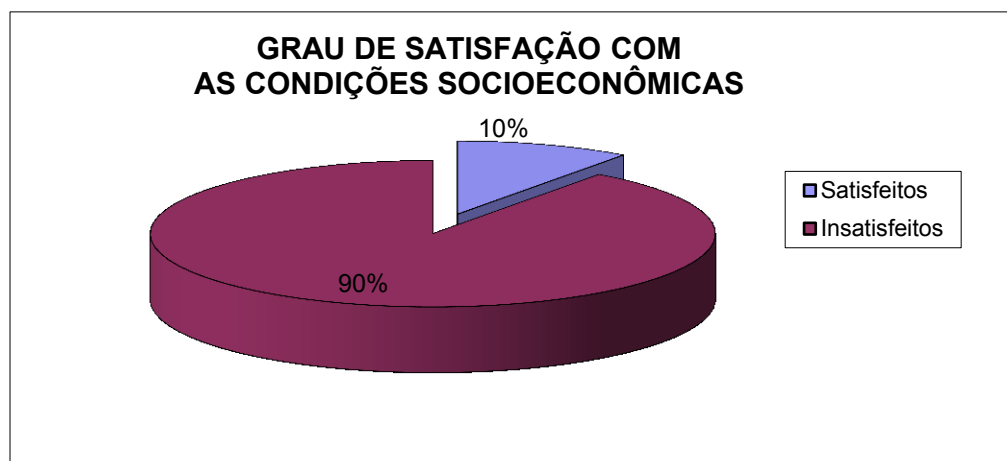
“Tenho formação em contabilidade e minha mulher em enfermagem, mas não conseguimos trabalho e estamos

morando em um pequeno quarto no bairro chamado cidade nova”

Pode-se pensar que esta constatação seja parte integrante do descompasso existente entre o Estado e os refugiados no que diz respeito às possibilidades e limites de inserção dos mesmos na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito a empregabilidade dessas populações.

Ao considerar-se a centralidade da categoria trabalho na vida das pessoas, não se pode ignorar os reflexos da mesma nos diferentes contextos sociais em que estão inseridos.

Um exemplo disso são os altos índices de rejeição identificados na categoria destinada a mensurar o grau de satisfação em relação às condições sociais vividas por eles, e que estão visualizadas na ilustração abaixo:



Grau de Satisfação com as Condições Socioeconômicas

Fonte: Entrevistas (2012)

Condições sociais aqui entendidas como sendo referência para moradia, assistência à saúde, educação, transporte e empregabilidade.

A pesquisa revelou que o item mais desejado pelos entrevistados, é justamente o menos alcançado: o trabalho, pois é a partir dele que consequentemente alcançarão melhores condições de vida. Alguns refugiados manifestaram certa revolta com a falta de ocupação e responsabilizam o governo brasileiro pelo seu sofrimento:

“Somos quatro trabalhadores que vem todo dia aqui (Cáritas), ver se tem alguma coisa para fazer e não encontramos nada. Eu sou mecânico, os outros três são bombeiros e estamos sem trabalhar. Eu acredito que se o governo recebeu nós quatro, tem que arrumar emprego, estamos aqui no país, o governo devia cuidar mais, dar mais vagas, mais oportunidade”. (L. 34 anos, moçambicano).

“Estava trabalhando lá na Barra, na cidade da música, construção civil, debaixo da chuva e do sol. Meu encarregado sempre me dá o mais difícil, o mais pesado pra fazer. A comida é ruim, mas não reclamei, fiquei calado e trabalhei até quando tive forças, mas minhas costas estão doendo e resolvi sair, procurar outra coisa pra fazer. Hoje vim aqui para saber como passar no médico, acho que médico o governo fornece, já que não temos quase nada”. (N. 25 anos, congolês).

Moradia e Transporte também ocuparam lugar de destaque nas falas dos deslocados que relataram grandes dificuldades em chegar ao trabalho por morarem em regiões distantes:

“Moro em Caxias, Vila Ideal. Trabalhava no Leblon de estoquista de loja e mesmo com o bilhete único, não está compensando. Saía de madrugada para trabalhar e tinha que pagar para olharem minha filha. Chegava à noite cansada e tinha que limpar, lavar e cozinhar. Na loja onde trabalho, se quebrar alguma coisa tem que pagar e quando isso acontece, quase não sobra salário. Quero fazer um curso de cabelereira ou manicure para trabalhar em casa e poder cuidar da minha filha que ainda é muito pequena.” (G. 23 anos, angolana)

Por outro lado, ao analisar-se a categoria que media o grau de sociabilidade entre refugiados e brasileiros, os dados coletados apontam paradoxalmente para certa interação entre as culturas locais e deslocadas.

As entrevistas realizadas com essa comunidade revelaram que a população refugiada se sentia acolhida no Brasil, embora não deixasse de registrar aqui também, a presença da discriminação racial, mais presente entre refugiados africanos.

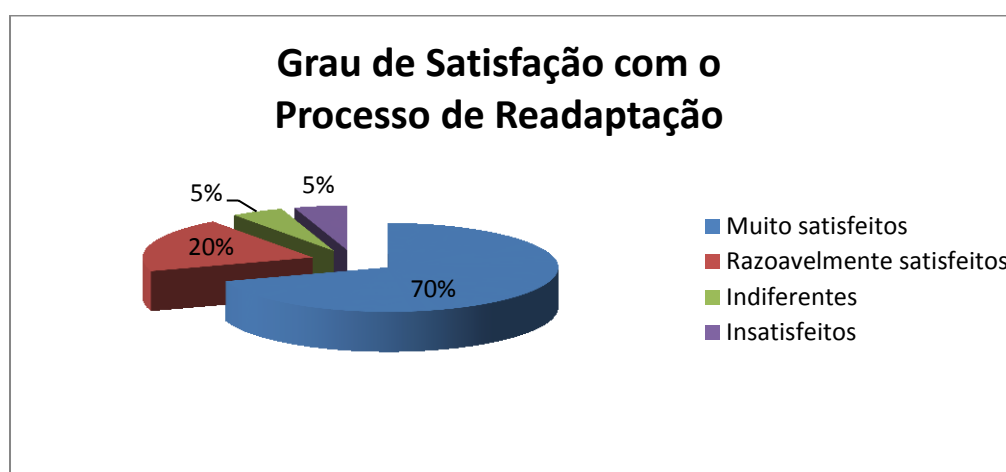
A esse respeito, vários refugiados fizeram relatos:

“Minha filha usa penteado trançado, congolês, ela é pequena, tem seis anos e no seu cabelo coloquei muitas contas. Na semana passada vi umas meninas rindo e apontando em sua direção. De longe vi minha filha (ela é tímida) sair correndo enquanto as colegas gritavam “olha a nêga maluca”. Eu não sabia o que aquilo queria dizer, mas depois perguntei no meu trabalho para as brasileiras e elas me explicaram. Fiquei muito triste, e não falo para o meu marido, mas tenho pensado em retirar as contas, embora saiba que não devo fazer isso.” (M. 33 anos congoleza).

Outro relato bem parecido foi feito por um rapaz moçambicano que havia ido buscar uma cesta básica na Cáritas e que encontrei no ponto de ônibus:

“Quando entro no ônibus todo mundo olha, parece que sou bandido, outro dia ouvi uma mulher falar que nunca tinha visto um “preto” tão escuro como eu, disse que eu era azul escuro. Fingi que não ouvi, mas fiquei com muita raiva e me senti humilhado.” (D. 19 anos)

De qualquer forma, no contexto global das migrações, mesmo tendo cometido atos de abstenção ou omissão principalmente durante o período ditatorial, e convivendo com o desafio de receber e acolher legalmente os povos em risco iminente, o Brasil aparece em destaque pelo alto grau de receptividade presente nas relações diárias ou oficiosas entre as pessoas, além de ser signatário da maioria dos tratados e acordos internacionais, dado que se confirma e é refletido nas variáveis abaixo:



Satisfação com o Processo de Readaptação

Fonte: Entrevistas (2012)

Foi possível identificar durante a realização da pesquisa que a sociabilidade para os refugiados, sobretudo africanos, estava subdividida entre a convivência entre compatriotas e a sociedade brasileira.

De maneira mais detalhada, a sociabilidade entre os compatriotas é exercida pela maioria dessas pessoas durante festas de aniversário onde dançam músicas de seus países e fazem comidas típicas, em reuniões nas associações de moradores para tratar assuntos comuns, durante os cultos nas igrejas que frequentam, participando de corais religiosos, em bailes promovidos no centro da cidade.

Encontram-se ainda em viagens para a região serrana do Rio de Janeiro para realizarem a compra de roupas para revenderem, nos jogos de futebol, nos salões de cabelereiro, produzindo programas de rádio ou periódicos para sua

comunidade, considerando ainda as relações de vizinhança, justamente por estarem razoavelmente concentrados em regiões bem próximas umas das outras. Nesse aspecto, ao serem perguntados, afirmam estarem satisfeitos com o modo de reaprender a viver em terras estrangeiras.

Porém, quando se referem à integração com a sociedade brasileira, são mais cautelosos, pois conforme já discorrido neste capítulo, as queixas contra a falta de oportunidade nos vários âmbitos de sua vida, dificultam sobremaneira, sua inserção e adaptação à nova realidade.

Oportunidade de trabalho, de assistência médica, acesso à educação, direito à moradia, transporte e alimentação, ao menos para os entrevistados da presente investigação se configuravam como partes significativas para a efetivação de sua sociabilidade como fica bastante evidente no seguinte relato:

“Aí cheguei, fui trabalhar de costureira, conheci meu marido, casei, fiz amizades e não voltei mais para San Vicente. Tenho filhos, netos e bisnetos brasileiros. Sempre nos reunimos, dançamos, cantamos, cozinhamos (comida brasileira e cabo-verdiana). Nós amamos o Brasil, aqui é a nossa terra, tivemos filhos, trabalhamos, na nossa colônia, todos tem casa própria, emprego, os filhos são estudados, psicólogos, artistas plásticos, engenheiros”. (M., 85 anos)

Destarte essa constatação, consideravam também estar socializados com a sociedade brasileira no ambiente de trabalho formal e também no informal, visto que muitos trabalham autonomamente, como eletricitas, bombeiros, pedreiros, e acabam formando parcerias com brasileiros à medida que a demanda aumenta. Nos jogos de futebol realizados nos campos da comunidade, no gosto pela culinária, pela música, até mesmo no modo de vestir, já que (no caso de congoleses e nigerianos) muitos passam a usar roupas ocidentais.

O registro dessa diferenciação talvez possa indicar que esta “receptividade” brasileira na verdade traga subjacente ainda, o dilema da formação da estrutura social de um país que foi forjada no velho cenário colonial onde pessoas de diversas nações dividiam o mesmo espaço e a mesma territorialidade de maneira bastante peculiar e paradoxal.

Territorialidade esta que se modificada e se reinventava constantemente, sedimentando práticas e estratégias de convívio próprias, inclusive por parte do Estado que tentava paradoxalmente ao exercício de práticas racistas e biopolíticas

conforme discutido no primeiro capítulo dessa pesquisa, criar mitos de sociabilidade, como por exemplo, o da democracia racial.

A esse respeito, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2012) argumenta que:

A ideia de que o Brasil era uma sociedade sem “linha de cor”, ou seja, uma sociedade sem barreiras legais que impedissem a ascensão social de pessoas de cor a cargos oficiais ou a posições de riqueza ou prestígio, era já uma ideia bastante difundida no mundo, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, bem antes do nascimento da sociologia. Tal ideia, no Brasil moderno, deu lugar à construção mítica de uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais.

Para os abolicionistas, a ideia de que uma pessoa de descendência africana não pudesse vir a ser livre e tratada com equidade, mesmo sem ser ou ter sido escrava, era absurdamente infame. Isto é, aceitava-se como fato que a escravidão corrompia a alma e rebaixava o ser, tornando o escravo em algo próximo a uma besta, mas repudiava-se o estigma da cor ou da raça. Para os abolicionistas, portanto, a escravidão e seu estigma seriam mais uma doença social que um destino racial.

(<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Democracia.pdf>, acesso em 09/06/2012)

Esta questão foi debatida exaustivamente por Roberto da Matta em seu livro “Carnavais, malandros e heróis” (MATTA, 1990), demonstrando historicamente como as questões raciais não suprimidas, se revestiam de estratégias de tolerância/aceitação forçada pela posição hierárquica conquistada, por exemplo, pelos negros forros (e aqui acrescento imigrantes), que eram dessa forma, recebidos nos grandes salões e espaços públicos aristocráticos.

Por outro lado, no Brasil contemporâneo encontram-se iniciativas positivas acerca do movimento de integração dos povos deslocados e também das minorias sociais e raciais. Um exemplo disso é dado por Regina Petrus (2010) acerca da população angolana residente no município do Rio de Janeiro:

Algumas iniciativas pontuais têm procurado minimizar, na medida do possível, a identidade negativa do grupo de angolanos na área da Maré. Uma das mais eficazes foi a publicação de uma matéria no jornal O cidadão (julho de 2000), que circula nas comunidades do Complexo, fornecendo informações sobre a situação de Angola naquele momento, falando da longa duração dos conflitos armados e da situação enfrentada em seu país pelos jovens, que os obrigava a abandonar seu país, além de relatar as dificuldades de sobrevivência e as atividades profissionais de muitos habitantes das favelas

da área. Outra ação concreta identificada com o objetivo de contribuir para uma identidade mais positiva do grupo de angolanos foi um projeto cultural realizado a partir da iniciativa de jovens moradores da Vila do João, com algum apoio da Igreja batista local. (Petrus, 2010, p. 99).

Outro exemplo diz respeito às políticas de reassentamento de refugiados, informações fornecidas pelo ACNUR dão conta que o Brasil tem exercido papel fundamental no desenvolvimento e implementação do Programa de Reassentamento Solidário na América Latina, além do ambiente de proteção favorável oferecido aos refugiados, o país tem apoiado consistentemente as iniciativas do ACNUR em promover a proteção internacional dos refugiados em fóruns internacionais e no âmbito regional.

Em dezembro de 2010, celebrando o 60º aniversário do ACNUR, o país sediou um encontro governamental onde 18 países da América Latina se comprometeram a se engajar mais para a proteção das vítimas de deslocamentos forçados e apátridas na região”.<sup>38</sup>

---

<sup>38</sup> Os governos dos países do continente americano participantes: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, e a República Bolivariana da Venezuela, resolvem:

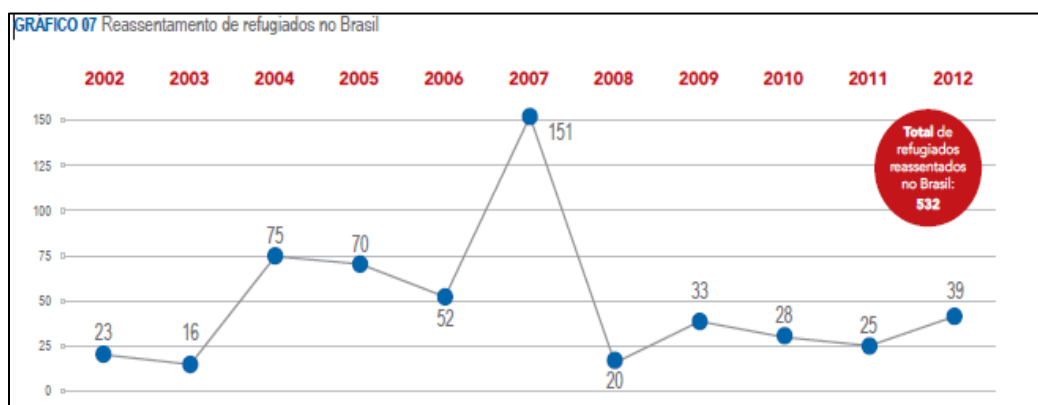
1. *Revitalizar* a execução dos programas “fronteiras solidárias”, “cidades solidárias” e “reassentamento solidário” do Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos Refugiados na América Latina de 2004, com o apoio da comunidade internacional, quando necessário.
2. *Fomentar* o intercâmbio de boas práticas e lições aprendidas na região no marco da Declaração e Plano de Ação do México que poderiam ser úteis para o cuidado, proteção e busca de soluções duradouras para refugiados e deslocados internos,
3. *Recomendar* a aplicação do Plano de Ação do México com um enfoque regional para responder aos novos desafios relacionados com a identificação e proteção dos refugiados no contexto dos fluxos migratórios mistos,
4. *Reconhecer* a importância de se alcançar soluções duradouras para os refugiados e, em particular, a necessidade de abordar as causas fundamentais do deslocamento de refugiados, a fim de evitar novos fluxos de refugiados,
5. *Promover* a adesão hemisférica dos instrumentos internacionais em matéria de proteção dos refugiados e, neste sentido, fazer um apelo aos Estados que ainda não tenham feito para que considerem a adesão rápida a estes instrumentos,
6. *Considerar* a possibilidade de adotar mecanismos adequados de proteção nacional para lidar com novas situações não previstas pelos instrumentos internacionais relativos à proteção dos refugiados, dando a devida consideração às necessidades de proteção dos migrantes e vítimas de tráfico, incluindo se eles precisam de proteção internacional como refugiados,
7. *Instar* os países do continente americano a considerarem aderir aos instrumentos internacionais sobre apátrida, revendo a sua legislação nacional para prevenir e reduzir as situações de apátrida e fortalecer os mecanismos nacionais para o registro universal de nascimentos,
8. *Promover* os valores da solidariedade, respeito, tolerância e multiculturalismo, ressaltando a natureza não-política e humanitária da proteção dos refugiados, deslocados internos e apátridas, e reconhecendo seus direitos e obrigações, bem como suas contribuições positivas para a sociedade,
9. *Reconhecer* a importância de maiores alternativas para a migração regular e políticas migratórias que respeitem os direitos humanos dos migrantes, independente de sua condição migratória, para preservar o espaço para a proteção dos refugiados, 4412/6/2010



Já ao final de 2012, o Brasil liderou, dentro do Mercosul, em âmbito ministerial, a adoção da Declaração e do Plano de Ação do México. Desde 2002, o país reassentou mais de 500 refugiados, sobretudo colombianos, dentre os quais 47% são mulheres .

O documento reafirma o princípio da não-devolução (*non-refoulement*), a importância da reunificação familiar e a priorização das abordagens de idade, gênero e diversidade.

E conforme se observa no gráfico abaixo fornecido pelo ACNUR 2012, o país vem desde 2002 aplicando a política de reassentamento das populações deslocadas em diversos estados brasileiros, dentre os quais estão Rio Grande do Sul, Curitiba, Manaus, São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Distrito Federal.



Reassentamento de Refugiados no Brasil

Fonte: ACNUR (2012)

A Declaração de Brasília também enfatiza a importância de se evitar políticas migratórias restritivas e a necessidade de estabelecer mecanismos de cooperação adicionais e novas formas complementares de proteção humanitária. Em termos de apoio financeiro às respostas humanitárias ao redor do mundo, a ONU informa que o Brasil se consolidou como o principal doador do ACNUR dentre os países emergentes, com US\$ 3,5 milhões doados em 2010, US\$ 3,7 milhões em 2011 e US\$ 3,6 milhões em 2012. (ACNUR 2013).

10. *Promover* a avaliação das necessidades de proteção das crianças separadas ou desacompanhadas, incluindo a consideração da necessidade de proteção internacional como refugiados, e o estabelecimento de mecanismos nacionais para a determinação do melhor interesse da criança,

11. *Agradecer* ao Governo e ao povo brasileiro por sua iniciativa de convocar essa reunião e sua generosa hospitalidade e solidariedade,

12. *Aprovar* a presente Declaração como a "Declaração de Brasília" e divulgar o seu conteúdo como uma contribuição da região para as comemorações organizadas pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Outros exemplos poderiam ser citados e ratificados pelos gráficos e falas presentes nesta pesquisa, porém não se pode deixar de ressaltar que ao mesmo tempo e de modo contraditório, eles também reproduzem e desmascaram os dispositivos de poder e controle utilizados pelo Estado e pela legislação, sobre a sociedade de modo geral e, mais especificamente, sobre a vida dos refugiados.

Talvez se possa dizer que esses dispositivos permanecerão operando por longo tempo porque substituem ou encobrem as deficiências do Estado-Nação em lidar com a questão, justamente porque isso implicaria em mudanças estruturais no interior desse próprio Estado-Nação.

Essa constatação em si já é por vezes problemática, pois indica que a permanência do controle da “vida nua”, conforme descrita por Agamben (2005) alimenta o recrudescimento do esvaziamento do espaço público.

As consequências desse esvaziamento poderão ser entendidas de maneira diferente, pois se, de um lado, revelam a persistência do preconceito, por outro poderão significar novas oportunidades para que a contemporaneidade discuta de forma mais ampla a questão dos deslocamentos e os novos desafios propostos.

Não se pode deixar de considerar ainda que, esses fluxos humanos adquiriram ao longo do tempo novas configurações, passando inclusive a serem vistos enquanto atos de resistência e de reivindicação por reconhecimento de direitos.

Esse movimento em si abre a possibilidade para que essas populações em êxodo forçado tenham de volta a capacidade de recomeçar, uma vez que o recomeço é, nas palavras de Arendt (1998) “o único caminho para sua realização”.

Porém, há que se considerar que o campo de força em que se encontram de um lado, as populações refugiados e do outro, um Estado que prioriza sua soberania em detrimento dos cidadãos, oferece desafios maiores que o próprio recomeço em si.

Esse litígio entre as partes gera disputas que muito provavelmente, vão exigir mudanças profundas nas duas extremidades, mudanças essas que não serão estabelecidas diante da “Lógica consensual” apontada por Rancière (2007) e idealizada pelos governantes.

É a respeito dessa distância entre os interesses dos Estados, baseada na submissão e controle dos refugiados e a luta dos mesmos por seus direitos, que o

capítulo a seguir versará, apontando as contradições e desafios que as políticas migratórias conformam nos dias atuais.

## 5. A morada do Cidadão Inacabado

### 5.1. De quando a normatividade não é garantia da efetividade dos direitos.

Durante a realização do presente estudo, foi ficando cada vez mais evidente a necessidade quase impositiva de abordar a problemática dos deslocamentos forçados de maneira mais abrangente, onde não houvesse a limitação da interpretação meramente jurídica ou econômica do fenômeno.

Daí a aproximação a autores como Honneth, Habermas, Agamben, Rancière, Sassen, Arendt, além dos demais citados e utilizados ao longo dos capítulos anteriores. Esses autores têm interpretações variadas sobre a presença (muitas vezes indesejada) do estrangeiro nos limites do Estado-Nação, porém corroboram no que se refere às implicações relacionadas à manutenção de conceitos-chave para essas nações como os de soberania e poder.

E é exatamente sobre esses conceitos que provavelmente recaem as maiores contradições envolvendo as políticas direcionadas aos povos refugiados, já que de modo quase generalizado, os países interpretam a presença de estrangeiros como sendo uma espécie de ameaça ou desequilíbrio à sua soberania territorial e ao exercício do poder local.

Tal como estão estabelecidos, ou seja, nos moldes de Estado-Nação, muitos países não concebem os deslocamentos contemporâneos como sendo um desafio para a ordem global, mas estritamente restrito aos países emissores desses fluxos populacionais, daí provavelmente, a origem das interpretações voltadas apenas para discussões contemplando os limites territoriais e econômicos.

Grosso modo, é como se cada país ou mais especificamente, cada Estado-Nação devesse arcar para si, a responsabilidade pelo êxodo forçado de seus cidadãos, desresponsabilizando ou desobrigando os demais países. Dessa interpretação é que se arquitetam e desenvolvem as ações voltadas a enfrentar o aumento crescente dos fluxos migratórios ao redor do mundo.

Ocorre que a ordem mundial não mantém mais suas fronteiras explícitas e fixas como no passado, e aqui cabe resgatar uma citação de Baumann (2004), feita no segundo capítulo, onde o autor fala especificamente das desigualdades trazidas pela globalização que, na sua opinião, é de fato uma moeda de duas faces, onde o

lado da fartura, dos direitos e da cidadania é contemplado apenas por parte da população mundial, enquanto que aos demais, resta somente “lamber as feridas” abertas pelas mudanças trazidas pelo novo sistema.

Sobre essa questão, Negri e Hardt (2004) enfatizam que é importante também reconhecer que os Estados-Nação, ao contrário do que muitos de seus dirigentes alegam, não deixaram de ser poderosos ou mesmo estariam vendo sua soberania ser ameaçada pela globalização e suas decorrências.

Para esses autores é preciso, no entanto, considerar que “seus poderes e funções estão sendo transformados num novo arcabouço global” (idem, p. 213). Eles chamam ainda a atenção para o fato de que:

“Com demasiada frequência nos debates contemporâneos sobre a globalização, os autores partem do princípio de que se trata de uma alternativa exclusiva: ou os Estados-nação continuam a ser importantes ou se produziu uma globalização das formas de autoridade” (2004, *ibidem*, p. 214).

Essa interpretação um tanto maniqueísta não se aplica para Negri e Hardt (2004): para eles ambas as considerações são verdadeiras, pois os Estados-nação continuam a ser importantes, mas sofrem ao mesmo tempo, transformações no contexto global, como por exemplo, o processo de “desnacionalização”.

Nesse processo, “os Estados continuam a desempenhar um papel crucial na determinação e manutenção da ordem jurídica e econômica, mas suas ações se orientam cada vez mais para a emergente estrutura do poder global, e não para os interesses nacionais” (2004, *op.cit.*, p. 213).

Para esses autores, não existe contradição entre o Estado-nação e a globalização, já que os países continuam a desempenhar mesmo nesta nova configuração mundial, muitas de suas funções tradicionais, porém, transformados pela nova ordem e poder globais dos quais não têm como se isentarem.

Diante deste cenário, pode-se afirmar que, embora a riqueza e o poderio econômico permaneçam distribuídos de maneira extremamente desigual, as “demarcações nacionais que costumavam definir o mapa do poder estão mudando” (Hard e Negri, 2004 p. 213).

Partindo-se dessa realidade já não tão recente para o mundo atual, pode-se afirmar que as novas conformações globais dos países, sejam de desenvolvimento

ou exploração, não podem mais ser determinadas de maneira fixa, mas sim consideradas num contexto oscilante, uma vez que, “as divisões globais são resultados e objetos das lutas de poder”. (op. cit., p. 214).

Dessa forma, ao manter o modelo de Estado-nação como base, os países precisarão reconhecer que atravessam um longo período de transição paradigmática, que exige, por sua vez, mudanças e adaptações à nova realidade que se coloca, sobretudo no que diz respeito especificamente aos conceitos de soberania e poder, evitando, com isso, anacronismos como propagar o controle ou criminalização dos fluxos migratórios, tidos que são, como ameaças ao desenvolvimento interno dos países e de seu posicionamento no contexto mundial.

Investigando mais detidamente esse período de transição, Boaventura de Sousa Santos (2003) desenvolveu uma análise mais conjuntural, recorrendo ao contrato social<sup>39</sup>, estabelecendo assim, analogias com a obra de Maquiavel, no sentido de esclarecer as mudanças e contradições presentes no dia-a-dia da sociedade contemporânea.

Para ele, embora o contrato social tenha presidido à organização da sociedade moderna, desde os anos 1990, vêm sofrendo períodos de alteração e abalo que afetaram inclusive, os dispositivos operativos que constituem sua base.

---

<sup>39</sup>Obra escrita por Jean Jacques Rousseau, em 1762 e que preconiza a vida social embasada em um contrato social onde cada contratante condiciona sua liberdade sempre ao bem da comunidade em que vive e se estabelece, procurando proceder de acordo com as aspirações da maioria.

Fausto Brito (2013) ressalta ainda que: “contrato social é uma transferência mútua de direitos e depende da vontade de ambas as partes, já que se trata de um ato voluntário e, portanto, derivado da liberdade natural. Mais do que um acordo ou um consentimento, o contrato é a unidade de todos os homens em uma só pessoa ou assembleia. É como se todos dissessem: "Autorizo e transfiro o meu direito de me governar a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferir para ele o teu direito, autorizando de uma maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso a multidão, assim unida numa só pessoa, chama-se "República", em latim *Civitas*. É esta a geração daquele Leviatã, ou, antes, para falar em termos mais reverentes, daquele Deus mortal, ao qual devemos, abaixo do Deus imortal, a nossa paz e defesa.

O contrato social possibilita resolver um problema fundamental: como estabelecer a concordância entre a obediência e a liberdade ou entre o súdito e o cidadão? Para que isso aconteça, à liberdade, própria do Estado natural, em que cada indivíduo depende exclusivamente de suas próprias forças, sucedem-se a liberdade civil e o direito de propriedade.

Segundo Rousseau, a adesão ao contrato significa que *"cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral; e recebemos, coletivamente, cada membro como parte indivisível do todo"* (grifo de Rousseau). Cria-se uma associação, um corpo moral e coletivo do qual participam todos os que votam na Assembleia, constituindo uma unidade, um eu comum. Essa pessoa pública, antes considerada como Cidade, agora se denomina "República", ou "Corpo político", que seus membros chamam de "Estado", expressão da vontade geral. Os associados, "recebem coletivamente o nome de povo e se chamam, em particular, cidadãos, enquanto participantes da autoridade soberana, e súditos enquanto submetidos às leis do Estado" (p. 05, 06).

Em sua análise sobre a obra de Nicolau Maquiavel, o autor elege três pressupostos que a norteiam e que por conta da crise, estariam atravessando intensa turbulência.

O primeiro pressuposto diz respeito ao *regime geral de valores*, que “baseia-se na ideia de bem comum e de vontade geral, que são princípios segundo os quais se processa a agregação das sociabilidades individuais e das práticas sociais. Deste modo, torna-se possível chamar “sociedade” ao universo de interações autônomas e contratuais entre sujeitos livres e iguais.” (ibidem, p. 13). Porém, essas interações não estariam nos dias atuais, sendo capazes de resistir à crescente fragmentação da sociedade, dividida em “muitos apartheids e polarizada segundo eixos económicos, sociais, políticos e culturais”.

Consequentemente, a luta pelo bem comum parece perder seu sentido, encurralando inclusive, a possibilidade de investimento em definições alternativas da vida em sociedade, visto que o ideário do que seria uma “vontade geral” parece ter-se tornado uma proposta inviável.

Para o autor esse processo colabora para que o Estado aos poucos, perca seu papel central de regulador da sociedade, tornando o seu direito “labiríntico”:

O direito estatal desorganiza-se, ao ser obrigado a coexistir com o direito não-oficial dos múltiplos legisladores não-estatais *de facto*, os quais, por força do poder político que detêm, transformam a facticidade em norma, competindo com o Estado pelo monopólio da violência e do direito.(ibidem, p.17).

Segundo Boaventura, a existência e proliferação desordenada de poderes diversos dificulta a identificação dos inimigos e dos opositores e, sobretudo, a identificação das próprias vítimas. Aqui é possível analogamente citar a guerra do Congo, invisível a grande parte da sociedade mundial, mas que serve como ilustração para as consequências que a fragmentação de poderes ocasiona, uma vez que por conta das inúmeras disputas internas, fica quase impossível distinguir dentro de seu território, os atores políticos que realmente lutam pelo bem comum.

No segundo pressuposto eleito, o sistema comum de medidas, a crise do contrato social fica mais visível ainda, visto que:

“baseia-se numa concepção de tempo e espaço como sendo entidades homogêneas, neutras e lineares que

funcionam como menores denominadores comuns para a definição do que sejam diferenças relevantes. O dinheiro e as mercadorias são as concretizações mais puras do sistema comum de medidas. Através deles, o trabalho, os salários, os riscos e os danos tornam-se facilmente mensuráveis e comparáveis. (Ibidem, p.14).

Ocorre que o sistema comum de medidas ultrapassa a esfera do dinheiro e da mercadoria, estabelecendo correspondências até entre valores antinômicos, como é o caso da liberdade e da igualdade.

Nesse segundo pressuposto do contrato social em crise, o objetivo é fazer com que as medidas sejam comuns e funcionem por correspondência e por homogeneidade. Possibilidade inviabilizada, visto que “há muito que o tempo e o espaço neutros, lineares e homogêneos desapareceram das ciências, mas só agora é que o seu desaparecimento começou a fazer notar-se no quotidiano e nas relações sociais”. (p. 16).

O desaparecimento desse tempo e espaço neutro - se é que um dia existiram, - (grifo meu) produz estranheza, desfamiliarização, surpresa, perplexidade, e invisibilidade na opinião do autor.

No caso específico da presente pesquisa, pode-se citar a resistência de parte dos médicos brasileiros em receber colegas oriundos de países vizinhos com os quais o Brasil mantém relações históricas de parcerias econômicas e políticas, como é o caso de Bolívia, Venezuela, Portugal e Cuba.

Esse fato ilustra muito intensamente os desafios trazidos pelo período contraditório atual, onde a instabilidade do velho sistema estatal baseado no Estado-nação se vê desafiado a cada momento, inclusive por pequenas mudanças que ocorrem por todos os lados e que podem de maneira imprevisível e quase sempre desordenada, forçar transformações no interior da sociedade.

Exemplos a esse respeito não faltam por toda parte do mundo, como foi o caso dos protestos na Turquia originados pela defesa das árvores de um parque na região central da capital, ou mesmo, os conflitos gerados no Brasil por conta do aumento das passagens e que deflagrou uma onda histórica de protestos diversos por todo o país.

Já o *tempo-espaço do Estado nacional*, terceiro pressuposto do contrato social trazido por Boaventura (2003), encontra-se em crise e perdendo sua primazia devido, principalmente, ao crescimento do que o autor chamou de “tempo-espaços globais e locais” que com ele agora competem, sendo impossível



manter-se isento desse processo, desviando-se das injunções e desafios trazidos por ele.

Ainda sobre esse conceito de “*tempo-espço do Estado nacional*”, é bastante razoável considerar que, no que tange aos deslocamentos forçados, este conceito seja o que mais diretamente se depara com as muitas mudanças exigidas, devendo com isso, propor novos paradigmas para as políticas migratórias existentes e que já dão sinais de defasagem, visto se configurarem como fenômenos dinâmicos e em constante crescimento.

Ao realizar essa análise sobre a crise do que chamou de “novo contrato social”, Boaventura revela as dificuldades encontradas pelos Estado-nacionais de manterem os compromissos assumidos dentro dos limites da legalidade, haja visto as mudanças que ocorrem simultaneamente nos chamados espaços globais e locais e que revelam a cada dia, contradições incontornáveis.

Dentre essas contradições encontram-se as políticas nacionais e internacionais de imigração, que se de um lado garantem a acolhida da população refugiada ou migrante, por outro não asseguram o status de cidadãos plenos aos que passam a viver no interior do seu território, nem dirimem questões relativas ao preconceito e à resistência ao estrangeiro.

Em uma sociedade em que o Estado perdeu seu papel de regulador central da vida social e a fragmentação deu cabo dos chamados espaços neutros de convivência, torna-se cada vez mais desafiador elaborar e efetivar políticas sobre os deslocamentos que cumpram sobretudo o papel de integrar países acolhedores e grupos acolhidos.

O painel aqui apresentado por Boaventura Souza Santos (2003) fornece também substratos para se discutir a complexidade que envolve a mobilidade humana forçada nos seus âmbitos político, jurídico, cultural e social

Dessa forma, é preciso deixar claro que a reflexão sobre este fenômeno tornou-se cada vez mais imbricada, uma vez que inversamente ao crescimento do número de pedidos de refúgio, estão as políticas restritivas de acolhimento aos mesmos, visto que cada vez mais erguem-se fronteiras, sobretudo legais que inviabilizam e até criminalizam<sup>40</sup> o ato de migrar, mesmo sendo ele compulsório.

---

<sup>40</sup> A discussão acerca do processo de criminalização dos imigrantes e do ato de migrar foi feita no capítulo segundo desta tese, tendo como base as análises de Helion Póvoa Neto e Charles P. Gomes (2005).

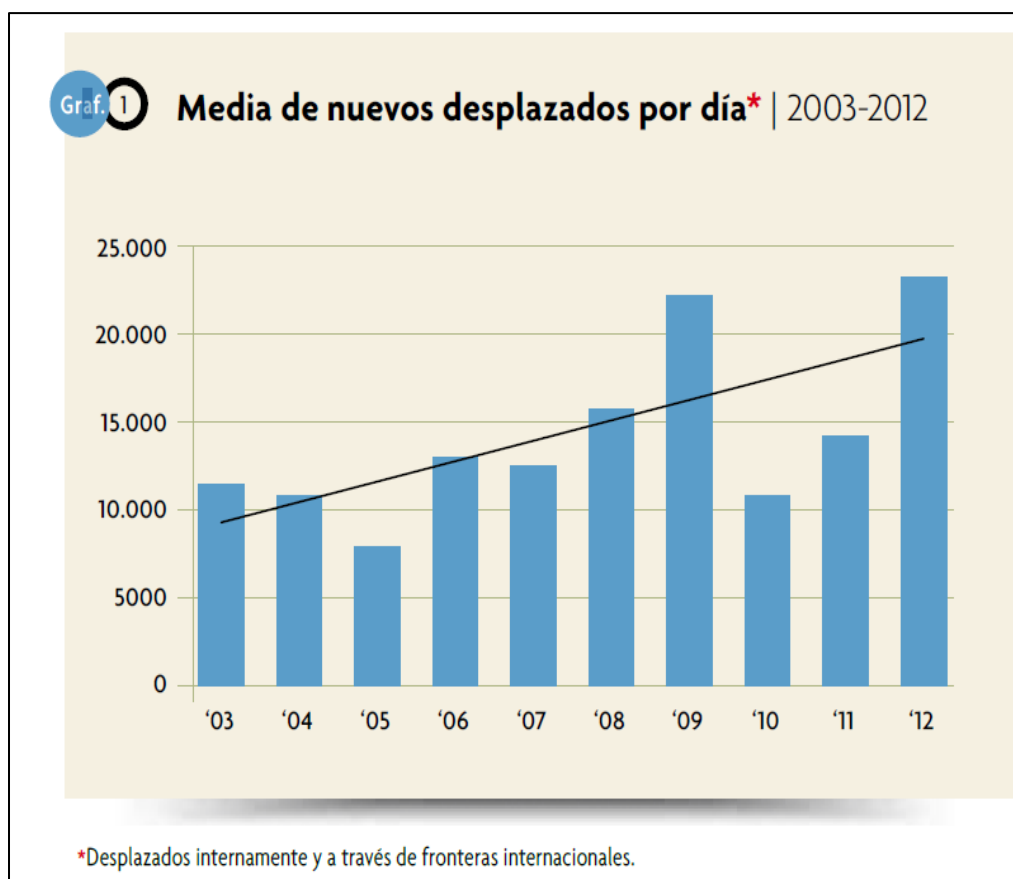
## 5.2 Hóspedes sem morada: Panorama dos deslocamentos atuais.

Embora os dados sobre os deslocamentos atuais sejam sempre tratados de modo coletivo e ampliado, refletem na verdade, impressionantes montantes de solicitações individuais de refúgio.

Isso não quer dizer que centenas de grupos familiares também não fujam em busca de lugares mais seguros para viverem e criarem seus filhos.

De toda forma, sejam sozinhos ou coletivamente, dados fornecidos pelo ACNUR demonstram mais uma vez que até o final do ano de 2012, o número de pedidos de refúgio cresceu de forma alarmante. Será apresentado nesse subitem um apanhado geral de dados estatísticos que revelam a face cada vez mais conflituosa e complexa dos deslocamentos.

Ao mesmo tempo se procurará contextualizar as dificuldades e contradições da comunidade internacional em desenvolver políticas migratórias eficientes e duradouras para essas populações.



Deslocamentos Diários

Fonte: ACNUR (2012)

Observa-se no gráfico (ACNUR 2012) acima que no período de dez anos o número de refugiados sofreu um aumento de 100%. Esse dado não é apenas impressionante pelo alto índice que registra, mas por especificar deslocamentos diários, ou seja, cerca de vinte mil pessoas cruzam as fronteiras de seus países em rota de fuga, muitas vezes sem saberem para onde ir, apenas carregando o que é possível levar.

O ano de 2012, segundo o ACNUR, se caracterizou como sendo um ano sem precedentes no que diz respeito ao número de refugiados, pois em toda a primeira década do século XXI não havia sido registrado um quantitativo tão alto de conflitos. Especificando melhor, os ataques à população, sobretudo civil na República Democrática do Congo, no Mali, na República Árabe da Síria e na zona fronteira entre o Sudão do Sul e o Sudão, forçaram mais de 1,1 milhões de refugiados a procurarem abrigo nos países vizinhos.



012

Países Emissores de Refugiados

Fonte: ACNUR 2012

De acordo com informações do ACNUR, em 2012, cerca de 3.000 pessoas por dia se tornaram refugiados, como demonstra a tabela acima, ou seja, cinco vezes a mais que no ano de 2010. Todos eles se somaram aos 800.000 mil refugiados de 2011.

Um fato interessante e que destoa em parte do cenário mundial de acolhida aos refugiados, foi o de que os países vizinhos a esses conflitos mantiveram suas fronteiras abertas, oferecendo um lugar seguro a milhares de pessoas, destarte o peso que esta decisão acarretaria aos seus próprios cidadãos no que tange à estrutura social e econômica.

Em seu relatório de tendências globais, o ACNUR registra que ao fim de 2012, por volta de 45,2 milhões de pessoas em todo o mundo eram consideradas deslocadas compulsórios devido a violações de seus direitos. Essa cifra de quase 46 milhões de deslocamentos foi a mais elevada desde o ano de 1994, quando se calculava que havia 47 milhões de deslocados forçados no mundo.

Sobre essas estatísticas, é preciso observar que embora os números sejam alarmantes, o apoio e proteção a essas populações ainda é bastante precário e seria provavelmente mais impressionante se não fosse a atuação de organismos internacionais como o ACNUR, que assiste 10,5 milhões de refugiados em todo o mundo.

Há que se observar ainda a existência de outra parcela da população deslocada também atendida pela instituição e, por razões diversas, não se enquadram na definição de refugiado presente no Estatuto d 1954, embora vivenciem condições semelhantes.

São cerca de 1 milhão e trezentas mil pessoas. Esse montante é acolhido pelo ACNUR sob a definição de “outros grupos ou pessoas de interesse”.

São geralmente pessoas que necessitam de ajuda humanitária ou foram excluídas de seus países de origem por questões específicas e que trouxeram implicações para sua sobrevivência, outras são ex-refugiados que recebem assistência para integrar-se novamente à população local.

Um exemplo disso são os afegãos que mesmo sendo ex-refugiados, não encontraram em seu país medidas que garantissem sua reintegração, convivendo ainda com situações de constante insegurança. Também entram na classificação de “outros grupos ou pessoas de interesse”, os solicitantes de asilo rechaçados

pelos Estados, mas que ainda necessitam de assistência, negada pela maioria deles.

Situação mais crítica pode ser identificada entre os classificados como “apátridas”<sup>41</sup>, ou seja, “pessoas definidas pelo direito internacional como não pertencentes a nenhuma nacionalidade, não sendo reconhecidas por nenhum Estado”. (ACNUR, 2013). Hannah Arendt retrata em seu livro “Origens do Totalitarismo” (1997) a perversidade que cerca o cotidiano dessas pessoas:

“A calamidade dos que não têm direito não decorre do fato de terem sido privados da vida, da liberdade ou da procura da felicidade, nem da igualdade perante a lei ou da liberdade de opinião – fórmulas que se destinavam a resolver problemas dentro de certas comunidades – mas do fato de já não pertencerem a qualquer comunidade. Sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles, nem que seja para oprimi-los”  
O prolongamento de suas vidas é devido à caridade e não ao direito, pois não existe lei que possa forçar as nações a alimentá-los, a sua liberdade de movimento, se

#### <sup>41</sup> Artigo primeiro

##### **Definição do Termo Apátrida**

1 - Para efeitos da presente Convenção, o termo apátrida designará toda a pessoa que não seja considerada

por qualquer Estado, segundo a sua legislação, como seu nacional.

2 - Esta Convenção não será aplicável:

- i) Às pessoas que actualmente beneficiam de protecção ou assistência por parte de organismos ou agências das Nações Unidas, que não seja o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, enquanto estiverem a receber essa protecção ou assistência;
- ii) Às pessoas a quem as autoridades competentes do país onde tenham fixado a sua residência reconheçam os direitos e obrigações inerentes à posse da nacionalidade desse país;
- iii) Às pessoas sobre as quais haja razões fundadas para considerar que:
  - a) Cometeram um crime contra a paz, um crime de guerra ou um crime contra a Humanidade, como definido nos instrumentos internacionais que contém disposições relativas a esses crimes;
  - b) Cometeram um grave crime de direito comum fora do país da sua residência antes da sua admissão no referido país;
  - c) Praticaram actos contrários aos objectivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 2.º

##### **Obrigações Gerais**

Todo o apátrida tem, perante o país onde se encontra, deveres que incluem, em especial, a obrigação de

respeitar as suas leis e regulamentos, assim como as medidas adoptadas para a manutenção da ordem

pública.

Artigo 3.º

##### **Não Discriminação**

Os Estados-Contratantes aplicarão as disposições desta Convenção aos apátridas, sem discriminação, por motivos de raça, religião ou país de origem.

Artigo 4.º

##### **Religião**

Os Estados-Contratantes concederão aos apátridas que se encontrem nos seus territórios um tratamento pelo menos tão favorável como o concedido aos nacionais no que se refere à liberdade de praticar a sua religião e à liberdade de educação religiosa dos seus filhos.

a têm, não lhes dá direito de residência, do qual até o criminoso encarcerado desfruta naturalmente, e a sua liberdade de opinião é uma liberdade fútil, pois nada que pensam tem qualquer importância” (Idem, p.329)

Aqui vale fazer um parêntese para chamar a atenção da dificuldade de acesso a dados sobre essa parcela da população deslocada e quem vem ratificar a fala da autora.

Isso porque embora tenha aumentado o número de países que fornecem informações sobre apátridas, ainda não foi possível ao ACNUR oferecer dados mais confiáveis, visto haver diversos métodos de análise desses dados, como o registro civil, o censo populacional.

A variedade de modos de análise favorece muitas vezes interpretações equivocadas sobre o estado em que encontram-se as pessoas, ou seja, favorecem em alguns casos o exagero na identificação de apátridas e em outros subestima essa condição.

De toda forma, os dados sobre apátridas, em 2012, mostram o crescimento na cobertura das informações sobre esses grupos. Para observar esse crescimento basta considerar que até o ano de 2004, segundo o ACNUR, apenas 30 países forneciam dados sobre essas pessoas, ao passo que em 2012, são 72 países:



Estatísticas sobre Apátridia

Fonte: ACNUR 2012

No contexto até aqui discutido, uma observação na página eletrônica do ACNUR chamou à atenção no sentido de se compreender os paradoxos existentes no âmbito das migrações forçadas. Trata-se da escassez, e em alguns casos, da total ausência de dados sobre essas populações por parte de alguns países:

“resulta más fácil disponer de datos sobre las poblaciones para las que ACNUR desempeña una función operativa en la recopilación de datos, en contraposición a aquéllas respecto a las cuales los gobiernos son los únicos responsables de reunir y publicar los datos de población.

Esto se cumple sobre todo en los países industrializados, que ofrecen escasos o ningún dato demográfico, lo que dificulta una comprensión general del perfil demográfico de las poblaciones representadas en este informe”.  
([www.acnur.com/docs/acesso](http://www.acnur.com/docs/acesso) 10/07/13).

Essa ausência por parte dos países mais desenvolvidos industrialmente é preocupante visto que:

“la recopilación sistemática y la comunicación regular de esta información es una prioridad para la organización, imprescindible para diseñar y dar una respuesta humanitaria eficaz.” ([www.acnur.com/docs/33](http://www.acnur.com/docs/33), acesso em 10/07/13)).

Sem contar que essas informações são imprescindíveis para a compreensão e identificação das necessidades desses grupos, constituindo-se ainda como fundamentais para o desenvolvimento de estratégias importantes, que tragam respostas mais completas para uma proteção mais ampla e global dessas populações, seja na esfera legal ou material.

Ainda caminhando pela seara dos paradoxos existentes no ambiente da gestão das migrações, também vale a pena destacar o papel dos países que, mesmo não sendo estruturados e desenvolvidos para se destacarem como receptores dos fluxos de deslocados, desempenham de forma exemplar e desafiadora essa tarefa.

É o caso específico do Quênia<sup>42</sup>, que mantém há vinte anos em seu território, o maior campo de refugiados do mundo. Trata-se de Dadaab, no

<sup>42</sup> Esse país situado a leste do continente africano, praticamente na linha do equador, tem 560 mil km<sup>2</sup>, sendo 88% de seu território entre árido e semi-árido, com uma população de aproximadamente 30 milhões de pessoas, das quais 82% ainda vivem no campo. Esse povo é formado por 42 etnias, cada uma vivendo segundo seus costumes. Segundo dados oficiais, aproximadamente 50% da população vive abaixo da linha da pobreza. Como a área de cultivo é restrita, há muita pressão sobre o ambiente e disputa pelas terras. Essa situação se agrava consideravelmente quando passa por longas

noroeste do país e que em informações fornecidas pelo ACNUR, foi estabelecido ainda em outubro de 1991 e junho de 1992, inicialmente para alojar os refugiados que fugiam da guerra civil da Somália.

Dadaab consiste-se na verdade em um complexo composto por cinco campos e que foi estruturado inicialmente para receber no máximo 90.000 mil pessoas e com o passar do tempo foi sendo ampliado e hoje acolhe mais de 500.000 refugiados.

A superlotação crônica, os riscos de doença e as inundações são, na opinião dos analistas internacionais da ONU, alguns dos principais desafios lá encontrados. Porém, não há como não citar os esforços para sua manutenção por parte do governo queniano bem como de toda a sua população, que apoia em sua maioria, a permanência dos deslocados em seu território.

Essa observação deve ser levada em conta principalmente porque segundo dados oficiais do governo local, 50% da população do país vive abaixo da linha da pobreza e a disputa territorial é intensa.

A existência e permanência deste campo por mais de duas décadas pode fornecer elementos para se repensar os rumos tomados por muitos países, sobretudo os mais desenvolvidos economicamente no que diz respeito ao crescente rechaço dirigido aos refugiados e imigrantes, sejam legais ou ilegais. A esse respeito Regina Petrus (2010) observa:

Em notícia divulgada em maio de 2009, a Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado (CEAR) pede o fechamento de um centro de detenção de migrantes na Mauritânia. “Uma equipe da CEAR inspecionou suas instalações e realizou entrevistas com detentos, organizações internacionais, ONGs e autoridades mauritanas e espanholas. Adaptado pelo exército espanhol, o local não tem nenhuma base legal que ampare seu funcionamento nem reúne as mínimas condições (...). A CEAR realizou uma avaliação do centro de detenção de migrantes de Nouadhibou (Mauritânia), a pedido do Ministério de Assuntos Exteriores e Cooperação espanhol, cujo resultado é um informe que foi apresentado tanto às autoridades espanholas como, em 29 de abril, ao Comissariado de Direitos Humanos do governo mauritano. No informe (...) se conta como os imigrantes são detidos sem nenhuma base legal e sem assistência jurídica, como são internados em celas em que passam as 24 horas do dia

---

secas ou períodos de terríveis enchentes. A pobreza é regionalizada, está mais concentrada no campo e ao norte do país.



e como são expulsos pela fronteira sem nenhum meio de chegar a seus lugares de origem". Fonte: Agencia de Noticias de Información Alternativa". (p.54).

Por outro lado, mesmo considerando-se os esforços do governo queniano em manter Dadaab, não é possível ignorar a situação precária em que o campo encontra-se, não destoando, inclusive, da maioria dos campos de refugiados existentes principalmente na Ásia e África.

O ACNUR em suas estatísticas anuais levantou dados de cerca de 80% dos campos existentes, fazendo uma classificação dos mesmos em individuais, onde 54% dos refugiados vivem em campos planejados, onde 30% dessa população se concentram e um número bem inferior de pessoas habitava os chamados campos auto-estabelecidos (6%) e em centros coletivos de acolhida (4%).

Os campos planejados (estabelecidos em terrenos planos e coletivos), e auto-estabelecidos se encontram, sobretudo, em zonas rurais. Apenas os alojamentos individuais estão situados em zonas urbanas, como é o caso das residências cedidas em políticas de reassentamento familiar, inclusive no Brasil.

No entanto, é preciso observar que segundo dados do ACNUR, 63% deles está localizado na África Subsaariana e 29% na Ásia e somente 5% desses campos encontra-se na Europa.

Tipo de alojamiento	Nº de refugiados	Distribución	% mujeres	% menores	% Urban*
Campo planificado/gestionado	2.955.500	35,3%	50%	56%	0,4%
Campo autoestablecido	542.300	6,5%	52%	58%	0,5%
Centro colectivo	323.500	3,9%	48%	56%	18,0%
Alojamiento individual (privado)	4.551.900	54,3%	46%	39%	93,4%
Campo de acogida/tránsito	2.100	0,0%	53%	60%	8,3%
<b>Subtotal</b>	<b>8.375.300</b>	<b>100%</b>	<b>48%</b>	<b>46%</b>	<b>53,4%</b>
<b>Desconocido</b>	<b>2.124.900</b>				
<b>Total</b>	<b>10.500.200</b>				

Tabela 5 - Tipologia dos Campos de Refugiados

Fonte: ACNUR 2012

A análise da discrepância acerca da localização desses campos pode fornecer informações valiosas no sentido de identificar-se o modo como estão sendo desenvolvidas e geridas as políticas migratórias, não só de reassentamento em campos ou residências individuais, como também no que diz respeito à readaptação dessa população nos diferentes continentes.

Falando inicialmente das condições precárias dos campos de refugiados, Baumann (2004) traz observações contundentes não somente sobre o modo semi-

degradante de vida dessas pessoas, mas destaca muito particularmente a maneira como a população local e o próprio país de acolhida enxerga sua existência.

Este autor aproxima-se significativamente de Hannah Arendt (1995), ao afirmar que:

O Estado-nação, como observa Giorgio Agamben, é um Estado que faz da "natividade ou nascimento" o "pilare de sua própria soberania" "A ficção aqui implícita", assinala Agamben, "é que o nascimento [nascita] imediatamente ganha existência como nação, de modo que não pode haver diferença alguma entre os dois momentos." (11) A pessoa nasce, por assim dizer, na "cidadania do Estado". A nudez da criança recém-nascida, mas ainda não envolta nos ornamentos jurídico-legais, fornece o locus em que a soberania do poder de Estado é perpetuamente construída, reconstruída e assistida com o auxílio das práticas de inclusão/exclusão destinadas a todos os outros demandantes da cidadania que caem sob o alcance dessa soberania. (p.70).

Ou seja, ao homem só é conferida a condição de cidadão se estiver envolto no manto protetor do Estado, confortavelmente abrigado sob a "trindade" Território/Estado/Nação. Fora dele, como é o caso dos refugiados e imigrantes ilegais, não passam de "refugos do mundo".

A essa população destituída de seus direitos e convertida em não-cidadãos restam escassas alternativas, sendo a ilegalidade ou os campos de refugiados as mais perversas. Isso porque, na maioria das vezes, (e aqui tratando-se especificamente dos refugiados) viver em um campo implica sobretudo num convívio fantasmagórico com a identidade esfacelada pelos conflitos em seu país de origem, e a vida circunscrita e sem perspectivas do campo de refugiados.

Para Baumann (2004), a condição e localização dos refugiados tornou-se "permanentemente temporária" já que ao mesmo tempo em que "estão nela, não são dela" (p.76). Ou seja, não pertencem de modo algum ao território onde são montadas suas cabanas e tendas de lona. "Estão suspensos num vácuo espacial em que o tempo foi interrompido. Não se estabeleceram nem estão em movimento. Não são sedentários nem nômades". (idem, p.76).

Assim, como se não fosse suficientemente contraditório viver em condições degradantes, ainda paira sobre essas pessoas, suspeitas e ressentimentos que as relega à quase invisibilidade social e a um silencioso processo de

desumanização<sup>43</sup>, que passa inclusive, pela suspensão “transitória na sequência temporal da construção de identidades e da atribuição territorial” (Ibidem, p.77).

Desse modo, ao apresentar dados estatísticos sobre refúgio, a presente pesquisa pretende, mesmo que de maneira reduzida, aproximar-se do cotidiano vivenciado por milhões de pessoas em todo o mundo. Isso porque através da leitura crítica dessas informações talvez se possa penetrar no que Baumann (2004) chamou de “transitoriedade congelada”, vivenciada por essas populações.

Ou seja, transitoriedade congelada justamente pela permanência de um estado contínuo de temporalidade, “uma duração de momentos remendados, nenhum dos quais vividos como um elemento da perpetuidade, muito menos como contribuição a ela”. Sobre essa questão o autor afirma que:

“Para os internos dos campos de refugiados, a perspectiva de sequelas a longo prazo e de suas consequências não faz parte da experiência. Eles vivem, literalmente, um dia após o outro, e os conteúdos da vida cotidiana não são afetados pelo conhecimento de que os dias se combinam para formarem meses e anos. Tal como nas prisões e “hiperguetos” esmiuçados e vivamente descritos por Loïc Wacquant, esses refugiados “aprendem a viver, ou melhor, sobreviver [(sur)vivre] dia a dia na imediação do momento, banhando-se no desespero que cresce dentro dos muros”. (p.77).

O desespero vivenciado intra-muros nos campos de refugiados é alimentado sobretudo fora dele, ou seja, é proveniente da postura sustentada pelos governos locais, que por meio de um comportamento intransigente, insistem em criar estratégias para que esses grupos permaneçam circunscritos aos limites dos campos.

Esse procedimento por parte dos países onde esses campos se localizam, também é replicado para todos os estrangeiros ilegais e refugiados, que

<sup>43</sup> Eduardo Mendieta (2011) ao discutir as condições de vida e habitabilidade nas cidades, defende que morar com dignidade e segurança, não consiste apenas em um direito, mas no direito a ter direitos, tal como interpretado por Hannah Arendt. Para ele as pessoas ao serem relegadas à moradas insalubres, (sejam elas locais ou estrangeiros) distantes e desprovidas das mínimas condições de atendimento às necessidades básicas, passam por esse processo de “desumanização”, visto não terem minimamente seus direitos humanos atendidos. Conclui afirmando que o direito à cidade e a morar com dignidade, “é o direito a ter direitos” e que inclui o direito de transformarmo-nos, transformando com isso, a cidade.

Para ele: “El derecho a la ciudad es el derecho a la ciudad e por venir, la ciudad en la cual podemos empezar a morar con la postura erecta, digna de ser humano”. (p.145).

encontram-se no interior de seus territórios, ou seja, independente de estarem sob as lonas dos campos ou abrigados mesmo que precariamente nas cidades.

Assim, os refugiados deparam-se a todo momento com situações onde suas ações e seus atos são observados e postos sob suspeita. Sobre esse fato, Regina Petrus (2010) observa que:

Estamos na era da **securitização** como o centro das políticas de Estado. Os meios para garantir a segurança (o que inclui o policiamento / fechamento das fronteiras) representam um enorme volume de dinheiro destinado a este fim nos orçamentos dos governos.

Nesse contexto os governos encarnam o papel de guardiões da segurança dos indivíduos, dos seus corpos, da cultura e dos hábitos nativos, da identidade nacional. O exercício e a espetacularização do poder (jurídico e policial) se apoiam em retóricas que servem para justificar políticas voltadas para a segurança e a proteção (e não mais para um regime de Bem-Estar Social). Ao monitorar, controlar e impedir a entrada de imigrantes e refugiados, são postas em prática estas políticas através de ações que reafirmam o poder soberano sobre o território nacional. (p.55).

Para a autora no cenário dos deslocamentos contemporâneos, a questão da segurança ganhou tons mais intolerantes e defensivos, basta para tanto observar que:

“Frente a uma mudança de significado das fronteiras nacionais e de profundas modificações no papel do Estado num mundo globalizado, forja-se uma hiperbolização da **questão da segurança nacional** como que para justificar e legitimar o poder do próprio Estado, os gastos militares, a indústria de armamentos. Enfim, tudo o que hoje garante a sobrevivência do Estado, que passou a “assumir” como central **a função de garantir a segurança e a proteção** dos nativos contra os “invasores”. (p.56).

A Autora ainda ressalta nesse cenário o crescimento da desconfiança em relação aos refugiados, inclusive, das razões que levam um solicitante de refúgio a deixar seu país de origem, já que nesse processo de restringir a entrada de estrangeiros:

“argumenta-se cada vez mais que muitos imigrantes solicitam o refúgio como uma estratégia para entrar legalmente naqueles países e desfrutar de algumas “prerrogativas” do sistema internacional de proteção e do Direito Internacional dos Refugiados”. (p. 57).

Ou seja, mesmo em condições extremadas de risco, sob essas pessoas prevalecem a culpa e a desconfiança, que na realidade revelam o modo reduzido, simplificado e excludente com que os deslocamentos forçados são tratados. Essa constante temeridade revela, por outro lado, uma dinâmica doentia que foi muito bem identificada por Baumann (2004):

“Os refugiados se tornaram, à imagem caricatural da nova elite do poder no mundo globalizado, a epítome daquela extraterritorialidade em que se fincam as raízes da atual precariedade, a condição humana, que tem lugar de destaque entre os temores e ansiedades de nossos dias.

Esses temores e ansiedades, procurando em vão por outros escoadouros, despejaram-se sobre o ressentimento e o medo que os refugiados provocam.

Não podem ser desativados nem dispersos num confronto direto com a outra encarnação da extraterritorialidade, a elite global flutuando além do alcance do controle humano, poderosa demais para que se possa enfrentá-la.

Os refugiados, ao contrário, são um alvo fixo em que se descarrega o excesso de Angústia...” (op.cit. p.75).

Sobre esse processo de total desumanização inferido sobre os povos deslocados, é possível se considerar a análise marcante e decisiva de Hannah Arendt (1995) sobre o que chamou de “Ruptura dos Direitos Humanos”.

Essa discussão iniciada em sua obra “Origens do Totalitarismo” ainda escrita nos anos 1950 do século passado, só faz ganhar atualidade, principalmente em virtude do agravamento do cenário mundial acerca das populações em busca de refúgio.

Para essa autora, a Declaração de Independência dos Estados Unidos em 1776 e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789 deram início à chamada universalidade dos direitos humanos, fazendo do homem fonte e portador de direitos inalienáveis. Por meio dessas declarações, o homem conquistava direitos absolutos, fundamentais e intrínsecos.

Porém, a própria autora destaca que a ruptura dos direitos humanos ocorre no período compreendido entre as duas Grandes Guerras, com a barbárie estabelecida pelo regime nazista e stalinista, que cria o que a autora nomeou de “homens supérfluos, excluídos e despidos de qualquer direito, expostos que estavam expostos à cruel naturalidade humana nos campos de concentração e de trabalho escravo” (201).

Um exemplo marcante dessa barbárie a qual eram submetidos todos os que eram encaminhados aos campos, é dado por Primo Levy (1997), ilustre escritor e testemunha das atrocidades acometidas em nome do regime de Adolf Hitler contra os judeus e todas as outras minorias étnicas:

“Hurbineck era um nada, um filho da morte, um filho de Auschwitz. Aparentava três anos aproximadamente, ninguém sabia nada a seu respeito, não sabia falar e não tinha nome: aquele curioso nome, Hurbineck, fora-lhe atribuído por nós, talvez por uma das mulheres que interpretara com aquelas sílabas uma das vozes inarticuladas que o pequeno emitia, de quando em quando.

Estava paralisado dos rins para baixo, e tinha as pernas atrofiadas, tão adelgaçadas como gravetos: mas os seus olhos, perdidos no rosto pálido e triangular, dardejavam terrivelmente vivos, cheios de busca de asserção, de vontade de libertar-se de romper a tumba do mutismo.

As palavras que lhe faltavam, que ninguém se preocupava de ensinar-lhe, a necessidade da palavra, tudo isso comprimia seu olhar com urgência explosiva, era um olhar ao mesmo tempo selvagem e humano, tão carregado de força e de tormento.

Hurbineck, que tinha três anos e que nascera talvez em Auschwitz e que não vira jamais uma árvore; Hurbineck, que combatiera como um homem, até o último suspiro, para conquistar a entrada no mundo dos homens, do qual uma força bestial o teria impedido; Hurbineck, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbineck morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto, mas não redimido.

Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras”(Idem, pp. 30,31).

Hurbineck funciona como um símbolo do totalitarismo que avançando sobre as mais diferentes esferas da sociedade, expandia-se ocasionando a ruptura dos direitos humanos, justamente ao produzir montantes de apátridas fugidos dos horrores impostos pelo regime nazista, que perseguia ao mesmo tempo outras minorias, que viram seus direitos conquistados ainda nas declarações de 1776 e 1789, deixarem de existir.

E são exatamente esses homens sem lugar na sociedade que vão dar início ao processo de ruptura dos direitos citado por Arendt. (1998).

Isso vai ocorrer justamente porque, se as Declarações Americanas e Francesas simbolizavam o surgimento do homem como um sujeito de direito, os apátridas, os filhos da guerra, os filhos do nada, vão aparecer historicamente como

sendo um desafio para a fundamentação e manutenção desses direitos conforme apontado pela autora:

“os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles, sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano. A esse fato, por si já suficientemente desconcertante, deve acrescentar-se a confusão criada pelas numerosas tentativas de moldar o conceito de direitos humanos no sentido de defini-los como alguma convicção, em contraste com os direitos do cidadão, claramente delineados”. (p.327).

Desse aparecimento de pessoas que “não eram cidadãos de nenhum Estado soberano”, talvez provenha a naturalização de referir-se a eles como um problema para os países que os recebem. A esse respeito Baumann (2004) registra ainda que:

Na terra em que suas tendas temporárias/permanentes foram armadas, os refugiados continuam sendo evidentes "outsiders", uma ameaça à segurança que os "estabelecidos" extraem de sua rotina diária até então inconteste. São um desafio à visão de mundo que vinha sendo universalmente compartilhada e uma fonte de perigos ainda não confrontados, ajustando-se com dificuldade às brechas familiares e evitando as formas habituais de resolver problemas. (26)

O encontro de nacionais e refugiados é, com certeza, a espécie mais espetacular de "dialética dos estabelecidos e outsiders" (que parece ocupar em nossos dias o papel de fixador de padrões que já pertenceu à dialética senhor-escravo), descrita pela primeira vez por Elias e Scotson. (27) Os "estabelecidos" usando seu poder de definir a situação e impor essa definição a todos os envolvidos, tendem a trancar os recém-chegados numa gaiola de estereótipos, "uma representação altamente simplificada das realidades sociais"\* Estereotipar cria "um modelo em preto e branco" que não deixa "espaço para as diversidades". Os outsiders são culpados até prova em contrário, mas como são os estabelecidos que combinam os papéis de promotores, juízes de instrução e magistrados, de modo que simultaneamente apresentam as acusações, julgam e proferem a sentença, as chances de absolvição dos outsiders são reduzidas, para não dizer nulas. (Idem, p.77).

Para este autor, os refugiados foram consignados à um estágio intermediário: "nem um nem outro mas sem que essa consignação tenha sido reconhecida pelo que é, sem um tempo de duração determinado" , mas principalmente sem " a consciência de que a opção de retorno à condição anterior

não existe mais, e sem uma indicação da natureza dos ambientes que podem aparecer pela frente”. (Ibidem, p.88).

Por outro lado, não se pode afirmar que não haja por parte dos governos iniciativas direcionadas a garantir minimamente condições aceitáveis de vida para esses grupos, legislativamente existe, inclusive, um aparato grande de documentos internacionais e locais discorrendo sobre a proteção e readaptação dessas populações aos novos territórios, conforme visto na presente pesquisa.

Nesse universo de documentos, medidas e tratados destacam-se as chamadas “Soluções Duradouras” propostas e aplicadas pelo ACNUR. Essas soluções são constituídas em três modalidades: a repatriação voluntária, o reassentamento em um terceiro país e a integração local.

- **A repatriação voluntária** é a solução mais duradoura, preferida pelo maior número de refugiados. Exige o compromisso do país de origem de proteger e reintegrar novamente seus cidadãos em suas comunidades de origem.
- **Reassentamento:** Para alguns refugiados, o reassentamento em um terceiro país é um modo de encontrar segurança e de desfrutar de seus direitos humanos de forma permanente. O reassentamento beneficia um número relativamente pequeno de refugiados: em 2012, menos de 1% de refugiados do mundo se beneficiaram com essa solução duradoura. Nos últimos dez anos se reassentaram 836.500 refugiados, frente a 7,2 milhões de repatriados.
- **Integração local:** Para outros, encontrar um lugar para morar por longo prazo e integrar-se à comunidade local, além de se configurar como uma solução para a sua situação de refugiado, também é ao mesmo tempo, uma oportunidade de começar uma nova vida. Porém essa integração não é um processo fácil, pelo contrário, é complexo e gradual, que inclui dimensões econômicas, sociais e culturais distintas, ainda que relacionadas entre si. Para muitos refugiados, adquirir a nacionalidade do país de asilo é a coroação desse processo.

Sobre a **Repatriação voluntária**, o ACNUR salienta que quando ocorreram mudanças positivas, de caráter fundamental e duradouro nos países de origem dos



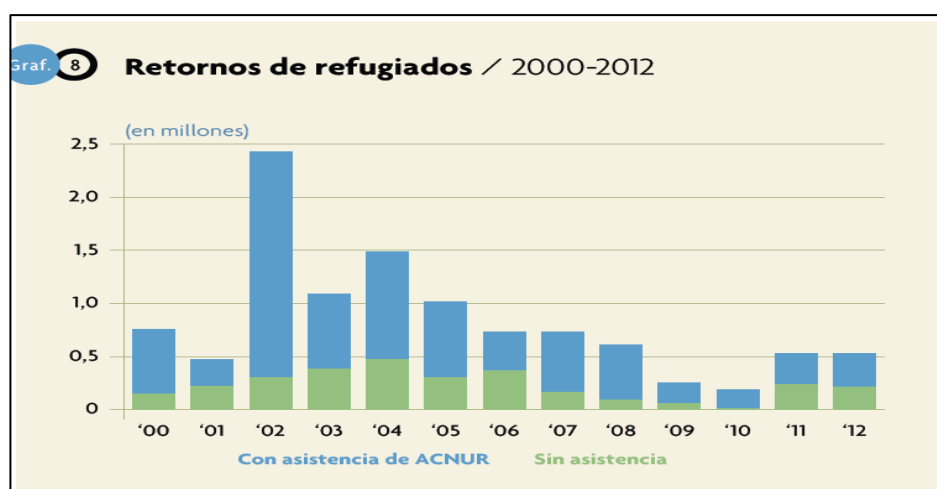
refugiados e que fica reconhecido que as causas para a fuga deixaram de existir, a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 estabelece que seja cessada a condição formal de refugiado dessas pessoas.

Nesse curso, no final de 2011, o ACNUR recomendou que fossem cessadas a condição de refugiados angolanos que haviam fugido de seu país como consequência dos conflitos entre 1961 e 2001. Também fez essa recomendação para os refugiados liberianos que fugiram devido as guerras civis de 1989 e de 2003.

Acaba de entrar em vigor (30 de junho de 2013) a mesma medida para refugiados ruandeses que fugiram entre 1959 e 31 de dezembro de 1998 como consequência dos diferentes episódios de violência inter-étnica entre 1959 e 1994 e, sobretudo, o genocídio de 1994.

Porém, devido ao complexo cenário envolvendo os deslocamentos forçados, esse movimento de repatriação sofreu um influxo a partir do ano de 2004, quando somente 197.600 pessoas puderam regressar às suas casas. Uma melhoria considerável nesse quadro foi observada somente em 2011 quando foram repatriadas 532.000 pessoas em um universo de 7,2 milhões.

Os países que mais registraram saída de refugiados no ano de 2012 foram o Paquistão, com 83.400 pessoas, seguido da Libéria, com 72.000, Turquia com 68.800, República Árabe Síria, com 56.900 e a República Democrática do Congo 46.600. No entanto é preciso ressaltar que dada a perspectiva de aumento de conflitos nesses países, sobretudo na Síria e no Congo, cada vez mais os retornos de sua população torna-se inviabilizados, convertendo-se possivelmente em fuga.



Retorno de Refugiados no Período 2000-2012

Fonte: ACNUR 2012

No que diz respeito à modalidade **Reassentamento**, segundo informações do ACNUR, ela segue desempenhando um papel determinante como elemento essencial dos marcos integrais de soluções. Ao mesmo tempo, oferece um importante instrumento de proteção, funcionando como mecanismo que possibilita a divisão das responsabilidades sobre os refugiados também no âmbito internacional. Continuamente esbarrando em uma série de obstáculos e os direitos dos refugiados continuam sendo negados por parte da maioria dos Estados-nação.

Assim, embora em 2012 tenha sido registrada uma pequena margem de aumento, com a entrada de mais 27 países nos programas de reassentamento, o número anual de praças, de governos que se dispõe a oferecer essa modalidade de acolhida, manteve-se em 80.000 em todo o mundo:



Reassentamento de Refugiados no Período 2000-2012

Fonte ACNUR 2012

Por outro lado, a **Reintegração Local** configura-se como o processo mais complexo dos três apresentados aqui, justamente por compreender que deverá ocorrer uma integração com os locais de modo gradual, mas nem por isso menos difícil. Ele é dificultado porque a reintegração compreende que haja por parte dos países de acolhida e dos refugiados, uma integração recíproca e que abarca a esfera legal, econômica, social e cultural.

E como foi possível observar nas discussões feitas até aqui, a integração entre essas partes não apenas pode ser classificada de complexa, mas pode ser reconhecida como a mais desafiadora dentre as demais.

Justamente porque os refugiados obtêm, por meio desta medida, acesso a diversos direitos equivalentes aos que desfrutam os cidadãos nativos. Com o tempo, esse processo confere inclusive o direito a fixar residência e, em alguns casos, culmina na obtenção definitiva da nacionalidade.

O ACNUR registra em seus anais que “como proceso económico, social y cultural, los refugiados pueden viviren la población de acogida o junto con ella, sin sufrir discriminación ni explotación”, ressalta ainda a contribuição ativa à vida social, econômica e cultural empreendida pelos refugiados aos seus países de asilo.

Ao reconhecer a dificuldade da reintegração, o documento expressa essa preocupação, ao solicitar um esforço por parte de todos os afetados, embora registre a exigência de que todos os refugiados devam “adaptar-se” à sociedade que os acolhe e que essas por sua parte, devem receber os refugiados procurando “atender e suprir a todas as necesidades desses grupos”.

Ocorre que logo a seguir, o próprio documento, de modo contraditório, demonstra que o pressuposto de “atender e suprir às necessidades” não vem sendo concretizado, uma vez que ao argumentar sobre a quantificação das nacionalidades adquiridas pelos refugiados em seu território identifica que:

“Siguió siendo difícil contabilizar el número de refugiados que se han naturalizado.

Cuando los refugiados pueden adquirir la nacionalidad a través de la naturalización, muchos países no distinguen la naturalización de refugiados de las de otras categorías de personas. De allí que la naturalización de refugiados tienda a ser restringida y esté poco representada en los informes.

Estados Unidos dejó de publicar estadísticas sobre el número de refugiados naturalizados. Los últimos datos disponibles son de 2009, cuando 55.300 refugiados se naturalizaron entre enero y septiembre de aquel año. (p.19).

Essa contradição configura-se apenas como a ponta insinuante do iceberg. A dificuldade apontada no documento é apenas um reflexo de um universo conflituoso e repleto de desafios para os legisladores e governos no mundo

contemporâneo. Para Hannah Arendt (1995), “Os direitos do homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexecutáveis, mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles, sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano” (Idem, p.327).

No caso específico da reintegração local, a questão se torna mais problemática justamente por tratar-se não apenas de pessoas privadas de proteção legal, mas de pessoas que vivenciaram a perda dos seus lares, “o que significa a perda de toda a textura social na haviam nascido e na qual haviam criado para si um lugar peculiar no mundo” (Arendt, 1998).

Não se trata apenas da perda do lar por migrações forçadas e infelizmente tão comuns na história da humanidade, mas, segundo Arendt, de um acontecimento sem precedentes que é a “impossibilidade de encontrar um novo lar”.

É como se subitamente as pessoas, no caso, os refugiados se vissem sem perspectivas de reconstruir seus lares sem serem submetidos às mais severas restrições impostas pelos governos locais.

Daí a relevância das medidas que buscam a reintegração local, que embora tragam ainda a reboque uma série de contradições, são caminhos que poderão, mesmo que de modo precário, apontar para um recomeço.

No caso específico do Brasil, em 26 de outubro de 2012, o Governo Brasileiro emitiu um decreto concedendo residência permanente a quase 2.000 ex-refugiados angolanos e liberianos.

Esta medida foi adotada pelas autoridades locais de imigração, após uma recomendação global formulada pelo ACNUR. Com esse procedimento, o país se configura então como o primeiro da América Latina e fora da região africana, a adotar as recomendações feitas pelo ACNUR.

Ainda discorrendo sobre as medidas duradouras para os refugiados, o Programa de Reassentamento no Brasil foi iniciado no ano de 1999 com a assinatura de um acordo entre o Governo e o ACNUR.

Este acordo está previsto na Lei nº 9.474/97, que discorre acerca do reassentamento no seu artigo 46:

“o reassentamento de refugiados no Brasil se efetuará de forma planejada e com participação coordenada dos órgãos estatais e, quando possível, de organizações não

governamentais, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades”.

Dados fornecidos pela Cáritas indicam que a chegada do primeiro grupo de reassentados em território nacional se deu no ano de 1999. O grupo era composto por 23 refugiados afegãos que foram recebidos na cidade de Porto Alegre, onde fixaram moradia.

Em 2004, nos vinte anos da Declaração de Cartagena, foi elaborado pelo ACNUR, o “Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional dos refugiados na América Latina”. Neste plano são propostas as seguintes soluções duradouras:

- 1) Programa de Auto-suficiência e Integração Cidades Solidárias: integração mais efetiva dos refugiados nos centros urbanos (estudo piloto em toda América Latina);
- 2) Programa Integral Fronteiras Solidárias: promover o desenvolvimento social e econômico, beneficiando as pessoas que requerem proteção internacional e as populações locais de acolhida (particularmente para Equador, Panamá e Venezuela, considerando o aumento de refugiados Colombianos);
- 3) Programa Regional de Reassentamento Solidário: proposto, em 2004, pelo Governo Brasileiro para refugiados latino-americanos.

O ACNUR informa que dezesseis estados americanos assinaram o Plano de Ação e dessa forma o Brasil deu seguimento ao reassentamento de refugiados, com ênfase agora nos problemas colombianos.

No final de 2004, o país recebeu 75 refugiados, em sua maioria colombianos, que foram destinados aos estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e São Paulo.

O referido organismo destaca os casos prioritariamente atendidos na política de reassentamento:

“1.1 Refugiado vítima de violência e/ou tortura. Os refugiados vítimas de violência e/ou tortura necessitam de uma atenção médica especial. Seu reassentamento no Brasil estará sujeito à disponibilidade de tais serviços.

1.2. Mulheres em perigo. Mulheres que não têm a proteção tradicional de suas famílias ou comunidades e que enfrentam sérias ameaças físicas e/ou psicológicas (violação, assédio sexual, violência, exploração, tortura, etc.).

1.3 Refugiados sem perspectivas de integração no país do primeiro refúgio. Em algumas circunstâncias, os refugiados não conseguem integrar-se no país onde e encontram, por motivos culturais, sociais e religiosos, dentre outros. Quando um refugiado permanece certo tempo em um país de refúgio sem conseguir integrar-se e, inexistindo possibilidades de repatriamento em futuro próximo, ele poderá ser reassentado.

#### 1.4 Pessoas com necessidades especiais.

Poderão ser consideradas pessoas com necessidades especiais aquelas que têm vínculos com refugiados no Brasil, menores desacompanhados, maiores ou casos médicos.

O ACNUR, através de agências implementadoras, assiste aos refugiados reassentados por um período inicial limitado, com auxílio para subsistência, moradia, transporte, mas foca-se principalmente no aprendizado da língua, na capacitação e orientação profissional e propicia acesso ao micro-crédito, através de parcerias.

Em contrapartida, o Governo do Brasil tem a responsabilidade de recepcionar os refugiados, facilitando sua integração e disponibilizando o seu acesso às políticas públicas de saúde, educação e emprego, com o apoio do ACNUR e de organizações governamentais ou não governamentais. Ainda, cabe ao ACNUR, a efetivação do aporte de recursos à Entidade executora do projeto de integração dessas pessoas.

Observa-se então que existe por parte do governo brasileiro, um movimento no sentido de implementar medidas para o recepção dos povos deslocados, muito embora elas esbarrem muitas vezes, nos mesmos obstáculos tão comuns em outras partes do mundo e discutidas no presente capítulo.

Isso aponta mais uma vez para a “Ruptura dos Direitos” argumentada por Arendt, (1998) principalmente porque ao persistir na resistência em receber e aceitar os povos em êxodo, os Estados-nação revelam de forma explícita sua posição contraditória. Contraditória porque ao contrário das declarações sobre os direitos do homem adotadas por seus governos, estes não são iguais e nem livres por natureza.

Para Arendt, (1998), se assim fossem, os apátridas e as minorias não teriam perdidos seus direitos. “Perderam-nos justamente porque ficaram reduzidos à mera natureza humana, sem inserção no mundo - em especial, no mundo da política”. (p.333).

Para ela, a igualdade e a liberdade humanas só podem existir, se realizar, no espaço público ou na política, construído pelos próprios homens e fundado no princípio da isonomia. Assim, “é na política, e não na natureza humana, que os direitos humanos se fundamentam”.(p.303).

Embora tenha sido crítica feroz do pensamento contratualista que rege os Estados-nação, Arendt não se limitou somente a isso, ao contrário, acenou com uma alternativa para a superação das próprias críticas que fazia e que no caso dos refugiados, se aplica integralmente, fornecendo elementos para se forjar novas estratégias, redimensionando inclusive, as próprias políticas migratórias.

Trata-se da Reconstrução dos direitos humanos, baseada no reconhecimento do direito que cada indivíduo tem a ter direitos, independente das fronteiras do Estado-nação.

O direito a ter direitos, segundo a autora, não está fundamentado na natureza humana, conforme os estabelecidos pelos teóricos do contratualismo ou nas declarações das Revoluções Americana e Francesa, mas essencialmente na concepção de humanidade. Humanidade essa que para a autora é a base dos direitos humanos e que só pode ser constituída por meio da construção coletiva entre os homens.

A autora concebe então, um espaço político internacional no qual os indivíduos gozam do direito a ter direito independente de sua nacionalidade sendo esses direitos decorrentes do único fato de pertencerem à humanidade.

Essa concepção defendida pela autora é bastante ousada e nada comum, sobretudo no cenário sombrio das políticas migratórias atuais. Porém, se por um lado sua sugestão é desafiadora, por outro provoca inquietação nos legisladores justamente por questionar a efetividade dos direitos humanos ante a soberania dos países que, como visto neste subitem, cada vez mais centralizam e reduzem os direitos humanos aos direitos de seus cidadãos nativos.

É justamente sobre o desafio que os refugiados encontram de serem reconhecidos como sujeitos de direitos independentemente de sua nacionalidade, que tratará a derradeira parte deste documento.

### 5.3 Na Penumbra Difusa dos Direitos.

Ficar é um verbo que não permite interpretações errôneas, visto que indica imediatamente o ato de permanecer. Porém para muitos estrangeiros, e mais especificamente refugiados, ele assume outra significação: Existir.

Isso ocorre porque “Ficar” significa ter a solicitação de refúgio atendida; significa não ser mais um “sem documentos”, apátrida, inexistente para o Estado.

Significa, sobretudo, não ser deportado ou viver à margem, sem as mínimas garantias sociais. Porém em muitos países o processo é demorado ou oneroso, não somente para refugiados, mas também para imigrantes, conforme relata a jornalista Vera Gonçalves de Araújo, correspondente do jornal O Globo na Itália:

“Não são só os estrangeiros sem documentos a viver em apuros. Ter os papéis em dia na Itália, é uma tarefa difícil para qualquer um, como contou uma professora taiwanesa na Universidade de Urbino, que esperou um ano pela permissão de residência, e ao recebê-la, descobriu que o documento iria perder a validade no dia seguinte. (08/03/09. P. 41).

Mas engana-se quem relaciona a obtenção do visto de permanência ou da carteira de refugiado à súbita ou gradual integração e absorção dos novos habitantes pela comunidade local, pois o reconhecimento jurídico não implica no reconhecimento de fato.

Isso sem considerar que “Ficar” também significa “Existir” para os ilegais, sejam imigrantes ou refugiados que por motivos diversos não entram ou não conseguem obter visto de permanência nos países em que vivem.

Para estes, então, o verbo em questão assume maior significado, embora não lhes garanta a existência oficial, permite que sobrevivam de fato, mesmo que de maneira precária e temerosa.

Em ambos os casos, é possível identificar um ponto em comum: A hostilidade e intolerância empreendida por parte significativa dos habitantes locais aos estrangeiros, legais ou não, presentes em seu território. Vera G Araújo relata que:

“Dados do Centro Sova, organização especializada no monitoramento de crimes raciais, registram 428 ataques motivados por racismo na Rússia em 2008, sendo 97 mortos. A Instituição avisa, no entanto que os números



podem estar subestimados. O Ministério Público local também divulgou estatísticas preocupantes em julho de 2008. Foram 73 crimes raciais e outros ataques considerados extremistas somente no primeiro semestre do ano. A Diáspora Tardjii que lembra que dois mil corpos são repatriados todos os anos, deste total, 5% são vítimas de skinheads.” (Idem).

Essa aversão ao estrangeiro é justificada pelo viés econômico por muitos analistas. Porém Sennet (2007) identifica o aprimoramento dessa hostilidade para além do fator deste fator, visto que para ele é possível identificar a criação de um “status” ou mesmo uma subdivisão entre os trabalhadores imigrantes e os chamados “tradicionais” nos países europeus mais desenvolvidos economicamente.

Pois a falta de perspectiva de ambos gera forte tensão no sistema econômico, resultando no que o autor chamou de “ressentimento”, entendido como uma emoção intensamente social, relacionada à perdas de direitos e postos de trabalho conquistados ao longo do tempo pelos indivíduos e que os afasta de suas origens econômicas, ressurgindo sob a forma de sentimentos de vingança contra os chamados inimigos internos, que estariam roubando recompensas sociais as quais não teriam direito.

Relatos como esses, infelizmente, não estão restritos à Rússia ou a uma minoria de países. Pelo contrário, assim como o movimento diaspórico, eles estão presentes em todo o mundo, em menor ou maior proporção. No caso específico do Brasil, pelo seu próprio contexto histórico, as discriminações são mais veladas, mas não deixam de existir:

Isto ficou claro durante a realização da pesquisa de campo para o presente estudo, já que foi possível constatar que, ao investigar a área de atuação dos trabalhadores refugiados na cidade do Rio de Janeiro, constatou-se que a maioria deles exercia funções precarizadas como a camelotagem, os empregos domésticos ou no segmento da construção civil.

Mas isso não impediu que fosse possível identificar, mesmo que de forma não tão direta e contínua como na Europa, episódios que indicassem atitudes discriminatórias no momento de busca por trabalho:

Fui a uma entrevista e tinha três candidatos para uma vaga, selecionaram o meu currículo, quando fui fazer o teste, foi argumentado que eu morava muito longe e ia

gastar muito com passagem, por isso resolveram não me contratar. Uma semana depois, passando na frente da loja, vi o rapaz que estava comigo no dia da entrevista trabalhando na vaga que seria minha. Ele era branco e brasileiro. (K., 27 anos, Liberiano).

Também não deixa de ser um indicativo de resistência à esses povos, o fato desses trabalhadores não ocuparem posições mais elevadas hierarquicamente, mesmo quando possuidores de qualificação. Como foi o caso de tradutores que não conseguiram emprego em suas especialidades, passando a exercer outras ocupações mais subalternizadas.

Pode-se considerar que esses dados demonstram mais uma vez o descompasso existente entre o Estado as políticas internacionais para estrangeiros e aqui, no caso específico, para refugiados.

Descompasso, porque além das questões que envolvem o não cumprimento das normas estabelecidas nos acordos dos quais esses países são signatários, como visto anteriormente, essas políticas também não conseguem captar e identificar mecanismos de exclusão e discriminação que escapam às definições meramente técnicas desses eventos.

Nessa direção, Axel Honneth (2009) traz uma proposta de enfrentamento desses paradoxos, baseada no que chamou de “Luta por reconhecimento”, e que se adequa bastante ao dia-a-dia dos refugiados.

O reconhecimento para este autor tem a ver com conflito social surgido a partir da visão que um indivíduo tem do outro nos espaços de convivência e de interação. Ser reconhecido nas suas singularidades e reconhecer o outro na mesma proporção são mecanismos que constituem o processo de identificação entre os seres humanos e que consequentemente propicia a existência dos direitos.

Para o autor, as relações intersubjetivas são essenciais na construção e manutenção da condição de ser humano. Assim, defende que somente através dessas relações os sujeitos constituirão e consolidarão suas habilidades.

No que se refere aos deslocados, sua luta em construir uma nova vida, baseada na sua construção identitária, mas integrada a novas realidades é, aos olhos de Honneth (2009), também uma luta por reconhecimento, pois para ele é a partir do momento em que os indivíduos partilham valores diferentes e comuns, que sua concepção de sujeito detentor de dignidade e valor social se efetiva.

Mattos (2009) considera que o autor:

Tangencia a luta por reconhecimento da própria formação do Estado contemporâneo, no qual os cidadãos passaram a se reconhecer como sujeitos de direitos e deveres, em um movimento que ultrapassa os limites do status social, considerando-se, igualmente, que viver em um sistema democrático requer muito mais do que com ele contribuir ou concordar, mas passa pela necessidade de existir faticamente e atuar enquanto cidadão. (Idem, p.78)

Para Honneth (2009), é somente por meio de uma identidade socialmente reconhecida que será possível a existência de uma organização sócio-política capaz de fundamentar os aqui já bastante discutidos direitos humanos.

Para ele, a dignidade humana para ser concretizada, não necessita apenas do cumprimento dos direitos garantidos legalmente, mas necessita ser perpassada pela ideia de reconhecimento amparada no tripé auto-confiança, auto-respeito e auto-estima. E esse processo só se torna possível se ocorrer na esfera da liberdade e da igualdade

A esse respeito, Mattos (2009) registra que para Honneth (2009), a liberdade é um valor que só pode existir e só faz sentido se reconhecido pelo meio em que se vive.

(...) só posso ter certeza de que minhas pretensões de garantia de liberdades individuais serão realizadas, se reconheço que elas só são possíveis porque são reconhecidas por meus outros parceiros de interação que são livres e autônomos (2009, p. 91).

Porém, para que esse processo se realize, o autor sugere que se crie o que chamou de “gramática moral dos conflitos sociais”, que através de uma abordagem filosófica sobre o fenômeno do *desprezo moral* sofrido pelas populações estrangeiras, se torna bastante valiosa por captar e abordar âmbitos não considerados nas análises mais tradicionais das políticas para refugiados.

Um exemplo disso, é a visibilidade conferida por ele a aspectos não quantificáveis como os sentimentos de humilhação, preconceito, desrespeito, presentes nas diversas modalidades de agravo moral incorridas sobre parcelas excluídas ou minoritárias da sociedade, possibilitando, com isso, o acesso à realidades antes invisíveis ou ausentes nas análises filosóficas e sociológicas.

Ao distanciar-se de pontos de vistas preponderantemente cartesianos ou excessivamente subjetivos, Honneth (2009) sinaliza para o fato de que a teoria contratualista ainda serviria nos dias atuais, como pano de fundo para argumentações de natureza utilitarista e liberal.

Essa constatação do autor pode contribuir, por exemplo, para se entender a prevalência de aspectos eminentemente econômicos nas justificativas para a rejeição à presença de refugiados e imigrantes em boa parte dos países-destino.

Desse modo, o autor realiza uma releitura das teorias desenvolvidas pelo jovem Hegel, aliás, para que desenvolvesse sua própria teoria sobre reconhecimento social, ele recupera antes, a teoria hegeliana de reconhecimento.

A teoria honnethiana, grosso modo, defende que o processo de interação somente será validado através do reconhecimento mútuo entre os indivíduos. Quando isso não ocorre, instala-se o conflito, que impede a formação de acordos entre as partes envolvidas.

Vê-se então, que diferentemente da leitura que algumas correntes fazem a respeito deste momento da teoria hegeliana, o autor não nega a individualidade do sujeito ou mesmo sua autonomia, mas distancia-se da ideia de que o mesmo indivíduo seja visto como responsável único durante o processo de conquista de seus direitos.

Para isso, há que haver outros elementos para além de sua própria existência, (condições sociais, econômicas e políticas) para que o mesmo possa, então, firmar-se em sua condição autônoma.

É nesse sentido que ao tratar de refugiados, a política de reconhecimento assume lugar crucial para melhor compreensão do devir dos povos deslocados, uma vez que essa população encontra-se:

“... perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

(Convenção de 1951 relativa aos direitos dos refugiados.  
ONU Coletânea de Tratados, 2007, p.20).

Fica evidente, aqui, o nexo necessário entre o reconhecimento dos deslocados, a justiça e a afirmação de sua identidade. Este nexo, porém, é permeado por constantes tensões uma vez que interesses diversos se interpenetram, gerando um movimento dialético no qual a parcela minoritária defronta-se com padrões estabelecidos, que se movem cada vez mais na direção do não reconhecimento das necessidades evidentes dos excluídos.

Para Honneth (2009), quanto mais esse movimento dialético, mesmo que tenso, for aprofundado, maior será a possibilidade de ocorrerem avanços, pois é justamente ao confrontar-se diretamente com a injustiça e a invisibilidade social, reivindicando um lugar na estrutura social, que os refugiados moverão a engrenagem no sentido de ampliarem os padrões estabelecidos de reconhecimento.

Neste ponto da análise honnethiana, é possível aproximá-la das considerações feitas por Jacques Rancière (2007), autor que discute pontos significativos para a problemática envolvendo refugiados, sobretudo no que diz respeito ao papel do *confronto*, ou *dano*, nas palavras do escritor francês.

Para ele, é somente a partir do momento em que os que não têm parte na sociedade reivindicam sua parte, ou seja, seus direitos, é que se estabelece o movimento dialético, que finalmente possibilitará a realização da política no sentido original.

Isto significa que a política somente poderá ser estabelecida a partir de ações dialéticas, que na maioria das vezes, possuem natureza conflitiva. Em outras palavras, Honneth (2009) e Rancière (2007) partilham da leitura positiva do conflito, da tensão, enquanto molas propulsoras para fomentar o estabelecimento tanto das políticas de reconhecimento, quanto do resgate do sentido original da política em si.

Para Honneth (2009), especificamente, essa processualidade vai facilitar o surgimento do que ele chamou de “*Aprendizado Moral*”, ou seja, a tomada de consciência por parte da sociedade e de seus agentes, de que são necessários reconhecimentos que se localizam para além dos interesses utilitaristas e de auto-conservação.

Para ele, o desrespeito expresso nas suas mais diversas faces atinge não somente o indivíduo, mas o grupo ao qual o mesmo pertence.

A negação dos direitos conquistados pelos refugiados, por parte do Estado nas suas mais diferentes esferas, sejam políticas, culturais ou sociais, segundo o autor, diz respeito também à negação do auto-respeito, constituindo-se como *agravo moral*, colaborando para que cada vez mais, a auto-estima dos grupos minoritários não se efetive. Assim ele confere:

“importância à realidade afetiva e emocional, se torna não apenas uma dimensão autônoma do reconhecimento, mas também elemento fundamental em todo o processo intersubjetivo que envolve o reconhecimento social” (p. 58).

Dessa forma, o reconhecimento social revela uma relação direta entre moralidade e razão, como também entre moralidade e afetividade. Nessa direção, Mattos (2006) pesquisadora da obra de Honneth, afirma que para o autor:

“O reconhecimento social, ou seja, o fato da percepção e aceitação de um indivíduo pelos outros as várias dimensões da vida tem, portanto a ver com um “reconhecimento afetivo” desse indivíduo que ultrapassa em muito a esfera jurídica formal. Afinal um indivíduo pode ter acesso a seus direitos formais e ser “invisível” emocionalmente para seus pares. Essa ofensa afetiva não é prevista em nenhum código, mas o sofrimento decorrente pode ser muito maior que as ofensas materiais constantes das leis” (p.61).

Assim, Honnet considera fundamentais tais condições emocionais (ou psicossociais), que para ele podem viabilizar ou não, a formação de sujeitos livres e dotados de autonomia suficiente para que possam intervir na esfera política da sociedade.

Mas como identificar o sofrimento daquele que, não obstante tenha acesso a direitos, está no limbo da invisibilidade social e não atinge outros importantes níveis de reconhecimento social, fundamentais para a construção de sua própria subjetividade?

A esse respeito, na teoria habermasiana (2003), só é possível encontrar em suas argumentações elementos para se pensar na violação do indivíduo pelo viés da negação de direitos.

Axel Honneth, embora compartilhe com Habermas a matriz moral kantiana, questiona a suficiência de uma teoria puramente normativa para refletir o grau de exclusão do outro<sup>44</sup>. Ainda que o Direito traduza em Honneth uma das esferas de reconhecimento, na medida em que confere acesso a melhores condições de sobrevivência para parte da população, não é capaz de, por si só, criar o laço entre indivíduo e sociedade.

Por isso, ele busca uma nova gramática social, que também consiga revelar o sofrimento que os diversos níveis de ausência de reconhecimento social causam ao ser humano.

“É do entrelaçamento do interno de individualização e reconhecimento, esclarecido por Hegel e Mead, que resulta aquela vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de ‘desrespeito’: visto que a autoimagem normativa de cada ser humano, de seu ‘Me’, como disse Mead, depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (Idem, p. 213-214).

Na mesma direção, Boaventura, (2003) recorre ao que chamou de “reconstrução transcultural” para argumentar sobre a necessidade de uma política capaz de permitir o reconhecimento da diferença na esfera social e política:

“Uma tal reconstrução transcultural tem por premissa uma política de reconhecimento da diferença capaz de estabelecer ligações entre, por um lado, as incrustações locais e a importância e capacidade organizativa das iniciativas vindas da base, e por outro lado a inteligibilidade translocal e a emancipação. Uma dessas interligações reside na questão dos direitos dos grupos, ou dos direitos colectivos, problema que na legalidade demoliberal é suprimido ou trivializado. A legalidade cosmopolita propõe uma política de direitos em que os direitos individuais e colectivos se reforçam mutuamente em vez de se canibalizarem. A exemplo do que acontece em todos os outros casos de legalidade cosmopolita, deverão os direitos humanos cosmopolitas da zona de contacto ser defendidos e levados por diante pela mão de actores locais, nacionais e globais, capazes de integrar os direitos humanos em projectos emancipatórios cosmopolitas de âmbito mais abrangente. ( Idem, p.18).

Essa visão de direitos humanos atrelados a projetos emancipatórios aqui defendida por Boaventura, bem como os conceitos desenvolvidos por

<sup>44</sup> Acerca dessa discussão feita por Habermas, consultar: El concepto de dignidade humana y la utopia realista de los derechos humanos. ( [www.cielo.org.mx/acesso](http://www.cielo.org.mx/acesso) 03/04/12 )

Honneth(2009), e Rancière (2007), apontam sempre para a direção da necessidade de se repensar os direitos humanos enquanto ferramenta de garantia e defesa da vida humana.

Arendt (1995) critica o fato de esses direitos terem sido fundamentados no direito natural, de acordo com a tradição contratualista. A crítica se deve ao fato de que ela não concebia os homens como iguais por natureza. Apregoava que o caminho para que os homens se tornem iguais é o da política e de seu exercício.

Somente dessa forma será possível, então, o compartilhamento de um mundo comum entre os homens independente de suas origens. No pensamento da autora, os direitos humanos só podem ser compreendidos no plano político e tendo como base a pluralidade humana e nunca em função de características exclusivas e singularidades de determinados grupos sociais.

A autora salienta que:

“A ligação que podemos estabelecer entre todos os seres humanos, além da conexão vã de pertencerem todos a mesma espécie, também tem de ser construída. É uma igualdade política, e não uma igualdade natural. É a igualdade de objetivo humano, que só pode ser atingida com uma igual distribuição de direitos .

O mundo não é humano só por ser feito de seres humanos, nem se torna assim somente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se transforma em objeto do discurso.

Nós humanizamos o que se passa no mundo e em nós mesmos apenas falando sobre isso, e no curso desse ato aprendemos a ser humanos.

Esse humanitarismo a que se chega no discurso da amizade era chamado pelos gregos de filantropia, o "amor do homem", já que se manifesta no mundo não é humano só por ser feito de seres humanos, nem se torna assim somente porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se transforma em objeto do discurso.

Nós humanizamos o que se passa no mundo e em nós mesmos apenas falando sobre isso, e no curso desse ato aprendemos a ser humanos.

Esse humanitarismo a que se chega no discurso da amizade era chamado pelos gregos de filantropia, o "amor do homem", já que se manifesta na presteza em compartilhar o mundo com outros homens. (Idem, p.97).

Com a experiência de quem esteve dos dois lados da fronteira, uma primeira vez como refugiada e apátrida, e uma segunda vez, como estudiosa da condição humana, Arendt sempre insistiu na argumentação de que é somente por meio do esforço em se conquistar a igualdade política, que se pode alcançar de fato uma humanidade em que o ser humano não é posto como um ser atomizado, isolado



dos processos sociais, ou sujeitado às regras históricas e contingentes de sua sociedade. Para ela, era dessa forma que seria possível a todos os homens, desfrutar de uma sociedade igual, solidária e digna.

## 6. Notas Finais Acerca do Tema

Raimundo Lúlio (2001) foi um filósofo catalão que fazia questão de escrever em árabe. Uma de suas obras mais conhecidas é o “Livro do Gentio e dos Três Sábios”.

Por ser estimado entre reis e papas, tinha liberdade para percorrer vários países da Europa a fim de promover a união das três religiões de fundamentação monoteísta: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo.

Se hoje esta meta parece impregnada de desafios, certamente muito mais desafiadora e perigosa foi, nos idos do século XIII, marcada pelos atos célebres de intolerância.

O livro sobre o encontro do gentio com os três sábios, relata o desconforto existencial de um grande filósofo da época, denominado pelo autor como sendo um gentio.

Enquanto desconhecedor da existência de Deus e da ressurreição pregada pelas três religiões citadas, sofria certo inconformismo ao confrontar-se frequentemente com a certeza de que, inexoravelmente morreria e viraria pó.

Intensamente afetado pela desolação, resolve adentrar em uma grande floresta, repleta de árvores frutíferas, flores e animais de toda sorte, abandonando o lugar onde vivia.

Lá encontra três sábios: um judeu, um cristão e um muçulmano que, cada um a seu modo, vai procurar demonstrar a existência de Deus, discorrendo sobre os principais preceitos de cada religião, incluindo a ressurreição.

Os sábios, então, começam a apresentar ao gentio as sete virtudes divinas, as sete virtudes criadas, e os sete vícios. Todas essas virtudes são condensadas ao final, em três verdades.

Entretanto, o autor não revela durante o desenrolar da história, qual dos sábios realmente está demonstrando essas verdades. Levando seus leitores a concluir que elas são comuns ou a base das três religiões.

Depois da explanação dos sábios, e impressionado pela riqueza de detalhes das falas, o gentio então, passa a acreditar na existência divina.

Profundamente agradecido, convida os sábios a pregarem para sua família e para todo o povo de sua cidade. Porém tem uma grande surpresa ao descobrir que os três sábios pertenciam a crenças diferentes.

O gentio fica novamente desconsolado e novamente os três sábios propõem uma argumentação agora mais aprofundada sobre cada uma das religiões.

Finalmente o gentio escolhe a crença que julga ser a verdadeira entre os três e pede permissão para convidar seus amigos também gentios, para ouvirem sua conclusão.

Ocorre que os sábios não esperam o retorno do gentio, convictos que estavam cada um deles, de que, o homem outrora angustiado, escolhera a sua lei como definitiva, demonstrando com isso profundo desinteresse em conhecer a opção feita pelo gentio.

O desfecho aberto dado por Lúlio ao encontro dos sábios com o gentio permite que se estabeleça uma reflexão ou debate acerca das convicções individuais, propondo um diálogo inter-religioso justamente pela ausência de um veredicto final.

Embora traga como tema central a crença religiosa, a proposta de estabelecer um diálogo entre partes diferentes presentes em suas páginas, faz com que o livro surpreenda pela extrema atualidade.

Justamente por possibilitar que esse diálogo seja estendido para outras esferas da existência humana, como por exemplo, os conflitos entre as diferentes nações no mundo contemporâneo, movidas que são em sua maioria pelo interesse econômico, mas também pelo espectro da discriminação.

Por essa razão, Raimundo Lúlio foi escolhido para abrir a conclusão desta tese, que ao longo de seu desenvolvimento identificou, nas mais diversas circunstâncias, o mais comum dos obstáculos, se não o maior deles, no cotidiano dos refugiados que é a intolerância ou o preconceito.

Um outro motivo também norteou a escolha da obra de Lúlio, e este foi trazido por Nietzsche (2001) quando ainda na Gaia Ciência, exaltava a arte como um veículo para a compreensão da vida, visto que ela estava acima da verdade, da religião e da ciência e que poderia levar todos a desenvolverem a consciência sobre a existência humana, fazendo fluir o desejo de recriar a humanidade em cada um.

Como o próprio autor destitui-se dessa ideia, essa argumentação fica mais difícil de ser levada à frente. No entanto, a arte pode ser considerada como mais uma alternativa para se compreender o universo cultural dos deslocados, propiciando a abertura de discussões entre as partes que poderão inclusive, evitar confrontos no dia-a-dia de alguns povos pertencentes à culturas menos conhecidas nos grandes centros urbanos mundiais.

Isso porque muito constantemente se tem notícia de algum conflito em países, sobretudo europeus, envolvendo, por exemplo, imigrantes que persistem em preservar traços de sua cultura seja no vestuário, na religião ou na educação de seus filhos, mesmo estando em terras distantes.

Recentemente foi divulgado no jornal O Globo, edição 27 de agosto de 2012, matéria sobre uma explosão de violência no subúrbio francês de Trappes causado pelo incidente envolvendo uma mulher que usava véu islâmico na rua e foi abordada pela polícia local. O uso do véu em locais públicos está proibido por lei na cidade desde o ano de 2011.

O incidente acabou gerando protestos que envolveram mais de 250 pessoas, carros queimados, pessoas detidas, além de um dos manifestantes ter perdido a visão após ser atingido por bala de borracha. As manifestações se estenderam inclusive, para as cidades vizinhas de Guyancourt e Maurepas.

Esse episódio é ilustrativo e talvez sintetize o grande desafio intrínseco aos deslocamentos, principalmente no que diz respeito ao cumprimento dos direitos humanos dessas populações já estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão desde 1789. Nesse contexto é válido destacar alguns deles presentes no documento:

**Art.1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos.** As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

**Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem.** Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão.

**Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo.** Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. **A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade.** Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. **Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais** a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.

Art. 8º. **A lei apenas deve estabelecer penas estrita e evidentemente necessárias** e ninguém pode ser punido senão por força de uma lei estabelecida e promulgada antes do delito e legalmente aplicada.

Art. 9º. **Todo acusado é considerado inocente até ser declarado culpado** e, se julgar indispensável prendê-lo, todo o rigor desnecessário à guarda da sua pessoa deverá ser severamente reprimido pela lei.

Art. 10º. **Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas**, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

Art. 17.º **Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado**, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

O relato acima citado pode ser utilizado para iniciar-se então, um diálogo mais conclusivo acerca de algumas questões postas na introdução deste estudo. A primeira delas diz respeito aos lugares ocupados pelos deslocados nessa nova territorialidade que privilegia fluxos comerciais em detrimento dos fluxos humanos.

Pois bem, diante do evento ocorrido em Paris é interessante estabelecer uma relação entre o assegurado no documento acima e o que de fato acontece com esses povos, que não vivenciam de modo algum a igualdade e liberdade mencionada no artigo primeiro da Declaração de 1789.

Isso fica bem claro ao observar-se as argumentações feitas por Hannah Arendt (1997), quando apregoa que os homens não são livres e nem iguais por vários motivos, principalmente por verem sua cidadania, seu direito a ter direitos

se dissolverem ao cruzarem geralmente de maneira compulsória, os limites das fronteiras de sua nação.

Nessa nova territorialidade estabelecida e que estratifica os lugares que os homens ocuparão, são reveladas outras contradições presentes na Declaração, como é o caso do “indivíduo isolado”, privado de sua liberdade e que embora continue a ser um homem, não pode tampouco confirmar sua própria identidade, isso porque nas palavras de Arendt (1997), é somente no espaço público, no convívio com os diferentes tipos de pessoas, que o homem constrói e desenvolve sua dignidade.

Nesse caso, os indivíduos relegados aos campos de refugiados abordados nesse trabalho, tem essa territorialidade definida e reduzida pelos países de acolhida, sendo diretamente afetados, visto que por encontrarem-se circunscritos aos limites estabelecidos pelos Estados-nação, não usufruem do direito à ação política, que advém, sobretudo da liberdade.

Ainda citando o questionamento feito sobre as novas territorialidades impostas, além de identificar a perda da liberdade dessas pessoas, Baumann (2004) exemplifica concretamente as derivações dessa perda sobre a realidade de milhares de pessoas em todo o mundo:

Os poderes que governam o local onde as tendas ou barracas foram armadas, e também as terras em torno do campo, fazem o possível para evitar que os internos escapem e se espalhem sobre o território adjacente. Mesmo na ausência de guardas armados nas saídas, o lado de fora do campo está, essencialmente, fora dos limites estabelecidos para os internos. É, na melhor das hipóteses, inóspito, cheio de pessoas circunspectas, insensíveis e desconfiadas, ávidas por observar, registrar e sustentar contra eles qualquer erro, real ou suposto, assim como qualquer passo em falso que possam dar — coisa que os refugiados, afastados de seu elemento e desconfortáveis num ambiente estranho, estão propensos a fazer.

Na terra em que suas tendas temporárias/permanentes foram armadas, os refugiados continuam sendo evidentes "outsiders", uma ameaça à segurança que os "estabelecidos" extraem de sua rotina diária até então inconteste. São um desafio à visão de mundo que vinha sendo universalmente compartilhada e uma fonte de perigos ainda não confrontados, ajustando-se com dificuldade às brechas familiares e evitando as formas habituais de resolver problemas. (Idem, p.79).

Os refugiados, portanto, se veem circunscritos à uma territorialidade que impõe muito mais que o cerceamento espacial, já que determina mesmo que de maneira tênue, outros limites na sociabilidade dessas pessoas.

Um bom exemplo disso foi encontrado por diversas vezes durante a realização da pesquisa de campo, onde os refugiados entrevistados, queixavam-se sobretudo das péssimas condições de moradia, tanto no que dizia respeito à habitabilidade de suas casas, quanto à localização dos bairros em que eram forçados a viver, visto que a maioria encontra-se distante do centro da cidade ou mesmo em outros municípios da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

E no caso exclusivo desta pesquisa, embora não se encontrem em campos de refugiados, essas pessoas vivenciam uma cidadania inacabada, justamente por se verem muitas vezes apartados do convívio com áreas da cidade inacessíveis à eles.

Alguns entrevistados disseram que evitavam andar em determinados locais porque não queriam sofrer humilhações, como sempre ocorria quando geralmente rapazes negros jovens, visitavam shoppings centers e quase invariavelmente relataram ter sido interpelados ou seguidos pelos seguranças do local.

Vê-se claramente, a imposição de uma territorialidade diferenciada que ratifica mais uma vez, o constante agravo moral que parcela dos povos deslocados vive, não somente no Brasil, mas em muitas partes do mundo.

Para Arendt, (1998) o homem somente confirma sua singularidade, sua identidade em um espaço público, e é ao interagir com outros homens diferentes dele que sua dignidade é atualizada.

Quando isso não ocorre, como é o caso da população que vive em campos de refugiados ou que tem sua liberdade cerceada, conforme o relato acima, a dignidade dessas pessoas vai sendo diluída aos poucos, conforme relata mais uma vez Baumann (2004):

O encontro de nacionais e refugiados é, com certeza, a espécie mais espetacular de "dialética dos estabelecidos e outsiders" (que parece ocupar em nossos dias o papel de fixador de padrões que já pertenceu à dialética senhor-escravo), descrita pela primeira vez por Elias e Scotson. (27)

Os "estabelecidos" usando seu poder de definir a situação e impor essa definição a todos os envolvidos, tendem a trancar os recém-chegados numa gaiola de estereótipos, "uma representação altamente simplificada das realidades sociais"\* Estereotipar cria "um modelo

em preto e branco" que não deixa "espaço para as diversidades".

Os outsiders são culpados até prova em contrário, mas como são os estabelecidos que combinam os papéis de promotores, juízes de instrução e magistrados, de modo que simultaneamente apresentam as acusações, julgam e proferem a sentença, as chances de absolvição dos outsiders são reduzidas, para não dizer nulas.

Como Elias e Scotson descobriram, quanto mais ameaçada a população estabelecida se sente, mais tende a levar suas crenças "aos extremos da ilusão e da rigidez doutrinária". (Idem, p. 74).

Ao ficarem isolados, esses grupos têm, inclusive, afetadas suas características pessoais e essenciais para a sobrevivência em comunidade. O dano maior identificado por Arendt (1995) nesse desastroso processo diz respeito especificamente à perda da capacidade de argumentar, de exercitar-se como o animal político descrito por Aristóteles e aqui discutido nos capítulos iniciais.

Outro questionamento presente na abertura desta pesquisa dizia respeito ao atendimento dado aos refugiados pelas instituições que os recebiam, no sentido de verificar se estes atendimentos estavam mais conformados como técnicas políticas ou poderiam ser entendidos enquanto processos políticos.

No decorrer da realização da tese, foi ficando cada vez mais óbvia a grande distância existente entre o que os Estados definiam como processos políticos (que envolvem a elaboração de políticas sociais para os imigrantes) e o que de fato apresentavam diante das demandas postas.

Isso porque ficava cada vez mais evidente tratar-se de técnicas políticas, que são procedimentos que não contemplam de modo amplo as necessidades e direitos da população refugiada, visto estarem mais direcionadas à minorizarem problemas cotidianos, em detrimento de estabelecerem novos paradigmas de enfrentamento das questões.

Muitos exemplos poderiam ser dados, porém vale citar aqui, a ajuda de custo fornecida para os refugiados pela Cáritas e que na maioria dos casos, tem a duração de três meses.

Embora em algumas circunstâncias esse prazo possa ser aumentado, a maioria dos refugiados tinha muitas reclamações, principalmente no que se referia ao valor, que não era reajustado há muitos anos, ignorando as mudanças inflacionárias e do mercado imobiliário.



Outro exemplo interessante se refere à ausência de uma política de saúde pública voltada para os refugiados, que ao adoecerem em solo brasileiro ou como ocorre em muitos casos, já chegarem adoecidos pelos traumas de guerra aos quais foram expostos, não contam com um atendimento específico que respeite suas singularidades e que deixa a desejar, inclusive em aspectos básicos, como o despreparo de médicos, psicólogos e assistentes sociais que muitas vezes sequer diferenciam um refugiado de um imigrante.

Para Boaventura (2003), o modo contratualizado em que estão baseados os Estados-nação atualmente revela, “um falso contrato, uma mera aparência de um compromisso constituído por condições tão custosas quanto inescapáveis, e impostas sem discussão à parte mais fraca”.(idem,p.37).

Embora revestida de uma nova capa, para o autor, a nova contratualização, (que inclui as leis migratórias), prefigura “o ressurgimento do *status*, isto é, dos princípios da ordem hierárquica pré-moderna, em que as condições das relações sociais estavam diretamente ligadas à posição das partes na hierarquia social.

Hierarquia social que, ao longo deste trabalho, registrou a questão da migração forçada, sempre como um fenômeno incômodo para os Estados-nação e tratado com reservas pela maioria deles.

Nesse sentido, para muitos dirigentes de países, a presença de refugiados era sinônimo de certo descontrole das funções soberanas atribuídas ao Estado, representando perigo iminente.

É justamente sobre esse “descontrole” causado por essas populações que os países continuam a investir no sentido de sufocá-lo, valendo-se para isso, de medidas cada vez mais excludentes e cerceadoras das liberdades dos estrangeiros. Neste caso, talvez resida a maior contradição presente no emprego de técnicas e processos políticos no cotidiano dos refugiados.

Isso porque, empenhados que estão em ter sob controle a vida das populações em êxodo, muitos países desenvolvem, sim, neste caso específico, processos políticos onde as políticas migratórias trazem em sua conformação, técnicas de controle desses fluxos. Exemplos contemporâneos são dados pelos Estados Unidos e a já citada França, no que se refere às suas leis anti-imigração.

Isso sem se falar dos países mais ricos da Europa, como Alemanha, Itália e Inglaterra, que todos, a seu modo, estão desenvolvendo também, no caso

específico da entrada e permanência de imigrantes, processos políticos que originam políticas de caráter eminentemente cerceador e excludente.

Vale ressaltar que a presente pesquisa verificou esse procedimento na maioria dos países, embora ocorram exceções, como é o caso de nações principalmente do continente latino americano e alguns outros da África, que recebem de modo mais frequente fluxos de estrangeiros, estabelecendo uma relação menos ofensiva, mas também deixando a desejar no quesito elaboração de políticas migratórias, prevalecendo quase sempre, a utilização de técnicas políticas cotidianamente.

O fato é que muito embora permaneçam presentes tanto as técnicas, quanto os processos políticos, os mecanismos de biopoder e de biopolítica ainda tem lugar de destaque, principalmente por fortalecerem e pretensamente justificarem o controle dos “refugos do mundo”, tomando conhecimento inclusive, dos níveis das mazelas por eles vividas.

Por outro lado, a questão dos deslocamentos permanece e se amplia, tomando proporções cada vez mais preocupantes e que fogem ao domínio do Estado-Nação.

Isso fica bem claro no alto número de refugiados no mundo e que foi constatado inclusive no Brasil, durante os estudos aqui feitos, e paralelamente no recrudescimento do preconceito contra essas pessoas.

Já em 2005, o então secretário da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), Antônio Guterrez,<sup>45</sup> chamava a atenção para o fato de que:

Por trás de cada número há um ser humano devemos recordar que cada um destes 19.2 milhões de homens, mulheres e crianças sofreram o trauma do deslocamento, como também o sofrem milhões de deslocados internos que atualmente não estão sendo atendidos. (p.14) ([www.migrante.org.br](http://www.migrante.org.br)/acessado Em 21/07/12).

Embora sejam milhões de vidas em jogo, a atual configuração assumida pelos Estados-Nações parece ignorar tal fato, principalmente porque permanece todo o tempo criando estratégias de resistência a esses povos.

---

<sup>45</sup>.[www.migrante.org.br](http://www.migrante.org.br), 2005.

A esse respeito, Póvoa (2005) chamou a atenção para o que parece ser uma das mais eficazes articulações contra os deslocados mundiais: “a atribuição de crime ao próprio ato de migrar”.

Assim depois de estimular a vinda de estrangeiros para seu território durante períodos consideráveis e contarem com sua força de trabalho, muitos países resolvem interromper esse fluxo fechando as portas para defender o equilíbrio de seu mercado interno, gerando, com isso, tensões internas e externas gravíssimas.

Nesse processo, o autor cita ainda o atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos como catalisador desses problemas, justamente por permitir que várias nações utilizem dispositivos legais que autorizam a prisão, o processo e o encarceramento daqueles:

“Cujo principal delito foi o ingresso clandestino, a permanência por tempo superior ao autorizado ou o desempenho de atividade laborativa no interior das fronteiras nacionais dos países de imigração. (p.. 297)

Por sua vez, Baumann (2004), vai um pouco mais além ao comentar a postura intransigente dos Estados-nação em reconhecerem o direito de migrar dessas pessoas. Ele dá destaque para as estratégias criadas no sentido de manterem os estrangeiros residentes em seu território sob controle:

Durante os dois séculos da história moderna, as pessoas que não conseguiam transformar-se em cidadãos — os refugiados, os migrantes voluntários e involuntários, os “deslocados” *tout court* — foram naturalmente assumidas como um problema do país hospedeiro e tratadas como tal.

Poucos, se é que algum, dos Estados-nação que preencheram o mapa-múndi moderno estavam fixados tão localmente quanto suas prerrogativas soberanas. Algumas vezes de boa vontade, outras com relutância, praticamente todos tiveram de aceitar a presença de estrangeiros no território apoderado e admitir sucessivas levadas de imigrantes fugindo ou expulsos dos domínios de outros Estados-nação soberanos.

Uma vez lá dentro, porém, tanto os estrangeiros estabelecidos quanto os recém-chegados caíam sob a jurisdição exclusiva e indivisa do país hospedeiro.

Este último estava livre para apresentar versões atualizadas e modernizadas das duas estratégias descritas por Lévi-Strauss em *Tristes trópicos* como formas alternativas de lidar com a presença de estrangeiros. Recorrendo a essas estratégias, o país poderia contar com o apoio entusiástico de todas as outras potências soberanas do planeta, preocupadas em

preservar o caráter inviolável da trindade território/Estado/nação. (Idem, p. 86).

Aqui, mais uma vez, volta-se a identificar a presença dos mecanismos de controle do Estado-Nação sobre a vida do Homo Sacer, representado na figura do migrante e que vivencia na própria pele, “a separação entre o humanitário e político”. (Agamben, 2005).

É preciso observar que essa separação causa cisões profundas, que resultam no enfraquecimento dos mínimos laços que uniam esses indivíduos em sua relação com o Estado soberano; aproximando-os e isolando-os no universo dos Estados de Exceção, onde veem a possibilidade da efetivação dos direitos humanos tornar-se cada vez mais distante, sobretudo pela perda do espaço público e de sua dignidade política.

Dessa forma, Agamben (2005) afirma que:

“O refugiado deve ser considerado por aquilo que é, ou seja, nada menos que um conceito-limite que põe em crise radical as categorias fundamentais do Estado-Nação, do nexos nascimento-nação àquele homem-cidadão, e permite assim desobstruir o campo para uma renovação categorial atualmente inadiável, em vista de uma política em que a vida nua não seja mais separada e excepcionada no ordenamento estatal, nem mesmo através da figura dos direitos humanos. (Idem, p. 134).

Direitos humanos esses que, como visto ao longo desse trabalho, têm sua ineficácia comprovada quando desvinculados do conceito de cidadania. Outro ponto importante dessa questão é a presença de certas idealizações no próprio contexto dos direitos humanos. Isso porque, ao serem elaborados sob uma concepção abstrata e generalizada de homem, induz-se a pensar que o mesmo goza de superioridade em relação ao Estado a que pertence.

O que não ocorre, uma vez que a própria Declaração registra a superioridade agora com letra maiúscula do Estado, que tem inclusive a prerrogativa de somente ele assegurar os direitos de seus cidadãos.

Para Britto (2013), essa contradição só faz reforçar as críticas de Arendt sobre o fato de se fundamentar os direitos do homem de forma isolada:

“As organizações políticas ficam obscurecidas em segundo plano, ignorando-se a pluralidade essencial da condição humana. Essa ignorância acaba trazendo, na

prática, a inaplicabilidade dos direitos. Os direitos tornam-se formais e impossíveis de serem exercidos, porque não passam de uma teoria vazia. A condição de um ser humano isolado é igual à situação de alguém sozinho em um ilha, em que suas palavras só podem ser proferidas ao vento e depois esquecidas. Seus direitos são, portanto, apenas teóricos. Um ser humano isolado continua vivo, livre, com opiniões e com atos, mas não há nenhuma garantia para isso ou alguma importância nisso, já que não se atinge nenhuma organização política". (Idem,p.12)

Com base nesse pressuposto, chega-se a mais uma confirmação de uma proposição feita no início do presente texto. Trata-se da existência de lacunas na legislação migratória e que permitem com que as políticas tornem-se como nas palavras de Arendt (1995), "teorias vazias".

Esse vazio ficou comprovado principalmente porque na maioria das vezes, as políticas para imigrantes são intermediadas por instituições que regulam e implementam sua inserção social, alterando seu teor original e retirando com isso, o caráter de processo político, transformando-as em mais uma técnica política a ser empregada.

A demora na obtenção da documentação que regulamenta o reconhecimento do status de refugiado é provavelmente um dos maiores exemplos a ser dado, pois embora sejam parte constitutiva da política migratória em âmbito internacional, acaba muitas vezes reduzida a um processo moroso e burocrático que acarreta inúmeros problemas à população deslocada.

Por outro lado, e talvez o mais relevante, seja a constatação da ruptura dos direitos humanos, verificada durante todo o tempo de realização desta pesquisa e reiterada nas argumentações de autores adotados aqui, como é o caso de Baumann, Boaventura, Sassen, Arendt, Rancière e Agamben, entre outros.

Essa ruptura vem mais uma vez comprovar outra proposição presente na introdução deste texto, trata-se da quase ausência de efetividade das leis no processo de reconhecimento desses direitos entre os povos em êxodo.

Uma vez que a compulsoriedade em si não é garantia de sua efetivação. Daí então, a necessidade de se estabelecer outros mecanismos de reparação dessa ruptura, tendo sido as argumentações trazidas por Honneth (2009) e Arendt (1997)

evidentemente eficazes no propósito de estabelecer formas diferenciadas de captar e identificar aspectos sociais muitas vezes invisíveis aos mecanismos utilizados pelas técnicas políticas mais tradicionais.

Esses aspectos sociais se referem principalmente a questões envolvendo humilhações, agravos e desqualificações morais, racismo, xenofobia e intolerância com estrangeiros.

Na utilização de outros recursos como, a criação da chamada “gramática moral” de Honneth (2009), por exemplo, é possível vislumbrar novas perspectivas para que as populações que vivem à margem da cidadania, tenham finalmente atendidos seus mais básicos direitos apregoados como sendo pertencentes a todos os homens desde 1789.

Ao colocar em xeque a tríade Estado x Nação x Indivíduo, Arendt (1995), abre uma janela de possibilidades para que ocorra uma reformulação na base em que se sustenta os Direitos Humanos. Isso porque ao declarar que o homem tem que ter seus direitos respeitados unicamente por pertencer à humanidade e não a uma nação, expõe a fragilidade deste sistema.

Essa fragilidade está concentrada, sobretudo nas bases do contratualismo, que ao mesmo tempo em que valoriza a figura do cidadão como um ser detentor de direitos, o relega aos limites e às regras impostas por um Estado soberano.

Limites esses que definem quem é cidadão ou quem simplesmente ocupa o lugar de “refugo do mundo” conforme o pensamento de Hannah Arendt, ou ainda, serão os “filhos do nada” nas palavras de Primo Levy.

É importante, no entanto, sublinhar alguns aspectos positivos na luta pelos avanços mesmo que pequenos. Um deles se refere à visibilidade conquistada nos meios de comunicações e redes sociais, que jogam luz sobre a problemática do refúgio, colaborando, assim, para a ampliação dessa discussão.

Outro aspecto relevante está presente no terreno das leis, pois embora a compulsoriedade não seja garantia para sua efetivação, força um movimento de integração entre a população deslocada e os Estados-Nações.

No outro lado da questão persistem as violações dos direitos em todas as suas esferas, seja no seu campo civil, político ou social, essas violações se somam aos obstáculos e desafios que já existiam anteriormente e que não foram resolvidos, criando um redemoinho no qual a população deslocada se encontra no centro.

O cenário aqui abordado suscita questionamentos que extrapolam os limites deste trabalho, mas que não podem deixar de ser feitos. Como, por exemplo, se seria possível aos direitos humanos porem fim às gritantes desigualdades sem contestar a estrutura do Estado-Nação do qual fazem parte, ou ainda pensar a viabilidade desses direitos, sem se questionar ou repensar a propriedade privada e o poder.

A propriedade, por exemplo, é defendida e classificada como “sagrada” e inviolável pela Declaração de 1789:

**Art. 17.º** Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.

No que tange ao papel dos direitos humanos no surgimento de novas práticas políticas, questionamos se os direitos humanos serão capazes de construir uma resistência ética e independente na atual ordem mundial.

Honneth (2009) defende que para que essa proposição ganhe corpo, “é preciso primeiramente, que essa eticidade pós-tradicional indique o lugar em que teriam de entrar os valores materiais” (p.279). Visto que

“a tentativa de partir das condições intersubjetivas da integridade pessoal para atingir os universais normativos de uma vida bem sucedida, acaba, afinal, incluindo também o padrão de reconhecimento de uma solidariedade social, que só pode nascer das finalidades partilhadas em comum” (Idem, p. 278).

Ocorre que cada vez mais essas afinidades, se é que fizeram parte do cotidiano dos refugiados, tornam-se quase inexistentes, no que diz respeito ao contato, ao partilhar em comum com os cidadãos locais.

O autor considera que Hegel ao largo de sua vida, não conseguiu atingir o objetivo que tinha estabelecido de determinar um horizonte “abstrato de valores éticos, aberto às mais distintas metas de vida, sem perder a força solidarizante da formação coletiva de identidade” (p.280).

Reconhece, porém, que, passados quase dois séculos de sua idealização, o horizonte ético objetivado por Hegel somente surgirá após longo prazo, quando ocorrerem mudanças culturais que acarretarem uma ampliação radical das relações de solidariedade.

Porém, segue considerando que, saber se esses valores vão pressupor transformações na rotina, na realidade econômica e social ou, se ao contrário, tudo vai se manter compatível com as condições da sociedade do capital, já não é “mais assunto da teoria, mas sim do futuro das lutas sociais”(op. cit, p. 280).

Por outro lado, reconhecer que a contemporaneidade vive hoje momentos de incerteza e desordem talvez seja o primeiro passo para se tentar compreender a crise que atinge as esferas do saber e do poder, surtindo efeito inclusive, na política que vive segundo autores como Novaes (2008), um processo de “esquecimento” de seus princípios norteadores abordado no segundo capítulo deste estudo.

Um fator catalisador deste processo de esquecimento encontra-se no interior da própria estrutura social onde se afirma quase que de forma incontestável as leis do mercado, onde para Vainer (2005) :

“Novas tecnologias parecem criar um espaço/tempo unificado e mundializado, por todos igualmente compartilhado em todos os confins do planeta. Nenhuma lei parece poder permanecer, senão a lei do próprio capital: acumulação, competição e produtividade, e, antes de qualquer outra, a primeira de todas as leis, a liberdade de circulação de capitais e mercadorias”. (Idem, p. 272).

Embora este seja o quadro atual, é possível vislumbrar mesmo de forma subjacente outro movimento que indica uma repotilização do território, que foi se transformando ao longo do tempo em espaço de poder, coerção, exclusão/inclusão, mas que também assumiu o papel de foco de resistência, pois verifica-se cada vez mais a articulação e mobilização da população e de órgãos pertencentes à defesa dos direitos da minorias e isso inclui os migrantes forçados.

Essa impressionante mobilização seja no interior das instituições ou mesmo por meio da tecnologia, está possibilitando também, ao que Vainer (2005) chamou de uma “Nova Utopia”, onde não há barreiras e de onde serão varridos quaisquer tipos de muros, sejam eles construídos há muito tempo, ou recém edificadas. Essa argumentação se aproxima e se assemelha ao ideário Kantiano(1986), no sentido de que ao buscar-se uma sociedade mais justa, deve-se agir como árvores que :

“Procurando roubar uma às outras o ar e o sol, impelem-se a buscá-los acima de si e, desse modo, obtêm um crescimento belo e aprumado, as que, ao contrário, isoladas e em liberdade, lançam os galhos a seu bel



prazer, crescem mutiladas, sinuosas e encurvadas” (Idem, p.15).

Nesse sentido e tratando-se especificamente do Brasil, algumas ações tem sido desenvolvidas diretamente para os refugiados aqui residentes, como é o caso do Bolsa Família para os refugiados, cotas em universidades para pós-graduandos, como as oferecidas pela UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos e visto permanente para residentes de países como Angola e Nigéria, mesmo com o fim dos períodos de guerra.

Para além das problematizações e proposições aqui levantadas, muitas outras poderão ser feitas, sobretudo porque ao tratar-se do universo que envolve os deslocamentos contemporâneos, não há como obter respostas de caráter conclusivo.

Uma vez que quase tudo que envolve os deslocamentos, sempre está em constante mudança. As leis, o rosto das cidades, tudo muda muito rápido. Provavelmente a resposta mais direta e concreta seja a de que os direitos humanos da forma como estão estabelecidos, ou seja, *privilegiando o Estado e não o cidadão*, não estão, de fato, cumprindo seus preceitos.

Isso faz com que eles se configurem mais como um paradigma em xeque, do que propriamente como saída para os conflitos postos na contemporaneidade.

Uma das possibilidades existentes para o impasse em que se encontram os direitos humanos foi sinalizada ainda no início desta conclusão através de Raimundo Lúlio, e o seu “Livro do Gentio e dos três sábios”, no qual propõe que as melhores respostas para questões controversas tem sempre como caminho as relações que privilegiam o contato com as diferentes partes envolvidas.

No caso dos direitos humanos, provavelmente, alguns avanços serão alcançados quando forem estabelecidos diálogos e relações mais representativas entre o Estado e os cidadãos, e não apenas ditadas pelas leis já estabelecidas e que provaram não ter a eficácia pretendida diante das constantes mudanças sociais.

Para Arendt (1998) especificamente, a resposta para essas problematizações contemporâneas não pode ser dada sem se considerar o papel das ações humanas para a sua realização, pois essas ações são, nas palavras da autora, “irreversíveis e imprevisíveis”.

Assim, ela afirma que “a solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas”. (idem, p.130). Ainda chama a atenção para o fato de que:

“Contrariamente ao perdão, que sempre foi considerado irrealista e inadmissível na esfera pública, a promessa sempre esteve presente, desde os romanos, por meio da ideia da inviolabilidade dos pactos. A promessa instala ilhas de previsibilidade no oceano de incertezas dos assuntos humanos” (ibidem, p. 126)

Pode-se pensar que essas promessas colaborarão para que a humanidade banalize menos o mal, fazendo emergir assim, a consciência da condição humana como norteadora e definitiva entre todos.

## Referências Bibliográficas

- ARAUJO, V.G. O Globo. Disponível em: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br). Acesso em 27/08/2012.
- AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder do soberano e a vida nua. Minas Gerais: Ed, UFMG. 2005.
- ALENCASTRO, L. F. (Org.). História da Vida Privada no Brasil. Vol2. Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALMEIDA, M. H. O Direito como bem político. Rio de Janeiro: Abet 2008.
- ALMEIDA, M. H. T.WEIS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, F. A. ; SCHWARCZ, L. M. (Org.)História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ANDRADE, José H. Fischel de. *Direito internacional dos refugiados: evolução histórica* (1921-1952). Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- \_\_\_\_\_. A política de proteção a refugiados da Organização das Nações Unidas - sua gênese no período pós-guerra (1946-1952). 2006. 327f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ARAÚJO, N. A. (Org.). O Direito Internacional dos Refugiados : uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- ARENDT, H. Origens do totalitarismo. São Paulo: Zahar, 1997.
- ARENDT, H. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense-Universitária 1995.
- BAUMANN, Z. Globalização: as Consequências Humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BIGNOTTO, N. As aventuras da virtude. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- BOBBIO, Norberto Bobbio, A era dos direitos. 8ª ed., Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

- CARNEIRO M L.T. Preconceito Racial em Portugal e Brasil Colônia – São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARVALHO J. M. Cidadania, um longo caminho. São Paulo: Brasiliense, 2002.
- CASTRO H M. Laços de Família e direitos no final da escravidão. In. História da Vida Privada no Brasil, tomo II. São Paulo: Companhia das 1997.
- CASSIN, B. Gregos, Bárbaros e Estrangeiros: A cidade e os seus outros. Ed 34, Rio de Janeiro, 1993.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- Comissão Justiça e Paz – Arquidiocese de Brasília. Direitos Humanos no Brasil: 1992-1994. São Paulo: Loyola.
- Código criminal do império 1830. Disponível em [www.dominipublico.br](http://www.dominipublico.br).
- COSTA, J.F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- Convenção de 1951. ACNUR/Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, 2007.
- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados – Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiado. Lei 9.474/97 (art. 47) Ministério da Justiça, Secretaria nacional da Justiça, 2007.
- Declaração de Cartagena. Ministério da Justiça, Secretaria nacional da justiça. Brasil, 2008.
- Declaração Universal dos direitos humanos. Disponível em: [www.acnur.com](http://www.acnur.com)
- Declaração Universal dos direitos do homem e do cidadão. Disponível em: [www.acnur.com](http://www.acnur.com)
- Declaração de Brasília para proteção de refugiados e apátridas nas Américas. Disponível em: [www.acnur.com](http://www.acnur.com)
- DELAUMEAU, J. O que sobrou do Paraíso? São Paulo: Companhia das letras, 1998.

- Dicionário de Relações Étnicas e Raciais. Michigan: Selo Negro, 1998.
- DUARTE, A..M. Biopolítica e resistência: O legado de Michel Foucault. In: RAGO Margareth: VEIGA-NETO. Alfredo. (Org.). Figuras de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. Michigan: Selo Negro, 2004.
- EURÍPEDES, São Paulo: , Martin Claret, 2003.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FAORO, R. Os donos do poder, tomo I. Ed. Globo. Rio de Janeiro, 2000.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade. Vol. 1. Rio de Janeiro, Graal, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. disponível em: [www.fcl.usp.br/sociologia/assag/democracia](http://www.fcl.usp.br/sociologia/assag/democracia).
- FOUCAULT, M. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- GERALDO, E. Entre a raça e a nação: A família como alvo dos projetos eugenista e integralista de nação brasileira nas décadas de 1920 e 1930. 2001. 148 f (Dissertação) Universidade de Campinas.
- GOMES, C. Cruzando fronteiras interdisciplinares; um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan. 2005.
- HABERMAS, J. El concepto de dignidade humana y la utopia. Disponível em: [http://archive.org/details/Habermas-2010-El\\_Concepto\\_De\\_Dignidad\\_Humana\\_Y\\_La\\_Utopia\\_Realista](http://archive.org/details/Habermas-2010-El_Concepto_De_Dignidad_Humana_Y_La_Utopia_Realista).
- HAESBAERTH, R. Da desterritorialização a territorialidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich, - Princípios da Filosofia do Direito/Tradução Orlando Vitorino- São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HONNETH, A. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, 2009.
- HUXLEY, ALDOUS. Admirável mundo novo. São Paulo: Globo, 2000.

- KANT, I. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEÃO, R. Convenção de direitos migratórios. Disponível em: ([www.direitoshumanos.etc.br/index/aceso](http://www.direitoshumanos.etc.br/index/aceso) em 06/09/11).
- LEVY, O. *A trégua*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.
- LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*; Boi Tempo, São Paulo, 2005.
- LULLIO, R. *O livro do gentio e os três sábios*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MACIEL, M .E. A eugenia no Brasil. 1999. 23 f. Artigo. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf>.
- MARINUCCI, R. *Refugiados e Migrações Forçadas: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena*. 2009. 14 f. Artigo. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Zahar, Rio de Janeiro, 1987.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. São Paulo: Usp, 2004.
- MATOS, H. *Laços de Família e Direitos na escravidão*. In: *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. II, 2000.
- MATTA, R. *Relativizando; uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- MATTA, R. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 2005.
- MATTOS, P.A. *Sociologia política do reconhecimento*. 2009.163 p. Artigo. São Paulo: Anablume, 2009.
- MELUCCI, Alberto. *Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.

- MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Hucitec: São Paulo, 1994.
- NEGRI, A e COCCO G. Global: Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada. Record: Rio de Janeiro, 2005.
- NEGRI, A. e HARDT, M. Multidão. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- NIETZSCHE, F. A Gaia Ciência. Companhia das letras, 2001.
- NIETZSCHE F. Humano demasiado humano, 2001;
- NOIRIEL, G. Etat, nation et immigration. Vers une histoire du Pouvoir, Paris: Belin, 2008.
- NOVAES, A. (org.). Mutações: ensaios sobre as novas configurações do homem. São Paulo: Agor, 2008
- NOVAIS e MELO. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, vol. IV. 2000.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 4, n. 10, p. 5-20, 1989.
- OLIVEIRA, F e RIZEC, C. A Era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PETRUS, R. T: Refugiados congolês no Rio de Janeiro e dinâmicas de integração local: das ações institucionais e políticas públicas aos recursos relacionais das redes sociais. 2010. 398 f. 2 vol. (Tese) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.
- POVOA H. e PACELLI, A. Cruzando Fronteiras Disciplinares: Panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro, Revam, Rio de Janeiro 2005.
- RANCIÈRE, J. El desacuerdo. Buenos Aires, 2007.
- REIS, M. Diáspora como movimento social: a rede de mulheres afro-latino-americanas, afro-caribenhas e a diáspora. Políticas de combate ao racismo em uma perspectiva transnacional. 2012. 228 f. Tese. UFSC. Florianópolis, 2012.

- RIBEIRO, A. C. T. E Silva, C.A Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. Revan. Rio de Janeiro, 2004.
- RIBEIRO, J. Política em relação aos refugiados no Brasil. (1947-2010)2012. 348 f.(tese) Universidade de Campinas.
- SADER, E. Quando novos personagens entram em cena. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, S. B. Poderá o direito ser emancipatório? Disponível em: <http://rccs.revues.org/1180#tocto2n1/>. Acesso em 09/09/13.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal, São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton .Técnica espaço tempo, São Paulo: Hucitec, 1994.
- SACKS, R. Human Territoriality: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SASSEN E SOYSAL Y. Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages. Princeton University Press, 2006.
- SENNETT, R.A cultura do novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete UNHCR Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/meetings/>
- VAINER. POVOA H. e PACELLI. A .Cruzando Fronteiras Disciplinares: Panorama dos Estudos Migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- VALÉRIE. P. A política do Espírito. Paris: Gallimard, 1980.